



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Alargamento dos cursos profissionais às escolas secundárias em Portugal de 2004 a 2012

Escolarização dos jovens e sucesso do ensino profissional

Autora: Teresa Paula de Carvalho Menezes e Castro

Orientadora: Professora Doutora Lara Patrício de Moura Tavares

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Administração Pública

Lisboa
2014

VALORIZAMOS PESSOAS

Alargamento dos cursos profissionais às escolas secundárias em Portugal de 2004 a 2012

Escolarização dos jovens e sucesso do ensino profissional

Teresa Paula de Carvalho Menezes e Castro

Orientadora: Professora Doutora Lara Patrício de Moura Tavares

Mestrado em Administração Pública

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Julho 2014

Prefácio

Justificação e relevância do tema

A opção de escolher como tema, para elaboração de uma tese de mestrado, o alargamento dos cursos profissionais às escolas secundárias é resultado de um percurso profissional de mais de vinte anos no Ministério da Educação e do desempenho do cargo de Coordenadora da Estrutura de Apoio Técnico do Norte (EAT Norte) do PRODEP III na época em que esta medida foi implementada. Esta Estrutura assegurava a organização do trabalho de acordo com a orientação da Gestão do PRODEP III e garantia, aos estabelecimentos de ensino do Ministério da Educação da região Norte, o acesso ao financiamento do PRODEP. Apoiava ainda o Coordenador da Medida Desconcentrada do Sector da Educação no Programa Operacional Regional do continente - PO Norte (Diretor Adjunto da DREN), no que respeita ao ensino profissional, e de acordo com os objetivos definidos pelo Gestor do PO Norte (Presidente da CCDRN). A curiosidade relativamente ao tema escolhido era muito grande, a desmotivação com o trabalho na Administração Pública era ainda maior e a necessidade de pensar, estudar e ter objetivos tornou-se vital. Valeu-me o lema de vida de “nunca desistir” e a ajuda de pessoas, que por serem tão importantes, quero deixar o meu agradecimento.

Agradecimentos

À Professora Lara Tavares, que aceitou, com expresso gosto, o desafio de me orientar, facilitando-me todos os meios de trabalho, tornando inexistente a distância e mantendo uma confiança em mim que eu própria não tinha.

A alguns dos Dirigentes com quem me cruzei, por me possibilitarem uma vivência que me permite ter a certeza de que o trabalho da (e na) Administração Pública pode ser excelente.

Aos Dirigentes das escolas que se disponibilizaram a responder ao questionário e a realizar entrevistas, tornando este trabalho possível.

Ao Dr. Antero Afonso pela sua amizade, mas também pelo detalhe e capacidade de alertar para os erros ou incoerências “criticando com graça”.

Ao Pedro Campos pela habilidade com os números e por fazer “parar” o tempo para os amigos.

À Carmo e Isaura pela paciência, rigor, disponibilidade, sentido de oportunidade e por tornarem o meu dia-a-dia mais agradável.

À Mariana, minha “terceira filha”, pelas noites perdidas e programas adiados sempre na busca de assegurar o cumprimento das normas.

À tranquilidade da Regina, sempre disposta a ajudar e fundamental na estruturação do trabalho e no acesso à bibliografia.

À mãe Dinda, professora aposentada de profissão mas não de coração, sempre disposta a ajudar no caminho de “mais e melhor formação”, e ao pai, sempre presente nos “valores transmitidos” e na ideia de que “a vida não é difícil”.

Ao Nuno, por “alegrar” mais de metade da minha vida e por me demonstrar como é fácil conciliar a família e a profissão. À Joana e ao Francisco por serem o fruto de um caminho construído em conjunto, por me deixarem orgulhosa dos jovens que são e desejosa de ver os adultos que serão.

Resumo

A principal questão desta investigação é avaliar se o alargamento dos cursos profissionais às escolas secundárias contribuiu para aumentar a escolarização, diminuir o abandono e evitar o ingresso dos jovens na vida ativa sem a conclusão do ensino secundário. Observamos a variação da taxa real de escolarização e da taxa de abandono precoce de educação e formação, tentando perceber qual a relação entre estas variáveis. A segunda questão, é saber se este alargamento, ao retirar a exclusividade da oferta às escolas profissionais, prejudicou o sucesso até aí revelado pelo ensino profissional. Para tal, confrontamos as taxas de conclusão, taxas de empregabilidade e imagem que a direção das escolas tem sobre esta modalidade de ensino, das escolas secundárias e profissionais. Foi ainda analisado o modo de implementação desta medida, por poder condicionar os objetivos inicialmente estabelecidos.

A análise foi suportada em dados recolhidos das estatísticas da educação e do inquérito por questionário remetido a todos os dirigentes de escolas com oferta de ensino profissional. A população envolvida é de 737 entidades e o número de respostas de 152, o que corresponde a 20.6% da população. Foram ainda realizadas sete entrevistas a dirigentes de escolas com oferta de ensino profissional.

Este alargamento contribuiu para aumentar a escolarização dos jovens ao nível do secundário e evitar o abandono escolar, não obstante o efeito negativo sobre o ensino profissional.

Palavras-chave: Ensino secundário; Ensino profissional; Taxa real de escolarização; Taxa de abandono precoce de educação e formação; Taxa de conclusão; Taxa de empregabilidade.

Abstract

The main issue of this research is to assess if the extension of vocational courses at secondary schools contributed to increase the enrollment at the secondary level, prevent dropout and the entry into active life without high school graduation. We notice the change in real enrollment ratio and of the rate of early leavers from education and training, trying to understand the relation between these variables. The second issue, is to find out whether this extension, by removing the exclusivity of supply to professional schools, harmed success so far revealed by vocational education. This success is measured by comparing completion rates, employment rates and the image that the school management has on this type of education among secondary schools and vocational schools. We also made an analysis on how this measure has been implemented to be a potential determinant of the goals initially set.

The analysis of the issues was supported by data collected from statistics from education and obtained through a questionnaire, sent to all heads of schools with vocational secondary education offers which involved 737 entities. We got 152 answers, which corresponds to 20.6% of the entities asked .Seven interviews were also held to the leaders of schools offering vocational education.

This study allowed us to identify that offering professional courses in secondary schools has contributed to increase the enrollment of young people at secondary school level and prevent dropout, despite the negative effect on vocational education.

Keywords: Secondary education; Vocational education; Actual enrollment rate; Rate of early leavers from education and training; Completion rate; Employability rate.

Índice

Índice de Tabelas.....	VII
Índice de Figuras.....	VIII
Glossário.....	X
Lista de siglas e abreviaturas.....	XVI
1 Introdução.....	1
2 Enquadramento histórico.....	5
2.1 Evolução do Sistema Educativo em Portugal.....	5
2.2 Ensino profissional: história, implementação e resultados.....	11
2.2.1 O ensino profissional na Europa.....	11
2.2.2 O ensino Profissional em Portugal.....	19
3 Objetivo, conceitos e hipóteses da investigação.....	30
3.1 Objetivo e pergunta de investigação.....	30
3.2 Conceitos.....	31
3.3 Indicadores e fases do estudo.....	32
3.4 Hipóteses de investigação.....	33
4 Dados – metodologia da recolha e tratamento.....	34
4.1 Recolha e caracterização da amostra.....	34
4.1.1 Dados secundários.....	34
4.1.2 Dados primários - Inquérito por questionário.....	35
4.1.3 Dados primários - Entrevista semi-estruturada.....	43
4.2 Tratamento dos dados.....	45

5	Análise dos Resultados.....	47
5.1	O alargamento e o sucesso escolar no ensino secundário em Portugal	47
5.2	O alargamento e o sucesso do ensino profissional em Portugal	53
5.2.1	Taxas de conclusão do ensino profissional.....	53
5.2.2	Taxas de empregabilidade do ensino profissional.....	57
5.2.3	Imagem do ensino profissional.....	59
5.3	Modo de implementação do alargamento da oferta de cursos profissionais e propostas de reforço do ensino profissional	63
6	Conclusões	66
	Anexos.....	76

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Caraterização da amostra relativa às respostas obtidas no questionário.....	37
Tabela 2 – Caraterização da amostra relativa às entrevistas semi-estruturadas.	45
Tabela 3 – Número de alunos matriculados no ensino profissional, segundo a modalidade de ensino, por ano letivo, em Portugal Continental (arredondado aos milhares).....	53
Tabela 4 – Número de alunos matriculados em Cursos Profissionais do ensino secundário, por natureza institucional e por ano letivo em Portugal Continental.....	55
Tabela 5 – Grau de concordância (1 – <i>discordo totalmente</i> e 10 – <i>concordo totalmente</i>) com a frase: “Os Cursos Profissionais são uma opção vantajosa face aos Cursos Científico-Humanísticos porque permitem a inserção no mercado de trabalho não impedindo o prosseguimento de estudos”, após transformação.	60
Tabela 6 – Grau de concordância (1 – <i>discordo totalmente</i> e 10 – <i>comcordo totalmente</i>) com a frase: Os Cursos Profissionais constituem uma segunda opção para alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou repetentes”, após transformação.	61
Tabela 7 – Grau de concordância (1 – <i>discordo totalmente</i> e 10 – <i>concordo totalmente</i>) com a frase: “Os Cursos Profissionais são frequentados por alunos de classes sociais mais desfavorecidas”, após transformação.	62

Índice de Figuras

Figura 1 – Tipologia do estabelecimento de ensino (%).	38
Figura 2 – Meio em que se insere o estabelecimento de ensino (%).	38
Figura 3 – Número de turmas em funcionamento no estabelecimento de ensino em 2012/13 por tipo de escola (%).	39
Figura 4 – Número de turmas de Cursos Profissionais no estabelecimento de ensino em 2012/13 por tipo de escola (%).	39
Figura 5 – Número de alunos que frequenta o estabelecimento de ensino em 2012/13 por tipo de escola (%).	40
Figura 6 - Número de alunos que frequenta Cursos Profissionais de nível secundário em 2012/13 por tipo de escola (%).	40
Figura 7 – Número de anos que o estabelecimento de ensino oferece Cursos Profissionais por tipo de escola (%).	41
Figura 8 – Número de docentes que lecionou no estabelecimento de ensino em 2012/13 por tipo de escola (%).	42
Figura 9 – Número de anos, em média, que os docentes lecionam neste estabelecimento de ensino por tipo de escola (%).	42
Figura 10 – Taxa real de escolarização no ensino secundário em Portugal Continental (%). ..	48
Figura 11 – Número de alunos matriculados em Cursos Gerais do ensino secundário, por ano letivo e em Portugal Continental (arredondado aos milhares).	49
Figura 12 – Taxa de abandono precoce de educação e formação, por ano letivo, em Portugal Continental e na UE (%).	50
Figura 13 – Taxa de transição/conclusão do ensino secundário, por ano letivo e em Portugal Continental (%).	51
Figura 14 – Taxa de conclusão do ensino secundário, por ano letivo e em Portugal Continental (%).	52

Figura 15 – Número de alunos matriculados no ensino profissional, segundo a modalidade de ensino, por ano letivo, em Portugal Continental (arredondado aos milhares).....	54
Figura 16 – Taxa de conclusão nos Cursos Profissionais de nível secundário, em Portugal Continental, por natureza institucional e por ano letivo (%).....	56
Figura 17 – Taxa de conclusão dos alunos que frequentaram Cursos Profissionais de nível secundário no ano letivo 2011/2012 (%).....	57
Figura 18 – Taxa de empregabilidade dos alunos que frequentaram Cursos Profissionais no ano letivo de 2009/2010 (%).....	58
Figura 19 – Taxa de empregabilidade dos alunos que frequentaram Cursos Profissionais no ano letivo de 2010/2011 (%).....	58
Figura 20 – Taxa de empregabilidade dos alunos que frequentaram Cursos Profissionais no ano letivo de 2011/2012 (%).....	59
Figura 21 – Grau de concordância (1 – <i>discordo totalmente</i> e 10 – <i>concordo totalmente</i>) com a frase: “Os Cursos Profissionais são uma opção vantajosa face aos Cursos Científico-Humanísticos porque permitem a inserção no mercado de trabalho não impedindo o prosseguimento de estudos” (%).....	60
Figura 22 – Grau de concordância (1 – <i>discordo totalmente</i> e 10 – <i>concordo totalmente</i>) com a frase: “Os Cursos Profissionais constituem uma segunda opção para alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou repetentes”.....	61
Figura 23 – Grau de concordância (1 – <i>discordo totalmente</i> e 10 – <i>concordo totalmente</i>) com a frase: “Os Cursos Profissionais são frequentados por alunos de classes sociais mais desfavorecidas”.....	62

Glossário

Aluno

Indivíduo que frequenta o sistema formal de ensino após o ato de registo designado como matrícula (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC], 2013).

Ano de escolaridade

Ano de estudos completo legalmente instituído (DGEEC, 2013).

Ano Letivo

Período de tempo compreendido entre o início e o fim das atividades letivas, a que corresponde um mínimo de 180 dias efetivos de atividades escolares (DGEEC, 2013).

Ciclo de estudos

Etapas definidas na estrutura do sistema educativo, com determinado tempo de duração e com uma identidade própria, a nível de objetivos, finalidades, organização curricular, tipo de docência e programas (DGEEC, 2013).

Cursos de Aprendizagem (CA)

Curso de formação profissional inicial, em alternância, dirigidos a jovens com idade inferior a 25 anos e que concluíram com aproveitamento o 3.º ciclo do ensino básico ou que tenham frequentado o ensino secundário sem o terem concluído. Estes cursos conferem o nível 3 de qualificação profissional e o 12.º ano de escolaridade, privilegiando a inserção de jovens no mercado de trabalho, mas permitindo também o prosseguimento de estudos (DGEEC, 2013).

Cursos de Educação e Formação (CEF)

Oferta integrada de educação e formação destinada preferencialmente a jovens com idades iguais ou superiores a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram o sistema educativo antes da conclusão da escolaridade de 12 anos, bem como àqueles que, após a conclusão de 12 anos de escolaridade, não possuindo uma qualificação profissional,

pretendam adquiri-la para ingresso no mercado de trabalho. Confere qualificação de nível 1, 2 ou 3 e certificação de conclusão dos 6.º, 9.º ou 12.º anos de escolaridade, respetivamente (DGEEC, 2013).

Cursos de Ensino Artístico Especializado (CEAE)

Tipo de ensino de nível secundário que proporciona uma formação especializada, dirigida a indivíduos que revelem potencialidades para ingresso e progressão numa via de estudos artísticos, permitindo a entrada no mercado de trabalho ou o prosseguimento de estudos. Existe nas seguintes áreas: artes visuais, dança e música (DGEEC, 2013).

Cursos Científico-Humanísticos (CCH)

Curso do ensino secundário, com a duração de três anos letivos (10.º, 11.º e 12.º anos), tendo em vista o prosseguimento de estudos no ensino superior (DGEEC, 2013).

Curso Geral do Ensino Secundário (CG)

Curso com a duração de três anos letivos (10.º, 11.º e 12.º anos), estruturado em componentes (conjuntos de disciplinas) de formação geral, específica e técnica/artística, tendo em vista o prosseguimento de estudos no ensino superior. A partir do ano letivo de 2004/2005 corresponde ao Curso Científico-Humanístico do Ensino Secundário (DGEEC, 2013).

Curso Profissional (CP)

Curso de ensino secundário com um referencial temporal de três anos letivos, vocacionado para a qualificação inicial dos jovens, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos. Confere diploma de conclusão do ensino secundário e certificado de qualificação profissional de nível 3 (DGEEC, 2013).

Cursos Técnicos do Ensino Recorrente (CTER)

Curso do ensino secundário, orientado para a qualificação escolar e profissional de indivíduos maiores de 18 anos, facultando a obtenção de certificados e diplomas equivalentes aos do ensino regular (DGEEC, 2013).

Cursos Tecnológicos (CT)

Curso do ensino secundário com a duração de três anos letivos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade). Destina-se preferencialmente aos jovens que desejam ingressar no mundo do trabalho após o 12.º ano de escolaridade tendo, no entanto, a possibilidade de ingresso no ensino superior. Confere um diploma de estudos secundários e um certificado de qualificação profissional de nível 3 (DGEEC, 2013).

Educação Pré-Escolar

Subsistema de educação, de frequência facultativa, destinado a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico. Realiza-se em estabelecimentos próprios, designados por jardins-de-infância, ou incluídos em unidades escolares em que é também ministrado o ensino básico. A educação pré-escolar, no seu aspeto formativo, é complementar e/ou supletiva da ação educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação (DGEEC, 2013).

Ensino Básico

Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito (DGEEC, 2013).

Ensino Particular e Cooperativo ou Ensino Privado

Ensino promovido sob iniciativa e responsabilidade de gestão de entidade privada com tutela pedagógica e científica do Ministério da Educação ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (DGEEC, 2013).

Ensino Público

Ensino que funciona na direta dependência da administração central, das regiões autónomas e das autarquias (DGEEC, 2013).

Ensino Recorrente

Modalidade de educação escolar a que têm acesso todos os indivíduos que ultrapassaram a idade normal de frequência do ensino básico e do ensino secundário. Constitui uma segunda oportunidade para os que abandonaram precocemente o sistema educativo e os que o procuram por razões de promoção cultural ou profissional e uma primeira oportunidade para os que nunca frequentaram a escola, atenuando, assim, os desequilíbrios existentes entre os diversos grupos etários, no que respeita aos níveis educativos. Com organização curricular, metodologias e avaliação específicas, atribui diplomas e certificados equivalentes aos do ensino regular (DGEEC, 2013).

Ensino Regular

Conjunto de atividades de ensino ministradas no âmbito da estrutura educativa estabelecida pela Lei de Bases do Sistema Educativo e que se destinam à maioria dos alunos que frequentam o sistema de ensino dentro dos limites etários previstos na lei (DGEEC, 2013).

Ensino Secundário

Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa (DGEEC, 2013).

Estabelecimento de ensino (não superior)

Cada unidade organizacional em que, sob a responsabilidade de um Conselho Executivo ou de um Diretor (Diretor Pedagógico ou Encarregado de Direção), é ministrado o ensino de um ou mais graus (DGEEC, 2013).

Matrícula

Ato pelo qual um indivíduo adquire a qualidade de aluno de um determinado curso ou estabelecimento de educação ou de ensino (DGEEC, 2013).

Nível de Ensino

Refere-se a cada um dos três níveis sequenciais que constituem o sistema de ensino: ensino básico, ensino secundário e ensino superior (DGEEC, 2013).

Sistema de Ensino

Estrutura que se compõe de graus e níveis de escolaridade sequenciais e aos quais correspondem grupos etários determinados (DGEEC, 2013).

Taxa real de escolarização

Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários (Ensino Secundário - 15 a 17 anos) (DGEEC, 2013).

Taxa de retenção e desistência

Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo (DGEEC, 2013).

Taxa de transição/conclusão

Relação percentual entre o número de alunos que, no final de um ano letivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo. Usamos a designação “taxa de conclusão” quando nos referimos ao aproveitamento no fim do nível de ensino, ou seja no 9º e no 12.º anos (DGEEC, 2013).

Taxa de abandono precoce de educação e formação

Porcentagem de indivíduos entre os 18 e os 24 anos, sem o secundário completo, que completou o 3º ciclo ou não, e não inserida em qualquer programa de educação/formação¹.

¹ Fonte: Glossário Pordata.

Taxa de empregabilidade

Relação entre os alunos empregados que frequentaram determinado curso e os alunos que concluíram esse curso².

² Fonte: Glossário Pordata.

Lista de Siglas e Abreviaturas

ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

CA – Cursos de aprendizagem

CAE – Cursos Artísticos Especializados

CCH – Cursos científico-humanísticos

CE – Comunidade Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEF – Cursos de Educação e Formação

CP – Cursos Profissionais

CT – Cursos tecnológicos

DES – Departamento do Ensino Secundário

DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

DGERT – Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho

DGPGF – Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira

DREN – Direção Regional de Educação do Norte

DSEE/DEEBS – Direção de Serviços de Estatísticas da Educação/Divisão de Estatísticas do Ensino Básico e Secundário da DGEEC

EA – Escola Artística

EFP – Educação e Formação Profissional

EP – Escola Profissional

ES – Escola Secundária

EURES – Portal Europeu da Mobilidade Profissional

FSE – Fundo Social Europeu

GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação

GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

GETAP – Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional

IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

ME – Ministério da Educação

MEC – Ministério da Educação e Ciência

MESS – Ministério do Emprego e da Segurança Social

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OE – Orçamento de Estado

OEVA – Observatório de Entradas na Vida Ativa

PAP – Prova de Aptidão Profissional

POPH – Programa Operacional Potencial Humano

PRODEP – Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal

QCA – Quadro Comunitário de Apoio

QNQ – Quadro Nacional de Qualificações

QREN – Quadro de Referência Nacional

UE – União Europeia

1 Introdução

Ao longo da história, Portugal foi demonstrando dificuldade em assegurar a escolarização da sua população. Esta observa-se na incapacidade que revelou/revela em garantir a escolaridade obrigatória, bem como na atitude permissiva para com aqueles que abandonam os estudos sem garantias de acesso ao mercado de trabalho, por não sentirem motivação para permanecer na escola. As alterações no nosso sistema educativo, quase sempre decorrentes de legislação emanada e imposta pelo Poder Central, evidenciam que: “A Administração Pública está marcada pela supremacia do direito e da natureza política dos seus fins” (Bilhim, 2000, p. 30).

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, e o atraso no desenvolvimento da nossa economia, permitiu o acesso a fundos estruturais que originaram uma evolução positiva. O acesso a estes fundos foi permitido pelo Tratado de Roma, que instituiu a CEE em 1957, e o Ato Único que o veio alterar e complementar em 1986, com o objetivo de impulsionar a integração europeia. Foi criado um mercado comum onde a circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais se efetua livremente e as políticas comunitárias comuns pretendem reforçar a coesão económica e social e reduzir as desigualdades das regiões da Comunidade. O Tratado de Roma e o Tratado de Maastricht, em 1992, identificaram a formação profissional e a educação como um domínio de ação comunitária, incentivando, apoiando e complementando a cooperação entre os estados.

O reconhecimento, por parte da Comunidade Europeia, da importância da educação e da formação profissional no desenvolvimento económico de cada país e da Europa, a disponibilização de fundos, a necessidade de adaptação da legislação Portuguesa às normas comunitárias e os baixos níveis de escolarização que levavam ao ingresso dos jovens na vida ativa sem as habilitações/qualificações consideradas mínimas pela Comunidade, parecem determinantes na publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro) e na criação das escolas profissionais (Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de Janeiro). O Governo pretendia multiplicar a oferta de formação profissional e profissionalizante, bem como promover a elevação das qualificações dos recursos humanos do país. As medidas implementadas permitiram que, numa década, Portugal duplicasse a taxa real de escolarização no ensino secundário³. Em 1990 esta situava-se em 31% e em 2000 em 62.5% (ver Figura

³ Relação percentual entre o número de alunos matriculados no ensino secundário, com idades entre os 15 e os 17 anos, e a população residente dos mesmos níveis etários

10). Estas medidas permitiram ainda que o número de alunos matriculados no ensino profissional, comparado com o secundário, passasse de 0.67% em 1990 para 7% em 2000⁴.

Apesar disto, a partir de 2000, volta a observar-se uma diminuição na taxa real de escolarização no ensino secundário, sendo esta derivada essencialmente do decréscimo de matrículas nos Cursos Gerais/Cursos Científico-Humanísticos (ver Figura 10 e 11). Tal poderá dever-se à insatisfação de parte dos alunos com o ensino académico ministrado nas escolas secundárias. Por um lado, os dados da OCDE de 2007 demonstram a existência de uma relação inversa entre as taxas de abandono e a percentagem de estudantes no ensino profissional (Barlett, 2009) mas, por outro lado, um quarto da procura dos cursos profissionais em Portugal não era satisfeita (Rodrigues, 2010). Os cursos tecnológicos, oferecidos nas escolas públicas, revelaram-se um fracasso e a sua procura diminuiu progressivamente (Rodrigues, 2010). O facto do ensino profissional ser ministrado, quase exclusivamente, em entidades privadas dependentes de financiamento público, com suporte em fundos comunitários, parece ter sido o fator inibidor do seu crescimento. É verdade que a Constituição Portuguesa determina que o Estado está: vinculado à prestação de serviços públicos que assegurem a satisfação de direitos fundamentais dos cidadãos, mas: “As formas de alcançar as finalidades previstas na Lei Fundamental encontram-se abertas à cooperação com o setor privado, desde que salvaguardado um ‘conteúdo mínimo’ de serviço público” (Bilhim, 2000, p. 76)

Em 2004, a Reforma do Ensino Secundário (Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março) é implementada com o intuito de obter melhores resultados na formação e qualificação dos jovens portugueses, bem como no combate ao insucesso e abandono escolar. Aproveitando os bons resultados que o ensino profissional revelou durante mais de 15 anos, este deixa de ser uma modalidade especial de educação, exclusiva das escolas profissionais, passando a estar inserido no ensino secundário e a ser também ministrado em escolas secundárias. Em 2005, em parceria com o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, é lançada a Iniciativa Novas Oportunidades “... onde é contemplado o eixo dos jovens inseridos no sistema de ensino, mas também a dimensão dos adultos, que integrados no mercado de trabalho pretendem aumentar os seus níveis de qualificação” (Duarte, 2010, p. 180), com o objetivo de ter, em 2010, 50% dos alunos do secundário a frequentar cursos de dupla certificação. Com estas medidas o governo pretendia “... assegurar a qualidade do sistema de ensino,

⁴ Fonte: Pordata-2012-09-27.

diversificar a oferta educativa e os públicos escolares, fomentar a igualdade de oportunidades e alcançar níveis de excelência elevados” (Duarte, 2010, p. 179).

Atualmente em Portugal ambos os cursos, Profissionais (CP) e Científico-Humanísticos (CCH), inserem-se no ensino secundário e na escolaridade obrigatória de 12 anos. Os CCH são vocacionados para prosseguimento de estudos de nível superior e atribuem diploma de conclusão de nível secundário e qualificação de nível 3. Os CP destinam-se prioritariamente ao ingresso no mercado de trabalho, ao atribuir a qualificação de nível 4 e, simultaneamente, permitem o prosseguimento de estudos pois atribuem diploma de conclusão de nível secundário (Conselho Nacional de Educação [CNE], 2011).

A Reforma do Ensino Secundário de 2004 e as "Novas Oportunidades" não parecem, contudo, ter produzido os efeitos desejados no que respeita à taxa de abandono precoce de educação e formação⁵. Em 2004 esta era de 38.8% quando a média da U.E. era de 15.8% e em 2010 era de 23.2%, quando a média da U.E. era de 13.5%. Apesar de no período de 2004-2010 esta taxa ter diminuído 15.6 *p.p.*, em 2010 ainda permanecíamos 10 *p.p.* acima da média da U.E. (ver Figura 12). Por outro lado, há autores (Azevedo, 2010) que defendem que os cursos profissionais foram impostos pelo Ministério da Educação às escolas secundárias de forma precipitada, sem conhecimento e formação suficiente sobre esta modalidade de ensino e sem adequação da oferta aos equipamentos e instalações das mesmas, podendo, portanto, ter tido consequências adversas em termos da sua qualidade.

Face a este cenário, o presente trabalho pretende analisar os resultados do alargamento dos cursos profissionais às escolas secundárias decorrente da Reforma do Ensino Secundário de 2004, no que diz respeito à escolarização dos jovens bem como ao sucesso do ensino profissional. A forma como esta medida foi implementada apresenta as características essenciais duma abordagem *top-down*. Esta abordagem começa por uma decisão política por parte do Governo (muitas vezes central) mas o problema reside na dificuldade em assegurar que os objetivos políticos sejam claros e consistentes, verificando-se em vez disso, uma multiplicidade de objetivos conflitantes (Gornitzka, Kogan e Amaral, 2005). Este modelo tende a supor que o ator da decisão política é o ator chave sendo os restantes atores encarados como impedimentos. Uma abordagem *bottom-up*, poderia ter sido mais adequada na medida

⁵ Percentagem de indivíduos entre os 18 e 24 anos sem o secundário completo e que não se encontra inserida em qualquer programa de educação ou formação.

em que começaria por conhecer os atores, procuraria identificar as estratégias para lidar com eles e estabeleceria um processo de implementação que assegurasse o esclarecimento e motivação de todos os intervenientes (Gornitzka, Kogan e Amaral, 2005). O facto de não terem sido assegurados os consensos necessários, não privilegiando o processo bottom-up, pode ter condicionado o sucesso desta medida. Estas são questões de grande importância e atualidade.

Em 2010, a Comissão Europeia propõe uma nova estratégia económica para a Europa, a Estratégia Europa 2020, que visa assegurar a saída da crise bem como a preparação da economia da U.E. para a próxima década. Esta estratégia estabelece metas comuns para os Estados-membros e para a União. Assinala-se a centralidade da educação, considerada uma área fundamental para o desenvolvimento desta Estratégia, tendo o objetivo específico de melhorar os níveis de educação, através de medidas que reduzam o abandono escolar para menos de 10% e garantam que, pelo menos, 40% dos adultos, entre os 30 e os 40 anos, completem o ensino superior, ou equivalente, até 2020⁶.

O enquadramento europeu, e a experiência de outros países, parecem ter estado na base do compromisso recente do Governo, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, de executar um conjunto de medidas na área da Educação, nomeadamente o estabelecimento de um sistema dual. Estando este ainda em desenvolvimento, importa perceber melhor o que se passou em resultado das medidas anteriores para que se possam corrigir erros e introduzir melhorias. Sendo assim, este trabalho pretende contribuir para a atual discussão sobre qual será a melhor forma de reforçar a qualificação dos Portugueses.

O capítulo seguinte faz o enquadramento histórico, descrevendo a evolução do Sistema Educativo em Portugal bem como a história, implementação e resultados do ensino profissional na Europa e em Portugal. O terceiro capítulo identifica os objetivos, conceitos e hipóteses da investigação. O quarto capítulo trata dos dados, do modo de recolha e da metodologia do seu tratamento. O quinto capítulo analisa os resultados e, por fim, no sexto capítulo apresentamos as conclusões.

⁶ Consultado em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/Uni%C3%A3o+Europeia/Estrat%C3%A9gia+Europa+2020/>.

2 Enquadramento histórico

Ensinar ou educar um aluno, uma turma ou uma nação, pressupõe a existência de um plano de longo prazo. Esse plano deve corresponder a um Sistema de Ensino que integre na sociedade as orientações políticas relativas à educação, à economia e à cultura. Como diz Rómulo de Carvalho (1986) “O que não há dúvida é de que a história do ensino de uma nação é um capítulo da sua história política” (p. 8).

Sendo a educação um investimento de longo prazo é importante relembrar um pouco da evolução do Sistema Educativo em Portugal.

2.1 Evolução do Sistema Educativo em Portugal

Em meados do séc. XVIII a educação das crianças e jovens, graças essencialmente ao trabalho dos Jesuítas, já se realizava em espaço próprio e de acordo com um modelo escolar razoavelmente definido.

A primeira grande reforma do ensino, iniciada por Luís António Verney, acontece em 1759 com Marquês de Pombal. Este põe termo a duzentos anos de atividade pedagógica da Companhia de Jesus e tem como intenção remediar a calamitosa situação escolar em que o país se encontrava. Apesar de a igreja continuar a dominar o ensino, esta começa a ser substituída pela tutela do Estado. Nesta reforma define-se, pela primeira vez, o conceito de rede escolar organizada por três níveis de ensino: primário, secundário e superior.

O liberalismo, no início do séc. XIX, vai aproveitar a herança e os princípios orientadores das reformas Pombalinas onde já se podiam antever as ideias de ensino gratuito, laico e obrigatório. Portugal evidenciava um enorme atraso industrial e possuía cerca de 90% de analfabetos, necessitando urgentemente de generalizar a instrução primária, bem como implementar um tipo de escola em que se aprendesse mais do que ler, escrever e contar. Passos Manuel, em 1836, reconheceu a importância da reforma geral dos estudos e fez publicar a reforma dos estudos primário, secundário e superior, considerando premente a da instrução secundária.

Fontes Pereira de Melo, em 1852, instituiu o Ensino Técnico Industrial. A legislação sobre Escolas Técnicas é a sua contribuição mais notável, embora valha mais pelo impulso dado do que pelas realizações conseguidas. A herança de Passos Manuel, Costa Cabral, Fontes Pereira de Melo e João Crisóstomo de Abreu e Sousa é visível essencialmente no facto do ensino passar a ter como finalidade não apenas *o saber* mas também *o saber fazer*. Todo o trabalho consubstanciado em legislação, construção de escolas, oficinas e laboratórios, criação de conservatórios de artes e museus, instituição de disciplinas e conceção de programas ficou no papel, sendo necessário começar de novo. Só a partir de 1880 se vão criar as Escolas Industriais podendo antever-se as bases do ensino profissional (Carvalho, 1986).

A República, proclamada a 5 de Outubro de 1910, evidenciou uma enorme preocupação na reformulação do ensino primário e universitário, mas não deu a mesma importância ao ensino secundário. Destaca-se desta época a escolaridade obrigatória de 3 e 5 anos.

O golpe militar de 28 de Maio de 1926, que pôs termo à I República, foi bem recebido pelo país, que se sentia cansado da instabilidade governativa, mas rapidamente se revelou muito pernicioso para o ensino em Portugal. Os defensores de um Estado autoritário questionaram a procura de soluções para o analfabetismo pois duvidaram da necessidade da sua extinção. “Em 1933, ... Salazar disse: ‘Considero... mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar o povo a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites enquadrando as massas’” (Carvalho, 1986, p. 728). O retrocesso foi visível, o ensino obrigatório foi reduzido a 3 anos e o ensino primário complementar extinto, ao tempo do ministro Gustavo Cordeiro Ramos. No que respeita ao ensino técnico e industrial, as diversas escolas foram uniformizadas. Desta época, podemos referir o aumento da frequência escolar nos diversos graus e tipos de ensino e destacar o aumento da presença feminina nas escolas, quer como docentes quer como discentes. Em 1952, Pires de Lima tem um papel de extrema importância com o lançamento do Plano de Educação Popular, Cursos de Educação de adultos e Campanha Nacional de Educação de adultos servindo de ponto de partida para a renovação da situação escolar portuguesa. Em 1960, Leite Pinto Galvão Teles alarga o período de escolaridade obrigatória para 4 anos e em 1964 para 6 anos. Em 1973, através do ministro Veiga Simão, é publicada a lei que aprova as bases a que deveria obedecer a reforma do Sistema Educativo. Esta reforma, se tivesse sido implementada, traria grandes inovações para o Sistema Educativo que passaria a abranger: a educação pré-escolar; a educação escolar que compreendia o ensino básico obrigatório de 8 anos (4 no primário e 4 no

preparatório); o ensino secundário que seria composto por um ciclo de carácter geral e um ciclo complementar, ambos com a duração de dois anos; e o ensino superior que seria expandido e diversificado. Seriam ainda criados cursos de pós graduação, estabelecido novo enquadramento para a formação profissional e consagrado o princípio da democratização do ensino (Carvalho, 1986).

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 determina o fim do regime de ditadura, a democracia é reposta e a reforma de Veiga Simão não chega a ser totalmente implementada. Deste período revolucionário emerge a consciência do papel da educação no desenvolvimento económico e na modernização do país. No que respeita à escolaridade obrigatória: os quatro primeiros anos do ensino primário são organizados em fases com a duração de dois anos; os 5.º e 6.º anos do ensino obrigatório são organizados em três ramos (ciclo complementar primário, ensino preparatório direto e ensino preparatório TV). O cumprimento efetivo da escolaridade obrigatória é apoiado por várias medidas (transporte escolar, criação de cantinas, alojamento e auxílio económico às famílias) na tentativa de alargar a frequência ao maior número de alunos possível. No que respeita ao ensino secundário este sofre grandes transformações: em 1975 cria-se o Curso Geral unificado, constituído pelos 7.º, 8.º e 9.º anos, que unificam os ensinos liceal e técnico e apresentam um tronco comum nos dois primeiros anos. O 9.º ano, para além desse tronco comum, inclui uma área vocacional. O Curso Complementar (10.º e 11.º anos de escolaridade), criado em 1978 na continuidade do Curso Geral, pretende agora assegurar essencialmente uma formação vocacional na área escolhida, tendo em vista a continuação dos estudos. Ainda em 1975, é criado o Serviço Cívico Estudantil, ano prévio ao ingresso no ensino superior, constituído por serviço à comunidade e com o intuito de criar hábitos de trabalho nos estudantes. Em 1977, é substituído pelo Ano Propedêutico, que integra cinco disciplinas, sendo a língua portuguesa e uma língua estrangeira obrigatórias, e introduzido o *numerus clausus*, que passa a fixar, em cada ano, o número de alunos a admitir à matrícula no 1.º ano de cada curso superior. Em 1980, o Ano Propedêutico é substituído pelo 12.º ano de escolaridade, com o duplo objetivo de constituir o fim do ensino secundário e preparar o ingresso no ensino superior. Esse ano é estruturado em duas vias: a via de ensino, mais vocacionada para o ingresso no ensino superior, e a via profissionalizante, que também fornecerá aos alunos condições de acesso ao ensino superior. Em 1983, a necessidade de mão-de-obra qualificada e a prossecução de uma política de emprego para os jovens leva à criação de Cursos Técnico-Profissionais, a ministrar após o 9.º ano de escolaridade. Tais cursos, com

a duração de 3 anos, correspondem aos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade e conferem diplomas de fim de estudos secundários, que permitem o acesso ao ensino superior, e diplomas de formação técnico-profissional para ingresso no mundo do trabalho. As diversas medidas tomadas conduziram à publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986 (Cardim, 1999).

As alterações no nosso Sistema Educativo são quase sempre impostas por legislação emanada do Poder Central, e talvez por isso, falham na produção de efeitos. Como diz António Nóvoa (2005) “Apesar das enormes diferenças, há marcas, que vão permanecendo de um ciclo para outro. Em primeiro lugar, a ilusão de uma ‘reforma’ desencadeada pelo voluntarismo central (quase sempre ‘legislativo’)” (p. 35).

Sendo a legislação o suporte das principais reformas do Sistema Educativo em Portugal, entendemos fazer uma breve síntese daquela que consideramos ser relevante para o nosso estudo:

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) que estabelece o quadro geral do Sistema Educativo em Portugal. Compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extraescolar. A educação pré-escolar é facultativa sendo complementar e ou supletiva da ação educativa da família e destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. A educação escolar compreende o ensino básico, secundário e superior. O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito, destina-se a crianças entre os 6 e os 15 anos de idade, tem a duração de 9 anos e compreende 3 ciclos sequenciais – o 1.º ciclo de quatro anos, o 2.º ciclo de dois anos e o 3.º ciclo de três anos. O ensino secundário é facultativo, tem a duração de 3 anos e contempla a existência de cursos orientados para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos, sendo garantida a permeabilidade entre eles. Têm acesso a qualquer curso do ensino secundário os alunos que completarem com aproveitamento o ensino básico e a sua conclusão confere o direito à atribuição de um diploma que certificará a formação adquirida, quer para o prosseguimento de estudos, quer para efeitos do exercício de atividades profissionais. O ensino superior é facultativo e compreende o ensino universitário e o ensino politécnico. Têm acesso ao ensino superior os indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente e que, cumulativamente, façam prova de capacidade para a sua frequência. Têm ainda acesso os indivíduos maiores de 25 anos que, não possuindo aquela habilitação, façam prova

especialmente adequada de capacidade para a sua frequência. Estão previstas como modalidades especiais de educação escolar, a educação especial, a formação profissional, o ensino recorrente de adultos, o ensino à distância e o ensino português no estrangeiro. A educação extraescolar tem como objetivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar.

Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de Janeiro – cria as escolas profissionais no âmbito do ensino não superior. Integrada na formação profissional prevista no Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, e com o intuito de modernizar a educação portuguesa, o Governo defende: “... a multiplicação acelerada da oferta de formação profissional e profissionalizante, pelo apoio à implementação de uma rede de escolas profissionais, de iniciativa eminentemente local, com aproveitamento articulado dos recursos disponíveis nos vários departamentos do Estado” (p. 246) e, por outro lado, pretende promover “... a elevação da qualificação dos recursos humanos do País” (p. 246). As escolas profissionais têm um regime de criação e funcionamento específico e têm acesso a estas escolas, predominantemente, os jovens que concluíram o ensino básico (9º ano) e que procuram um percurso educativo alternativo, orientado para a inserção no mundo do trabalho. Os cursos ministrados nestas escolas “... são organizados, de preferência, em módulos de duração variável, combináveis entre si, segundo níveis de escolaridade e de qualificação profissional progressivamente mais elevados” (p. 247) e a conclusão com aproveitamento “... dos cursos ou módulos de qualificação profissional subsequentes habilita a um certificado de qualificação profissional de nível 1, 2 ou 3 e a um certificado equivalente ao 10.º, 11.º ou 12.º ano.” (p. 247).

Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março – a Reforma do ensino secundário estabelece “... os princípios orientadores da organização e gestão do currículo, bem como da avaliação das aprendizagens referentes ao nível secundário de educação...” (p. 1931). Este diploma é considerado estratégico “... no âmbito de uma política de educação determinada em obter resultados, efetivos e sustentados, na formação e qualificação dos jovens portugueses...” (p. 1931) “... a par do combate ao insucesso e abandono escolares, fenómenos que assumem no nível secundário de educação elevada expressão no conjunto do sistema educativo...” (p. 1931). São introduzidas importantes modificações estabelecendo: os Cursos Científico-Humanísticos (CCH), vocacionados para prosseguimento de estudos de nível superior; Cursos Tecnológicos (CT), orientados na dupla perspetiva da inserção no mercado de trabalho e do prosseguimento de estudos; Cursos Artísticos Especializados (CAE), vocacionados para

prosseguimento de estudos superior ou orientados na dupla perspetiva da inserção no mercado de trabalho e do prosseguimento de estudos; e os Cursos Profissionais (CP) vocacionados para a qualificação inicial dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos. O ensino secundário recorrente proporciona ainda uma segunda oportunidade de formação que permita conciliar a frequência de estudos com uma atividade profissional. Este diploma não altera significativamente o quadro geral do Sistema Educativo estabelecido pelo Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, mas o ensino profissional deixa de ser uma modalidade especial de educação, ministrada exclusivamente em escolas profissionais (predominantemente privadas), passando a inserir-se no ensino secundário e ser também ministrado em escolas secundárias.

Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto – estabelece o regime de escolaridade obrigatória de 12 anos, estipula que se consideram em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e consagra a sua universalidade e gratuidade, bem como a da educação pré-escolar, para as crianças a partir dos 5 anos de idade.

Como disse António Nóvoa, numa Palestra sobre desafios da educação, a estrutura do sistema de ensino atual é muito idêntica a nível mundial e foi construída no século XIX, a principal diferença reside na definição de ensino obrigatório⁷.

Assim, e porque se trata de um indicador importante na caracterização do Sistema Educativo português, sintetizamos de seguida a evolução da duração da escolaridade obrigatória: em 1911, Portugal tem 3 anos de escolaridade obrigatória (Itália - 6, Holanda e Espanha - 7 e Áustria, França, Dinamarca e Grã-Bretanha - 8); de 1919 até 1960, o número de anos de escolaridade obrigatória foi alternando entre 3, 4 e 5 anos, tendo estabilizado nos 4 anos, a partir de 1956 para rapazes e de 1960 para raparigas; de 1964 até 1985, Portugal tem uma escolaridade obrigatória de 6 anos; em 1975, em muitos países da Europa (Espanha, França, Grécia, Holanda e Alemanha) era já de 10 anos; em 1986, com a Lei de Bases do Sistema Educativo, a escolaridade obrigatória passa para 9 anos (Cardim, 2005).

A partir de 2009, Portugal passa a ter uma escolaridade obrigatória de 12 anos, apesar de, em 2005, a média de escolarização da população adulta dos países da OCDE ser já de 12 anos.

⁷ Consultado em: <http://www.youtube.com/Watch?v>.

Mas a imposição da escolaridade obrigatória por si só não é solução, prova disso, é que apesar desta, em 1986, ser de 9 anos, pouco mais de metade dos indivíduos a completavam em 1990, sendo a taxa real de escolarização⁸ no 3.º ciclo do ensino básico de 54%⁹. Como diz António Nóvoa (2005) “Portugal foi um dos primeiros países na Europa a legislar sobre a obrigatoriedade escolar: foi um dos últimos a cumpri-la” (p. 25).

A integração de Portugal na Comunidade Europeia origina uma aproximação à Europa em termos de crescimento económico, de políticas sociais e políticas educativas, não só pela necessária convergência, mas também graças à disponibilização de fundos comunitários. De 1992 a 1995 acentua-se a relação da educação com a competitividade económica passando esta a ser entendida como indispensável para a modernização do país (Teodoro & Aníbal, 2007).

Apesar dos avanços conseguidos no século XX, Portugal não parece conseguir resolver o problema do seu atraso de escolarização. Como diz António Nóvoa (2005) “O século XX acaba como começou, com um forte sentimento de atraso em relação à Europa.” (p. 121).

Em 2000, apenas 43.2% da população portuguesa entre os 20 e os 24 anos completou pelo menos o ensino secundário, sendo a média da U.E. de 76.6%¹⁰ e, 43.6% da população entre os 18 e os 24 anos não se encontrava a frequentar o sistema de educação e formação tendo obtido no máximo o 3.º ciclo do Ensino Básico, sendo a média da U.E. de 17.6%¹¹.

Na viragem de século Portugal tenta contrariar as palavras de António Nóvoa.

2.2 Ensino profissional: história, implementação e resultados

2.2.1 O ensino profissional na Europa

Portugal construiu, entre 1986 e 1991, um tipo de ensino secundário bastante inovador no contexto internacional e em vários países da Europa encontram-se opções políticas muito

⁸ Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

⁹ Fonte: Pordata. Atualização de 27.09.2012.

¹⁰ Fonte: Eurostat (database). Atualização de 5.10.2011.

¹¹ Fonte: Eurostat (database). Atualização de 31.5.2011.

semelhantes, nomeadamente na França (oito “Bac’s”¹² gerais e dezassete tecnológicos que visam a qualificação profissional de técnicos e preparação para os BTS e DUT), na Holanda (quatro grupos de cursos tendo todos três componentes: uma parte comum, uma parte específica e relativa ao perfil de cada grupo e uma parte livre), na Espanha (Bachillerato com dois anos de duração e quatro modalidades todas com estrutura comum: disciplinas comuns, específicas e da modalidade opcional, sendo esta última a base para a diversificação e especialização) e na Noruega (todos os jovens prosseguem estudos durante três anos e obtêm uma qualificação formal, sendo que no 1.º ano têm uma base comum, no 2.º uma formação avançada e no 3.º uma formação em alternância) (Azevedo, 1994).

Apesar da inovação, o ensino secundário continuava a deixar para trás muitos jovens e o ensino profissional surgiu, também, da necessidade de encontrar uma forma de evitar o abandono escolar. Como refere Joaquim Azevedo (1999) “O ensino liceal é uma prisão para os jovens, um fator de exclusão e de forte seletividade social. A aposta nos ensinos tecnológico e profissional representa, ... o abrir de novas oportunidades e de novos horizontes de desenvolvimento humano ...” (p. 14).

Debruçarmo-nos um pouco sobre a história da formação profissional na Europa, permite-nos observar que cada país possui o seu próprio sistema de formação profissional, e que a convergência, a nível europeu, se processa lentamente dada a dificuldade de cada Estado abdicar das suas prerrogativas nacionais e do princípio da subsidiariedade no domínio da educação (Wollschläger & Guggenheim, 2004).

Tendo por base uma exposição de Norbert Wollschläger (2004), podemos dizer que durante a Idade Média e durante muitos séculos após a criação das guildas¹³, o ensino e a formação profissional eram muito semelhantes na maior parte dos países europeus. Como exceção tínhamos a Rússia, onde não surgiram estas corporações. Em 1698, o Czar Pedro I, tendo o

¹² Baccalauréat é um diploma nacional que certifica o fim dos estudos secundários e oferece a possibilidade de seguir para uma licenciatura. Existem três tipos de Bac principais: Baccalauréat geral: não permite o acesso à vida profissional, Baccalauréat tecnológico que permite continuar os estudos no ensino superior ou começar ativamente o trabalho e Baccalauréat profissional que permite uma rápida inserção no mercado de trabalho. Os titulares de um Bac geral também podem seguir um caminho tecnológico e tentar obter o BTS (“brevet” técnico superior) ou DUT (diploma universitário tecnológico).

¹³ Corporações que a partir do século XII reuniam pessoas que trabalhavam no mesmo ramo ou ofício que possuíam as suas próprias leis (o regimento) a que todos os seus membros se obrigavam.

sonho de reinar um império com uma economia forte e uma marinha poderosa, desenvolveu as indústrias necessárias à proteção e expansão das fronteiras da Rússia e criou um sistema completo de ensino e formação profissional: escolas de navegação, balística, engenharia e medicina, academias para a formação de trabalhadores especializados e escolas primárias. Mas como a população não aderiu voluntariamente ao envio dos seus filhos para estas escolas, D. Pedro I tornou obrigatória a educação e formação profissional, e durante muitos séculos estes foram dominados pelo Poder Central. Em 1968, na Escola Técnica Imperial de Moscovo, é criado o que viria a ser chamado de “Método Sequencial”, que assentava em pôr os aprendizes a começar a executar e dominar tarefas simples, que se iam tornando mais complexas de acordo com uma sequência pré determinada. Este método começou progressivamente a ser adotado pelos centros de formação profissional de toda a Europa e ainda hoje, centenas de cursos se baseiam nele. Na primeira metade do século XX, tinham-se desenvolvido na Europa três modelos básicos de educação e formação profissional que, apesar de não refletirem a situação atual por serem muito diversos e evoluírem rapidamente, ainda se verificam em muitos países ou permanece visível a sua influência. A diversidade deve-se a vários fatores destacando-se: a abolição das guildas na sequência de convulsões políticas, os diferentes ritmos da industrialização e a influência dos movimentos políticos, filosóficos, culturais e religiosos. Estes três modelos são associados a países e designam-se por: Modelo de mercado liberal (Grã-Bretanha); Modelo regulamentado pelo Estado (França) e Modelo dual empresarial (Alemanha). O Modelo de mercado liberal caracteriza-se por: a organização do ensino e formação profissional ser negociada entre representantes dos trabalhadores, gestores e centros de formação profissional; ter lugar nas escolas, empresas ou em ambas bem como através de meios de comunicação eletrónicos; os conteúdos programáticos não serem pré estabelecidos mas determinados pela necessidade do mercado (que é influenciado pelas próprias empresas); o custo é suportado pelos formandos ou por algumas empresas que financiam cursos que elas mesmas ministram; e as qualificações obtidas não são supervisionadas nem há exames reconhecidos por todos. O Modelo regulamentado pelo Estado caracteriza-se por: a organização do ensino e formação profissional ser determinada pelo Estado; ter lugar em escolas especializadas denominadas “escolas de produção”; os conteúdos programáticos serem determinados pelo Estado, em conjunto com os parceiros sociais e assentarem numa formação mais geral e teórica; o custo ser suportado pelo Estado através da cobrança de impostos e as qualificações obtidas serem certificadas pelo Estado permitindo o prosseguimento de estudos. O Modelo dual empresarial caracteriza-se por: a

organização do ensino e formação profissional ser determinada pelas Câmaras de comércio regulamentadas pelo Estado e agrupadas por profissão; ter lugar em escolas profissionais e empresas alternando de forma pré determinada; os conteúdos programáticos serem decididos em conjunto pelos empresários, os sindicatos e o Estado; o custo ser suportado pelas empresas que financiam a formação no seu seio sendo estes custos dedutíveis nos impostos e as escolas profissionais serem financiadas pelo Estado; e as qualificações obtidas permitirem que os formandos trabalhem na profissão em causa e que prossigam estudos para níveis de maior especialização.

Ainda com base na exposição de Norbert Wollschläger (2004) a necessidade de desenvolver o ensino e formação profissional de forma articulada foi expressa, pela primeira vez de forma clara, nos Tratados de Roma e as iniciativas neste domínio foram identificadas como condição para a mobilidade da mão-de-obra no espaço da CEE. A ideia de uma política comum para o ensino e formação profissional teve de ser amadurecida lentamente “Os programas de ação europeus foram lançados pela primeira vez em 1986, um exemplo é o programa de ação conhecido como “Leonardo da Vinci”, o qual tem constituído o terreno experimental para a inovação no campo da aprendizagem ao longo da vida” (p. 16). No Conselho Europeu de Lisboa (Março de 2000) “A União Europeia definiu como objetivo estratégico transformar-se, até 2010, na economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo” (p. 17). Em Estocolmo, no ano de 2001, o Conselho Europeu definiu três objetivos: “aumentar a qualidade e a eficácia dos sistemas de educação e formação na União Europeia, facilitar o acesso de todos a estes sistemas e abri-los ao mundo exterior” (p. 17). Os processos de Bruges e Copenhaga pretenderam que se intensificasse voluntariamente a cooperação na educação e formação vocacional, “... a fim de promover a confiança mútua, a transparência e o reconhecimento das competências e qualificações e, deste modo, estabelecer uma base para uma mobilidade crescente e facilitar o acesso à aprendizagem ao longo da vida” (p. 17).

Esta breve resenha sobre a história da formação profissional na Europa permite-nos destacar, tendo em conta os depoimentos de Wolf-Dietrich Greinert (2004), que os modelos básicos de educação e formação profissional da Europa têm por base as diferentes prioridades, no domínio das relações industriais e do direito do trabalho, evidenciadas pelos três países que os caracterizam. No Reino Unido prevalece a economia, em França a política e na Alemanha a sociedade. Podemos assim inferir que estes modelos decorrem da resposta que cada país tenta encontrar para os seus problemas socioeconómicos e políticos e que a transformação dos

mesmos, bem como a procura de alternativas, se faz respeitando a tradição, permanecendo a prevalência dos modelos clássicos.

Há, portanto, uma relação direta entre os contextos socioeconómicos e políticos dos países com os modelos de educação e formação profissional (EFP) adotados.

O estudo levado a cabo por Holger Reinisch e Dietmar Frommberger (2004) tem interesse por se debruçar sobre uma situação em que não se verifica essa relação. Este estudo pretendeu descrever e debater a origem, e posterior desenvolvimento, dos sistemas de ensino e formação profissional nos Países Baixos e na Alemanha. Apesar das semelhanças a nível económico, social e cultural, apresentam uma estrutura de sistemas de EFP muito diferente. Nos Países Baixos a EFP baseou-se predominantemente na escola. Só em 1996, face às críticas de que a via de EFP em contexto escolar não preparava adequadamente os alunos para as necessidades do mercado de trabalho, agravado pelo acelerado crescimento do desemprego juvenil, é que foram criadas duas vias de EFP com o mesmo valor formal, uma em contexto escolar e outra em contexto de trabalho. Na Alemanha a EFP foi predominantemente ministrada no âmbito do sistema dual, que alia o ensino a tempo parcial numa escola profissional, com a aprendizagem numa empresa ou organismo público. A maioria dos alunos preferia obter uma qualificação profissional pela aproximação ao mundo do trabalho e através das empresas. A conclusão a que estes dois investigadores chegam para justificar as diferenças encontradas nestes dois países prende-se com razões históricas. Na Alemanha não houve uma abolição das guildas; no século XX foi adotado pelas grandes indústrias um sistema organizado de EFP e, de acordo com a filosofia Alemã, os adolescentes beneficiam da sua integração numa empresa por ter contacto com o “mundo real”. Nos Países Baixos houve a abolição das guildas, era considerado preferível permanecer na escola o máximo de tempo possível; a intervenção governamental foi tardia mas sólida e as empresas habituaram-se a não ter custos e ter cada vez mais vantagens no recrutamento de jovens após conclusão da EFP em escolas profissionais a tempo inteiro. Os autores sintetizam referindo que:

... é necessário analisar a evolução histórica do sistema de EFP para conhecer os fatores que explicam as diferenças entre os sistemas nacionais de ensino profissional.

Em segundo lugar, a análise histórica de um ou mais sistemas nacionais de EFP prende-se não apenas com o desenvolvimento económico, social e técnico, mas

também com fatores culturais, em especial a mentalidade nacional relativamente à educação, trabalho e formação (Reinisch & Frommberger, 2004, p. 33).

Feito este enquadramento, abordaremos agora o que se passa noutros países no que respeita aos sistemas de EFP e à evidência empírica sobre os resultados da implementação dos mesmos.

Segundo Will Bartlett (2009), num artigo em que analisa o atual conhecimento sobre o impacto da educação profissional nos jovens na transição da escola para o trabalho, as ações de ensino profissional variam consideravelmente em todo o mundo (dados de 2006) Na Bélgica e Reino Unido, mais de metade dos alunos matriculados no secundário está no caminho vocacional; Egito, Macedónia e Israel têm 40%; Turquia e Rússia têm 30%; Jordânia, Quirguístaão e Uzbequistão acima de 20% e apenas os países da Ásia Central e Norte de África têm abaixo dos 10%.

Neste mesmo estudo, o autor refere que os cursos de formação profissional, quando comparados com os cursos de educação geral, levam a melhores resultados quer no que respeita ao abandono escolar quer no que respeita à empregabilidade.

Estes resultados são corroborados pela análise comparativa dos dados de onze países, feita por Yossi Shavit e Walter Muller (2000). Esta análise permitiu observar que, na maioria destes países, o ensino secundário reduziu a possibilidade de desemprego bem como o ingresso no mercado de trabalho sem qualificações.

Estes estudos mostram que o ensino profissional é uma medida eficaz no combate ao abandono escolar e ao desemprego de jovens que não possuam ou não tenham intenção de prosseguir estudos superiores.

Outra questão relacionada com o ensino profissional, e que varia de país para país, tem a ver com a idade em que é oferecido e com o *tracking* ou *rastreamento*, isto é, a alocação de alunos em diferentes vias de ensino seja dentro da mesma escola ou em escolas diferentes.

Will Bartlett (2009) refere que alguns países têm educação geral (igual para todos) até aos 16 anos mas outros permitem que a escolha pela via académica ou profissional se faça mais cedo;

uns têm sistemas estruturados com escolas separadas consoante o tipo de educação e outros têm diferentes vias dentro da mesma escola.

Hindriks, Verschelde, Rayp e Schoors (2010) mostram, num estudo realizado na Bélgica, o impacto negativo do rastreamento na segregação social e conseqüentemente na igualdade de oportunidades na educação. A Bélgica é um país com uma longa história de rastreamento educacional precoce entre escolas. Neste estudo foi clarificado o significado de “rastrear” como o ato de agrupar alunos em classes, por capacidades, tendo por base as suas realizações anteriores e não dependendo do quociente de inteligência individual. Os defensores do rastreamento afirmam que estudantes de diferentes níveis de capacidade requerem diferentes tipos de instrução enquanto que os opositores argumentam que os alunos com mais alto rendimento devem servir como modelos para os menos capazes e/ou com dificuldades. Foi ainda clarificado que o termo tracking se refere ao agrupamento de alunos em classes com diferentes currículos e em função da capacidade individual de cada aluno. O estudo em causa não produz provas conclusivas quando o agrupamento é feito por classes de capacidades mas com currículo idêntico. No entanto, quando o currículo é adaptado às capacidades parece que o desempenho dos alunos com altas habilidades é impulsionado e o dos alunos com baixas habilidades tende a baixar. Podemos considerar do anteriormente referido que o tracking prejudica os alunos de baixas habilidades.

Resumindo, as grandes questões destes dois estudos prendem-se com o impacto que o agrupamento de alunos pode vir a ter no desempenho dos mesmos, na opção de prosseguir estudos e, conseqüentemente, no acesso ao emprego e aos ganhos subseqüentes. Bartlett (2009) refere que, em muitos países, os alunos mais capazes são encaminhados para a via académica e os menos capazes, ou com menos recursos, para a via profissional. Ou seja, as vantagens do ensino profissional em termos de redução do abandono escolar e maior empregabilidade pode ser anulada pela redução na frequência do ensino superior, pelo que, este autor alerta para a necessidade de reforço das rotas de progressão do ensino profissional para o superior. Hindriks et al. (2010) conclui que a adaptação do currículo em função das capacidades do grupo melhora o desempenho dos alunos mais capazes mas piora o dos restantes. Estes podem ser os argumentos que estiveram na base da intervenção direta da Comissão Europeia, e que fez com que muitos países da OCDE não permitam que o rastreamento/agrupamento se processe antes do secundário.

A permeabilidade entre os sistemas bem como a garantia de acesso ao ensino superior por diferentes vias, tornam-se fatores muito importantes na garantia da igualdade de oportunidades na educação. Se, por um lado, o agrupamento de alunos com currículos diferentes parece limitar o desempenho dos mais fracos, o encaminhamento para a via profissional não só permite diminuir o abandono e o insucesso escolar como também parece permitir a reconquista destes mesmos alunos para o prosseguimento de estudos.

Shavit e Muller (2000) basearam-se em trabalhos anteriores, para referir que alguns estudiosos veem o ensino profissional como uma rede de segurança que aumenta a possibilidade dos estudantes adquirirem um emprego remunerado como trabalhadores qualificados, mas outros vêem-no como um mecanismo de reprodução social, que desvia os alunos do ensino superior. Os efeitos de “rede de segurança” e de “desvio” não são mutuamente exclusivos, mas antes o “outro lado da mesma moeda”. Há uma ampla evidência de que os jovens oriundos de classes trabalhadoras têm mais tendência para optar pela qualificação profissional, ao contrário dos jovens oriundos de classe média/alta que preferem optar diretamente pela via académica que leva ao prosseguimento de estudos para graus universitários. Esta reprodução social intergeracional é maior em países onde os efeitos de rede de segurança e de desvio são maiores, como é o caso da Alemanha.

Uma revisão da literatura sobre o impacto da formação profissional, realizada em 2003 em Inglaterra, também associa as opções de qualificação profissional a origens sociais e educacionais menos favorecidas, embora seja observado que estas mesmas opções parecem potenciar a participação na aprendizagem mais tarde na vida (Unwin, Fuller, Turbin, & Young, 2004).

Fazendo referência à situação concreta dos alunos portugueses, os diplomados pelos cursos profissionais, quando comparados com os alunos dos Cursos Científico-Humanísticos, revelam maiores taxas de transição e conclusão, menores taxas de abandono, maior satisfação com o seu trajeto profissional e cada vez mais prosseguem estudos. O sucesso desta modalidade não passa unicamente pela capacidade de preparar os alunos para uma profissão, mas também por recuperá-los para o sistema educativo e formativo (Instituto de Estudos Sociais e Económicos [IESE], 2011). A questão que se coloca é que, sendo estes dados relativos a um período que termina em 2008 e 2009, reportam essencialmente a alunos

diplomados, quase exclusivamente, por escolas profissionais e não por escolas secundárias e, portanto, não evidenciam a realidade atual em Portugal.

De facto, Shavit e Muller (2000) referem que as vantagens associadas ao ensino profissional são maiores quando este é específico em vez de geral.

Tomando como exemplo a situação do ensino na Finlândia, em 1991, mais de metade dos estudantes do ensino secundário encontravam-se inscritos no ensino profissional e segundo Matti Kyrö (1995) “... o ensino geral e o ensino e formação profissional estão a ser desenvolvidos separadamente, de acordo com os princípios da ‘escola edificante’ e da escola para o mercado de trabalho, respetivamente ...” (p. 27). Não é possível deixar de sublinhar a opção da Finlândia por um ensino profissional específico e de destacar este sistema de ensino como uma referência. O Programa para a avaliação de estudantes internacionais (PISA), no estudo de 2006, destaca o desempenho dos alunos finlandeses. Um em cada cinco estudantes finlandeses, com mais de 15 anos, conseguiram atingir o quinto nível nas perguntas, dividido por 6 níveis de dificuldade. O sucesso alcançado pela Finlândia, nas pesquisas PISA dos últimos anos, chamou à atenção internacional para o sistema escolar do país¹⁴.

Embora a breve revisão da literatura sugira que a aposta que tem sido feita em Portugal no ensino profissional, para combater o abandono escolar e a entrada de jovens no mercado de trabalho sem qualificações, terá sido acertada, levantam-se dúvidas relativamente à forma já que a generalização do ensino profissional às escolas secundárias pode significar que tenha deixado de ser específico e passado a geral, podendo, desta forma, perder parte das suas vantagens. Este mesmo receio é evidenciado por Joaquim Azevedo (1999) “O risco que se pode vir a correr no futuro é o de deixar de investir em alguns destes fatores chave da redignificação histórica do ensino profissional, para o qual as escolas profissionais tanto têm contribuído” (p. 28).

2.2.2 O ensino profissional em Portugal

Antes de nos debruçarmos plenamente sobre o objeto do nosso estudo, o ensino profissional em Portugal, importa clarificar alguns dos conceitos que lhe estão subjacentes. Apesar da

¹⁴ Consultado em: <http://www.finlandia.org.pt/public/default.aspx?nodeid=39510&contentlan=17&culture=pt-PT>.

relevância reconhecida à formação profissional, esta constitui uma área pouco estudada e os conceitos de formação profissional são inúmeros.

Todo o homem, enquanto parte integrante de uma sociedade, vai construindo a sua aprendizagem através dos estímulos que recebe (sejam eles formais ou informais), da forma como deles se apropria e como os integra no seu conhecimento e desempenho pessoal. Subentende-se, portanto, que a formação profissional não pode ser dissociada do “ser social” e como tal engloba competências adquiridas para o exercício de uma profissão, competências sociais e competências humanas. A formação profissional tem como intuito melhorar o desempenho profissional, independentemente de se encontrar ancorada no Sistema Educativo ou no mercado de emprego, de ter como público-alvo os empregados ou desempregados, os jovens ou adultos e de estar direcionada apenas para o mercado de trabalho ou também para a aquisição de competências escolares (Fialho, Silva & Saragoça, 2013).

Para tentar clarificar o conceito de formação profissional tomemos como ponto de partida a seguinte definição:

A formação profissional é constituída pelas intervenções, escolares ou extra escolares, que visam a preparação inicial, de jovens e adultos (ativos ou não), para o exercício de qualquer profissão qualificada, ou técnica, de nível não superior e o aperfeiçoamento dos ativos de todos os níveis de qualificação profissional e responsabilidade (Cardim & Miranda, 1998, p. 19).

Esta definição é demasiado abrangente na medida em que a formação pode ser realizada por diversos sistemas e estruturas, considera públicos-alvo distintos e engloba atividades que iniciam, completam e aperfeiçoam o exercício de uma atividade profissional. Torna-se assim necessário perceber o que distingue as intervenções escolares, em princípio asseguradas pela educação, das intervenções extraescolares, potencialmente asseguradas pela formação.

A educação, de acordo com a terminologia de formação profissional MESS¹⁵, “... é um processo e um conjunto de atividades orientadas para desenvolver num indivíduo

¹⁵ Cadernos de divulgação nº 29.

conhecimentos técnicos, valores e compreensão, relacionados com um campo de atividade alargada que permitam definir, analisar e resolver uma gama muito ampla de problemas”.

A formação “... tem uma orientação essencial para o ensino dos conhecimentos, capacidades, práticas, atitudes e comportamento necessários ao desempenho das profissões” (Cardim & Miranda, 1998, p. 20).

A educação deve assegurar uma formação geral e a formação deve preparar os indivíduos para a realização de tarefas com vista ao desenvolvimento mais eficaz da sua atividade profissional. Mas, desta distinção, não devemos retirar que educação e formação são antagónicas ou alternativas mas antes destacar a sua complementaridade, pois “... no âmbito da temática da formação profissional, vivemos hoje perante uma diversidade de sistemas e práticas, ancoradas no sistema educativo e/ou inseridas no mercado de emprego...” (Fialho et al., 2013, p. 16). Apesar dos pontos comuns, podemos distinguir o conceito de formação profissional “... de matriz ‘hard’, direcionado fundamentalmente para o desempenho de uma determinada profissão...” do conceito de formação profissional “... de matriz ‘soft’ ... uma lógica concertada que reúne uma aquisição profissional e uma aquisição de nível escolar.” (Fialho et al., 2013, p. 16).

Com o intuito de introduzir aqui uma nova vertente, fundamental para a clarificação do conceito de formação profissional e não presente na anterior definição, permitimo-nos destacar uma outra definição:

... a formação profissional surge-nos como uma ação estratégica que procura aliar as necessidades do mercado de trabalho, capacitando os recursos humanos para uma resposta qualificada num determinado processo produtivo. Os conhecimentos, capacidades práticas, atitudes e formas de comportamento constituem a sua essência, independentemente da área ou modalidade de formação em questão (Fialho et al., 2013, p. 17).

Nesta definição é visível que a formação profissional surge da necessidade de adequar a qualificação dos recursos humanos às necessidades do mercado de trabalho independentemente da forma como esta é assegurada.

Com vista a clarificar o conceito que será objeto do nosso estudo, definimos que a formação profissional é constituída pelas intervenções, escolares ou extra escolares, que visam a preparação inicial dos jovens para o exercício de qualquer profissão de nível não superior, adequando os recursos humanos às necessidades do mercado de trabalho e permitindo ainda o prosseguimento de estudos superiores.

Compreende-se assim que a história da formação profissional, em Portugal, não seja dissociável da história do ensino. A sua origem remonta a 1836, em consequência da Revolução Industrial, com o início do ensino técnico, pela mão de Passos Manuel, através da criação dos Conservatórios de Artes e Ofícios em Lisboa e Porto. A imagem discriminatória do ensino técnico originou a reforma de 1947/1948 que condicionou a sua evolução. Na década de 60, as novas condições económicas e sociais alertaram para os níveis insuficientes de formação profissional, reclamando o seu crescimento, mas as limitações de financiamento público não permitiram grandes resultados. A reforma educativa dos anos 70 aproxima as duas vias de ensino do secundário com a criação dos Cursos Gerais do ensino técnico (agricultura, mecânica, química, administração e comércio, formação feminina, ...). De 1974 a 1976 a democratização do país conduziu a efetiva perda dos Cursos Técnicos, ao reformar o ensino técnico, aproximando os seus conteúdos ao ensino geral. Em 1980 surge a primeira iniciativa de restabelecimento do ensino profissionalizante com a criação do 12.º ano do ensino secundário e com a oferta de 31 Cursos de Formação pré-profissional. Em 1983 verifica-se uma nova tentativa com o projeto “ensino técnico-profissional” cujos cursos exigiam como requisito para o seu ingresso a aprovação no 9.º ano de escolaridade. Apesar das múltiplas iniciativas, a formação profissional em Portugal teve, de 1974 a 1986, uma reduzida expressão. Em 1986, o GEPE¹⁶ realizou uma análise sobre medidas de política educativa tendo por base o diagnóstico da OCDE que concluía que o Sistema Educativo português era deficiente na preparação para integração de jovens na vida ativa, propondo o lançamento de um sistema viável de ensino profissional e técnico na sequência da escolaridade obrigatória (Cardim, 2005).

Portugal encontrou a motivação para identificar o rumo e as estratégias necessárias à reorganização do ensino secundário, já que estava a permitir que jovens sem qualificações ingressassem na vida ativa.

¹⁶ Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986, estabelece uma nova estrutura do Sistema Educativo e apresenta uma escolaridade obrigatória de 9 anos, a que se sucede um ensino secundário constituído por três anos e que oferece três tipos de cursos: predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos, ou Cursos Gerais, predominantemente orientados para a vida ativa, ou Cursos Tecnológicos e ensino artístico. Os dois primeiros Cursos (Gerais e Tecnológicos) são ministrados exclusivamente em escolas com ensino secundário, públicas ou privadas. Os Cursos de Ensino Artístico podem ainda ser ministrados em escolas especializadas em ensino artístico, e mais tarde, em escolas profissionais. Assim, a Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro determina no seu art.º 19.º que:

A formação profissional para além de complementar a preparação para a vida ativa iniciada no sistema básico, visa uma integração dinâmica no mundo do trabalho pela aquisição de conhecimentos, e de competências profissionais, por forma a responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica (p. 3073).

Apesar da LBSE ter como objetivo preparar os alunos para o prosseguimento de estudos ou para a inserção na vida ativa, o que a sua concretização veio a demonstrar foi a predominância da primeira via (prosseguimento de estudos) e a desvalorização da segunda (preparação para a vida ativa). Esta desvalorização obrigou a repensar o modelo, criando as condições para o nascimento e consolidação do ensino profissional (Justino, Fernandes, Almeida, & Raposo, 2004).

A partir de 1989, o sistema passou a oferecer o ensino profissional, alternativa inovadora aos cursos secundários, lecionado em entidades externas ao sistema (escolas profissionais) e cujos cursos são designados por Cursos Profissionais. Apesar de, aparentemente, não se observar grande diferença entre os Cursos Profissionais e os Cursos Tecnológicos, pois ambos permitem a conclusão do ensino secundário e/ou o prosseguimento de estudos, sendo orientados para o mercado de trabalho, o facto de não serem ministrados nas mesmas escolas que os Cursos Gerais (escolas secundárias) parece ter ajudado a diferenciá-los e combater a imagem discriminatória do ensino de carácter profissionalizante, que tanto contribuiu para o seu insucesso. As escolas profissionais diversificaram a oferta formativa através da construção de um sistema alternativo ao ensino secundário oficial convencional, mais

autónomo e inovador, mobilizando a sociedade civil e visando a criação de emprego a nível regional e local (Cardim, 2005).

Como disse mais tarde Maria de Lurdes Rodrigues (2010), nas escolas públicas: “... ofereciam-se apenas cursos tecnológicos, que embora conferissem certificação profissional, obedeciam a um modelo de organização curricular e de avaliação semelhante ao dos cursos científico-humanísticos destinados ao prosseguimento de estudos.” (p. 96).

Por outro lado as escolas profissionais tinham ainda a virtude de estruturar a formação inicial de jovens em contraposição às inúmeras ações de formação, de curta duração. O ensino profissional distinguiu-se também da aprendizagem¹⁷ por ter a escola como base institucional e distinguiu-se do ensino vocacionado para o prosseguimento de estudos pela sua vinculação à formação tecnológica e prática (Silva, Silva, & Fonseca, 1996).

Como disse Fátima Antunes (2004), a criação do subsistema das escolas profissionais “... é promovida no contexto da Reforma do Sistema Educativo como uma modalidade alternativa de escolarização de nível secundário, essencialmente votada à aproximação dos jovens face aos contextos de trabalho e às realidades produtivas” (p. 54).

As escolas profissionais foram criadas por iniciativa conjunta dos Ministérios da Educação e do Trabalho e tiveram origem na publicação do Decreto-lei nº 26/89, de 21 de Janeiro. Surgiram como uma modalidade especial de educação escolar, integraram o sistema de ensino, ministravam cursos essencialmente de nível secundário com equivalência ao 12.º ano e com certificação profissional de nível III e tinham como objetivo primordial preparar os jovens (15 aos 18 anos) para o mercado de trabalho evitando o abandono escolar.

As escolas profissionais surgiram num contexto favorável à construção de projetos educativos em novos moldes. A transformação e modernização do tecido social em Portugal, na Europa Comunitária, bem como em muitos dos países da OCDE e a disponibilidade de financiamento comunitário, permitiram a criação das escolas profissionais, através de um contrato-programa entre o Estado e os diferentes atores e instituições sociais, económicas e culturais. A inovação que estas escolas trouxeram ao Sistema Educativo verificou-se na sua própria criação que iniciou com a identificação das necessidades de formação/qualificação de recursos humanos

¹⁷ Cursos de formação profissional inicial, em alternância, dirigidos a jovens, privilegiando a sua inserção no mercado de trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

na região e/ou num dado setor de atividade; não partiu da iniciativa do Ministério da Educação e implicou a partilha de poder dos diferentes parceiros aos diversos níveis (local, regional e nacional). Em termos de organização do curso, adotou um modelo curricular com grande flexibilidade na componente técnica (50% do peso total) e uma maior uniformização na componente sociocultural e científica; adotou um modelo de progressão no plano de estudos por módulos promovendo uma progressão diversa, individualizada e flexível e a formação em contexto de trabalho, bem como a obrigatoriedade de apresentação da Prova de Aptidão Profissional (PAP) é um elemento dinâmico demonstrativo da forte relação com o mercado de trabalho. O financiamento assentou num modelo de comparticipação de todos os intervenientes: o Estado (FSE¹⁸ e OE¹⁹), as entidades promotoras e as próprias escolas. Apesar de, em Portugal, a procura do ensino profissionalizante ser por tradição fraca, entre 1989 e 1993, com o apoio de 330 promotores (Câmaras Municipais, empresas privadas, Associações, Sindicatos e outros) foram criadas 180 escolas profissionais. (Departamento do Ensino Secundário-Ministério da Educação [DES], 1996).

Segundo Joaquim Azevedo (2010), primeiro Diretor Geral do GETAP²⁰ e responsável pela criação das Escolas Profissionais, estas escolas:

oferecem oportunidades mais completas de desenvolvimento humano, contando nos seus planos de estudo, além da formação técnica específica, com uma formação sociocultural e científica, devidamente adequadas; são escolas onde os alunos são pessoalmente apoiados e onde a progressão de estudos se faz por módulos (pequenos conjuntos de aprendizagens) e não por disciplinas anuais; são escolas abertas ao mundo (p. 3).

Esta diferença permitiu, logo nos primeiros anos de saída de diplomados das escolas profissionais (1993 e 1994), identificar dinâmicas de inserção pós formação: mais de metade estava a trabalhar, o tempo médio de obtenção do primeiro emprego era sensivelmente de quatro meses e aproximadamente 25% prosseguiu estudos de nível superior. (DES, 1996).

¹⁸ Fundo Social Europeu.

¹⁹ Orçamento de Estado.

²⁰ Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional - Organismo Central criado pelo Ministério da Educação em 1988 para reestruturação do ensino técnico, desenvolvimento do ensino artístico e estudo de um novo modelo de escolas.

Esta nova oferta rapidamente se torna significativa. Numa década (1990-2000), em que o número de alunos no secundário cresceu 35%²¹, passando de 309.568 para 417.705, a proporção de alunos matriculados no ensino profissional face ao total de alunos matriculados no secundário passa de 0.67% em 1990 para 7% em 2000²². Nesta mesma década, a taxa real de escolarização no secundário em Portugal duplica, situando-se em 62.5% em 2000, mas mantém-se em valores inferiores a este até 2006²³.

Referindo novamente Joaquim Azevedo (2009) “... entre 1994 e 2005, ocorre uma “clara travagem” no desenvolvimento deste modelo de escolas e de ensino. É o tempo longo da hesitação política, de travessia do deserto e de provação para a maioria dos promotores das escolas...” (p. 3). De facto, observamos que em 2004, a taxa de conclusão dos Cursos Profissionais (65.5%) situa-se 14 *p.p.* acima dos Cursos Gerais (53.1%) mas mais de metade da procura dirigida a este ensino não é satisfeita (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo-Ministério da Educação [GIASE], 2005). Esta limitação poderá estar associada ao facto de a maioria das escolas profissionais serem entidades privadas e do Ministério da Educação as ter colocado, e mantido, sob a dependência do financiamento público/comunitário.

Não obstante as melhorias alcançadas de 1990 a 2000, Portugal volta a estagnar na escolarização ao nível do secundário pelo que aproveitar o sucesso que o ensino profissional evidenciava, uma vez que os alunos que concluíam o ensino profissional concluíam também o ensino secundário, apresentou-se como uma saída.

Maria de Lurdes Rodrigues refere (2010):

Ao longo de mais de 15 anos, o ensino profissional afirmou-se como um segmento do sistema de ensino com algumas especificidades: oferta formativa apresentada quase exclusivamente por escolas privadas, suportadas por financiamento público com origem em fundos comunitários, com um número de vagas limitado (quatro vezes inferior à procura ...) e padrões de qualidade, resultados escolares e empregabilidade confirmados em vários relatórios de avaliação externa (pp. 95-96).

²¹ Fonte: Pordata - última atualização: 2014-03-25.

²² Fonte: Pordata - última atualização: 2012-09-27.

²³ Fonte: Pordata - última atualização: 2012-09-27.

Em contraposição com a oferta das escolas públicas em que “... ofereciam-se apenas cursos tecnológicos.... O insucesso escolar nos cursos tecnológicos, progressivamente menos procurados pelos jovens, era da ordem dos 70%.” (Rodrigues, 2010, p. 96).

Em 2004, no âmbito da “reforma do ensino secundário”, e pela mão do Ministro da Educação David Justino, surgem os primeiros Cursos Profissionais nas escolas secundárias, em regime de experiência (Azevedo, 2009).

Para resolver a situação em que se encontravam os Cursos Tecnológicos, chegou a colocar-se a hipótese da reconversão total destes, em Cursos Profissionais, mas a inexperiência das escolas públicas na gestão curricular dos Cursos Profissionais levou a que esta reconversão se operasse apenas nos que evidenciavam menor frequência e sucesso escolar. Por outro lado, a crescente procura dos Cursos Profissionais, a incapacidade do Sistema Educativo lhe dar resposta dada a limitação de oferta imposta às escolas profissionais e as elevadas taxas de empregabilidade demonstraram que a procura de vias profissionalizantes existia. O principal problema centrava-se em conseguir integrar os Cursos Profissionais na escola secundária sem perder a identidade e dinâmica criada nas escolas profissionais. A solução encontrada passou por aproximar a matriz curricular dos Cursos Profissionais às outras ofertas de ensino secundário permitindo, nomeadamente, a permeabilidade entre eles (Justino et al., 2004)

A aposta no ensino profissional continuava a ser assegurada por fundos comunitários através dos mecanismos de financiamento disponibilizados pelo PRODEP²⁴ (período 2000-2006), inserido no QCA III²⁵, e posteriormente pelo POPH²⁶, inserido no QREN²⁷ (período 2007-2013) e na Iniciativa Novas Oportunidades. Esta iniciativa tinha como objetivo fazer do 12º ano o referencial mínimo de escolaridade para todos os jovens e assegurar que as ofertas profissionalizantes de dupla certificação passassem a representar metade das vagas em cursos de educação e de formação, que permitam a conclusão do secundário.

Esta iniciativa levou, de 2004 a 2010, a um acréscimo do número de matrículas no ensino secundário de 17%, sendo este crescimento negativo nos Cursos Científico-Humanísticos e de 200% nos Cursos Profissionais (DGEEC, 2012). Neste mesmo período, o número de alunos que concluiu o ensino secundário aumentou 70.4%, sendo este aumento de 207% no ensino

²⁴ Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal.

²⁵ 3º Quadro Comunitário de Apoio.

²⁶ Programa Operacional Potencial Humano.

²⁷ Quadro de Referência Estratégica Nacional.

profissional (DGEEC, 2012). Estes dados parecem sugerir que a “generalização” do ensino profissional contribuiu para o aumento da escolarização no secundário em Portugal.

A missão da escola é integrar e ensinar todos os alunos e o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade fez com que esta missão, apesar de dificultada, se tornasse possível. Portugal, através das escolas, professores e da política educativa, teve de antecipar formas de aumentar a taxa de escolarização e reduzir a taxa de abandono escolar. Teve de criar condições para que todos pudessem aprender, mesmo aqueles que apresentavam maiores dificuldades, menos motivação e menos recursos. A situação de estagnação que se viveu em Portugal de 2000 a 2005 não podia ser imputada ao não investimento no Sistema Educativo pois, de 1995 a 2005, verificou-se um aumento constante dos recursos humanos e financeiros afetos ao setor, a par de uma diminuição constante do número de alunos. A preparação para o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e a iniciativa Novas Oportunidades visaram forçar a generalização do ensino secundário como nível mínimo de qualificação dos jovens à entrada no mercado de trabalho. A introdução do ensino profissional na escola pública pretendeu adequar a oferta formativa do secundário às expectativas dos jovens tentando reduzir desta forma o insucesso e abandono escolar. (Rodrigues, 2010).

Citando ainda Maria de Lurdes Rodrigues (2010):

a intervenção política para o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e a generalização dos cursos profissionais nas escolas secundárias públicas, sendo medidas que visam em primeiro lugar combater o abandono escolar precoce, beneficiam mais explicitamente os segmentos de jovens com maiores dificuldades em prosseguir e concluir com êxito o seu percurso escolar (p. 21).

Mas esta generalização dos Cursos Profissionais às escolas secundárias, sem ter garantido o acompanhamento sustentado e de proximidade com os diferentes atores, pode ter consequências negativas. Luísa Orvalho, na qualidade de Coordenadora da Equipa Multidisciplinar da Formação Qualificante da Direção Regional de Educação do Norte (DREN), destaca que os gestores e professores das escolas secundárias públicas, sob a tutela da Direção Regional de Educação do Norte, envolvidos na implementação dos Cursos

Profissionais e que participaram nas oficinas de trabalho, nos anos letivos 2004/2005, 2005/2006 e 2006/2007 identificaram diversos constrangimentos: o corpo docente desconhecia os normativos que regem o ensino profissional; a distribuição da formação em contexto de trabalho era inadequada; não se verificava a aplicação de uma metodologia diferenciada, o ensino era centrado no professor, a progressão dos alunos não era diferenciada, a organização das escolas não era compatível com a flexibilidade da estrutura modular e a escola encontrava-se fechada em si mesma (Orvalho, Alonso & Azevedo, 2009). O estudo de campo desenvolvido pela mesma investigadora, no ano letivo 2008/2009, em duas escolas, acrescenta alguns fatores críticos de sucesso escolar nos Cursos Profissionais do ensino secundário público: o número elevado de alunos por turma, as baixas expectativas relativamente aos alunos dos Cursos Profissionais, a falta de experiência dos professores relativamente ao mundo do trabalho e a necessidade de mais e melhores recursos materiais e humanos (Orvalho & Alonso, 2009).

Esta generalização é também alvo de alerta por Joaquim Azevedo, ao referir que há muitas escolas secundárias a aproveitar para ampliar as suas ofertas educativas, mas uma grande parte está a criar “caixotes do lixo” para onde empurra os alunos com dificuldades de aproveitamento escolar (Azevedo, 2010) e por Maria de Lurdes Rodrigues (2010) ao referir que: “O principal desafio colocado pela generalização e alargamento dos Cursos Profissionais, sobretudo tendo em atenção a rapidez com que esta mudança foi introduzida nas escolas públicas, é a garantia da sua qualidade e sustentabilidade.” (p. 104). Esta opção, ao introduzir os cursos profissionais em organizações públicas, que dispõem sempre de orçamento do Estado e não dependem das leis do mercado, acarreta ainda o perigo de poder: “...prolongar o seu horizonte vital mesmo quando tais organizações não cumpram a sua missão e as suas principais atribuições e competências” (Bilhim, 2000. p. 245).

3 Objetivo, conceitos e hipóteses da investigação

3.1 Objetivo e pergunta de investigação

O principal objetivo deste trabalho e, conseqüentemente, a pergunta de investigação que esteve na origem deste estudo baseia-se na seguinte questão: O alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias, em Portugal, contribuiu para o aumento da escolarização dos jovens no secundário? E teve repercussões no sucesso do ensino profissional?

Optámos pela adoção de um modelo de análise hipotético-dedutivo: partimos do modelo de interpretação do fenómeno acima referido para escolhermos as leituras e definirmos os conceitos e indicadores, construirmos as hipóteses e o modelo de análise e seguirmos para a verificação empírica (Quivy & Campenhoudt, 2005).

Numa primeira fase, o nosso objetivo foi observar a relação entre o alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias e o sucesso do ensino secundário. Esta análise foi suportada em dados secundários abrangendo, sempre que possível, o período entre a criação das escolas profissionais, 1989, e 2012 e subdividindo-o em: antes do alargamento (1989/2004) e após o alargamento (2004/2012).

Numa segunda fase, o nosso objetivo foi observar a relação entre o alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias e o sucesso do ensino profissional. Esta análise foi suportada em dados primários obtidos por observação indireta (inquérito por questionário), uma vez que os dados secundários que, conseguimos obter, não nos permitiam dar continuidade ao estudo face ao reduzido período a que reportavam. Os dados relativos ao ensino profissional, isoladamente, revelaram-se muito difíceis de obter.

Numa última fase, com o intuito de enriquecer o conhecimento sobre a matéria em estudo e encontrar novas pistas de reflexão que nos desvinculassem da mera verificação das hipóteses preestabelecidas (Quivy & Campenhoudt, 2005), fomos observar a forma como este alargamento se efetivou. Pretendemos compreender se esta foi também uma variável importante no sucesso da implementação da Reforma subjacente a esse alargamento, que por não resultar de um processo *bottom-up*, pode ter condicionado os efeitos pretendidos. Esta análise foi suportada em dados primários obtidos por observação indireta (entrevistas

exploratórias realizadas de forma aberta e flexível, embora com uma estrutura de perguntas previamente definida).

3.2 Conceitos

Apesar da existência de um glossário no início deste trabalho, lembrar e clarificar alguns conceitos relacionados com o ensino secundário e o ensino profissional pareceu-nos facilitar a apresentação do estudo em causa.

As escolas secundárias são estabelecimentos de ensino não superior público ou privado que ministram ensino secundário, definindo-se este como o nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Este ensino está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa (DGEEC, 2012). Os Cursos Gerais do ensino secundário têm a duração de três anos letivos (10.º, 11.º e 12.º), são estruturados em componentes (conjuntos de disciplinas) de formação geral, específica e técnica/artística e têm em vista o prosseguimento de estudos no ensino superior. A partir do ano letivo de 2004/2005 estes correspondem aos Cursos Científico-Humanísticos do ensino secundário (DGEEC 2012). Esta é a oferta formativa predominante das escolas secundárias.

Os Cursos Profissionais, definidos como cursos do ensino secundário com um referencial temporal de três anos letivos, vocacionados para a qualificação inicial dos jovens, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos (DGEEC, 2012) começaram, a partir de 1989, por ser ministrados exclusivamente em escolas profissionais e em 2004 passaram a integrar também a oferta formativa das escolas secundárias. As escolas profissionais são estabelecimentos públicos, privados ou cooperativos, com uma vertente de ensino específico e profissionalizante, que tenham acordo com o Ministério da Educação²⁸. As escolas profissionais são predominantemente privadas.

²⁸ Consultado em: glossário de metainformação – INE.

Atualmente, em Portugal, quer os Cursos Científico-Humanístico (Cursos Gerais) quer os Cursos Profissionais, inserem-se na escolaridade obrigatória de 12 anos. Os Cursos Científico-Humanísticos atribuem diploma de conclusão de nível secundário e qualificação de nível 3. Os Cursos Profissionais atribuem diploma de conclusão de nível secundário e qualificação de nível 4. A oferta de nível secundário corresponde aos níveis 3 e 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) que entrou em vigor em outubro de 2010. O nível 3 é adquirido com a conclusão do ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos e o nível 4 com a conclusão do ensino secundário obtido por percursos de dupla certificação ou ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos acrescido de estágio profissional com um mínimo de seis meses (CNE, 2011).

3.3 Indicadores e fases do estudo

No que respeita aos indicadores utilizados e para observar o sucesso que a introdução de Cursos Profissionais nas escolas secundárias teve no ensino secundário, recorreremos a dados secundários. Para “medir” o grau de sucesso optamos por analisar as variações da taxa real de escolarização no ensino secundário, definida como a relação percentual entre o número de alunos matriculados no ensino secundário com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos e a população residente dos mesmos níveis etários (Glossário Pordata). Analisamos também as variações da taxa de abandono precoce de educação e formação, definida como a percentagem de indivíduos entre os 18 e os 24 anos, sem o secundário completo, que completou o 3.º ciclo ou não, e não inserida em qualquer programa de educação/formação. (Glossário Pordata). Analisaram-se também as variações no número de alunos matriculados, na taxa de conclusão dos alunos do ensino secundário definida como a relação percentual entre o número de alunos matriculados no último ano de um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade) e que no final deste obtêm aproveitamento, e o número de alunos matriculados nesse ano (Glossário Pordata) e na taxa de transição/conclusão dos alunos do ensino secundário, definida como a relação percentual entre o número de alunos que, no final de um ano letivo, obtêm aproveitamento, e o número de alunos matriculados nesse ano letivo (Glossário Pordata). A análise da taxa de conclusão pretende elucidar se a oscilação observada na taxa real de escolarização é apenas decorrente da matrícula e frequência ou se reflete uma efetiva conclusão do ensino secundário.

No que diz respeito à relação entre o alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias e o sucesso do ensino profissional, recorreremos a dados primários recolhidos por inquérito por questionário e optamos por analisar separadamente escolas secundárias e escolas profissionais. Para “aferir” esse sucesso recorreremos à taxa de conclusão dos Cursos Profissionais, sendo esta a relação percentual entre o número de alunos que no final do curso obtêm aproveitamento e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo (DGEEC, 2013); à taxa de empregabilidade dos alunos que frequentaram Cursos Profissionais e à imagem que a direção das escolas tem sobre os Cursos Profissionais.

3.4 Hipóteses de investigação

As hipóteses formuladas, que pretendem dar resposta à pergunta de investigação, dividem-se em dois grupos:

O primeiro grupo diz respeito à relação entre a introdução dos Cursos Profissionais nas escolas secundárias e o sucesso do ensino secundário:

- Hipótese 1.1: O alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias está associado a um aumento da taxa de escolarização no secundário em Portugal;
- Hipótese 1.2: O alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias está associado a uma diminuição do abandono escolar no secundário em Portugal;

O segundo grupo diz respeito à relação entre a introdução dos Cursos Profissionais nas escolas secundárias e o sucesso do ensino profissional:

- Hipótese 2.1: A taxa de conclusão dos Cursos Profissionais nas escolas secundárias é inferior à das escolas profissionais;
- Hipótese 2.2: A taxa de empregabilidade dos Cursos Profissionais nas escolas secundárias é inferior à das escolas profissionais;
- Hipótese 2.3: A imagem dos Cursos Profissionais nas escolas secundárias é menos positiva que nas escolas profissionais.

4 Dados – metodologia da recolha e tratamento

4.1 Recolha e caracterização da amostra

4.1.1 Dados secundários

Os dados estatísticos recolhidos relativamente ao ensino secundário em Portugal basearam-se nos seguintes indicadores: taxa real de escolarização, taxa de abandono precoce de educação e formação, número de alunos matriculados e taxa de conclusão. O período selecionado para análise do ensino secundário foi de 1989 a 2011, subdividido em dois períodos: de 1989-2004, que corresponde ao período que medeia entre a criação das escolas profissionais e o alargamento do ensino profissional às escolas secundárias, e 2004 a 2011, que corresponde ao período após o alargamento do ensino profissional às escolas secundárias.

Os dados relativos à taxa real de escolarização e número de alunos matriculados em Cursos Gerais, no ensino secundário, foram recolhidos no sítio da Pordata²⁹ e consideram o período de 1989/1990 a 2010/2011.

Os dados relativos à taxa de abandono precoce de educação e formação no ensino secundário foram recolhidos no sítio da Pordata³⁰ e consideram o período de 1991/1992 a 2010/2011 (não existiam dados disponíveis desde 1989).

Os dados relativos à taxa de transição/conclusão e taxa de conclusão no ensino secundário foram obtidos por solicitação específica à Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) do Ministério da Educação e Ciência e consideram o período de 1995/1996 a 2009/2010 (não foi possível obter dados desde 1989).

No que respeita aos dados estatísticos relativos ao ensino profissional em Portugal, estes revelaram-se de difícil recolha, não só porque constituía uma modalidade especial de ensino que não era dependente de um único Ministério, mas também por força das alterações orgânicas dos Ministérios e das entidades que o financiavam e tutelavam. Esta situação originou a impossibilidade de acesso a informação relativa a entidades já extintas/fundidas ou cujos organismos sucessores não dispunham ou não disponibilizaram a informação necessária.

²⁹ Última atualização: 2012-09-27.

³⁰ Última atualização: 2013-06-05.

A informação disponível, dependendo das fontes, nem sempre era coerente pois os dados do ensino profissional tanto eram contabilizados em conjunto com o ensino secundário, sem individualização, como eram “ignorados” por não o integrarem. A forma que encontramos para superar esta limitação foi procurar informação diretamente nas seguintes entidades: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira (DGPGF), Portal Europeu da Mobilidade Profissional (EURES), Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação (GEE), Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE), Observatório de Entradas na Vida Ativa (OEVA), Observatório do QREN e Programa Operacional Potencial Humano. A consulta destas entidades foi efetuada face à dificuldade em conseguir obter informação de outra forma ou porque algumas das entidades referidas aconselharam o seu contacto. A maioria destas entidades remeteu-nos para organismos do Ministério da Educação e Ciência ou simplesmente manifestaram a impossibilidade de disponibilizar a referida informação. Apenas uma nos disponibilizou informação capaz de complementar a recolha já efetuada, a Direção de Serviços de Estatísticas da Educação/Divisão de Estatísticas do Ensino Básico e Secundário (DSEE/DEEBS) da DGEEC. Apesar de não ter sido possível obter informação relativa a empregabilidade e prosseguimento de estudos, e a informação conseguida relativa a matrículas (de 1990/1991 a 2009/2010) e taxas de conclusão do ensino profissional (2006/2007 a 2010/2011) não ser suficiente para permitir que o estudo se baseasse exclusivamente nesses dados, permitiu o enriquecimento deste trabalho.

4.1.2 Dados primários - Inquérito por questionário

O inquérito por questionário foi elaborado com o objetivo de complementar a informação recolhida por dados secundários, nomeadamente no que respeita às taxas de conclusão do ensino profissional (dado o reduzido período para o qual conseguimos obter informação), às taxas de empregabilidade dos alunos diplomados pelo ensino profissional e à imagem que a direção das escolas tem atualmente sobre o ensino profissional.

O questionário foi estruturado em quatro partes diferenciadas pelo tipo de informação que pretendiam recolher. Na primeira parte pretendeu-se recolher informação sobre a caracterização do estabelecimento de ensino; na segunda, sobre a oferta de Cursos

Profissionais; na terceira, sobre a imagem social e efeito dos Cursos Profissionais; e a última parte foi reservada para considerações finais.

O questionário foi previamente testado por uma amostra constituída por um dirigente de agrupamento de escolas com oferta de Cursos Profissionais, um dirigente de escola profissional, dois técnicos de organismos do Ministério da Educação e Ciência com conhecimentos na área em estudo e dois licenciados sem conhecimento na área em estudo. Após introdução de algumas das alterações sugeridas neste pré-teste, foi enviado o modelo final, em 22 de maio de 2013³¹, por correio eletrónico e sugerindo o seu preenchimento através do *link* à página na internet onde o questionário se encontrava alojado. Este foi remetido a todos os dirigentes de estabelecimentos de ensino de Portugal Continental com oferta de Cursos Profissionais de nível secundário. A lista de entidades e correspondentes endereços eletrónicos³² foi disponibilizada pela DSEE/DEEBS, por solicitação específica. Foram efetuadas duas insistências³³, uma no final de Maio e outra no início de Junho de 2013. Para o universo de 737 entidades, foram recebidas 152³⁴ respostas (ver Tabela 1), o que corresponde a uma taxa de 20.6%.

³¹ A versão completa do questionário e mensagem que o acompanhou encontram-se no Anexo 1.

³² A lista completa das entidades e endereços eletrónicos encontra-se no Anexo 2.

³³ As mensagens de insistência encontram-se no Anexo 3.

³⁴ Os dados relativos às 152 respostas e correspondentes Figuras encontram-se no Anexo 4.

Tabela 1 – Caracterização da amostra relativa às respostas obtidas no questionário.

Estabelecimento de Ensino	Tipologia					
	Escola Secundária	%	Escola Profissional	%	Total	%
Nº de entidades	79	52	73	48	152	100
Meio em que se insere		100		100		100
Rural	31	39	18	25	49	32
Urbano	48	61	55	75	103	68
Região em que se insere		100		100		100
Norte	15	19	28	38	43	28
Centro	24	30	17	23	41	27
Lisboa	26	33	20	27	46	30
Alentejo	10	13	5	7	15	10
Algarve	4	5	3	4	7	5
Dimensão total (Nº turmas)		100		100		100
<= 9	21	27	33	45	54	36
[10 a 18]	13	16	32	44	45	30
>= 19	45	57	8	11	53	35
Dimensão total (Nº alunos)		100		100		100
<= 160	11	14	25	34	36	24
[161 a 320]	7	9	33	45	40	26
>= 321	61	77	15	21	76	50
Dimensão cursos profissionais (Nº turmas)		100		100		100
<= 9	57	72	41	56	98	64
[10 a 18]	20	25	26	36	46	30
>= 19	2	3	6	8	8	5
Dimensão cursos profissionais (Nº alunos)		100		100		100
<= 160	50	63	27	37	77	51
[161 a 320]	26	33	34	47	60	39
>= 321	3	4	12	16	15	10

Em termos relativos, o número de respostas ao questionário foi superior nas escolas profissionais face às escolas secundárias. No universo das 737 entidades, 70% eram escolas secundárias e 30% escolas profissionais e na nossa amostra esta percentagem é de 52% e 48%, respetivamente. Não nos foi possível obter informação sobre a caracterização do universo, no que respeita ao meio em que se insere nem à dimensão. No entanto, no que respeita à região, observamos que a distribuição da população e da amostra é muito similar em três regiões: no Centro corresponde a 30% na população e 27% na amostra, no Alentejo

corresponde a 9% na população e 10% na amostra e no Algarve corresponde a 4% na população e 5% na amostra; e menos próxima em duas regiões: no Norte corresponde a 36% na população e 28% na amostra e em Lisboa corresponde a 21% na população e 30% na amostra.

As Figuras abaixo pretendem dar visibilidade à caracterização da amostra (ver Tabela 1) e incluem apenas os itens considerados relevantes (as Figuras relativas a todo o questionário encontram-se no Anexo 4).

Nesta amostra temos uma representação equitativa de escolas secundárias e profissionais (Figura 1) havendo uma predominância do meio urbano em ambas as escolas (Figura 2).

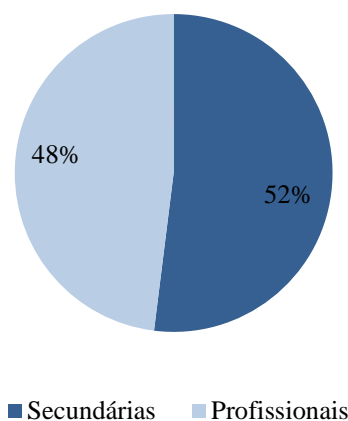


Figura 1 – Tipologia do estabelecimento de ensino (%).

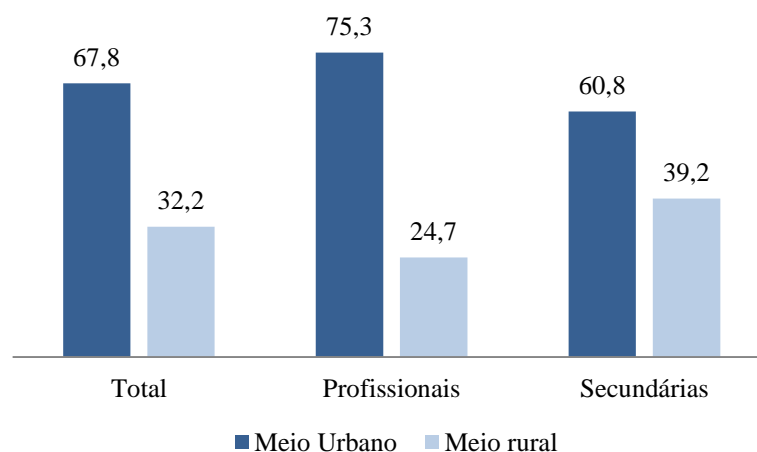


Figura 2 – Meio em que se insere o estabelecimento de ensino (%).

É interessante observar que cerca de 70% das escolas secundárias têm mais de 13 turmas e cerca de 65% das escolas profissionais têm menos de 12 turmas, o que evidencia a menor dimensão destas últimas. Apesar da dimensão total da escola, medida em número de turmas, ser predominantemente maior nas escolas secundárias (Figura 3) ela é inferior à das escolas profissionais quando reporta apenas aos Cursos Profissionais (Figura 4). Esta situação é justificada pelo facto de o ensino ministrado nas escolas profissionais ser, quase exclusivamente, ensino profissional e evidencia a predominância dos Cursos Gerais/Cursos Científico-Humanísticos nas escolas secundárias.

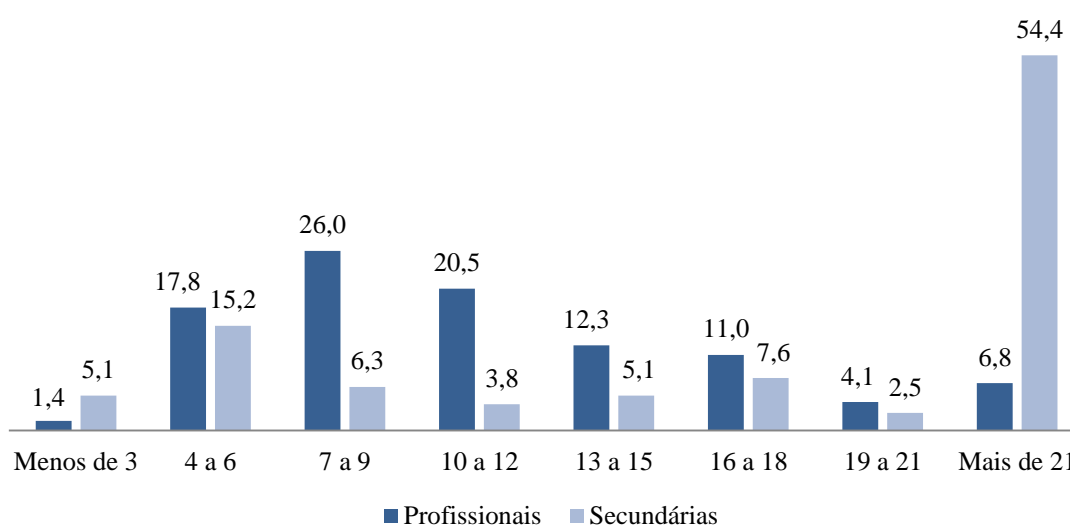


Figura 3 – Número de turmas em funcionamento no estabelecimento de ensino em 2012/13 por tipo de escola (%).

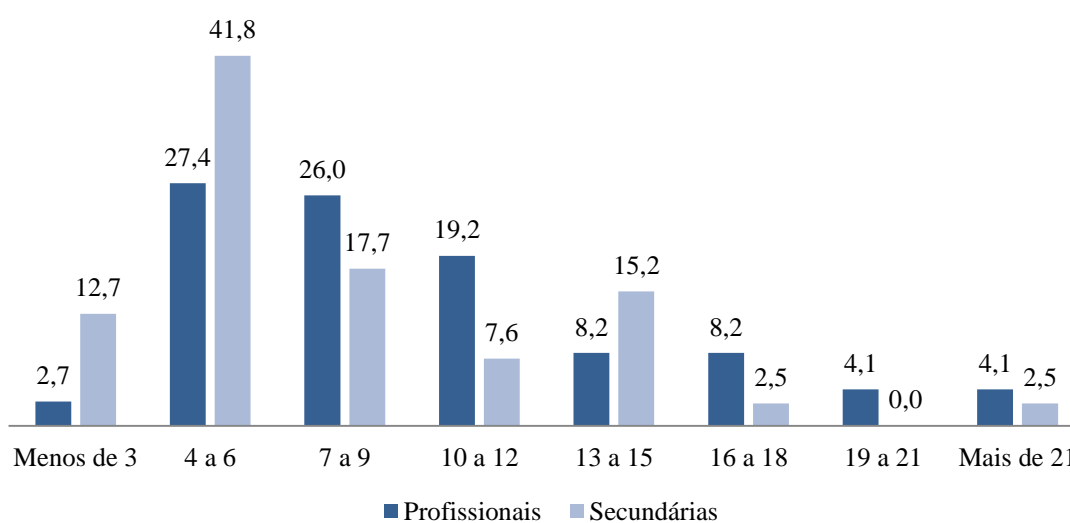


Figura 4 – Número de turmas de Cursos Profissionais no estabelecimento de ensino em 2012/13 por tipo de escola (%).

Nas Figuras 5 e 6, mais uma vez é interessante observar que cerca de 81% das escolas secundárias têm mais de 241 alunos e cerca de 59.5% das escolas profissionais têm menos de 240 alunos, o que confirma a menor dimensão destas últimas e conseqüentemente uma situação similar à referida nos Figuras 3 e 4, no que respeita à dimensão total da escola, medida em número de alunos. Não se encontra diferença na dimensão medida em turmas ou alunos dado que a integração do ensino profissional no ensino secundário obrigou as escolas profissionais a estarem sujeitas às regras impostas pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC) no que respeita ao número de alunos por turma no ensino secundário. A dimensão das turmas dos Cursos Profissionais, antes do alargamento, era inferior e mais variável.

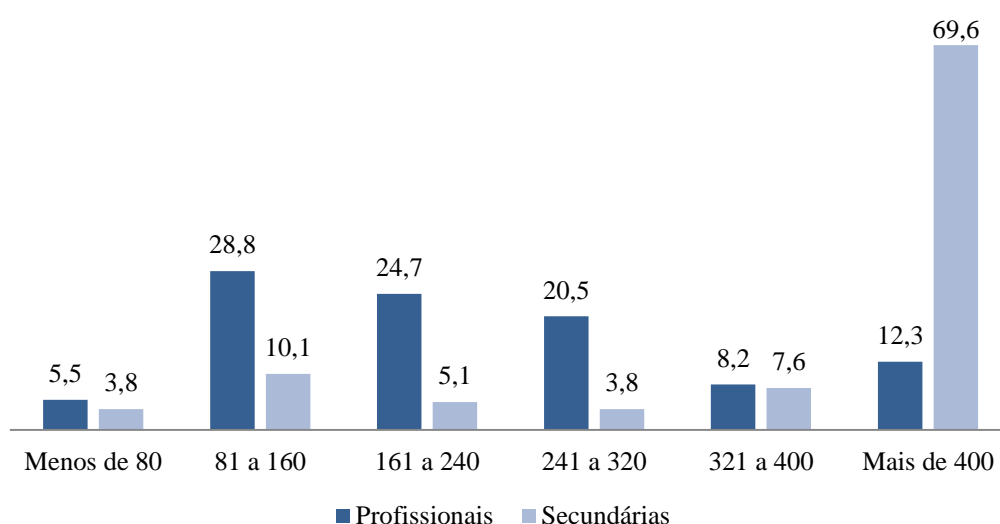


Figura 5 – Número de alunos que frequenta o estabelecimento de ensino em 2012/13 por tipo de escola (%).

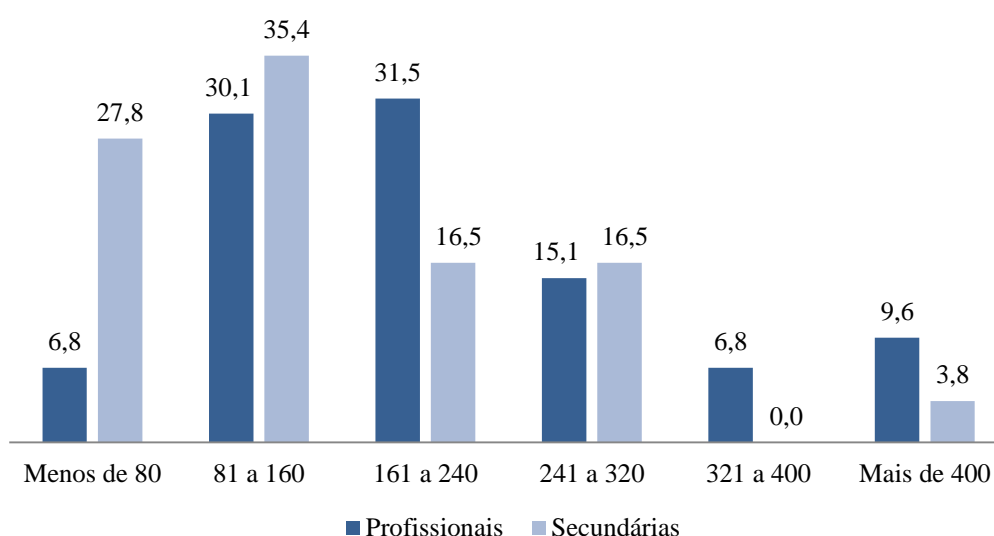


Figura 6 - Número de alunos que frequenta Cursos Profissionais de nível secundário em 2012/13 por tipo de escola (%).

A maioria das escolas secundárias oferece Cursos Profissionais de nível secundário há menos de 9 anos e as escolas profissionais há mais de 19 (Figura 7). Lembra-se que as escolas profissionais foram criadas em 1989 e o alargamento às escolas secundárias ocorreu em 2004.

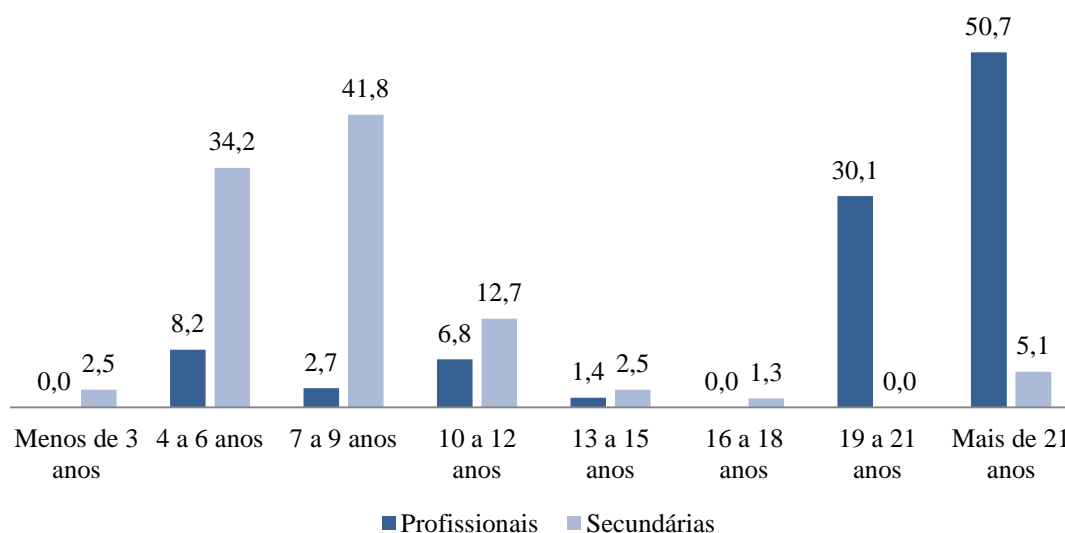


Figura 7 – Número de anos que o estabelecimento de ensino oferece Cursos Profissionais por tipo de escola (%).

As escolas secundárias revelam ter um corpo docente mais numeroso (Figura 8) e mais permanente que o das escolas profissionais (Figura 9). Observamos que cerca de 78% das escolas secundárias têm mais de 61 docentes e cerca de 91.8% das escolas profissionais têm menos de 60 docentes, e que os docentes das primeiras lecionam, maioritariamente, no mesmo estabelecimento de ensino há mais de 13 anos, enquanto que nas escolas profissionais lecionam maioritariamente há menos de 12 anos. Os docentes das escolas secundárias são disponibilizados pelo Ministério da Educação e Ciência e os das escolas profissionais são, maioritariamente, contratados.

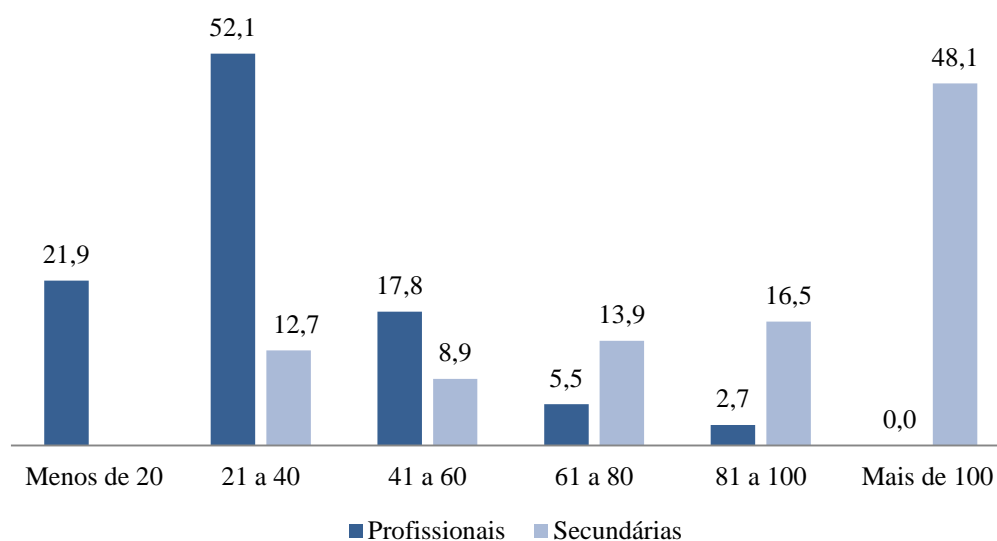


Figura 8 – Número de docentes que lecionou no estabelecimento de ensino em 2012/13 por tipo de escola (%).

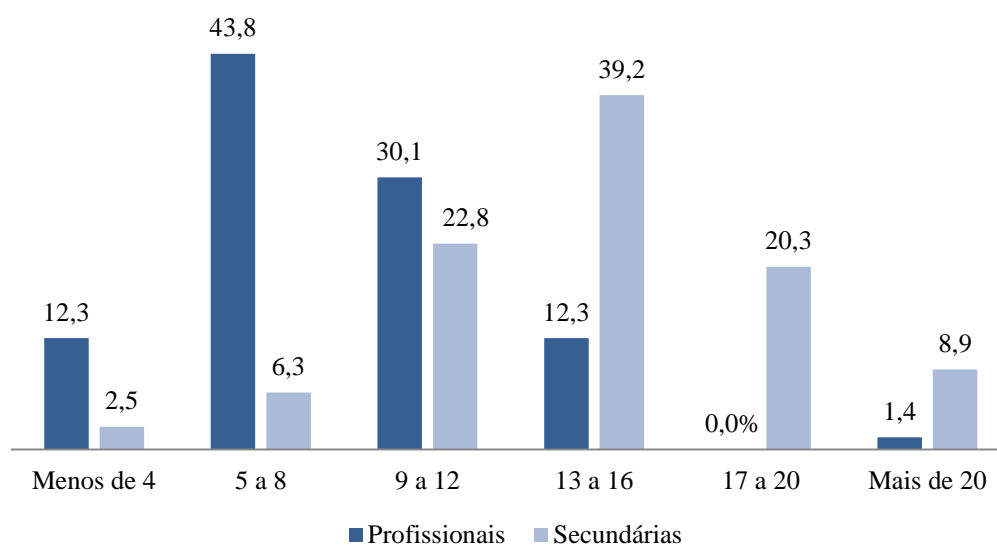


Figura 9 – Número de anos, em média, que os docentes lecionam neste estabelecimento de ensino por tipo de escola (%).

Os dados relativos à taxa de conclusão dos alunos que frequentaram Cursos Profissionais de nível secundário foram retirados do primeiro item da pergunta 2.1.3 do questionário que pedia para identificar a taxa de conclusão dos Cursos Profissionais em 2011/2012. Não foi solicitada informação, relativamente aos dois anos anteriores, por já termos obtido essa informação por dados secundários.

Os dados relativos à taxa de empregabilidade dos alunos que frequentaram Cursos Profissionais de nível secundário foram retirados do terceiro item da pergunta 2.1.3 e segundo item das perguntas 2.1.4 e 2.1.5. do questionário que pedia para identificar a taxa de empregabilidade dos Cursos Profissionais em 2011/2012, 2010/2009 e 2009/2010.

Os dados relativos à imagem que a direção das escolas tem sobre o ensino profissional decorrem das questões que constavam do terceiro grupo do questionário com o título: “*Cursos Profissionais: Imagem social e seus efeitos*”, onde era solicitada a indicação do grau de concordância com as seguintes afirmações:

- “Os Cursos Profissionais são uma opção vantajosa face aos Cursos Científico-Humanísticos porque permitem a inserção no mercado de trabalho não impedindo o prosseguimento de estudos” (1º item da pergunta 3.1 do questionário);
- “Os Cursos Profissionais constituem uma segunda opção para alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou repetente” (2º item da pergunta 3.1 do questionário);
- “Os Cursos Profissionais são frequentados por alunos de classes sociais mais desfavorecidas” (3º item da pergunta 3.1 do questionário).

4.1.3 Dados primários - Entrevista semi-estruturada

As entrevistas³⁵ foram realizadas com o intuito de recolher informação de natureza qualitativa sobre a forma e os efeitos do alargamento da oferta de Cursos Profissionais às escolas secundárias, bem como sobre os eventuais ajustes que poderiam ser efetuados com vista à melhoria destes efeitos.

Foram realizadas sete entrevistas, durante o mês de Junho e Julho de 2013, com dirigentes de estabelecimentos de ensino de Portugal Continental com oferta de Cursos Profissionais de nível secundário e a sua estrutura assentou nos seguintes tópicos: efeito do alargamento do ensino profissional na escola, modo como o ensino profissional foi implementado nas escolas secundárias, diferenças entre o ensino profissional ministrado nas escolas secundárias e nas escolas profissionais, repercussões deste alargamento na escolarização e empregabilidade dos jovens, avaliação dos empregadores relativamente aos alunos dos Cursos Profissionais e das

³⁵ O guião das entrevistas bem como a transcrição das mesmas encontra-se no anexo 5.

escolas secundárias, identificação do principal objetivo deste alargamento e propostas para reforço do ensino profissional.

Na seleção da amostra tivemos o cuidado de abranger a maior diversidade possível, por nos parecer que determinadas características do estabelecimento de ensino e da tipologia de oferta poderiam influenciar a perceção de cada dirigente sobre a matéria em estudo. Desta forma, a amostra foi constituída por escolas secundárias e escolas profissionais; escolas de grande, média e pequena dimensão, medida em número de turmas e de alunos; escolas secundárias agrupadas com outra tipologia de escolas, nomeadamente jardins-de-infância/escolas básicas e escolas secundárias não agrupadas, escolas profissionais com e sem delegações; escolas inseridas em meio rural e urbano e área de oferta de Cursos Profissionais (Tabela 2).

Tabela 2 – Caracterização da amostra relativa às entrevistas semi-estruturadas.

Estabelecimento de Ensino	Tipologia					
	Escola Secundária	%	Escola Profissional	%	Total	%
Número de entidades	3	43	4	57	7	100
Entidade		100		100		100
Agrupada	2	66,7	-	-	-	-
Não agrupada	1	33,3	-	-	-	-
com delegações	-	-	1	25	-	-
sem delegações	-	-	3	75	-	-
Meio em que se insere		100		100		100
Rural	2	66,7	0,5	12,5	2,5	36
Urbano	1	33,3	3,5	87,5	4,5	64
Região em que se insere		100		100		100
Norte	3	100	3,3	83	6,333	90
Centro	0	0	0,3	8	0,333	5
Lisboa	0	0	0,3	8	0,333	5
Dimensão total (Nº turmas)		100		100		100
<= 9	0	0	2	50	2	29
[10 a 28]	0	0	1	25	1	14
[29 a 58]	1	33	0	0	1	14
>= 59	2	67	1	25	3	43
Dimensão Total (Nº alunos)		100		100		100
<= 160	0	0	1	25	1	14,3
[161 a 320]	0	0	1	25	1	14,3
[321 a 960]	0	0	1	25	1	14,3
>= 961	3	100	1	25	4	57,1
Área dos Cursos ministrados		-		-		100
Artes do espetáculo	0		3		3	8,6
Artesanato	1		1		2	5,7
Audiovisuais e produção dos media	0		4		4	11,4
Comércio	1		0		1	2,9
Contabilidade e fiscalidade	0		1		1	2,9
Ciências informáticas	2		1		3	8,6
Design	1		5		6	17,1
Eletrónica e automação	2		0		2	5,7
Finanças, banca e seguros	0		2		2	5,7
Gestão e administração	0		2		2	5,7
Hotelaria e restauração	1		1		2	5,7
Secretariado e trabalho administrativo	0		2		2	5,7
Segurança e higiene no trabalho	1		0		1	2,9
Serviços de apoio a crianças e jovens	1		0		1	2,9
Serviços de saúde	0		1		1	2,9
Têxtil, vestuário, calçado e couros	0		1		1	2,9
Turismo e lazer	1		0		1	2,9

Nota: Observa-se que na amostra selecionada estão representadas 17 das 39 áreas de formação existentes nos Cursos Profissionais.

As casas decimais decorrem de uma escola ter delegações inseridas em meios diferentes e em mais do que uma região.

4.2 Tratamento dos dados

Conforme referido na página 33 (capítulo 3) as hipóteses 1.1 e 1.2 relacionam a introdução dos Cursos Profissionais nas escolas secundárias com o sucesso do ensino secundário. Sendo nossa intenção averiguar das diferenças nas taxas real de escolarização e de abandono escolar, antes e após o alargamento do ensino profissional às escolas secundárias, testamos as hipóteses com recurso a dados secundários. Para aferir da significância estatística das diferenças observadas, antes e depois do alargamento, foi efetuado o teste estatístico de Mann-Whitney³⁶ Este teste estatístico, não-paramétrico, é considerado como alternativa aos testes paramétricos quando as condições de aplicação destes não se verificam, ou considerado aconselhável por ser mais potente, quando as amostras são de pequena e diferente dimensão (15/13 anos antes do alargamento e 6 anos após). Testa se as populações, de onde foram retiradas as duas amostras a comparar, têm a mesma lei de probabilidades (Maroco, 2003).

As hipóteses 2.1, 2.2 e 2.3, conforme referido na página 33 (capítulo 3), relacionam a introdução dos Cursos Profissionais nas escolas secundárias com o sucesso do ensino profissional. Sendo nossa intenção averiguar das diferenças nas taxas de conclusão, de empregabilidade e imagem dos Cursos Profissionais nas escolas secundárias e nas escolas profissionais, testamos as hipóteses usando os dados primários recolhidos por questionário.

Para aferir da significância estatística das diferenças observadas nas taxas de conclusão e de empregabilidade, nas escolas secundárias e nas escolas profissionais, usou-se o teste T de student. Este teste paramétrico serve para testar se as médias de duas populações são ou não significativamente diferentes (Maroco, 2003) e é mais potente no caso de grandes amostras (152 observações).

No que respeita à imagem do ensino profissional, e visto tratar-se de uma variável nominal categorizada, utilizou-se o teste do Quiquadrado. Esta estatística testa se a frequência com que os elementos da amostra se repartem pelas classes de uma variável nominal categorizada é ou não idêntica nos dois grupos em comparação (Maroco, 2003).

³⁶ Recorreu-se ao SPSS – programa de análise estatística utilizado tradicionalmente nas Ciências Sociais e Humanas.

5 Análise dos resultados

5.1 O alargamento e o sucesso escolar no ensino secundário em Portugal

O primeiro passo no estudo do impacto do alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias, na escolarização ao nível do secundário em Portugal, é uma análise descritiva dos dados relativos ao ensino secundário, no período anterior e posterior a este alargamento. Importa sublinhar que a legislação que estabelece este alargamento é publicada em 2004, Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, mas só tem expressão a partir de 2006, ano em que se verifica o aumento exponencial de matrículas no ensino profissional público.

A taxa real de escolarização no ensino secundário duplica na década de 1990/2000 (Tabela 3 e Figura 10). A importância dada à qualificação profissional a partir da década de 80, a integração de Portugal na CEE e a criação das escolas profissionais em 89 são fatores que se podem associar a este crescimento. Importa ainda observar que esta taxa só cresce novamente a partir de 2006/2007.

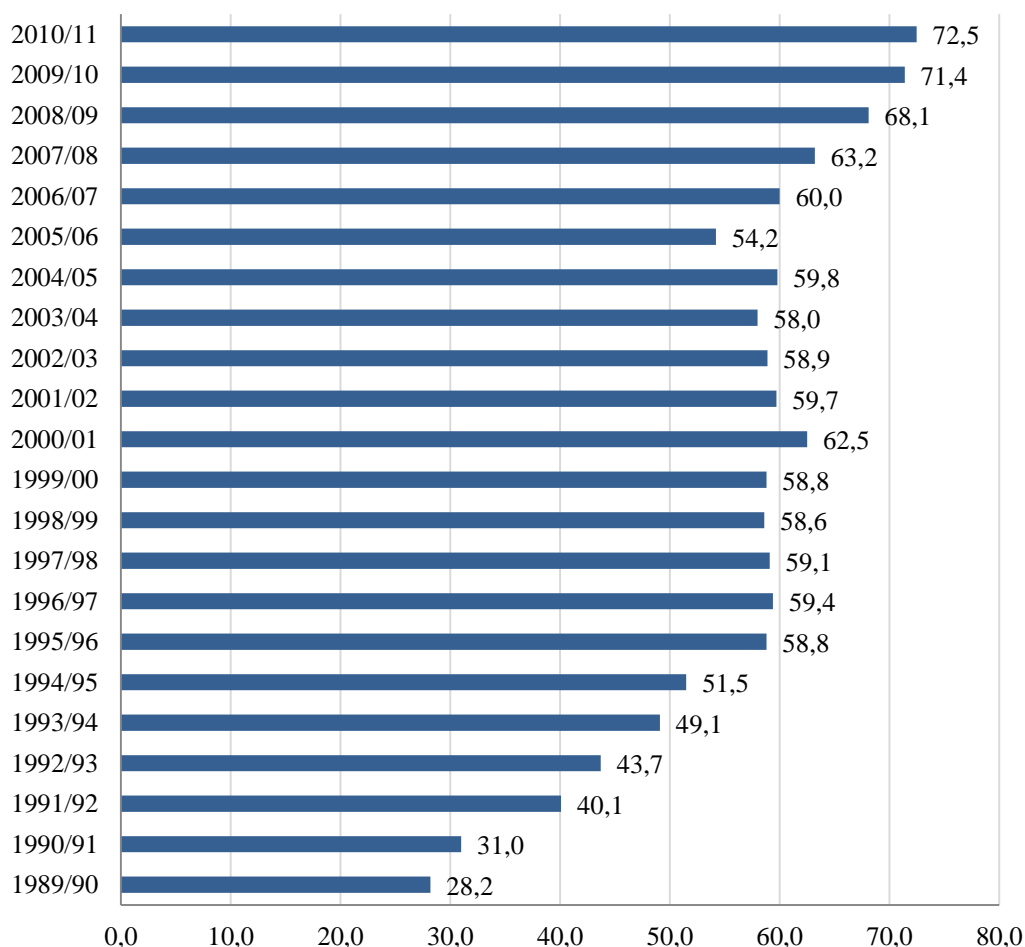


Figura 10 – Taxa real de escolarização no ensino secundário em Portugal Continental (%).

Fonte: DGEEC/ME, Pordata - Última atualização: 2012-09-27.

A taxa real de escolarização é calculada pelo rácio do número de alunos matriculados no ensino secundário com idades entre os 15 e os 17 anos e a população residente dos mesmos grupos etários. De 1989 a 2000³⁷, a população residente com idade compreendida entre os 15 e os 19 anos de idade diminui 18%, e de 2006 a 2012³⁸ diminui 5%. Esta diminuição poderá estar associada ao acréscimo observado na taxa real de escolarização ao nível do secundário. No entanto o decréscimo ou estagnação observado nos alunos matriculados nos Cursos Gerais/CCH do ensino secundário (Tabela 4 e Figura 11), a partir de 1995, sugere que o aumento da taxa real de escolarização se tenha devido ao aumento dos alunos matriculados nos Cursos Profissionais.

³⁷ Fonte: INE, Pordata - última atualização: 2013-06-17.

³⁸ Fonte: INE, Pordata - última atualização: 2013-06-17.

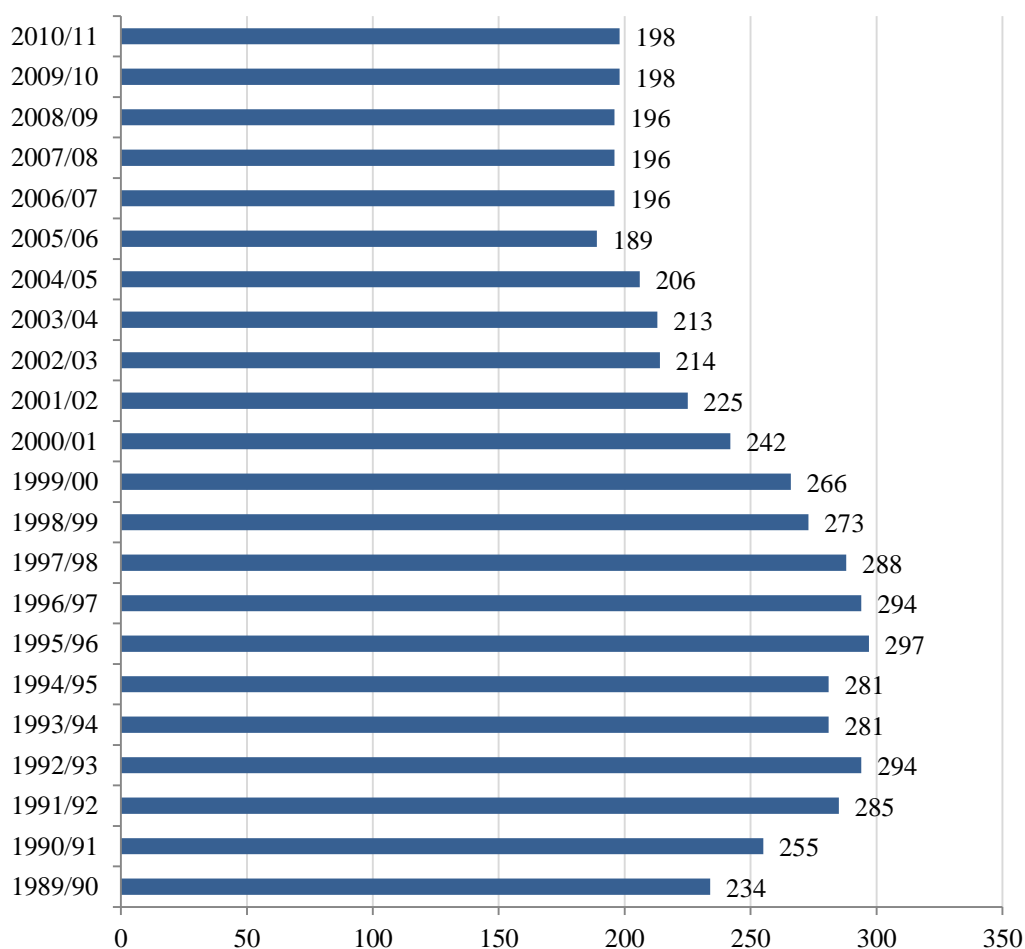


Figura 11 – Número de alunos matriculados em Cursos Gerais do ensino secundário, por ano letivo e em Portugal Continental (arredondado aos milhares).

Fontes: DGEEC/ME, Pordata - Última atualização: 2012-09-27.

No que respeita à taxa de abandono precoce (Figura 12), observamos que Portugal, de 1999 a 2009, apresentou sempre valores superiores ao dobro da taxa da U.E. e, apesar de nos últimos 5 anos esta taxa descer cerca de 16 *p.p.*, situando-se em 2011 em 20.8%, ainda se encontra muito distante da verificada na U.E., que corresponde nesse ano a 12.8%.

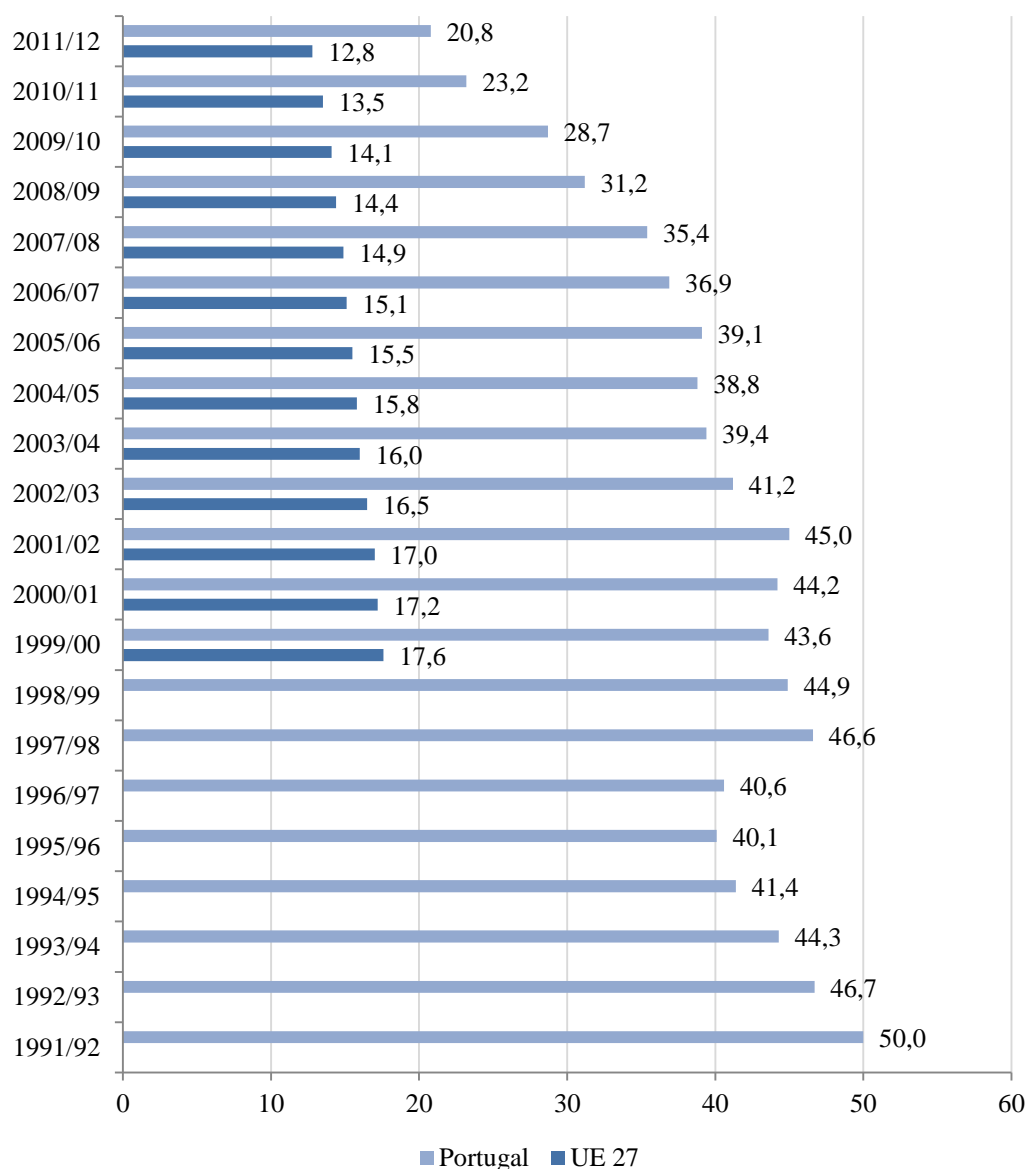


Figura 12 – Taxa de abandono precoce de educação e formação, por ano letivo, em Portugal Continental e na UE (%)³⁹.

Fontes: INE, Pordata, Eurostat - Última atualização: 2013-06-05.

A taxa de transição/conclusão dos alunos do ensino secundário só evidencia um crescimento continuado a partir de 2004/2005 (Figura 13), ano do alargamento do ensino profissional às escolas secundárias.

³⁹ Os dados disponíveis têm início apenas em 1991/1992 para Portugal e 1999/2000 para U.E. dos 27.

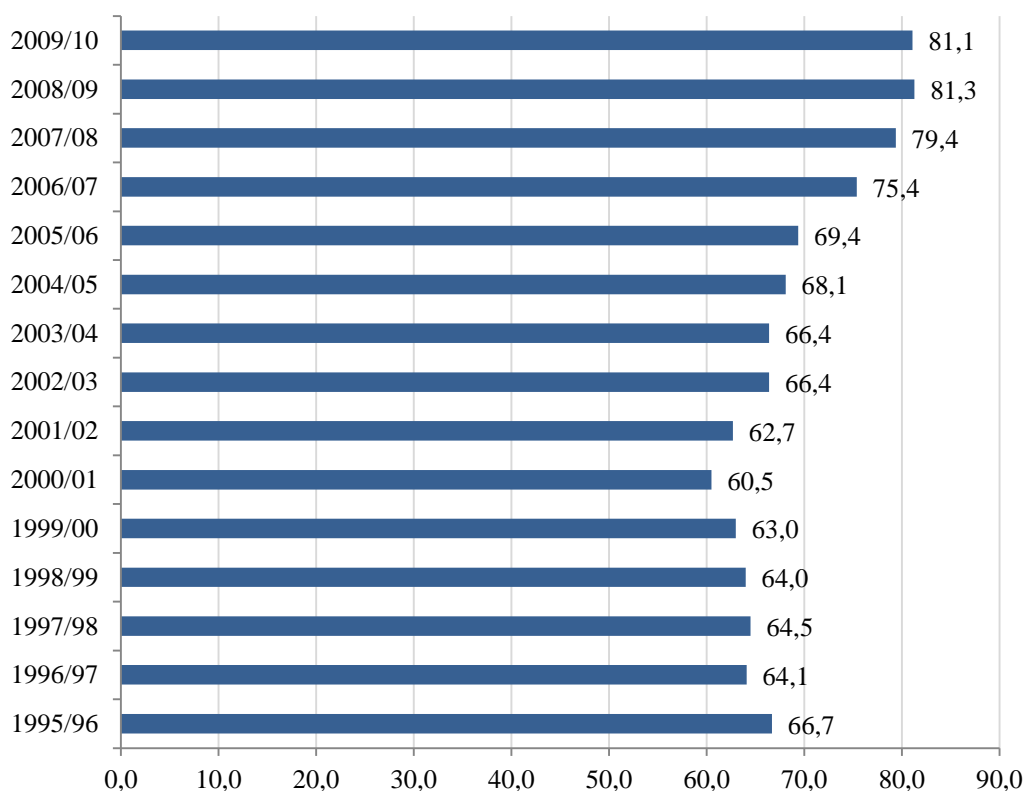


Figura 13 – Taxa de transição/conclusão do ensino secundário*, por ano letivo e em Portugal Continental (%)⁴⁰.

Fonte: DGEES- MEC - Informação disponibilizada por solicitação específica em Fevereiro de 2013.

* Refere-se aos 3 anos do ensino secundário (10.º, 11.º e 12.º anos).

Até 2005/2006, a taxa de conclusão dos alunos do ensino secundário não evidencia uma tendência para subida, oscilando entre valores situados predominantemente próximo dos 50%. Só a partir de 2006/2007 (Figura 14) se observa um crescimento continuado. Este é o ano do “boom” do alargamento do ensino profissional e dos primeiros diplomados de Cursos Profissionais ministrados nas escolas secundárias. Esta taxa é normalmente mais de 10 *p.p.* abaixo da taxa de transição/conclusão do ensino secundário (Figura 13).

⁴⁰ Os dados disponíveis têm início apenas em 1995/1996.

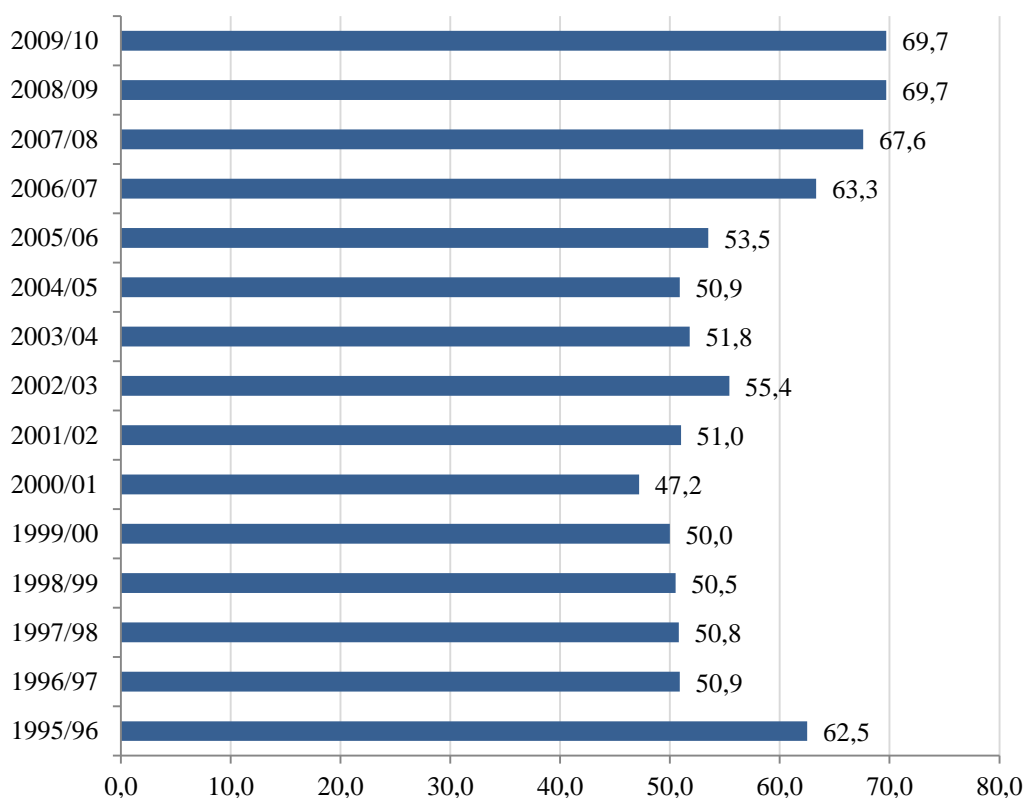


Figura 14 – Taxa de conclusão do ensino secundário, por ano letivo e em Portugal Continental (%)⁴¹.
Fonte: DGEES- MEC - Informação disponibilizada por solicitação específica em Fevereiro de 2013

Da comparação dos dados do ensino secundário em Portugal, antes e depois do alargamento do ensino profissional às escolas secundárias, podemos observar o aumento da taxa real de escolarização, assim como da taxa de transição e conclusão, e a diminuição da taxa de abandono precoce de educação e formação.

Mas o referido anteriormente decorre da mera observação dos números e figuras. Para averiguar do significado estatístico das eventuais diferenças, efetuámos testes estatísticos às taxas de escolarização e de abandono precoce observadas, antes e depois do alargamento.

O teste de Mann-Whitney à taxa de escolarização permitiu-nos concluir que existem diferenças significativas entre a média dos valores da taxa real de escolarização no secundário antes e depois de 2006 (valor da estatística de teste:-3.351; *p-value*:0.000)⁴².

⁴¹ Os dados disponíveis têm início apenas em 1995.

⁴² Ver Anexo 6.

O teste de Mann-Whitney, à taxa de abandono precoce, permitiu-nos concluir que existem diferenças significativas entre a média dos valores da taxa de abandono precoce antes e depois de 2006 (valor da estatística de teste:-3.382; *p-value*:0.000)⁴³.

Perante os resultados destes testes, não se podem excluir as hipóteses de que o alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias esteja associado a um aumento da taxa de escolarização no secundário em Portugal (Hipótese 1.1) nem que o alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias esteja associado a uma diminuição do abandono escolar no secundário em Portugal (Hipótese 1.2).

5.2 O alargamento e o sucesso do ensino profissional em Portugal

5.2.1 Taxas de conclusão do ensino profissional

De 1990 a 2005, observa-se um número reduzido de alunos matriculados no ensino profissional público (Figura 15) atendendo a que este ensino era ministrado exclusivamente em escolas profissionais e o número de entidades públicas era pouco significativo. A partir de 2006 este número começa a crescer exponencialmente, consequência do alargamento do ensino profissional às escolas secundárias, e em 2007/2008 ultrapassa o número de alunos no ensino privado.

Tabela 3 – Número de alunos matriculados no ensino profissional, segundo a modalidade de ensino, por ano letivo, em Portugal Continental (arredondado aos milhares).

Fonte: DGEEC- MEC - Informação disponibilizada por solicitação específica em Fevereiro de 2013.

Ano	1990/ 91	1991/ 92	1992/ 93	1993/ 94	1994/ 95	1995/ 96	1996/ 97	1997/ 98	1998/ 99	1999/ 00	2000/ 01	2001/ 02	2002/ 03	2003/ 04	2004/ 05	2005/ 06	2006/ 07	2007/ 08	2008/ 09	2009/ 10
Total	6,4	11,3	17,0	22,2	25,9	24,9	26,0	27,9	26,8	27,5	28,5	31,3	30,8	31,3	33,6	33,3	44,5	66,5	89,5	103,2
Público	-	0,6	1,3	1,8	2,3	2,5	2,6	2,8	2,6	1,8	1,7	2,2	2,1	2,2	3,4	3,6	14,0	34,4	53,6	64,4
Privado	6,4	10,7	15,7	20,4	23,6	22,4	23,4	25,1	24,2	25,7	26,8	29,1	28,7	29,2	30,2	29,7	30,5	32,1	35,9	38,8

⁴³ Ver Anexo 7.

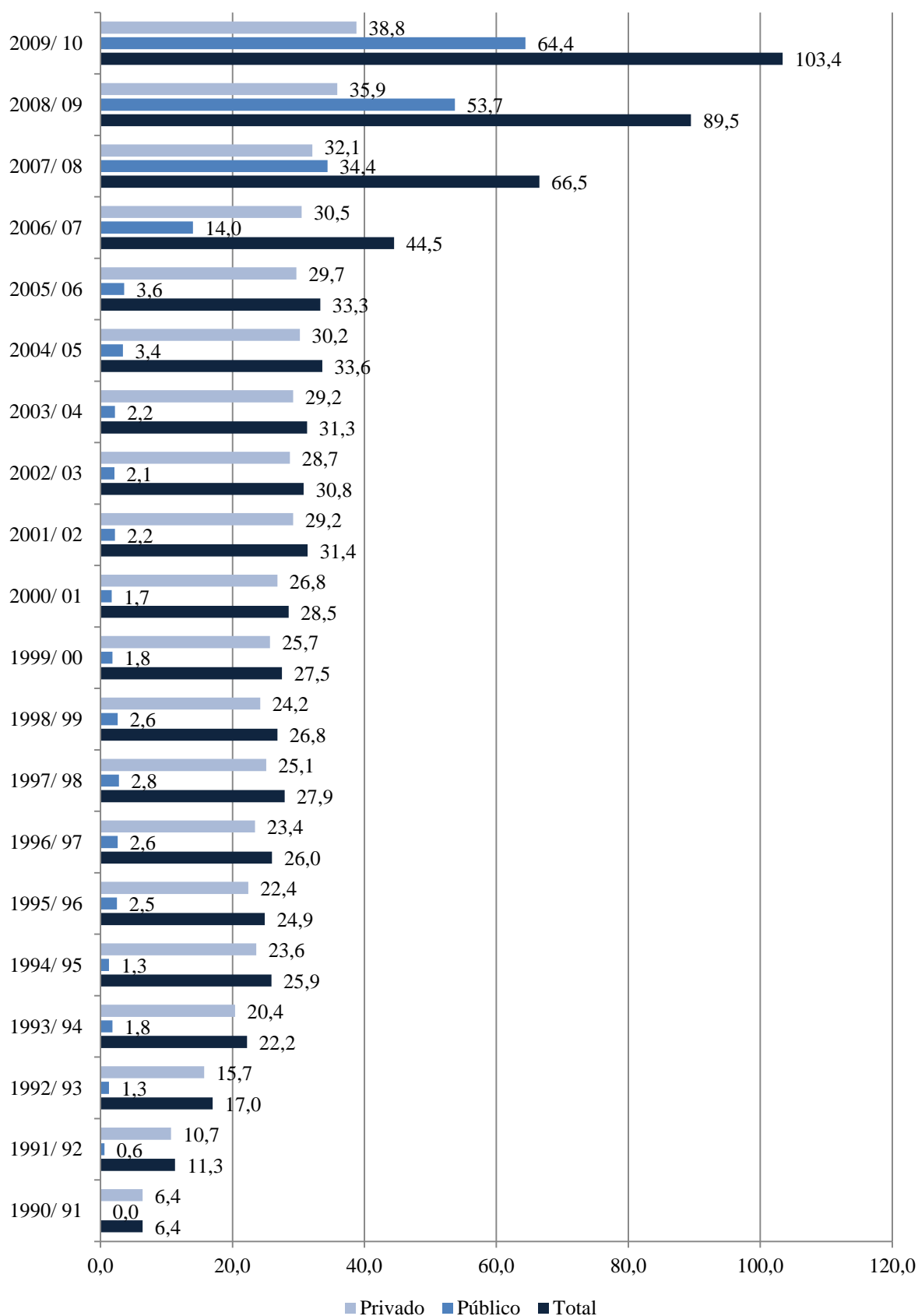


Figura 15 – Número de alunos matriculados no ensino profissional, segundo a modalidade de ensino, por ano letivo, em Portugal Continental (arredondado aos milhares).

Fonte: DGEEC- MEC - Informação disponibilizada por solicitação específica em Fevereiro de 2013).

O crescimento do número de alunos matriculados em Cursos Profissionais observado entre 2006/2007 e 2010/2011, ou seja a partir do alargamento, foi de 139.2% no total do ensino secundário e de 370.8% no ensino público (Tabela 4). A taxa de crescimento no ensino privado foi menor uma vez que o aumento da oferta no ensino privado não foi permitido, devendo-se provavelmente ao acréscimo de alunos por turma.

Tabela 4 – Número de alunos matriculados em Cursos Profissionais do ensino secundário, por natureza institucional e por ano letivo em Portugal Continental.

Fonte: DGEEC/MEC (dados não publicados, disponibilizados em 10/5/2013).

Ano letivo	Alunos matriculados no ensino secundário (CP)					
	Total		Público		Privado	
	Nº	Taxa crescimento	Nº	Taxa crescimento	Nº	Taxa crescimento
2006/07	44.466	139,2%	13.951	370,8%	30.515	33,4%
2007/08	66.494		34.414		32.080	
2008/09	89.499		53.637		35.862	
2009/10	103.250		64.416		38.834	
2010/11	106.381		65.680		40.701	

Em relação à taxa de conclusão nos Cursos Profissionais em estabelecimento público observa-se que esta é invulgarmente alta, 84.8%, no ano letivo de 2006/2007 (ver Figura 16). Este ano deve ser observado com cautela pois, o número de alunos matriculados no 3.º ano, em Cursos Profissionais e em escolas públicas, correspondia a 2.76 % do total dos alunos finalistas (DGEEC, 2013), sendo os primeiros alunos certificados pelo ensino público e resultado de uma “experiência piloto” em apenas algumas escolas. A partir de 2007/2008, a taxa de conclusão no público vai sempre descendo, situando-se em 2010/2011 em 66.4%. Nos estabelecimentos de ensino privado a taxa de conclusão nos Cursos Profissionais é, em 2006/2007, de 73.4% (11 *p.p.* abaixo do público), subindo no ano seguinte e invertendo a posição face ao público (ver Figura 16). Apesar destas oscilações e da tendência para descida evidenciada nos anos seguintes, a taxa de conclusão dos Cursos Profissionais em escolas profissionais situou-se sempre em valores iguais ou superiores a 73% (ver Figura 16). Importa referir que, em 2003/2004 (antes do alargamento), a taxa de conclusão dos Cursos Profissionais era de 65.5% (GIASE, 2005). Assim, apesar da taxa de conclusão aumentar

globalmente após o alargamento, a mesma não se encontra estabilizada pois ambas as escolas, públicas e privadas, evidenciam uma tendência para descida.

A análise dos dados secundários permitiu-nos observar que a taxa de conclusão dos Cursos Profissionais, nas escolas secundárias, é inferior à das escolas profissionais, com exceção do primeiro ano após a implementação da medida, e que a diferença entre a taxa de conclusão do ensino profissional nas escolas secundárias e escolas profissionais é de 8.4 *p.p.*

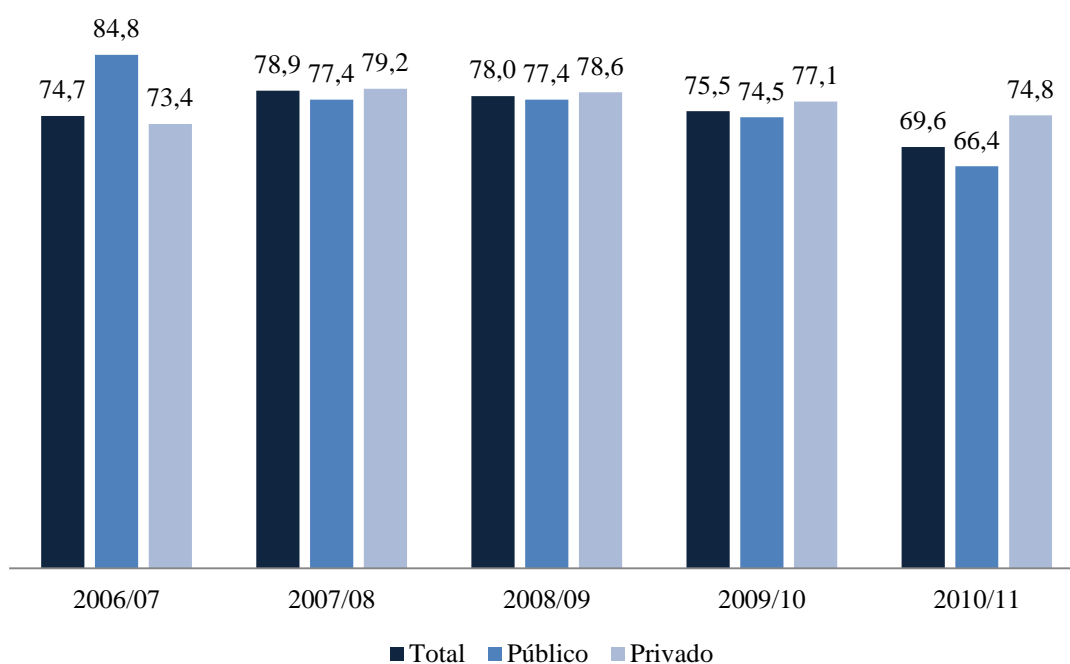


Figura 16 – Taxa de conclusão nos Cursos Profissionais de nível secundário, em Portugal Continental, por natureza institucional e por ano letivo (%).*

Fonte: DGEEC/MEC - dados não publicados e disponibilizados em 10/5/2013.

* Refere-se ao ano terminal (3.º/12.º ano) dos Cursos Profissionais.

Como a série das observações da taxa de conclusão era pequena, apenas 5 anos (2006/2007 a 2010/2011), para analisar a sua evolução recolheu-se informação adicional, relativamente ao ano de 2011/2012, através do inquérito por questionário, o que permitiu comparar as taxas de conclusão nas escolas profissionais com a das escolas secundárias.

A taxa de conclusão observada nesta amostra (ver Figura 17) revela que é mais elevada nas escolas profissionais (90.4% têm taxa superior a 50%) que nas escolas secundárias (74.7% têm taxa superior a 50%).

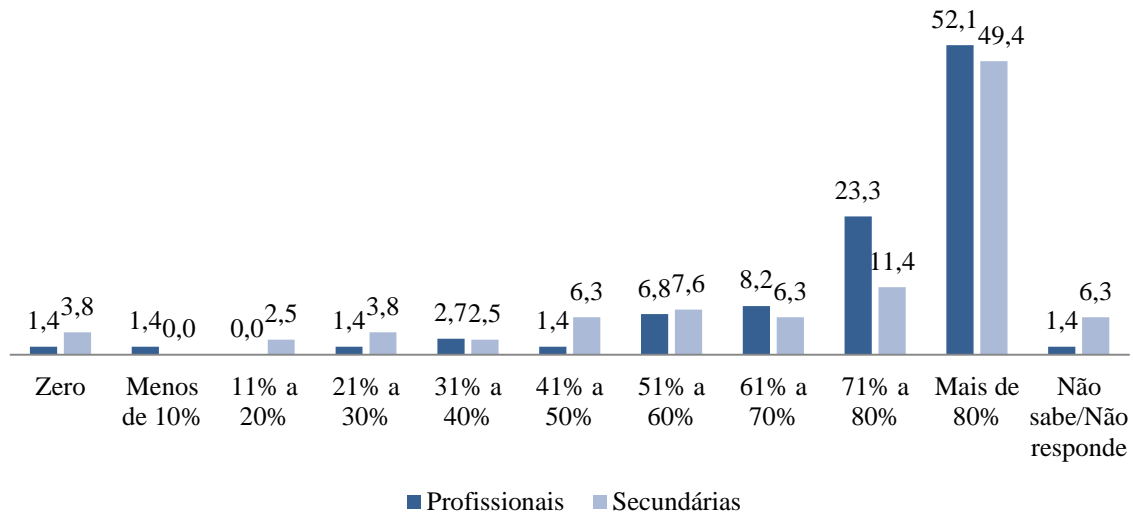


Figura 17 – Taxa de conclusão dos alunos que frequentaram Cursos Profissionais de nível secundário no ano letivo 2011/2012 (%).

O teste T de student, à taxa de conclusão nas escolas profissionais e secundárias, permitiu-nos concluir que existem diferenças significativas entre as médias dos valores das taxas de conclusão dos Cursos Profissionais nas escolas profissionais e nas escolas secundárias (valor da estatística de teste: 2.277; *p-value*: 0.024)⁴⁴ sendo que o desempenho das escolas profissionais, quanto a este indicador, supera o das escolas secundárias. Perante os resultados deste teste não podemos excluir a hipótese de que a taxa de conclusão dos Cursos Profissionais nas escolas secundárias é inferior à das escolas profissionais (Hipótese 2.1).

5.2.2 Taxas de empregabilidade do ensino profissional

No que respeita à empregabilidade do ensino profissional, a recolha da informação foi efetuada exclusivamente através de inquérito por questionário. Das 152 respostas obtidas observa-se que as escolas secundárias apresentam taxas de empregabilidade inferiores à das escolas profissionais, nos três anos relativamente aos quais a questão foi colocada (2009/2010, 2010/2011 e 2011/2012) (ver Gráfico 18, 19 e 20, respetivamente). Não podemos deixar de destacar a quantidade de escolas secundárias que escolhem a opção “Não sabe/Não responde” o que evidencia um provável desconhecimento do percurso dos seus diplomados, ao contrário da prática das escolas profissionais.

⁴⁴ Ver Anexo 8.

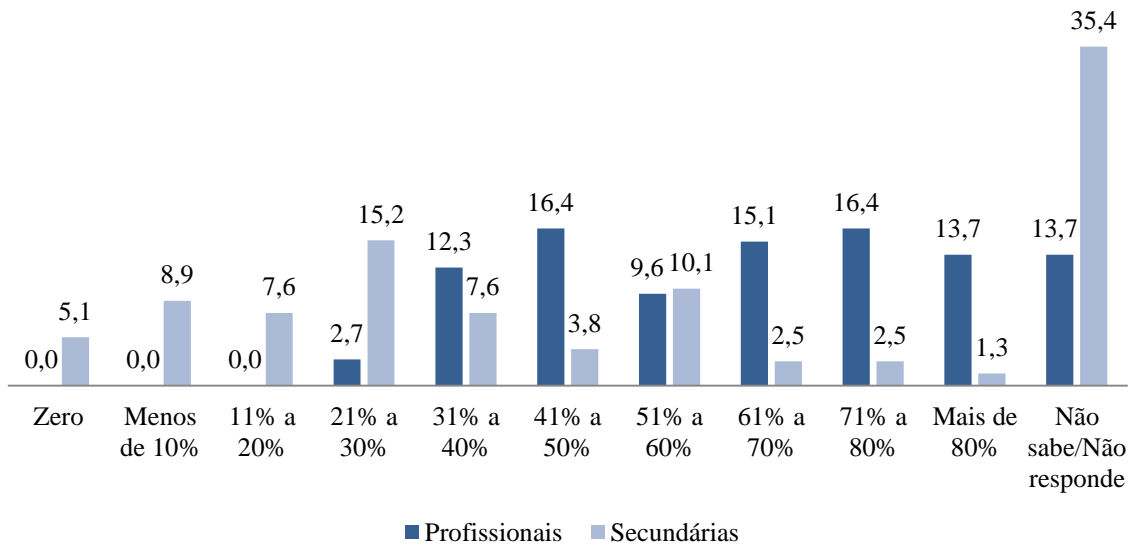


Figura 18 – Taxa de empregabilidade dos alunos que frequentaram Cursos Profissionais no ano letivo de 2009/2010 (%).

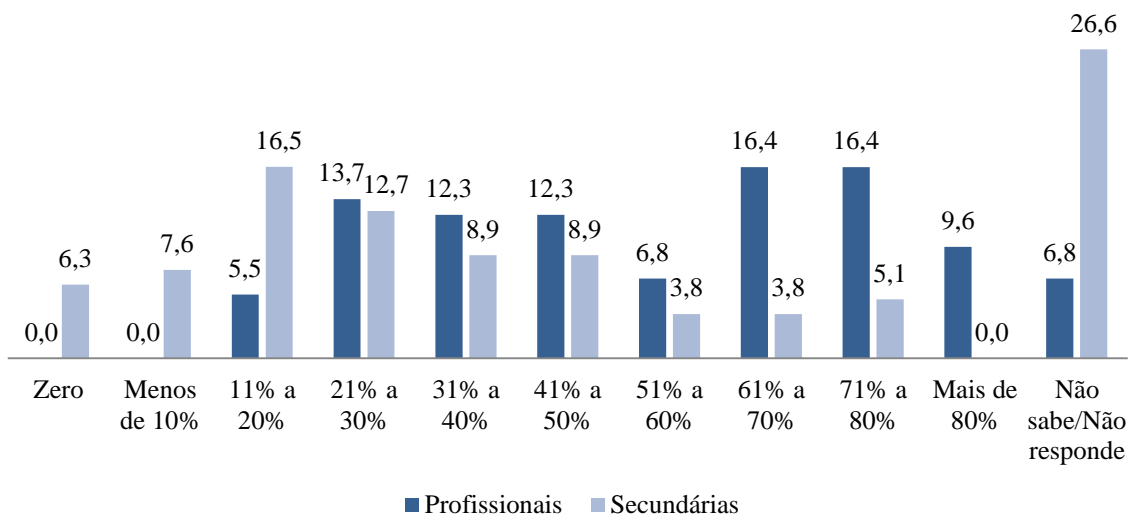


Figura 19 – Taxa de empregabilidade dos alunos que frequentaram Cursos Profissionais no ano letivo de 2010/2011 (%).

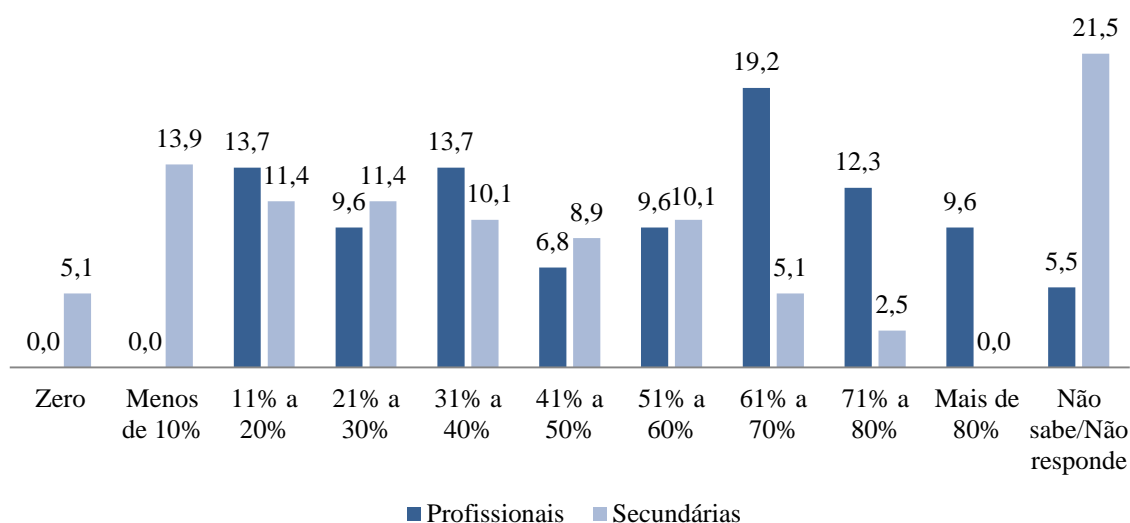


Figura 20 – Taxa de empregabilidade dos alunos que frequentaram Cursos Profissionais no ano letivo de 2011/2012 (%).

O teste T de student, à taxa de empregabilidade nas escolas profissionais e secundárias, permitiu-nos concluir que existem diferenças significativas entre as médias dos valores das taxas de empregabilidade dos Cursos Profissionais nas escolas profissionais e nas escolas secundárias em 2009/2010 (valor da estatística do teste:7.275; *p-value*:0.000)⁴⁵; 2010/2011 (valor da estatística do teste:6.986; *p-value*:0,000)⁴⁶ e 2011/2012 (valor da estatística do teste:6.074; *p-value*:0.000)⁴⁷ sendo que o desempenho das escolas profissionais, quanto a este indicador, supera o das escolas secundárias.

Perante os resultados deste teste não poderemos excluir a hipótese de que a taxa de empregabilidade dos Cursos Profissionais nas escolas secundárias é inferior à das escolas profissionais (Hipótese 2.2).

5.2.3 Imagem do ensino profissional

As três variáveis sobre a imagem do ensino profissional parecem indicar que as escolas secundárias têm uma visão menos positiva dos Cursos Profissionais (Figuras 21, 22 e 23).

⁴⁵ Ver Anexo 9.

⁴⁶ Ver Anexo 9.

⁴⁷ Ver Anexo 9.

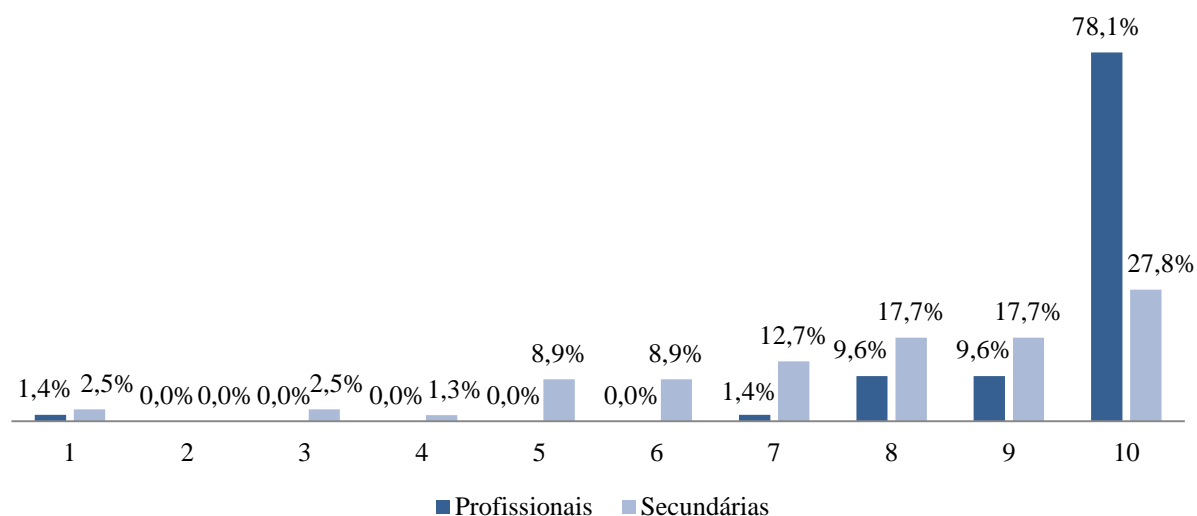


Figura 21 – Grau de concordância (1 – *discordo totalmente* e 10 – *concordo totalmente*) com a frase: “Os Cursos Profissionais são uma opção vantajosa face aos Cursos Científico-Humanísticos porque permitem a inserção no mercado de trabalho não impedindo o prosseguimento de estudos” (%).

Para facilitar o tratamento estatístico, no que respeita a esta questão em concreto, a escala de 1 (*discordo totalmente*) a 10 (*concordo totalmente*) foi “transformada” em: *Desfavorável* se a escolha recaiu sobre 1,2 ou 3; *Indiferente* se recaiu sobre 4, 5, 6 ou 7 e *Favorável* se recaiu sobre 8, 9 ou 10, apresentando-se em seguida uma Tabela resumo desta alteração (Tabela 5).

Tabela 5 – Grau de concordância (1 – *discordo totalmente* e 10 – *concordo totalmente*) com a frase: “Os Cursos Profissionais são uma opção vantajosa face aos Cursos Científico-Humanísticos porque permitem a inserção no mercado de trabalho não impedindo o prosseguimento de estudos”, após transformação.

Tipologia	Desfavorável	Indiferente	Favorável	Total
Escola Profissional	1	1	71	73
Escola Secundária	4	25	50	79
Total	5	26	121	152

O teste do Quiquadrado à imagem que a direção das escolas tem sobre o Ensino Profissional consubstanciado na questão: “Os Cursos Profissionais são uma opção vantajosa face aos Cursos Científico-Humanísticos porque permitem a inserção no mercado de trabalho não impedindo o prosseguimento de estudos” permitiu concluir que a resposta a esta pergunta não

é independente do tipo de escola e que as escolas secundárias têm uma visão menos favorável dos Cursos Profissionais (valor da estatística do teste: 27.404; p -value: 0.000)⁴⁸.

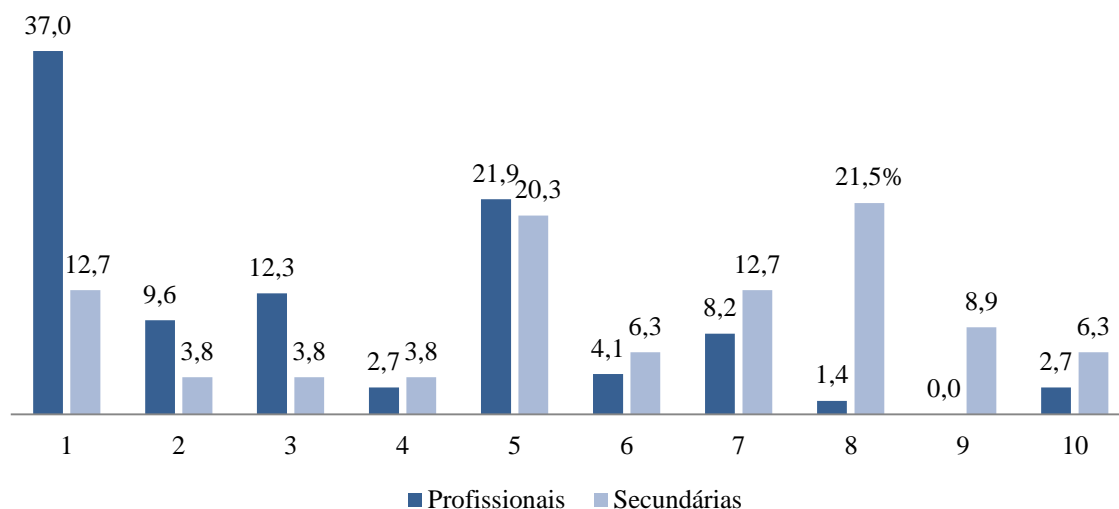


Figura 22 – Grau de concordância (1 – *discordo totalmente* e 10 – *concordo totalmente*) com a frase: “Os Cursos Profissionais constituem uma segunda opção para alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou repetentes”.

Para facilitar o tratamento estatístico, no que respeita a esta questão em concreto, a escala de 1 (*discordo totalmente*) a 10 (*concordo totalmente*) foi transformada em: *Favorável* se a escolha recaiu sobre 1, 2 ou 3; *Indiferente* se recaiu sobre 4, 5, 6 ou 7 e *Desfavorável* se recaiu sobre 8, 9 ou 10, apresentando-se em seguida uma Tabela resumo desta alteração (Tabela 6).

Tabela 6 – Grau de concordância (1 – *discordo totalmente* e 10 – *concordo totalmente*) com a frase: Os Cursos Profissionais constituem uma segunda opção para alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou repetentes”, após transformação.

Tipologia	Desfavorável	Indiferente	Favorável	Total
Escola Profissional	3	27	43	73
Escola Secundária	29	34	16	79
Total	32	61	59	152

O teste do Quiquadrado à imagem que a direção das escolas tem sobre o Ensino Profissional consubstanciado na questão: “Os Cursos Profissionais constituem uma segunda opção para alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou repetentes” permitiu concluir que a resposta a esta pergunta não é independente do tipo de escola, e que as escolas secundárias têm uma

⁴⁸ Ver Anexo 10.

visão menos favorável dos Cursos Profissionais (valor da estatística do teste:34.101; p -value:0.000)⁴⁹.

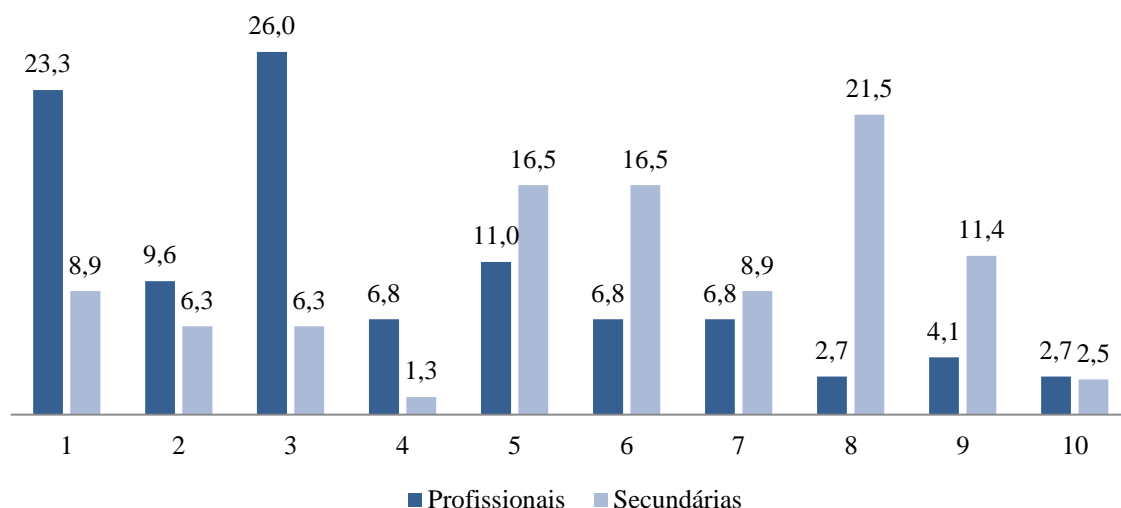


Figura 23 – Grau de concordância (1 – *discordo totalmente* e 10 – *concordo totalmente*) com a frase: “Os Cursos Profissionais são frequentados por alunos de classes sociais mais desfavorecidas”.

Para facilitar o tratamento estatístico, no que respeita a esta questão em concreto, a escala de 1 (*discordo totalmente*) a 10 (*concordo totalmente*) foi transformada em: *Favorável* se a escolha recaiu sobre 1, 2 ou 3; *Indiferente* se recaiu sobre 4, 5, 6 ou 7 e *Desfavorável* se recaiu sobre 8, 9 ou 10, apresentando-se em seguida uma Tabela resumo desta alteração (Tabela 7).

Tabela 7 – Grau de concordância (1 – *discordo totalmente* e 10 – *concordo totalmente*) com a frase: “Os Cursos Profissionais são frequentados por alunos de classes sociais mais desfavorecidas”, após transformação.

Tipologia	Desfavorável	Indiferente	Favorável	Total
Escola Profissional	7	23	43	73
Escola Secundária	28	34	17	79
Total	35	57	60	152

O teste do Quiquadrado à imagem que a direção das escolas tem sobre o Ensino Profissional consubstanciado na questão: “Os Cursos Profissionais são frequentados por alunos de classes sociais mais desfavorecidas” permitiu concluir que a resposta a esta pergunta não é

⁴⁹ Ver Anexo 11.

independente do tipo de escola e que as escolas secundárias têm uma visão menos favorável dos Cursos Profissionais (valor da estatística do teste:25.793; *p-value*:0.000)⁵⁰.

Perante os resultados destes testes não poderemos excluir a hipótese de que a imagem dos Cursos Profissionais nas escolas secundárias é menos positiva que nas escolas profissionais (Hipótese 2.3).

5.3 Modo de implementação do alargamento da oferta de cursos profissionais e propostas de reforço do ensino profissional

Este trabalho tinha ainda o objetivo de analisar a forma como o alargamento da oferta dos Cursos Profissionais às escolas secundárias foi implementado, assim como o seu efeito no sucesso que o ensino profissional revelou até à implementação desta medida. Esta informação foi recolhida através de entrevistas a dirigentes de estabelecimentos de ensino com oferta de Cursos Profissionais de nível secundário. Das entrevistas realizadas pudemos constatar que, a opinião dos dirigentes das escolas profissionais e secundárias é divergente em alguns dos itens por nós abordados, mas, coincidente em muitos deles. Foi interessante registar algumas considerações e propostas dos dirigentes quanto à implementação da medida em análise.

No que respeita ao efeito que o alargamento dos Cursos Profissionais teve nas escolas: os dirigentes das escolas profissionais referem, como negativo, a diminuição da procura, o aumento do número de alunos por turma, a alteração do plano curricular (aumento da carga científica e cultural) e a canalização dos alunos para os cursos oferecidos pelas escolas secundárias por recurso aos Serviços de Psicologia e Orientação. Referem, como efeito positivo, a diminuição da idade dos alunos à entrada dos Cursos Profissionais e o facto da concorrência os ter obrigado a melhorar as instalações e equipamentos e apostar em maior publicitação. Os dirigentes das escolas secundárias referem, como positivo, o reencaminhamento e recuperação de alunos.

No que respeita ao modo como o ensino profissional foi implementado nas escolas secundárias: os dirigentes das escolas profissionais e escolas secundárias referem que a generalização foi imposta a todas as escolas de forma precipitada pois não teve em conta a

⁵⁰ Ver Anexo 12.

especificidade das mesmas (vocação, instalações, equipamentos e corpo docente). Referem ainda que os Cursos Profissionais deveriam ter sido implementados sem alterações curriculares, que a articulação da rede não foi correta levando à abertura de cursos (com o inerente investimento) que foram mandados encerrar passados 2 ou 3 anos e que as escolas secundárias não tiveram formação prévia suficiente relativamente à estrutura modular. Os dirigentes das escolas profissionais queixam-se de não terem sido tratados de forma igual às escolas secundárias, pois não lhes foi permitido crescimento ainda que demonstrassem possuir as condições para tal e que os indicadores o justificassem (taxas de conclusão e empregabilidade/prosseguimento de estudos).

Quanto ao facto de existirem (ou não) diferenças no ensino profissional ministrado nas escolas secundárias e nas escolas profissionais: os dirigentes das escolas profissionais referem não acreditar que o ensino profissional ministrado nas escolas secundárias seja igual ao ministrado por elas atendendo aos seus 20 anos de experiência, ao facto de as escolas secundárias não disporem de um corpo docente com ligação efetiva à área técnica dos Cursos Profissionais e à dificuldade em assegurar a estrutura modular, o acompanhamento individualizado dos alunos e o estágio em contexto real de trabalho. Acrescem ainda, ser sua convicção, que as escolas secundárias usam os Cursos Profissionais para os alunos problemáticos e com percursos de insucesso e para reaproveitamento do seu corpo docente, vinculando-se ao grupo de docência e não à especificidade da área técnica. Os dirigentes das escolas secundárias tendem a acreditar que a formação é idêntica embora demonstrem dúvidas no que respeita à formação das áreas técnicas e à estrutura modular.

No que respeita ao efeito que o alargamento dos Cursos Profissionais teve na escolarização e nas taxas de empregabilidade: os dirigentes das escolas profissionais e das escolas secundárias referem acreditar que a generalização do ensino profissional às escolas secundárias teve um efeito direto no aumento da escolarização ao nível do secundário mas não acreditam que o mesmo aconteça relativamente à empregabilidade. Referem ainda que o estágio é o melhor veículo para assegurar boas taxas de empregabilidade.

Quanto a uma eventual distinção que possa ser feita pelos empregadores, no que respeita aos alunos diplomados de Cursos Profissionais por escolas profissionais ou por escolas secundárias: os dirigentes das escolas profissionais tendem a considerar que os seus alunos são preferidos pelos empregadores, não só pela diferenciação que estes fazem do ensino

ministrado por estas mas também pela ligação que muitos deles têm às escolas profissionais através dos formadores, estágios e protocolos. Os dirigentes das escolas secundárias tendem a considerar que os empregadores não diferenciam os alunos e que o que poderá ser vinculativo é o desempenho destes nos estágios.

Os dirigentes de ambas as escolas referem acreditar que a generalização do ensino profissional às escolas secundárias teve como principal objetivo reafectar professores e instalações, a que acresce o aumento da escolarização, o que se tornava imperioso com o alargamento da escolaridade a 12 anos. Todas elas expressam concordância com este alargamento, mas não com a forma como foi feito. Se tivessem sido chamados a dar opinião, teriam proposto o alargamento apenas às escolas que tivessem vontade e recursos humanos e materiais, não teriam efetuado alterações ao plano curricular e teriam estabelecido uma rede de parcerias com o tecido empresarial.

No que respeita a medidas possíveis para reforçar o ensino profissional, as sugestões dos dirigentes entrevistados foram: assegurar a cooperação entre escolas profissionais, escolas secundárias, MEC, IEFP e tecido empresarial, para que a abertura/manutenção de cursos seja coerente; criar gabinetes de orientação de alunos fora das entidades formadoras, que ajudem o aluno na escolha do seu percurso escolar bem como do estabelecimento de ensino, dando-lhe a conhecer as possibilidades de emprego; implementar uma avaliação de escolas relativamente ao ensino profissional por forma a permitir uma definição da rede; permitir o crescimento do ensino profissional em qualquer tipologia de estabelecimento de ensino, e não exclusivamente nas escolas secundárias; diminuir o número de alunos por turma para permitir um trabalho adequado ao seu cariz técnico e de acompanhamento individualizado; implementar uma campanha de imagem a nível nacional que evidencie que o ensino profissional é uma opção e não uma segunda escolha.

6 Conclusões

Na última década, Portugal tem reforçado a procura e implementação de medidas capazes de promover o aumento da escolarização e da empregabilidade, bem como o combate ao abandono escolar. Essas medidas não se prendem unicamente com uma preocupação interna, mas também com o atraso que Portugal mantém, relativamente a estes indicadores, quando comparado com a média da U.E.. A experiência de outros países confirmada pelos indicadores da OCDE, mostra a existência de uma relação inversa entre as taxas de abandono e a percentagem de alunos inscritos no ensino profissional, pelo que, Portugal tem implementado medidas de reforço desta tipologia de ensino. Em 2004, tendo por base essa experiência, o ensino profissional deixou de ser uma modalidade especial de educação e passou a integrar as ofertas qualificantes do ensino secundário, e em 2005 é lançada a Iniciativa Novas Oportunidades com o objetivo de aumentar o número de alunos do secundário a frequentar cursos de dupla certificação.

Nesta investigação, centramo-nos apenas em tentar compreender em que medida o alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias em Portugal, objeto da Reforma do ensino secundário de 2004, contribuiu para o aumento da escolarização dos jovens no secundário e que efeito poderá ter tido no sucesso do ensino profissional.

Optámos por um modelo de análise hipotético-dedutivo. As hipóteses por nós formuladas dividem-se em dois grupos, que pretendem por um lado relacionar a introdução dos Cursos Profissionais nas escolas secundárias com o sucesso do ensino secundário (Hipótese 1.1: O alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias está associado a um aumento da taxa de escolarização no secundário em Portugal; Hipótese 1.2: O alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias está associado a uma diminuição do abandono escolar no secundário em Portugal) e por outro lado, relacionar a introdução dos Cursos Profissionais nas escolas secundárias com o sucesso do ensino profissional (Hipótese 2.1: A taxa de conclusão dos Cursos Profissionais nas escolas secundárias é inferior à das escolas profissionais; Hipótese 2.2: A taxa de empregabilidade dos Cursos Profissionais nas escolas secundárias é inferior à das escolas profissionais; Hipótese 2.3: A imagem dos Cursos Profissionais nas escolas secundárias é menos positiva do que nas escolas profissionais).

A análise relativa aos efeitos no ensino secundário foi suportada em dados secundários que abrangem, sempre que possível, o período entre a criação das escolas profissionais, 1989, e

2012, subdividido em antes do alargamento (1989/2004) e após o alargamento (2004/2012) e em dados primários, obtidos por observação indireta através de inquérito por questionário dirigido a todos os dirigentes de estabelecimentos de ensino com oferta de Cursos Profissionais. A população totalizou 737 entidades e o número de respostas obtidas foi de 152, correspondendo a 20,6% deste total. Com o intuito de enriquecer o conhecimento sobre a matéria em estudo fomos ainda observar a forma como este alargamento se efetivou, tentando perceber se esta variável teve influência no sucesso da implementação da medida. Esta análise foi suportada em dados primários obtidos por observação indireta, através da realização de entrevistas exploratórias a sete dirigentes de estabelecimentos de ensino com oferta de Cursos Profissionais, de forma aberta e flexível e com uma estrutura de perguntas previamente definida.

Os resultados deste estudo, relativamente ao ensino secundário em Portugal, permitem-nos identificar uma relação positiva entre o alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias e a taxa de escolarização no secundário, bem como uma relação negativa entre o alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias e o abandono escolar no ensino secundário.

No que respeita ao ensino profissional, os resultados deste estudo permitem-nos identificar uma relação negativa entre o alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias e o sucesso do ensino profissional. Este sucesso foi medido com recurso à taxa de conclusão, à taxa de empregabilidade e à imagem dos Cursos Profissionais, observando-se que os três indicadores são inferiores nas escolas secundárias quando comparados com as escolas profissionais. Lembra-se que, em 2010/2011, o número de alunos a frequentar Cursos Profissionais nas escolas profissionais correspondia a 38% da totalidade o que evidencia o peso das escolas secundárias na oferta desta modalidade de ensino.

Podemos, assim, concluir que o alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias levou ao aumento da taxa de escolarização e à diminuição do abandono escolar no secundário em Portugal, mas equacionar os custos desse alargamento no sucesso do ensino profissional. Estas conclusões levam-nos a colocar algumas interrogações: 1) Será que os efeitos positivos alcançados com esta medida perdurarão se esta levar à perda das características do ensino profissional, nomeadamente os padrões de qualidade; 2) Não irá diminuir a empregabilidade?; 3) Não corremos o risco de que as escolas secundárias transformem os Cursos Profissionais

numa “segunda versão” dos Cursos Tecnológicos levando à perda da sua identidade?; 4) Não estaremos a contribuir para uma estigmatização permitindo que os Cursos Profissionais passem a ser encarados como “segunda escolha” e apenas para alunos com menos capacidades ou recursos?

Estas mesmas dúvidas são evidenciadas nas entrevistas exploratórias que fizemos aos dirigentes de estabelecimentos de ensino com oferta de Cursos Profissionais de nível secundário, quanto ao modo como o alargamento da oferta dos Cursos Profissionais às escolas secundárias foi implementado, assim como o seu efeito no sucesso do ensino profissional.

As escolas profissionais veem com preocupação o facto desta medida ter sido “imposta” a todas as escolas, de forma precipitada, e sem ter em conta os recursos das mesmas (instalações, equipamentos e corpo docente). No que respeita ao corpo docente e organização do curso, salientam a ausência de ligação dos docentes à área técnica dos Cursos Profissionais, a dificuldade em assegurar a estrutura modular, o acompanhamento individualizado dos alunos e o estágio em contexto real; o elevado número de alunos por turma e a alteração do plano curricular (aumento da carga científica e cultural) não se adequar aos objetivos destes cursos. Destacam a incorreta utilização dos Serviços de Psicologia e Orientação para canalizar os alunos para os cursos oferecidos pelas escolas secundárias. Referem ainda acreditar que os principais objetivos desta medida foram: reafectar professores e instalações, que se encontravam disponíveis nas escolas secundárias, ao aumento da escolarização preparando o alargamento da escolaridade a 12 anos; e a utilização dos Cursos Profissionais para os alunos problemáticos e com percursos de insucesso. As escolas secundárias referem como positivo o aumento da escolarização e o reencaminhamento e recuperação de alunos.

As sugestões dos dirigentes entrevistados, no que respeita a medidas possíveis de reforço do ensino profissional, foram: cooperação entre escolas profissionais, escolas secundárias, MEC, IEFP e tecido empresarial na definição da abertura/manutenção de cursos; criação de gabinetes de orientação de alunos fora das entidades formadoras, com vista a apoiar o aluno na escolha do seu percurso escolar; implementação de uma avaliação de escolas por forma a permitir uma definição da rede de oferta formativa do ensino profissional; crescimento do ensino profissional em qualquer tipologia de estabelecimento de ensino, diminuição do número de alunos por turma para permitir um trabalho adequado ao seu cariz técnico e de

acompanhamento individualizado; implementação de uma campanha de imagem, a nível nacional, que evidencie as vantagens do ensino profissional como opção e não como segunda escolha.

Este trabalho foi elaborado tendo por base um curto período de aplicação, 6 anos (de 2006 a 2012) para analisar o impacto do alargamento dos Cursos Profissionais às escolas secundárias em Portugal. O futuro permitirá, com certeza, aprofundá-lo.

Apesar de não ter sido objeto deste estudo, não podemos terminar sem reafirmar uma última preocupação. O enquadramento Europeu e a experiência de outros países parecem ter estado na base do compromisso recente do Governo, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, em executar um conjunto de medidas na área da Educação:

O Governo está empenhado no desenvolvimento do sistema dual em todo o país, procurando responder à necessidade de articulação entre as diferentes ofertas formativas e as necessidades dos jovens, da economia e do mercado de trabalho. Tanto o ensino vocacional, em desenvolvimento através de uma experiência piloto em escolas de diversos pontos do continente, como o ensino profissional, oferta já desenvolvida em todo o país, terão a lucrar com o conhecimento da experiência alemã⁵¹.

Este modelo de formação profissional reconhecido como bem-sucedido na Alemanha, resulta da combinação da formação escolar a tempo parcial (nas escolas profissionais) com a instrução prática (nas empresas) que prepara para o trabalho. No entanto, a tentativa de transpor este modelo para outras realidades nem sempre tem sido bem-sucedida, dada a influência dos contextos nacionais. Sabine Manning (2001), num artigo da Revista Europeia de Formação Profissional, com base numa investigação coletiva, que analisou os resultados de dois projetos europeus Leonardo da Vinci, sobre o sistema dual de qualificação, conclui que o sucesso da implementação deste modelo noutros países é determinado pela influência das relações básicas existentes entre o mundo do ensino e o mundo do trabalho. Foram evidenciados, neste estudo, problemas na execução dos programas de aquisição de

⁵¹ Consultado em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-educacao-e-ciencia/mantenha-se-atualizado/20130602-mec-ensino-profissional.aspx>.

competências, no sistema dual, destacando-se a dificuldade em “... conseguir uma verdadeira integração das matérias profissionais e das matérias gerais no programa de ensino e no processo de aprendizagem” (p. 52). No caso de alguns países, onde se inclui o nosso, salienta ainda: “... a inovação pedagógica confronta-se com uma forte resistência provocada pela tradicional clivagem entre o mundo do ensino geral e o mundo do ensino profissional...” (p.52).

Numa entrevista a um jornal, em 2013⁵², a antiga ministra da educação, Maria de Lurdes Rodrigues referia “Esse sistema de formação na Alemanha tem sido criticado. A própria OCDE, que é insuspeita, não o recomenda”.

José Matias Alves⁵³ a propósito das propostas de revogação da legislação que enquadra as escolas profissionais e a instituição dos “Cursos de ensino e formação profissional dual” pergunta se ainda não se percebeu: “o que faz gerar a procura social desta formação? ... que o caminho que se está a seguir afasta os jovens desta formação? ... o reconhecimento só é viável através de uma formação de qualidade que não despreze a formação sociocultural e científica?”

Também Joaquim Azevedo⁵⁴, a propósito do ensino profissional dual, destaca algumas das recomendações que, um conjunto de especialistas que se reuniram na Universidade Católica no Porto, em 22/05/2014 fez ao Governo. Não obstante a importância de todas elas, elencamos apenas três por considerarmos serem as recomendações que têm uma relação mais direta com o tema deste nosso estudo:

O desenvolvimento de dispositivos de orientação vocacional progressiva e sustentável; ... o ensino profissional deveria ser política e escolarmente considerado como primeira escolha. Mais: o ensino profissional só será efetivamente valorizado se tiver condições de concorrer com o ensino geral para a produção de elites intermédias;

⁵² Consultado em: Jornal “O Público” de 15/12/2013.

⁵³ Consultado em: <http://terrear.blogspot.pt/2014/05/ensino-e-fomacao-profissional-dual-ou.html>- Ensino e formação profissional dual ou a arte de criar problemas onde eles não existem.

⁵⁴ Consultado em: <http://terrear.blogspot.pt/2014/05/ensino-e-fomacao-profissional-dual-ou.html>- A propósito do ensino profissional dual - recomendações ao Governo de Portugal e em particular ao senhor Ministro da Educação e Ciência.

... a necessidade de uma organização em rede (sectorial, local e nacional) para dar mais sentido e voz ao ensino profissional.

O facto de ter sido anunciado o desenvolvimento do sistema dual em todo o país, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, a aprovação em Conselho de Ministros do diploma que cria uma nova categoria de escolas profissionais (escolas de referência empresarial), o novo regime jurídico das escolas profissionais e os receios que a implementação desta medida acarreta, particularmente se abranger alunos em idade anterior ao secundário, reclama a emergência de estudos sobre esta matéria.

Referências Bibliográficas

Antunes, F. (2004). *Novas instituições e processos educativos: O subsistema de escolas profissionais em Portugal – Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia-Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação-Atelier: Educação e Aprendizagens*, Braga.

Azevedo, J. (1994). *Avenidas de liberdade-Reflexões sobre a política educativa*. Porto: Edições ASA.

Azevedo, J. (1999). *Sair do impasse – Os ensinos tecnológico e profissional em Portugal*. Porto: Edições ASA.

Azevedo, J. (2009). *O ensino profissional: Analisar o passado e olhar o futuro*. Lisboa: Universidade Católica.

Azevedo, J. (2010). Escolas Profissionais: Uma história de sucesso escrita por todos. *Revista Formar*, 72, 25-29.

Bartlett, W. (2009). The effectiveness of vocational education in promoting equity and occupational mobility amongst young people. *Economic Annals*, LIV (180), 7-39.

Bilhim, J. (2000). *Ciência da Administração*. Universidade Aberta

Cardim, J. (1999). *O Sistema de Formação profissional em Portugal*. Luxemburgo: CEDEFOP – Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional.

Cardim, J. (2005). *Do ensino industrial à formação profissional: as políticas públicas de qualificação em Portugal*. Lisboa: ISCSP-UTL.

Cardim, J. C., & Miranda, R. (coordenação) (1998). *Práticas de Formação Profissional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Carvalho, R. (1986). *História do ensino em Portugal-desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CNE – Conselho Nacional de Educação. (2011). *Estado da Educação 2011. A Qualificação dos Portugueses*. Editorial do Ministério da Educação e Ciência.

Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de Janeiro. *Diário da República n.º 18/98 – I Série*. Ministério da Educação. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março. *Diário da República n.º 73/2004 – I Série – A*. Ministério da Educação. Lisboa.

DES – Departamento do Ensino Secundário – Ministério da Educação. (1996). *Dinâmicas Memória e Projectos das escolas profissionais*. Porto: Ministério da Educação.

DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (2012). *Educação em Números-Portugal 2012*. Lisboa: DGEEC

DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (2013). *Educação em Números-Portugal 2013*. Lisboa: DGEEC

Duarte, A. (2010). Maria de Lurdes Rodrigues, A escola pública pode fazer a diferença. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 64, 179-180.

Fialho, J., Silva, C., & Saragoça, J. (2013). *Formação Profissional-Práticas organizacionais, políticas públicas e estratégias de ação*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

GIASE – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo – Ministério da Educação. (2005). *Estatísticas da Educação 03/04*. GIASE

Gornitzka, A., Kogan, M., & Amaral, A. (2005). *Reform and change in higher education: Analysing Policy Implementation*. Springer

Greinert, W. D. (2004). “Sistemas” de formação profissional europeus-algumas reflexões sobre o contexto teórico da sua evolução histórica. *Revista Europeia Formação Profissional*, 32, 18-26.

Hindriks J. G., Verschelde M., Rayp G., & Schoors K. (2010). School tracking, social segregation, and educational opportunity: Evidence from Belgium. CORE Discussion Paper 2010-81.

IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2011). *Estudo de avaliação externa dos percursos pós-formação dos diplomados de cursos profissionais no contexto da expansão desta oferta no sistema nacional de qualificações – Relatório Final*. Lisboa: ANQ- Agência Nacional para a Qualificação.

Justino, D., Fernandes, E., Almeida, J., & Raposo, M. (2004). *A Reforma do Ensino Secundário*. Porto: Porto Editora.

Kyrö, M. (1995). Características do ensino profissional na Finlândia. *Revista Europeia Formação Profissional*. 4, 24-30.

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo. *Diário da República n.º 237/8 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa.

Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto. *Diário da República n.º 166/2009 – 1ª Série*. Assembleia da República. Lisboa.

Manning, S. (2001). Que ensinamentos retirar da aplicação do sistema dual das qualificações na Europa. *Revista Europeia Formação Profissional*, 23, 49-56.

Maroco, J. (2003). *Análise Estatística-com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Nóvoa, A. (2005). *Evidentemente Histórias da Educação*. Porto: Edições ASA.

Orvalho, L., & Alonso, L. (2009). *Estrutura modular nos cursos profissionais das escolas secundárias públicas: Investigação colaborativa sobre mudança curricular*. Actas do X Congresso Internacional Galego Português de Psicopedagogia, Braga.

Orvalho, L., Alonso, L., & Azevedo, J. (2009). *Estrutura Modular nos Cursos Profissionais das Escolas Secundárias Públicas como Trampolim para o Sucesso: ...Dos Princípios de Enquadramento Curricular e Pedagógico... Às Práticas na Sala de Aula e Trabalho Colaborativo*. Comunicação apresentada no Seminário Nacional 1989-2009, 20 anos de Ensino Profissional: Analisar o Passado e Olhar o Futuro, Porto.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais (4ª edição)*. Lisboa: Gradiva.

Reinisch, H., & Frommberger, D. (2004). Entre a escola e a empresa. Estudo comparativo do desenvolvimento histórico do sistema de ensino e formação profissional nos Países Baixos e na Alemanha. *Revista Europeia Formação Profissional*, 32, 27-33.

Rodrigues, M. L. (2010). *A escola Pública pode fazer a diferença*. Coimbra: Edições Almedina

Shavit, Y., & Muller, W. (2000). Vocational Secondary Education - Where diversion and where safety net? *European Societies*, 2 (1), 29-50.

Silva, J., Silva, A., & Fonseca, J. (1996). *Avaliação do sistema das escolas profissionais*. Editorial do Ministério da Educação.

Teodoro, A., & Aníbal, G. (2007). A educação em tempos de globalização. Modernização e hibridismo nas políticas educativas em Portugal. *Revista Lusófona da educação*, 10, 13-26.

Unwin, L., Fuller, A., Turbin, J. & Young, M. (2004). *What Determines the Impact of Vocational Qualifications? A Literature Review*, Research Report RR522, London: Department for Education and Skills.

Wollschläger. N. (2004). Da divergência à convergência. Uma história do ensino e formação profissional. *Revista Europeia Formação Profissional*, 32, 6-17.

Wollschläger. N., & Guggenheim. E. F. (2004). Uma história da formação profissional na Europa: da divergência à convergência. *Revista Europeia Formação Profissional*, 32, 1-5.

Anexos

Anexo 1 – Mensagem e Inquérito

Bom dia ,

O meu nome é Teresa Castro e estou neste momento a fazer um trabalho de investigação que pretende aferir o impacto do alargamento dos cursos profissionais às escolas secundárias. O meu interesse nesta matéria decorre de 20 anos de trabalho na educação e dedicados , em grande parte, à formação profissional.

Tendo consciência do imenso trabalho que as escolas têm no seu dia a dia e da quantidade de informação que são obrigados a tratar e prestar a toda a hora , mas não existindo informação disponível para o estudo em causa, optei por uma recolha de informação por questionário, na esperança de conseguir contribuir para um acréscimo de conhecimento. Seguirá em simultâneo o link de acesso ao referido questionário para o qual peço a melhor atenção possível. Este demora aproximadamente 10 minutos a preencher e pode significar toda a diferença para a investigação em causa.

Na esperança de que atendam ao pedido agora formulado, agradeço desde já a atenção dispensada.

Com os melhores cumprimentos

Teresa Castro

Se tiver dificuldades em visualizar ou submeter o formulário, pode preenchê-lo on-line
<https://docs.google.com/forms/d/1UAaiYzZIWpmV4ZS16FkBlf6QLnZejLoGsLfyqdY53zA/viewform>

Ensino Profissional

Este questionário destina-se a obter informações sobre o impacto do alargamento da oferta de cursos profissionais às escolas secundárias. A informação recolhida permitirá elaborar um trabalho a integrar uma Dissertação no âmbito do Mestrado em Administração Pública (MPA), do Instituto de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa.

O questionário é anónimo, apresentado sob a forma de perguntas diretas, dirigido à Direção do estabelecimento de ensino e todos os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para os fins em causa.

É de extrema importância que a resposta a este questionário decorra nos próximos 15 dias, demora aproximadamente 10 minutos e, deve assinalar a opção que considere mais adequada ou proceder ao seu preenchimento com os dados solicitados.

A qualidade deste trabalho dependerá do número de respostas obtidas e do prazo das mesmas, pelo que a sua colaboração é fundamental!

O meu nome é Teresa Castro e em caso de necessitar de qualquer informação adicional, o meu contacto móvel é: 91*****.

.

Muito Obrigada!

Estrutura do Questionário

1 - Caracterização do estabelecimento de ensino (8 questões) 2 - Caracterização da oferta de cursos profissionais (15 questões) 3 - Cursos profissionais: Imagem social e seus efeitos (7 questões) 4 - Dados finais/outras considerações

1 - Caracterização do estabelecimento de ensino

Pretende-se recolher informação sobre a tipologia, dimensão, localização e quadro de pessoal docente do estabelecimento de ensino

1.1 - Indique a tipologia do estabelecimento de ensino *

- Estabelecimento público com ensino Secundário
- Estabelecimento privado com ensino Secundário
- Escola profissional

1.2 - Indique o meio em que se insere o estabelecimento de ensino *

- Meio rural
- Meio Urbano

1.3 - Indique o Distrito em que se insere o estabelecimento de ensino *

1.4 - Indique o nº de cursos em funcionamento no estabelecimento de ensino no ano letivo 2012/13: *

- Menos de 2
- 2 a 4
- 5 a 6
- 7 a 8
- 9 a 10
- 11 a 12
- 13 a 14
- Mais de 16

1.5 - Indique o nº de turmas em funcionamento no estabelecimento de ensino no ano letivo 2012/13: *

- Menos de 3
- 4 a 6
- 7 a 9
- 10 a 12
- 13 a 15
- 16 a 18
- 19 a 21
- Mais de 21

1.6 - Indique o nº de alunos que frequentam o estabelecimento de ensino no ano letivo 2012/13: *

- Menos de 80
- 81 a 160
- 161 a 240
- 241 a 320
- 321 a 400
- Mais de 400

1.7 - Indique o nº de docentes que lecionam neste estabelecimento de ensino no ano letivo 2012/13: *

- Menos de 20
- 21 a 40
- 41 a 60
- 61 a 80
- 81 a 100
- Mais de 100

1.8 - Indique à quantos anos, em média, os docentes lecionam neste estabelecimento de ensino: *

- Menos de 4
- 5 a 8
- 9 a 12
- 13 a 16
- 17 a 20
- Mais de 20

2 - Caraterização da oferta de cursos profissionais

Pretende-se recolher informação sobre a oferta de cursos profissionais no estabelecimento de ensino bem como a caraterização dos alunos que os frequentam

2.1 - Indique há quantos anos este estabelecimento de ensino oferece cursos profissionais de nível secundário? *

- Menos de 3 anos
- 4 a 6 anos
- 7 a 9 anos
- 10 a 12 anos
- 13 a 15 anos
- 16 a 18 anos
- 19 a 21 anos
- Mais de 21 anos

2.2 - Indique se a oferta de cursos profissionais decorreu de uma opção do próprio estabelecimento de ensino ou de orientação dos Serviços do Ministério da Educação e Ciência: *

- Opção do estabelecimento de ensino
- Orientação dos serviços do MEC
- Não sabe/Não responde

2.3 - Indique o nº de cursos profissionais de nível secundário em funcionamento no ano letivo 2012/13: *

- Menos de 2
- 2 a 4
- 5 a 6
- 7 a 8
- Mais de 8

2.4 - Indique o nº de turmas de cursos profissionais de nível secundário em funcionamento no ano letivo 2012/13: *

- Menos de 3
- 4 a 6
- 7 a 9
- 10 a 12
- 13 a 15
- 16 a 18
- 19 a 21
- Mais de 21

2.5 - Indique o nº de alunos que frequentam os cursos profissionais de nível secundário no ano letivo 2012/13: *

- Menos de 80
- 81 a 160
- 161 a 240
- 241 a 320
- 321 a 400
- Mais de 400

2.6 - Indique a média de idade dos alunos à entrada nos cursos profissionais de nível secundário (1º ano/10º ano) no ano letivo 2012/13: *

- 15 a 16
- 17 a 18
- 19 a 20
- Mais de 20

2.7 - Indique a % de alunos que já havendo frequentado outras ofertas formativas de nível secundário transitaram para os cursos profissionais no ano letivo 2012/13: *

- Zero
- 1 a 10%
- 11% a 20%
- 21% a 30%
- 31% a 40%
- 41% a 50%
- Mais de 50%
- Não sabe/Não responde

2.8 - Identifique a % de alunos que tendo-se candidatado à frequência de um curso profissional neste estabelecimento de ensino no ano letivo 2012/13, não obteve vaga: *

- Zero
- 1% a 10%
- 11% a 20%
- 21% a 30%
- 31% a 40%
- 41% a 50%
- Mais de 50%
- Não sabe/Não responde

2.9 - Indique a % de alunos que teve apoio dos serviços de psicologia e orientação antes de optar pelos cursos profissionais de nível secundário no ano letivo 2012/13: *

- Zero
- 1% a 10%
- 11% a 20%
- 21% a 30%
- 31% a 40%
- 41% a 50%
- Mais de 50%
- Não sabe/Não responde

2.10 - Na sua opinião, qual pensa ser o rendimento médio mensal (aproximado e em euros) dos agregados familiares dos alunos que frequentam os cursos profissionais de nível secundário no ano letivo 2012/13. Indique apenas o numero, em algarismos e sem menção expressa da moeda: *

2.11 - Na sua opinião, qual pensa ser o nível médio de escolaridade (aproximado) dos pais dos alunos que frequentam os cursos profissionais de nível secundário no ano letivo 2012/13: *

- Inferior a 1º ciclo do ensino básico
- 1º ciclo do ensino básico
- 2º ciclo do ensino básico
- 3º ciclo do ensino básico
- ensino secundário
- ensino superior

2.12 - Na sua opinião, qual pensa ser a percentagem (aproximada) de pais com mais do que o ensino secundário. Indique apenas o numero, em algarismos e sem menção expressa da %: *

2.13 - Para os alunos que frequentaram cursos profissionais de nível secundário no ano letivo anterior (2011/2012) indique: *

	Zero	Menos de 10%	11% a 20%	21% a 30%	31% a 40%	41% a 50%	51% a 60%	61% a 70%	71% a 80%	Mais de 80%	Não sabe/Não responde
--	------	--------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-------------	-----------------------

% de conclusão	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
----------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

% de prosseguimento de estudos	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
--------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

% de inserção no mercado de trabalho	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
--------------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

% de desistência/retenção	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
---------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

2.14 - Para os alunos que frequentaram cursos profissionais de nível secundário no ano letivo de 2010/2011 indique: *

	Zero	Menos de 10%	11% a 20%	21% a 30%	31% a 40%	41% a 50%	51% a 60%	61% a 70%	71% a 80%	Mais de 80%	Não sabe/Não responde
--	------	--------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-------------	-----------------------

% de prosseguimento de estudos	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
--------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

% de inserção no mercado de trabalho	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
--------------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

% de desistência/retenção	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
---------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

2.15 - Para os alunos que frequentaram cursos profissionais de nível secundário no ano letivo de 2009/2010 indique: *

	Zero	Menos de 10%	11% a 20%	21% a 30%	31% a 40%	41% a 50%	51% a 60%	61% a 70%	71% a 80%	Mais de 80%	Não sabe/Não responde
--	------	--------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-------------	-----------------------

% de prosseguimento de estudos	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
--------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

% de inserção no mercado de trabalho	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
--------------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

% de desistência/retenção	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
---------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

3 - Cursos profissionais: Imagem social e seus efeitos

Este grupo de questões é de carácter mais subjetivo e pretende recolher a opinião pessoal de quem o preenche. Ao responder, pense na realidade da sua escola e no universo dos alunos que a frequenta.

3.1 - Numa escala de 1 a 10, onde 1 representa "discordo totalmente" e 10 "Concordo totalmente" indique o grau de concordância com as seguintes afirmações: *

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Os cursos
profissionais são
uma opção
vantajosa face
aos cursos
científico-
humanísticos
porque
permitem a
inserção no
mercado de
trabalho não
impedindo o
prosseguimento
de estudos

() () () () () () () () () ()

Os cursos
profissionais
constituem uma
segunda opção
para alunos com
dificuldades de
aprendizagem
e/ou repetentes

() () () () () () () () () ()

Os cursos
profissionais são
frequentados por
alunos de
classes sociais
mais
desfavorecidas

() () () () () () () () () ()

3.2 - Um aluno que conclui um curso científico-humanístico (CCH) está melhor preparado para prosseguir estudos que um aluno que conclui um curso profissional (CP) *

- Concorda
- Discorda
- Não sabe/Não responde

3.2.1 - No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0:

	1	2	3	4	0
Os CCH são mais exigentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os CP são menos exigentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os CCH são vocacionados para prosseguimento de estudos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os CP são vocacionados para o mercado de trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.3 - Um aluno que conclui um curso profissional (CP) está melhor preparado para ingressar no mercado de trabalho que um aluno que conclui um curso científico humanístico (CCH) *

- Concorda
- Discorda
- Não sabe/Não responde

3.3.1 - No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0:

	1	2	3	4	5	0
Os CCH têm pouca componente técnica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os CP têm muita componente técnica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os CCH são vocacionados para prosseguimento de estudos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os CP são vocacionados para o mercado de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Há uma maior perceção, por parte do aluno, da utilidade dos conhecimentos adquiridos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.4 - A estrutura modular dos cursos profissionais diminui o insucesso escolar *

- Concorda
- Discorda
- Não sabe/Não responde

3.4.1 - No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0:

	1	2	0
A conclusão dos módulos é adequada ao ritmo de cada aluno	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existe um acompanhamento individualizado do aluno	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.5 - A introdução dos cursos profissionais nas escolas secundárias teve um efeito positivo para as escolas secundárias *

- Concorda
- Discorda
- Não sabe/Não responde

3.5.1 - No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0:

	1	2	3	4	5	6	0
Diversificou a oferta formativa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reencaminhou alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diminuiu o abandono escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumentou a taxa de conclusão no ensino secundário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Permitiu o reaproveitamento de docentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Levou a uma nova forma de encarar a docência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.6 - A introdução dos cursos profissionais nas escolas secundárias teve um efeito negativo para o ensino profissional *

- Concorda
- Discorda
- Não sabe/Não responde

3.6.1 - No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0:

	1	2	3	4	5	6	0
Diminuiu a exigência desta modalidade de ensino	()	()	()	()	()	()	()
As escolas secundárias não dispõem de meios para assegurar esta modalidade de ensino	()	()	()	()	()	()	()
As escolas secundárias têm dificuldade em assegurar a realização dos estágios	()	()	()	()	()	()	()
As escolas secundárias não dispõem de suficiente autonomia	()	()	()	()	()	()	()
As escolas secundárias não têm uma organização ajustada a esta modalidade de ensino	()	()	()	()	()	()	()
Aumentou a oferta de cursos que não conferem empregabilidade	()	()	()	()	()	()	()

3.7 - Os docentes que lecionam cursos profissionais nas escolas secundárias seguem a mesma metodologia que os docentes das escolas profissionais *

Concorda

Discorda

Não sabe/Não responde

3.7.1 - No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0:

1 2 3 4 5 0

Os docentes das escolas secundárias têm habilitações adequadas à lecionação nos cursos profissionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

Os docentes das escolas secundárias tiveram formação específica para a lecionação desta modalidade de ensino	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

Os docentes das escolas secundárias respeitam a estrutura curricular desta modalidade de ensino	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
---	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

A componente técnica é corretamente assegurada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

A avaliação é centrada no aluno	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
---------------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

4 - Dados finais/outras considerações

Neste espaço, poderá fornecer informação adicional ou emitir a sua opinião sobre todas as questões abordadas anteriormente



Anexo 2 – Lista de entidades para o questionário

Ano letivo de 2010/2011 - Continente

Listagem de estabelecimentos de educação e ensino que ministram cursos profissionais de nível secundário

Fonte: DGEEC/MEC

CONCELHO	NATUREZA	CESCOLA	ESCOLA	E-MAIL
Águeda	Público	101928	Escola Secundária Adolfo Portela, Águeda	esap.sa@mail.telepac.pt
Águeda	Público	101615	Escola Secundária Marques de Castilho, Águeda	geral@esmcastilho.pt
Albergaria-a-Velha	Público	102604	Escola Secundária de Albergaria-a-Velha	info@esec-albergaria-a-velha.rcts.pt
Albergaria-a-Velha	Privado	102844	Conservatório de Música da Jobra	geral@jobra.pt
Anadia	Público	103434	Escola Básica e Secundária de Anadia	secundaria.anadia@netvisao.pt
Anadia	Privado	103751	Escola Profissional de Viticultura e Enologia da Bairrada	eveb@mail.telepac.pt
Arouca	Público	104548	Escola Secundária de Arouca	secretaria@esec-arouca.rcts.pt
Aveiro	Privado	105116	EFTA - Escola de Formação Profissional em Turismo de Aveiro, Lda.	secretaria@efta.edu.pt
Aveiro	Privado	105730	Colégio D. José I	coldjose1@mail.telepac.pt
Aveiro	Privado	105010	Escola Profissional de Aveiro	secretaria@epaveiro.edu.pt
Aveiro	Público	105758	Escola Secundária Homem Cristo, Aveiro	directorahc@gmail.com
Aveiro	Público	105250	Escola Secundária Dr. Mário Sacramento, Aveiro	esmsacramento@netcabo.pt
Aveiro	Público	105411	Escola Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima, Esgueira, Aveiro	esjmlima@mail.telepac.pt
Aveiro	Público	105783	Escola Secundária José Estevão, Aveiro	secje@mail.prof2000.pt
Castelo de Paiva	Público	106658	Escola Básica de Couto Mineiro do Pejão, Raiva, Castelo de Paiva	eb23.coutomineiro@escolas.min-edu.pt
Castelo de Paiva	Público	106146	Escola Básica e Secundária de Castelo de Paiva	eb23castelopaiva@hotmail.com
Espinho	Público	107743	Escola Secundária Dr. Manuel Gomes Almeida, Espinho	esmga@mail.telepac.pt
Espinho	Privado	107722	Escola Profissional de Música de Espinho	epme@musica-esp.pt
Espinho	Privado	107228	Externato "Oliveira Martins"	eom@mail.telepac.pt
Espinho	Público	107850	Escola Básica Domingos Capela, Silvalde, Espinho	escdcapeladm@mail.telepac.pt
Espinho	Público	107083	Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira, Espinho	esmlaranjeira@mail.telepac.pt
Espinho	Privado	107196	Escola Profissional de Espinho	esproe95@mail.telepac.pt

Estarreja	Público	108163	Escola Secundária de Estarreja	esc.se@mail.telepac.pt
Santa Maria da Feira	Público	109845	Escola de Hotelaria e Turismo de Santa Maria da Feira	nefeira@turismodeportugal.pt
Santa Maria da Feira	Privado	109937	Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas	geral@colegiodelamas.com
Santa Maria da Feira	Privado	109582	Escola Profissional de Paços de Brandão	escprofpb@mail.telepac.pt
Santa Maria da Feira	Público	109630	Escola Secundária de Santa Maria da Feira	escola.sec.feira@gmail.com
Santa Maria da Feira	Público	109070	Escola Básica de Corga do Lobão, Santa Maria da Feira	escola.23.corga@mail.telepac.pt
Santa Maria da Feira	Público	109632	Escola Básica e Secundária D. Moisés Alves de Pinho, Fiães, Santa Maria da Feira	escolaeb23fiaes@mail.telepac.pt
Ílhavo	Público	110395	Escola Secundária de Gafanha da Nazaré, Ílhavo	ce@esgn.pt
Ílhavo	Público	110638	Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes, Ílhavo	esi@esdjccg.pt
Mealhada	Público	111920	Escola Secundária de Mealhada	ce@esec-mealhada.rcts.pt
Mealhada	Privado	111399	Escola Profissional Vasconcellos Lebre (Propriedade da Escola Profissional da Mealhada Ld ^a .)	epvl.mealhada@gmail.com
Murtosa	Público	112573	Escola Básica e Secundária Padre António Morais da Fonseca, Murtosa	exec@pamf.edu.pt
Oliveira de Azeméis	Público	113278	Escola Secundária Soares Basto, Oliveira de Azeméis	info@esec-soares-basto.rcts.pt
Oliveira de Azeméis	Público	113401	Escola Básica e Secundária de Fajões, Oliveira de Azeméis	info@eb23-fajoes.rcts.pt
Oliveira de Azeméis	Público	113147	Escola Secundária Ferreira de Castro, Oliveira de Azeméis	esb3.ferreiracastro@escolas.min-edu.pt
Oliveira do Bairro	Privado	114711	Instituto de Promoção Social de Bustos	ipsb@mail.telepac.pt
Oliveira do Bairro	Público	114598	Escola Secundária de Oliveira do Bairro	esec.oli.bairro@mail.telepac.pt
Ovar	Público	115212	Escola Básica Monsenhor Miguel de Oliveira, Válega, Ovar	conselhoexecutivo@eb23valega.net
Ovar	Público	115226	Escola Secundária Dr. José Macedo Fragateiro, Ovar	ce@esec-dr-j-macedo-fragateiro.rcts.pt
Ovar	Público	115490	Escola Secundária Júlio Dinis, Ovar	es3juliodinis@mail.telepac.pt
Ovar	Público	115986	Escola Secundária de Esmoriz, Ovar	cexecutivo@hotmail.com
Ovar	Privado	115922	EPROFCOR - Escola Profissional de Cortegaça	epcorteg@mail.telepac.pt
São João da Madeira	Público	116413	Escola Secundária Dr. Serafim Leite, São João da Madeira	secserafim@mail.telepac.pt
São João da Madeira	Privado	116520	Centro de Educação Integral	ceduca@mail.telepac.pt
São João da Madeira	Privado	116170	Externato "D. Dinis"	extddinis@mail.telepac.pt
São João da Madeira	Público	116374	Escola Básica e Secundária Oliveira Júnior, São João da Madeira	escola.sec3@mail.telepac.pt
São João da Madeira	Público	116286	Escola Secundária João Silva Correia, São João da Madeira	direcao@esjsc.pt
São João da Madeira	Público	116386	Escola Básica de São João da Madeira	info@eb2-s-joao-madeira.rcts.pt
Sever do Vouga	Público	117431	Escola Básica e Secundária de Sever do Vouga	directora@aesv.pt
Vagos	Público	118959	Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos	epadrv@mail.telepac.pt
Vagos	Público	118971	Escola Secundária de Vagos	direccao@esvagos.edu.pt
Vagos	Privado	118500	Colégio Diocesano de Nossa Senhora da Apresentação	secretaria@colegiocalvao.org
Vale de Cambra	Público	119684	Escola Básica e Secundária de Búzio, Vale de Cambra	eb23vcambra@mail.telepac.pt

Aljustrel	Público	201427	Escola Secundária de Aljustrel	es-aljustrel@sapo.pt
Almodôvar	Público	202249	Escola Básica e Secundária Dr. João Brito Camacho, Almodôvar	b23salmodar@mail.telepac.pt
Alvito	Privado	203744	Escola Profissional de Alvito	secretaria@novalvito.pt
Beja	Público	205196	Escola Secundária Diogo de Gouveia, Beja	es.diogogouveia@escolas.min-edut.pt
Beja	Privado	205651	Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (Deleg.)	geral.beja@epbjc.pt
Beja	Público	205017	Escola Secundária D. Manuel I, Beja	esdmanuelibeja@mail.telepac.pt
Castro Verde	Público	206205	Escola Secundária de Castro Verde	sec-castroverde@mail.telepac.pt
Cuba	Privado	207276	Escola Profissional de Cuba	eprocuba@gmail.com
Ferreira do Alentejo	Público	208469	Escola Básica e Secundária José Gomes Ferreira, Ferreira do Alentejo	ebjgferreira@mail.telepac.pt
Mértola	Público	209872	Escola Básica e Secundária de São Sebastião, Mértola	escolaebmertola@mail.telepac.pt
Mértola	Privado	209763	Escola Profissional Alsud	geral.mertola@alsud.pt
Moura	Público	210956	Escola Secundária de Moura	esb3.moura@escolas.min-edu.pt
Moura	Privado	210262	Escola Profissional de Moura	comoiprel@comoiprel.pt
Odemira	Privado	211532	Escola Profissional de Odemira	epo@fundacao-odemira.pt
Odemira	Privado	211889	Colégio de Nossa Senhora da Graça	secretaria@colegionsgraca.com.pt
Odemira	Público	211349	Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves, Odemira	info@esec-odemira.pt
Ourique	Público	212724	Escola Básica e Secundária de Ourique, Ourique	cdeb23sourique@mail.telepac.pt
Serpa	Público	213327	Escola Secundária de Serpa	esc.s.serpa@mail.telepac.pt
Serpa	Público	213737	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa	escola@epdrs.pt
Vidigueira	Privado	214503	Escola Profissional Fialho de Almeida (Sede)	cefae@iol.pt
Amares	Privado	301985	Escola Profissional Amar Terra Verde (Deleg)	epatvmares.sec@gmail.com
Amares	Público	301001	Escola Secundária de Amares	info@esec-amarcs.rcts.pt
Barcelos	Privado	302402	Escola Profissional de Tecnologia e Gestão de Barcelos	dp@etgbarcelos.com
Barcelos	Privado	302354	Escola Profissional Profitecla (Deleg.)	barcelos@profitecla.pt
Barcelos	Público	302719	Escola Secundária de Barcelinhos, Barcelos	info@esec-barcelinhos.rcts.pt
Barcelos	Público	302707	Escola Secundária Alcaldes de Faria, Barcelos	tesc0537@mail.telepac.pt
Barcelos	Público	302624	Escola Básica e Secundária de Vale do Tamel, Lijó, Barcelos	info@eb23-ljo.rcts.pt
Barcelos	Público	302096	Escola Secundária de Barcelos	ce@esec-barcelos.rcts.pt
Barcelos	Público	302471	Escola Básica e Secundária de Vila Cova, Barcelos	director@eb123-vila-cova.rcts.pt
Braga	Privado	303032	Escola Profissional de Braga	epb@epb.pt
Braga	Público	303947	Escola Secundária Sá de Miranda, Braga	info@esec-sa-miranda.rcts.pt
Braga	Privado	303928	Esprominho - Escola Profissional do Minho (Sede)	geral.braga@esprominho.pt
Braga	Privado	303519	Escola Europeia de Ensino Profissional	professoreuropeia@gmail.com

Braga	Público	303900	Escola Secundária D. Maria II, Braga	info@esec-dona-maria-ii.rcts.pt
Braga	Público	303089	Escola Secundária de Maximinos, Braga	direccao@esec-maximinus.rcts.pt
Braga	Público	303753	Escola Secundária Alberto Sampaio, Braga	ce@esec-alberto-sampaio.rcts.pt
Braga	Público	303173	Escola Secundária Carlos Amarante, Braga	escarloamarante@netcabo.pt
Braga	Privado	303228	Escola Profissional Profitecla (Deleg.)	braga@profitecla.pt
Cabeceiras de Basto	Público	304240	Escola Básica e Secundária de Cabeceiras de Basto	gestao23cbasto@mail.telepac.pt
Cabeceiras de Basto	Privado	304101	Externato de S. Miguel de Refojos	secretaria@esmr.com.pt
Celorico de Basto	Público	305904	Escola Profissional de Fermil, Molaes, Celorico de Basto	epf@epafb.pt
Celorico de Basto	Público	305958	Escola Básica e Secundária de Celorico de Basto	geral@eb23sceloricobasto.org
Esposende	Privado	306198	Escola Profissional de Esposende	epe@zendensino.pt
Esposende	Público	306499	Escola Secundária Henrique Medina, Esposende	info@esec-henrique-medina.rcts.pt
Fafe	Público	307427	Escola Secundária de Fafe	esecfaf@mail.telepac.pt
Fafe	Privado	307009	Escola Profissional de Fafe	epfaf@aeafe.pt
Guimarães	Público	308115	Escola Secundária Francisco de Holanda, Guimarães	esfh@mail.telepac.pt
Guimarães	Público	308117	Escola Secundária de Martins Sarmento, Guimarães	esmsarmento@mail.telepac.pt
Guimarães	Público	308553	Escola Básica e Secundária Santos Simões, Guimarães	esb3.veiga@escolas.min-edu.pt
Guimarães	Público	308844	Escola Secundária de Caldas das Taipas, Guimarães	esb3.caldastaiipas@escolas.min-edu.pt
Guimarães	Privado	308075	Escola Profissional CISAVE- Associação Comercial e Industrial de Guimarães	cisave.geral@acig.pt
Guimarães	Privado	308077	Escola Profissional Profitecla (Deleg.)	guimaraes@profitecla.pt
Guimarães	Privado	308752	Escola Profissional CENATEX	epc@cenatex.pt
Póvoa de Lanhoso	Privado	309009	Escola Profissional do Alto Ave - Sociedade Unipessoal Ldª (Sede)	marilia.fernandes@epave.pt
Póvoa de Lanhoso	Público	309167	Escola Secundária de Póvoa de Lanhoso	es.planhoso@mail.telepac.pt
Terras de Bouro	Público	310736	Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro	escola.buria@mail.telepac.pt
Terras de Bouro	Público	310057	Escola Básica e Secundária de Rio Caldo, Terras de Bouro	info@eb23-rio-caldo.rcts.pt
Vieira do Minho	Público	311345	Escola Básica e Secundária Vieira de Araújo, Vieira do Minho	info@eb23-viera-araujo.rcts.pt
Vila Nova de Famalicão	Privado	312745	Escola Profissional CIOR	secretaria@cior.pt
Vila Nova de Famalicão	Privado	312776	Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (Deleg.)	geral.pedome@epbjc.pt
Vila Nova de Famalicão	Privado	312395	Cooperativa de Ensino "Didaxis"	info@ra.didaxis.pt
Vila Nova de Famalicão	Privado	312137	Escola Cooperativa de Vale - S. Cosme	info@sc.didaxis.pt
Vila Nova de Famalicão	Privado	312014	Externato "Delfim Ferreira"	direccao@edf.edu.pt
Vila Nova de Famalicão	Público	312851	Escola Secundária de Padre Benjamim Salgado, Vila Nova de Famalicão	diretor@espbs.net
Vila Nova de Famalicão	Público	312577	Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Vila Nova de Famalicão	diretora@escsb.pt
Vila Nova de Famalicão	Público	312521	Escola Secundária D. Sancho I, Vila Nova de Famalicão	ce.esd.sancho1@mail.telepac.pt

Vila Nova de Famalicão	Privado	312874	Escola Profissional Tecnológica do Vale do Ave	forave@forave.pt
Vila Nova de Famalicão	Privado	312055	Escola Profissional Artística do Vale do Ave (Sede)	geral@artave.pt
Vila Verde	Privado	313302	Escola Profissional Amar Terra Verde	epaterra.verde@mail.telepac.pt
Vila Verde	Público	313847	Escola Secundária de Vila Verde	tesc0601@mail.telepac.pt
Vizela	Público	308823	Escola Secundária de Caldas de Vizela, Vizela	executivo@esvizela.edu.pt
Vizela	Público	314182	Escola Básica e Secundária de Ínfias, Vizela	eb23s.infias@escolas.min-edu.pt
Alfândega da Fé	Público	401878	Escola Básica e Secundária de Alfândega da Fé	lopesagrupamento@gmail.com
Bragança	Público	402268	Escola Secundária Emídio Garcia, Bragança	eseg@sapo.pt
Bragança	Público	402272	Escola Secundária Abade de Baçal, Bragança	info@esec-abade-bacal.rcts.pt
Bragança	Público	402347	Escola Secundária Miguel Torga, Bragança	esmt01@esmt.mail.pt
Bragança	Privado	402580	Escola Profissional Prática Universal de Bragança	eppu.edu@gmail.com
Carrazeda de Ansiães	Público	403561	Escola Básica e Secundária de Carrazeda de Ansiães	eb23.scarrazeda@mail.telepac.pt
Carrazeda de Ansiães	Privado	403380	Escola Profissional de Ansiães	profissionalansiaes@portugalmail.pt
Freixo de Espada à Cinta	Público	404745	Escola Básica de Freixo de Espada à Cinta	info@eb23-freixo-espada-cinta.rcts.pt
Macedo de Cavaleiros	Público	405195	Escola Básica e Secundária de Macedo de Cavaleiros	info@eb2-macedo-cavaleiros.rcts.pt
Miranda do Douro	Público	406691	Escola Básica e Secundária de Miranda do Douro	info@esec-miranda-douro.rcts.pt
Mirandela	Público	407459	Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais, Mirandela	epaces@mail.telepac.pt
Mirandela	Público	407615	Escola de Hotelaria e Turismo de Mirandela	ehtmtrandela@turismodeportugal.pt
Mirandela	Público	407754	Escola Secundária de Mirandela	esmdl@mail.telepac.pt
Mirandela	Privado	407248	Escola Profissional Artes de Mirandela	ep.artesmirandela@escolas.min-edu.pt
Mirandela	Privado	407570	Colégio da Torre Dona Chama	geral@colegiotorredonachama.edu.pt
Mogadouro	Público	408677	Escola Básica e Secundária do Mogadouro	info@esec-mogadouro.rcts.pt
Torre de Moncorvo	Público	409629	Escola Básica e Secundária Visconde de Vila Maior, Torre de Moncorvo	secretaria@eb2-visc-vila-maior.rcts.pt
Vila Flor	Público	410378	Escola Básica e Secundária de Vila Flor	info@eb23-vila-flor.rcts.pt
Belmonte	Público	501605	Escola Básica e Secundária Pedro Álvares Cabral, Belmonte	info@eps-belmonte.rcts.pt
Castelo Branco	Público	502272	Escola Secundária Amato Lusitano, Castelo Branco	ce@esal.edu.pt
Castelo Branco	Público	502518	Escola Básica e Secundária de Alcains, Castelo Branco	es.alcains@gmail.com
Castelo Branco	Público	502755	Escola Secundária Nuno Álvares, Castelo Branco	esna.ctb@mail.telepac.pt
Castelo Branco	Privado	502013	Instituto de Educação Técnica de Seguros (Deleg.)	castelobranco@inetese.pt
Castelo Branco	Privado	502227	Escola Profissional Agostinho Roseta - UGT	esc_aar_prof_cb@sapo.pt
Castelo Branco	Privado	511011	Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense	geral@etepa.org
Covilhã	Público	503865	Escola Secundária Quinta das Palmeiras, Covilhã	info@eb3-quinta-das-palmeiras.rcts.pt
Covilhã	Público	503911	Escola Secundária Frei Heitor Pinto, Covilhã	heitor.pinto@mail.telepac.pt

Covilhã	Público	503073	Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa, Aldeia do Souto, Covilhã	info@ep-agricola-qta-lageosa.rcts.pt
Covilhã	Privado	503417	Escola Profissional de Artes da Beira Interior	isabel.cornelio@epabi.pt
Covilhã	Público	503784	Escola Secundária Campos de Melo, Covilhã	info@esec-campos-melo.rcts.pt
Fundão	Público	504074	Escola Secundária de Fundão	esecfundao@portugalmail.pt
Fundão	Público	504954	Escola de Hotelaria e Turismo do Fundão	nefundao@turismodeportugal.pt
Fundão	Privado	504639	Escola Profissional do Fundão (Sede)	secretaria@epfundao.edu.pt
Idanha-a-Nova	Público	505437	Escola Básica e Secundária José Silvestre Ribeiro, Idanha-a-Nova	c.s.id.nova@mail.telepac.pt
Idanha-a-Nova	Privado	505774	Escola Profissional da Raia - Idanha-a-Nova	eprin@sapo.pt
Penamacor	Público	507106	Escola Básica e Secundária Ribeiro Sanches, Penamacor	secescpen@prof2000.pt
Proença-a-Nova	Público	508242	Escola Básica e Secundária Pedro da Fonseca, Proença-a-Nova	cspnova@mail.telepac.pt
Sertã	Privado	509006	Escola Tecnológica e Profissional da Sertã	e.t.p.serta@mail.telepac.pt
Sertã	Privado	509151	Instituto "Vaz Serra"	instituto-vaz-serra@sapo.pt
Sertã	Público	509302	Escola Secundária de Sertã	agescserta@mail.telepac.pt
Arganil	Público	601774	Escola Secundária de Arganil	escola.s.arganil@iol.pt
Cantanhede	Público	602289	Escola Básica e Secundária João Garcia Bacelar, Tocha, Cantanhede	ce@eps-tocha.rcts.pt
Cantanhede	Público	602804	Escola Secundária de Cantanhede	esc-secretaria@sapo.pt
Cantanhede	Privado	602893	Escola Técnico Profissional de Cantanhede	geral@etpc.pt
Coimbra	Privado	603760	Instituto de Almalaguês	inst.almalagues@sgps.mail.pt
Coimbra	Privado	603155	Escola Profissional das Artes de Coimbra	escola.artes@clix.pt
Coimbra	Privado	603853	Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra	geral@itap-net.org
Coimbra	Privado	603668	Colégio Apostólico da Imaculada Conceição	geral@loyola.pt
Coimbra	Privado	603452	Escola Profissional Profitecla (Deleg.)	coimbra@profitecla.pt
Coimbra	Privado	603425	Instituto Educativo de Souselas	ineds@interacesso.pt
Coimbra	Privado	603341	Colégio Bissaya Barreto	cbb@fbb.pt
Coimbra	Público	603813	Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra	ehtcoimbra@turismodeportugal.pt
Coimbra	Público	603779	Escola Secundária D. Dinis, Coimbra	info@esec-d-dinis-cmb.rcts.pt
Coimbra	Público	603582	Escola Secundária D. Duarte, Coimbra	aecoimbraoeste@aecoimbraoeste.pt
Coimbra	Público	603405	Escola Secundária Quinta das Flores, Coimbra	esc.sec.qflores@mail.telepac.pt
Coimbra	Privado	603954	Colégio de S. Teotónio	direccao@steotonio.pt
Coimbra	Público	603271	Escola Secundária Jaime Cortesão, Coimbra	esjaimecortesao@mail.telepac.pt
Coimbra	Público	603211	Escola Secundária Avelar Brotero, Coimbra	esavelarbrotero@gmail.com
Coimbra	Público	603872	Escola Secundária José Falcão, Coimbra	esjf@interacesso.pt
Condeixa-a-Nova	Público	604191	Escola Secundária Fernando Namora, Condeixa-a-Nova	info@eps.condeixa-a-nova.rcts.pt

Figueira da Foz	Público	605462	Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, Figueira da Foz	ce.esjcff@gmail.com
Figueira da Foz	Privado	605822	Instituto Tecnológico e Profissional da Figueira da Foz	intep@sgps.mail.pt
Figueira da Foz	Público	605976	Escola Secundária Dr. Bernardino Machado, Figueira da Foz	esdbmachado@mail.telepac.pt
Figueira da Foz	Público	605319	Escola Secundária Cristina Torres, Figueira da Foz	escdff@mail.telepac.pt
Figueira da Foz	Privado	605203	Escola Profissional da Figueira da Foz	geral@escolapff.pt
Lousã	Público	607473	Escola Secundária de Lousã	info@esec-lousa.rcts.pt
Lousã	Privado	607133	Escola Profissional da Lousã	epl.lousa@mail.telepac.pt
Mira	Público	608447	Escola Secundária Dr.ª Maria Cândida, Mira	info@esec-mira.rcts.pt
Miranda do Corvo	Público	609579	Escola Básica e Secundária José Falcão, Miranda do Corvo	eb23s.josefalcao@gmail.com
Montemor-o-Velho	Público	610991	Escola Secundária de Montemor-o-Velho	esmv@mail.telepac.pt
Montemor-o-Velho	Privado	610308	Escola Profissional Agrícola Afonso Duarte	epaad@ada-net.org
Montemor-o-Velho	Privado	610342	Escola Profissional Montemor-o-Velho	epm@ada-net.org
Oliveira do Hospital	Privado	611749	EPTOLIVA - Escola Profissional de Oliveira do Hospital/Tábua e Arganil	geral@eptoliva.pt
Oliveira do Hospital	Público	611221	Escola Secundária de Oliveira do Hospital	conselhoexecutivo@esoh.pt
Pampilhosa da Serra	Público	612842	Escola Básica de Pampilhosa da Serra	escolaps@hotmail.com
Penacova	Público	613159	Escola Básica e Secundária de Penacova	esbp@mail.telepac.pt
Penacova	Privado	613217	Escola Beira-Aguieira - Escola Profissional (Deleg.)	eba-pen@beira-aguieira.pt
Penela	Privado	614448	Escola Tecnológica e Profissional de Sicó (Deleg.)	sicopenela@etsico.pt
Soure	Público	615304	Escola Básica e Secundária Martinho Árias, Soure	esma@mail.prof2000.pt
Soure	Privado	615733	Instituto "Pedro Hispano"	iphispano@mail.telepac.pt
Soure	Privado	615885	INTEP- Instituto Tecnológico e Profissional (Deleg.)	intepsoure@iol.pt
Tábua	Público	616943	Escola Secundária de Tábua	ce@esec-tabua.rcts.pt
Tábua	Privado	616793	EPTOLIVA - Escola Profissional de Oliveira do Hospital/Tábua e Arganil	geral.eptomail@mail.telepac.pt
Vila Nova de Poiares	Público	617192	Escola Básica e Secundária Dr. Daniel de Matos, Vila Nova de Poiares	e.c.s.vnpoiares@mail.telepac.pt
Alandroal	Público	701167	Escola Básica Diogo Lopes Sequeira, Alandroal	ebi.dlsequeira@drealentejo.pt
Arraiolos	Público	702889	Escola Básica e Secundária Cunha Rivara, Arraiolos	info@eps-cunha-rivara.rcts.pt
Estremoz	Público	704665	Escola Secundária Rainha Santa Isabel, Estremoz	esc.s.isabel@netvisao.pt
Estremoz	Privado	704578	Escola Profissional da Região Alentejo (Deleg.)	polo.estremoz@epral.pt
Évora	Público	705100	Escola Secundária André de Gouveia, Évora	info@esec-andre-gouveia.rcts.pt
Évora	Público	705209	Escola Secundária Severim de Faria, Évora	severimdefaria@mail.telepac.pt
Évora	Público	705810	Escola Secundária Gabriel Pereira, Évora	info@esec-gabriel-pereira.rcts.pt
Évora	Privado	705227	Instituto de Educação Técnica de Seguros (Deleg.)	evora@inetese.pt
Évora	Privado	705936	Escola Profissional da Região Alentejo (Sede)	geral@epral.pt

Montemor-o-Novo	Público	706601	Escola Secundária de Montemor-o-Novo	esmovo@mail.telepac.pt
Mora	Público	707735	Escola Básica e Secundária de Mora	info@eps-mora.rcts.pt
Portel	Público	709026	Escola Básica D. João de Portel, Portel	avp.institucional@gmail.com
Redondo	Público	710605	Escola Básica e Secundária Dr. Hernâni Cidade, Redondo	ebshern_cidade@iol.pt
Reguengos de Monsaraz	Público	711267	Escola Secundária Conde de Monsaraz, Reguengos de Monsaraz	esb3.condemonsaraz@escolas.min-edu.pt
Vendas Novas	Público	712292	Escola Secundária de Vendas Novas	saesvn@mail.telepac.pt
Viana do Alentejo	Público	713804	Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, Viana do Alentejo	info@eps-viana-alentejo.rcts.pt
Vila Viçosa	Público	714317	Escola Secundária Pública Hortênsia de Castro, Vila Viçosa	gestao@esphcastro.pt
Albufeira	Público	801587	Escola Básica e Secundária de Albufeira	direccao@aealbufeira.pt
Albufeira	Público	801853	Escola Secundária de Albufeira	direccao@esa.pt
Albufeira	Privado	801075	Escola Profissional Agostinho Roseta	aar_paderne@sapo.pt
Alcoutim	Público	802488	Escola Básica de Alcoutim	ebi.martinlongo@gmail.com
Faro	Público	805548	Escola Secundária João de Deus, Faro	escolajoaodeus@mail.telepac.pt
Faro	Privado	805233	Instituto de Educação Técnica de Seguros (Deleg.)	faro@inetese.pt
Faro	Público	805252	Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve	fatima.claro@turismodeportugal.pt
Faro	Público	805156	Escola Secundária Tomás Cabreira, Faro	tomascabreira@mail.telepac.pt
Faro	Público	805036	Escola Secundária Pinheiro e Rosa, Faro	ce-espr@mail.telepac.pt
Faro	Privado	805831	Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar	escolagomesavelar@mail.telepac.pt
Lagoa	Público	806460	Escola Secundária Padre António Martins de Oliveira, Lagoa	executivo@espamol.pt
Lagos	Público	807773	Escola Secundária Gil Eanes, Lagos	gileanes@mail.telepac.pt
Lagos	Público	807981	Escola Secundária Júlio Dantas - Lagos	info@esjd.pt
Loulé	Público	808509	Escola Secundária Dr.ª Laura Ayres, Quarteira, Loulé	eslace@mail.telepac.pt
Loulé	Público	808958	Escola Secundária de Loulé	info@esec-loule.rcts.pt
Loulé	Privado	808754	Escola Profissional Cândido Guerreiro - CIPRL	epalte@epalte.pt
Olhão	Público	810178	Escola Secundária Dr. Francisco Fernandes Lopes, Olhão	info@esec-dr-f-fernandes-lopes.rcts.pt
Olhão	Público	810394	Escola Básica Dr. João Lúcio, Fuseta, Olhão	info@eps-dr-joao-lucio.rcts.pt
Portimão	Público	811169	Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes, Portimão	geral@esmtg.pt
Portimão	Público	811670	Escola Secundária Poeta António Aleixo, Portimão	espaa@mail.telepac.pt
Portimão	Público	811000	Escola Básica e Secundária da Bemposta, Portimão	agrupa.bemposta@gmail.com
Portimão	Privado	811324	Escola Profissional Gil Eanes de Portimão	sofia@epge.edu.pt
Portimão	Público	811137	Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão	neportimao@turismodeportugal.pt
São Brás de Alportel	Público	812375	Escola Secundária José Belchior Viegas, São Brás de Alportel	info@esec-s-bras-alportel.rcts.pt
Silves	Público	813714	Escola Secundária de Silves	essilves@mail.telepac.pt

Tavira	Público	814400	Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia, Tavira	estavira@mail.telepac.pt
Vila Real de Santo António	Público	816787	Escola de Hotelaria e Turismo de Vila Real de Sto. António	ehtvrsa@turismodeportugal.pt
Vila Real de Santo António	Público	816980	Escola Secundária de Vila Real de Santo António	executivo@esvrsa.com
Aguiar da Beira	Público	901707	Escola Básica e Secundária de Aguiar da Beira	info@eb23-aguiar-beira.rcts.pt
Almeida	Público	902600	Escola Básica e Secundária Dr. José Casimiro Matias, Almeida	focpal.almeida@mail.telepac.pt
Almeida	Público	902777	Escola Básica e Secundária de Vilar Formoso, Almeida	tesc0369@mail.telepac.pt
Celorico da Beira	Público	903883	Escola Básica e Secundária Sacadura Cabral, Celorico da Beira	c.s.s.cabral@net.novis.pt
Figueira de Castelo Rodrigo	Público	904816	Escola Secundária de Figueira de Castelo Rodrigo	info@aefcr.pt
Fornos de Algodres	Público	905382	Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres	info@eps-fornos-algodres.rcts.pt
Gouveia	Público	906690	Escola Secundária de Gouveia	info@esec-gouveia.rcts.pt
Gouveia	Privado	906796	Instituto de Gouveia - Escola Profissional - Lda	igep-gouv@iol.pt
Guarda	Público	907230	Escola Secundária da Sé, Guarda	info@esec-se-guarda.rcts.pt
Guarda	Público	907334	Escola Secundária Afonso de Albuquerque, Guarda	direccao@esaag.pt
Guarda	Privado	907980	Ensiguarda - Escola Profissional da Guarda	geral@ensiguarda.pt
Manteigas	Privado	908145	Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas	info@ep-hotelaria-manteigas.rcts.pt
Meda	Público	909050	Escola Básica e Secundária de Mêda	escolaeb23meda@eps-meda.rcts.pt
Pinhel	Público	910279	Escola Secundária de Pinhel	info@esec-pinhel.rcts.pt
Sabugal	Público	911829	Escola Secundária de Sabugal	esabugal@sapo.pt
Seia	Privado	912382	Escola Profissional da Serra da Estrela	epse.prosena@gmail.com
Seia	Público	912034	Escola Secundária de Seia	secseia@mail.telepac.pt
Trancoso	Privado	913172	Escola Profissional de Trancoso	info@ept.pt
Trancoso	Público	913034	Escola Secundária Gonçalo Anes Bandarra, Trancoso	tesc0403@mail.telepac.pt
Vila Nova de Foz Côa	Público	914907	Escola Básica e Secundária Tenente Coronel Adão Carrapatoso, Vila Nova de Foz Côa	info@esec.tc.adao.carrapatoso.rcts.pt
Alcobaça	Público	1001415	Escola Secundária D. Inês de Castro, Alcobaça	esdica.ce@mail.telepac.pt
Alcobaça	Público	1001507	Escola Profissional Agricultura e Desenvolvimento Rural de Cister, Alcobaça	esc.cister@mail.telepac.pt
Alcobaça	Público	1001811	Escola Básica e Secundária D. Pedro I, Alcobaça	esc.dpedroial@mail.telepac.pt
Alcobaça	Público	1001951	Escola Básica e Secundária de São Martinho do Porto, Alcobaça	eb_23s_smporto@netvisao.pt
Alcobaça	Privado	1001807	Externato Cooperativo da Benedita	ecb@mail.telepac.pt
Alvaiázere	Público	1002365	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira, Alvaiázere	eb23alv96@mail.telepac.pt
Alvaiázere	Privado	1002774	Escola Tecnológica e Profissional de Sicó	sicoalvaizere@etpsico.pt
Ansião	Privado	1003981	Escola Tecnológica e Profissional de Sicó (Sede)	sico@etpsico.pt

Batalha	Público	1004191	Escola Básica e Secundária da Batalha	info@esec-batalha.rcts.pt
Bombarral	Público	1005666	Escola Básica e Secundária Fernão do Pó, Bombarral	esb@esb.pt
Caldas da Rainha	Público	1006002	Escola Secundária Raul Proença, Caldas da Rainha	esrp@mail.telepac.pt
Caldas da Rainha	Privado	1006867	Escola Técnica Empresarial do Oeste	geral@eteo-apepo.com
Caldas da Rainha	Público	1006383	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro, Caldas da Rainha	esrbp@esrbp.pt
Caldas da Rainha	Público	1006595	Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha)	elsa.silva@turismodeportugal.pt
Figueiró dos Vinhos	Público	1008861	Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos	cexecutivo@esfv.edu.pt
Leiria	Público	1009116	Escola Básica e Secundária de Maceira, Leiria	agrupamentoescolasmaceira@gmail.com
Leiria	Público	1009655	Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, Leiria	escalvieira.edu@mail.telepac.pt
Leiria	Público	1009767	Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, Leiria	esc.rodriq.lobo@mail.telepac.pt
Leiria	Público	1009997	Escola Secundária Domingos Sequeira, Leiria	cd.esds@mail.telepac.pt
Leiria	Privado	1009234	Colégio Dinis de Melo	geral@cl-dinis-melo.pt
Leiria	Privado	1009346	Colégio Dr. Luís Pereira da Costa	geral@cdlpc.pt
Leiria	Privado	1009434	Escola Profissional de Leiria	epleiria.f@mail.telepac.pt
Leiria	Privado	1009458	Instituto de Educação Técnica de Seguros	leiria@inetese.pt
Marinha Grande	Público	1010987	Escola Secundária Pinhal do Rei, Marinha Grande	info@esec-pinhal-rei.rcts.pt
Marinha Grande	Privado	1010675	Escola Profissional e Artística da Marinha Grande	geral@epamg.pt
Marinha Grande	Público	1010147	Escola Secundária José Loureiro Botas, Vieira de Leiria, Marinha Grande	info@esec-jose-loureiro-botas.rcts.pt
Marinha Grande	Público	1010623	Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte, Marinha Grande	ce.es.acuarte@leirianet.pt
Nazaré	Privado	1011251	Escola Profissional da Nazaré	epn@epnazare.eu
Nazaré	Privado	1011314	Externato D. Fuas Roupinho	geral@edfr.pt
Óbidos	Público	1012003	Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos, Óbidos	info@eps-josefa-obidos.rcts.pt
Pedrógão Grande	Privado	1013726	Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal (Sede)	geral@etpzp.pt
Peniche	Público	1014481	Escola Secundária de Peniche	espeniche@mail.telepac.pt
Pombal	Privado	1015724	Escola Tecnológica Artística e Profissional de Pombal	dir.pedagogica@etap.edu.pt
Pombal	Público	1015619	Escola Secundária de Pombal	espombal@mail.telepac.pt
Pombal	Público	1015747	Escola Básica e Secundária da Guia, Pombal	info@eb23s-guia.rcts.pt
Pombal	Privado	1015274	Instituto "D. João V"	secretaria@idjv.pt
Pombal	Privado	1015672	Colégio "João de Barros"	cjbarros@mail.telepac.pt
Porto de Mós	Privado	1016869	Instituto Educativo do Juncal	iej@iej.pt
Porto de Mós	Público	1016010	Escola Secundária de Porto de Mós	esb3.portomos@escolas.min-edu.pt
Porto de Mós	Público	1016975	Escola Secundária de Mira de Aire, Porto de Mós	info@esec-mira-aire.rcts.pt
Alenquer	Público	1101092	Escola Secundária Damião de Goes, Alenquer	direcao@damiaodegoes.pt

Arruda dos Vinhos	Privado	1102394	Escola Profissional Gustave Eiffel (Delegação de Arruda dos Vinhos)	secretaria.av@gustaveeiffel.pt
Azambuja	Público	1103901	Escola Secundária da Azambuja	pce.esazb@mail.telepac.pt
Cadaval	Público	1104039	Escola Básica e Secundária do Cadaval	esc.sec.montejunto@mail.ptprime.pt
Cascais	Público	1105844	Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril	alexandra.pereira@turismodeportugal.pt
Cascais	Privado	1105647	Escola Profissional de Teatro de Cascais	escoladeteatro@eptc.pt
Cascais	Privado	1105888	Escola Profissional Val do Rio (Pólo Cascais)	secretaria@valdorio.net
Cascais	Público	1105970	Escola Secundária de São João do Estoril, Cascais	secretaria@esec-s-joao-estoril.rcts.pt
Cascais	Público	1105860	Escola Básica e Secundária Frei Gonçalo de Azevedo, São Domingos de Rana, Cascais	esfga@esfga.pt
Cascais	Público	1105612	Escola Básica e Secundária de Carcavelos, Cascais	ceesc@mail.telepac.pt
Cascais	Público	1105592	Escola Secundária de Cascais	esc0080@mail.telepac.pt
Cascais	Público	1105531	Escola Secundária Fernando Lopes Graça, Parede, Cascais	esparede@mail.telepac.pt
Cascais	Público	1105122	Escola Básica e Secundária de Alvide, Cascais	esalvide@mail.telepac.pt
Cascais	Público	1105403	Escola Secundária Ibn Mucana, Alcabideche, Cascais	secretaria.esim@mail.telepac.pt
Cascais	Público	1105672	Escola Secundária da Cidadela, Cascais	ce.cidadela@mail.telepac.pt
Lisboa	Privado	1106549	Escola Profissional de Comércio de Lisboa	geral@escolacomerciolisboa.pt
Lisboa	Público	1106998	Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, Lisboa	esmavc@mail.telepac.pt
Lisboa	Privado	1106091	Instituto de Educação Técnica de Seguros	augustopascoal@inetese.pt
Lisboa	Privado	1106096	Escola Profissional de Tecnologia Digital	info@escoladigital.com
Lisboa	Privado	1106128	Escola Profissional de Imagem (ETIC)	direccao@etic.pt
Lisboa	Privado	1106239	Escola Profissional Agostinho Roseta - Lisboa	secretaria@epar.edu.pt
Lisboa	Privado	1106270	Escola Profissional Gustave Eiffel (Delegação)	direccao@coop tecnica.pt
Lisboa	Privado	1106323	Instituto para o Desenvolvimento Social	ids@fasl.pt
Lisboa	Público	1106817	Escola Secundária D. Luísa de Gusmão, Lisboa	saesluisagusmao@mail.telepac.pt
Lisboa	Privado	1106439	Escola Profissional Almirante Reis	info@epar.pt
Lisboa	Público	1106696	Escola Secundária Marquês de Pombal, Lisboa	direcao.esmp@gmail.com
Lisboa	Privado	1106564	Escola Técnica Psicossocial de Lisboa	etpl@mail.eunet.pt
Lisboa	Privado	1106587	Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social Fund. Monsenhor Alves Brás	fmab@netcabo.pt
Lisboa	Privado	1106592	Escola Profissional de Pedagogia Social	claudia@eseimu.pt
Lisboa	Privado	1106649	Escola Profissional Profitecla (Deleg.)	lisboa@profitecla.pt
Lisboa	Privado	1106683	Escola Profissional de Comunicação e Imagem	direccao.pedagogica@epci.online.pt
Lisboa	Privado	1106691	Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa	ephtl@iefs.pt
Lisboa	Privado	1106423	Escola Profissional Artes e Ofícios do Espectáculo	epaoe@chapito.org
Lisboa	Público	1106454	Escola Secundária Rainha Dona Leonor, Lisboa	info@esec-rainha-dona-leonor.rcts.pt

Lisboa	Privado	1106895	Escola Profissional Metropolitana de Lisboa	anso@oml.pt
Lisboa	Público	1106019	Escola Básica e Secundária Passos Manuel, Lisboa	espm@abc.edu.pt
Lisboa	Público	1106033	Escola Secundária D. Dinis, Lisboa	conselhoexecutivo@esecddinis.pt
Lisboa	Público	1106053	Escola Básica e Secundária Gil Vicente, Lisboa	info@esec-gil-vicente.rcts.pt
Lisboa	Público	1106216	Escola Secundária Vergílio Ferreira, Lisboa	info@esec-vergilio-ferreira.rcts.pt
Lisboa	Público	1106290	Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa	ehtlisboa@turismodeportugal.pt
Lisboa	Público	1106302	Colégio Pina Manique - Casa Pia de Lisboa	sec.pinamanique@casapia.pt
Lisboa	Público	1106730	Colégio D. Maria Pia (Casa Pia)	manuel.ventura@casapia.pt
Lisboa	Público	1106394	Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos, Lisboa	esjocd@mail.telepac.pt
Lisboa	Público	1106762	Escola Secundária Professor Herculano de Carvalho, Lisboa	direccao@esphc.pt
Lisboa	Público	1106517	Escola Secundária do Lumiar, Lisboa	escolaseclumiar@sapo.pt
Lisboa	Público	1106536	Instituto Militar dos Pupilos do Exército	impe.candidaturas@mail.exercito.pt
Lisboa	Público	1106584	Escola Secundária de Camões, Lisboa	escseccamoes@netcabo.pt
Lisboa	Público	1106615	Escola Secundária Padre António Vieira, Lisboa	espav@mail.telepac.pt
Lisboa	Público	1106646	Escola Secundária D. Pedro V, Lisboa	esdpv@mail.telepac.pt
Lisboa	Público	1106713	Escola Secundária Fonseca Benevides, Lisboa	direcao@esfb.pt
Lisboa	Público	1106740	Escola Secundária Eça de Queirós, Lisboa	ecadequeiros@gmail.com
Lisboa	Público	1106390	Escola Profissional Ciências Geográficas, Lisboa	info@ep-ciencias-geograficas.rcts.pt
Lisboa	Privado	1106892	Escola Profissional Bento de Jesus Caraça	geral.lisboa@epbjc.pt
Lisboa	Privado	1106902	Escola Profissional de Artes, Tecnologia e Desporto	cecilianeves@epad.edu.pt
Lisboa	Privado	1106934	IEDP - Instituto de Educação e Desenvolvimento Profissional	isantos@academiatotal.pt
Lisboa	Privado	1106969	Escola Profissional Almirante Domingos Tasso de Figueiredo	eptassofigueiredo@cruzvermelha.org.pt
Lisboa	Privado	1106990	Instituto de Educação Técnica - INETE	inete@inete.pt
Lisboa	Privado	1106768	Escola Profissional Magestil	escola@magestil.pt
Loures	Público	1107438	Escola Secundária José Afonso, Loures	esjaloures@hotmail.com
Loures	Privado	1107786	Instituto Profissional de Transportes	dpedagogica@iptrans.com.pt
Loures	Privado	1107198	Colégio Bartolomeu Dias	administracao@cbdias.com
Loures	Público	1107474	Escola Secundária José Cardoso Pires, Loures	cavaleiro@mail.telepac.pt
Loures	Público	1107416	Escola Secundária Dr. António Carvalho Figueiredo, Loures	acf-dir@mail.telepac.pt
Loures	Público	1107117	Escola Secundária de São João da Talha, Loures	secretariaessjtalha@yahoo.com
Loures	Público	1107068	Escola Secundária de Camarate, Loures	info@esec-camarate.rcts.pt
Loures	Público	1107568	Escola Secundária de Sacavém, Loures	essacavem@mail.telepac.pt
Lourinhã	Público	1108785	Escola Secundária da Lourinhã	gabinetedirector@aelourinha.pt

Mafra	Público	1109859	Escola Secundária José Saramago, Maфра	escsecjsaramago@mail.telepac.pt
Maфра	Privado	1109791	Escola Profissional de Maфра	etpm.gps@sapo.pt
Oeiras	Público	1110737	Escola Secundária de Miraflores, Algés, Oeiras	aemiraflores@gmail.com
Oeiras	Público	1110746	Escola Básica e Secundária Amélia Rey Colaço, Linda-a-Velha, Oeiras	agrup.es.arc@gmail.com
Oeiras	Privado	1110991	AEMAR - Instituto de Tecnologias Náuticas	aemar@itn.com.pt
Oeiras	Privado	1110405	Escola Profissional Val do Rio	secretaria@valdorio.net
Oeiras	Público	1110069	Escola Secundária Luís de Freitas Branco, Paço de Arcos, Oeiras	eslfb.sa@mail.telepac.pt
Oeiras	Público	1110579	Escola Básica e Secundária Aquilino Ribeiro, Leão, Oeiras	escolaaribeiro@gmail.com
Oeiras	Público	1110531	Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Carnaxide, Oeiras	secccastbranco@mail.telepac.pt
Oeiras	Público	1110238	Escola Secundária Professor José Augusto Lucas, Linda-a-Velha, Oeiras	eslav@mail.telepac.pt
Oeiras	Público	1110885	Escola Secundária da Quinta do Marquês, Oeiras	info@esec-qta-marques.rcts.pt
Oeiras	Público	1110646	Escola Secundária Sebastião e Silva, Oeiras	presidente.ce@esss.edu.pt
Sintra	Público	1111734	Escola Secundária Miguel Torga, Monte Abraão, Sintra	geral@esb3-mtmonteabrao.edu.pt
Sintra	Privado	1111431	Escola Profissional Alda Brandão de Vasconcelos	epav.secretaria@gmail.com
Sintra	Público	1111928	Escola Secundária de Mem Martins, Sintra	ce@secmemmartins.pt
Sintra	Público	1111507	Escola Secundária Ferreira Dias, Agualva, Sintra	esfd@clix.pt
Sintra	Público	1111464	Escola Secundária de Santa Maria, Sintra	dir.essm@essmaria.net
Sintra	Público	1111226	Escola Secundária Padre Alberto Neto, Queluz, Sintra	info@esec-pde-alberto-neto.rcts.pt
Sintra	Público	1111215	Escola Secundária Gama Barros, Cacém, Sintra	esgbarros@mail.telepac.pt
Sintra	Público	1111170	Escola Secundária Leal da Câmara, Rio de Mouro, Sintra	info@esec-rio-mouro.rcts.pt
Sintra	Público	1111487	Escola Secundária Matias Aires, Agulva, Sintra	esma841cd@mail.telepac.pt
Sintra	Privado	1111178	Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra	eprpsintra@gmail.com
Sobral de Monte Agraço	Público	1112383	Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral, Sobral de Monte Agraço	eb23sobral@iol.pt
Torres Vedras	Público	1113277	Escola Secundária Madeira Torres, Torres Vedras	geral@madeiratorres.com
Torres Vedras	Privado	1113860	Escola de Serviços e Comércio do Oeste	info@sfo.pt
Torres Vedras	Privado	1113858	Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal - Torres Vedras	epatv@mail.telepac.pt
Torres Vedras	Privado	1113715	Escola Profissional de Penafirme	seminfor@externato-penafirme.edu.pt
Torres Vedras	Público	1113692	Escola Secundária Henriques Nogueira, Torres Vedras	info@esec-henriques-nogueira.rcts.pt
Torres Vedras	Privado	1113045	Externato de Penafirme	director@penafirme.edu.pt
Vila Franca de Xira	Público	1114761	Escola Básica de Vialonga, Vila Franca de Xira	info@eps-vialonga.rcts.pt
Vila Franca de Xira	Público	1114081	Escola Secundária Gago Coutinho, Alverca do Ribatejo, Vila Franca de Xira	esec-gago-coutinho@mail.telepac.pt
Vila Franca de Xira	Público	1114874	Escola Secundária do Forte da Casa, Vila Franca de Xira	oficial@es-fortecasa.edu.pt
Vila Franca de Xira	Público	1114251	Escola Secundária Alves Redol, Vila Franca de Xira	op184430@mail.telepac.pt

Alargamento dos cursos profissionais às escolas secundárias em Portugal de 2004 a 2012

Escolarização dos jovens e sucesso do ensino profissional

Vila Franca de Xira	Público	1114483	Escola Básica e Secundária Professor Reynaldo dos Santos, Vila Franca de Xira	ce.reynaldo@mail.telepac.pt
Amadora	Público	1115353	Escola Secundária Seomara da Costa Primo, Amadora	info@esec-seomara-costa-primo.rcts.pt
Amadora	Público	1115431	Escola Secundária Fernando Namora, Amadora	tesc1199@mail.telepac.pt
Amadora	Público	1115606	Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves, Damaia, Amadora	geral@esanpt.net
Amadora	Público	1115808	Escola Secundária da Amadora	esa.426.sec@mail.telepac.pt
Amadora	Público	1115822	Escola Básica e Secundária de Mães D'Água, Falagueira, Amadora	escolaquamater@mail.telepac.pt
Amadora	Público	1115984	Escola Básica e Secundária D. João V, Damaia, Amadora	djoaov_secretaria@mail.telepac.pt
Amadora	Privado	1115285	Escola Profissional Gustave Eiffel (Sede)	secretaria.vn@cooptecnica.pt
Amadora	Privado	1115851	Escola Profissional Gustave Eiffel (Pólo da Amadora)	secretaria.amd@cooptecnica.pt
Odivelas	Público	1107082	Escola Secundária de Odivelas	esodi@mail.telepac.pt
Odivelas	Público	1107812	Escola Secundária de Caneças, Odivelas	esc.sec.canecas@mail.ptprime.pt
Odivelas	Público	1107558	Escola Secundária Pedro Alexandrino, Póvoa de Santo Adrião, Odivelas	espa@mail.telepac.pt
Odivelas	Público	1107445	Escola Profissional Agrícola D. Dinis - Paiã, Odivelas	ep.agricoladdinis@escolas.min-edu.pt
Odivelas	Público	1107245	Escola Secundária Braancamp Freire, Pontinha, Odivelas	braamcampfreire@mail.telepac.pt
Odivelas	Público	1107403	Escola Secundária da Ramada, Odivelas	secretaria.alunos@esramada.pt
Alter do Chão	Público	1202000	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão	e.p.alter@mail.telepac.pt
Avis	Privado	1203188	Escola Profissional Abreu Callado	escola@abreucallado.pt
Campo Maior	Público	1204743	Escola Secundária de Campo Maior	esc.maior@mail.telepac.pt
Crato	Privado	1206084	Escola Profissional Agostinho Roseta (Delegação)	epar-crato@sapo.pt
Elvas	Privado	1207256	Escola Profissional da Região Alentejo (Deleg.)	polo.elvas@epal.pt
Elvas	Público	1207924	Escola Secundária D. Sancho II, Elvas	esanchoi@mail.telepac.pt
Fronteira	Público	1208312	Escola Básica Frei Manuel Cardoso, Fronteira	agv.fronteira@drealentejo.pt
Gavião	Público	1209689	Escola Básica de Gavião	secretaria@eps-gaviao.rcts.pt
Nisa	Privado	1212847	Escola Tecnológica Artística e Profissional de Nisa	dap.etaproni@adnisa.org
Ponte de Sor	Público	1213791	Escola Secundária de Ponte de Sôr	esb3.pontesor@escolas.min-edu.pt
Portalegre	Público	1214002	Escola Secundária Mouzinho da Silveira, Portalegre	esm.silveira@gmail.com
Portalegre	Público	1214234	Escola Secundária de S. Lourenço, Portalegre	essl@mail.telepac.pt
Portalegre	Público	1214462	Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre	eht.portalegre@turismodeportugal.pt
Amarante	Público	1301064	Escola Secundária de Amarante	esb3.amarante@escolas.min-edu.pt
Amarante	Privado	1301633	Externato de Vila Meã	extvilamea@externatovilamea.com
Amarante	Privado	1301685	Escola Profissional António Lago Cerqueira	epalc@mail.telepac.pt
Baião	Público	1302721	Escola Básica e Secundária de Vale de Ovil, Baião	eb23sbaiao@sapo.pt
Felgueiras	Privado	1303778	Escola Profissional de Felgueiras	valdemar.sousa@epfelgueiras.org

Felgueiras	Público	1303127	Escola Secundária de Felgueiras	esb3.felgueiras@escolas.min-edu.pt
Felgueiras	Público	1303905	Escola Secundária de Vila Cova da Lixa, Felgueiras	info@esec-v-cova-lixar.cts.pt
Gondomar	Público	1304328	Escola Secundária de São Pedro da Cova, Gondomar	escolasecspedroc@portugalmail.pt
Gondomar	Público	1304553	Escola Secundária de Rio Tinto, Gondomar	escsecriotinto@mail.telepac.pt
Gondomar	Público	1304679	Escola Básica À Beira Douro, Medas, Gondomar	ebmedas@mail.telepac.pt
Gondomar	Público	1304806	Escola Secundária de Valbom, Gondomar	info@esec-valbom.cts.pt
Gondomar	Público	1304960	Escola Secundária de Gondomar	esgondomar@mail.prof2000.pt
Gondomar	Privado	1304317	Escola Profissional de Gondomar	geral@epgondomar.org
Lousada	Privado	1305010	Externato Senhora do Carmo	geral@externatosenhoradocarmo.pt
Lousada	Público	1305928	Escola Básica Lousada Oeste	info@eb23-nevogilde.cts.pt
Lousada	Público	1305904	Escola Básica de Lousada Norte	info@eb23-lustosa.cts.pt
Lousada	Público	1305015	Escola Secundária de Lousada	esec.lousada@mail.telepac.pt
Maia	Público	1306608	Escola Secundária da Maia	geral@esmaia.pt
Maia	Público	1306934	Escola Básica e Secundária de Águas Santas, Maia	esas-sadm@mail.telepac.pt
Maia	Privado	1306799	Escola Profissional Novos Horizontes	geral@novoshorizontes.pt
Maia	Público	1306017	Escola Secundária de Castêlo da Maia, Maia	info@esec-maia-n2.cts.pt
Marco de Canaveses	Público	1307150	Escola Secundária de Alpendurada, Marco de Canaveses	ebs3.alpendurada@escolas.min-edu.pt
Marco de Canaveses	Público	1307245	Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Marco de Canaveses	epamac@hotmail.com
Marco de Canaveses	Público	1307248	Escola Secundária de Marco de Canaveses	esmarcocanaveses@gmail.com
Marco de Canaveses	Público	1307830	Escola Profissional de Arqueologia do Freixo, Marco de Canaveses	info@epa.pt
Marco de Canaveses	Privado	1307463	Centro de Estudos e Trabalho da Pedra (Deleg.)	epcep.alpendorada@mail.telepac.pt
Matosinhos	Público	1308261	Escola Secundária de Padrão da Légua, Matosinhos	ce@esec-padrao-legua.cts.pt
Matosinhos	Privado	1308382	Escola Profissional Ruiz Costa	info@ruizcosta.edu.pt
Matosinhos	Privado	1308077	EPA - Escola Profissional Alternância	geral@alternancia.mail.pt
Matosinhos	Público	1308872	Escola Secundária Abel Salazar, São Mamede de Infesta, Matosinhos	escabelsalazar@mail.telepac.pt
Matosinhos	Público	1308792	Escola Secundária Augusto Gomes, Matosinhos	esag.serv.adm@mail.telepac.pt
Matosinhos	Público	1308675	Escola Secundária de Senhora da Hora, Matosinhos	esb3.srahora@escolas.min-edu.pt
Matosinhos	Público	1308345	Escola Secundária João Gonçalves Zarco, Matosinhos	escol@zarco.mail.pt
Matosinhos	Público	1308419	Escola Secundária da Boa Nova, Leça da Palmeira, Matosinhos	escsecboanova@mail.telepac.pt
Paços de Ferreira	Público	1309093	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Pinto de Vasconcelos, Freamunde, Paços de Ferreira	eb23freamunde@iol.pt
Paços de Ferreira	Público	1309528	Escola Secundária de Paços de Ferreira	esecpacosferra@mail.telepac.pt

Paços de Ferreira	Privado	1309333	Escola Profissional Vértice (Paços de Ferreira)	epvertice@profisousa.pt
Paredes	Público	1310758	Escola Básica de Rebordosa, Paredes	info@eb23-rebordosa.rcts.pt
Paredes	Público	1310046	Escola Básica e Secundária de Lordelo, Paredes	eb23lordelopr@mail.telepac.pt
Paredes	Público	1310955	Escola Secundária de Vilela, Paredes	geral@esvilela.pt
Paredes	Público	1310527	Escola Secundária Daniel Faria, Baltar, Paredes	inf@esec-baltar.rcts.pt
Paredes	Público	1310582	Escola Secundária de Paredes	geral@esparedes.pt
Penafiel	Público	1311034	Escola Secundária de Penafiel	espenafiel@mail.telepac.pt
Penafiel	Público	1311212	Escola Básica e Secundária de Pinheiro, Penafiel	info@eb23-pinheiro.rcts.pt
Penafiel	Público	1311567	Escola Secundária Joaquim de Araújo, Guilhufe, Penafiel	tesc1180@mail.telepac.pt
Porto	Privado	1312783	Externato de "Santa Clara"	geral@extsantaclara.com
Porto	Privado	1312034	Centro de Estudos e Trabalho da Pedra	EPCEP.Geral@mail.telepac.pt
Porto	Privado	1312172	Escola Profissional de Tecnologia e Electrónica - ESTEL	entec@mail.telepac.pt
Porto	Privado	1312305	Escola Profissional de Tecnologia Psicossocial do Porto	eptporto@mail.telepac.pt
Porto	Privado	1312367	EMP - Escola de Moda do Porto	emp.areapedagogica@gmail.com
Porto	Privado	1312454	Escola Profissional de Comércio Externo	epc-externo@clix.pt
Porto	Privado	1312600	Instituto Multimédia - IM	im@imultimedia.pt
Porto	Privado	1312730	Escola Profissional Profitecla (Sede)	porto@profitecla.pt
Porto	Privado	1312739	Academia Contemporânea do Espectáculo	escola@ace-tb.com
Porto	Privado	1312776	Escola Profissional do Centro Juvenil de Campanhã	epicjc@epicjc.com
Porto	Privado	1312048	Escola Artística e Profissional Árvore	eaparvore@mail.telepac.pt
Porto	Privado	1312788	Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (Deleg.)	geral.porto@epbjc.pt
Porto	Privado	1312887	Escola Profissional de Comércio do Porto	ecp@mail.telepac.pt
Porto	Privado	1312895	Escola Profissional de Economia Social	epesajms@epesajms.coop
Porto	Privado	1312962	Escola Profissional de Comércio, Escritórios e Serviços do Porto Raúl Dória	rauldoria@gmail.com
Porto	Privado	1312748	IPTA - Instituto Profissional de Tecnologias Avançadas	secretaria@ipta.co.pt
Porto	Público	1312225	Escola Secundária António Nobre, Porto	es.antonionobre@escolas.min-edu.pt
Porto	Privado	1312050	Ballet Teatro Contemporâneo do Porto - Escola Profissional	btcontemporaneoporto@escolas.min-edu.pt
Porto	Público	1312002	Escola Básica e Secundária Clara de Resende, Porto	geral@clararesende.pt
Porto	Público	1312027	Escola Básica Nicolau Nasoni, Porto	info@eb23nicolau-nasoni.rcts.pt
Porto	Público	1312054	Escola Secundária Carolina Michaelis, Cedofeita, Porto	escarmic@vianw.pt
Porto	Público	1312128	Escola Básica de Miragaia, Porto	secretaria@eb23-miragaia.rcts.pt
Porto	Público	1312289	Escola Básica Leonardo Coimbra Filho, Porto	info@eb23-dr-leonardo-coimbra.rcts.pt
Porto	Público	1312346	Escola Básica e Secundária do Cerco, Porto	agrupamento.cerco@gmail.com

Porto	Público	1312658	Escola Secundária Alexandre Herculano, Porto	esaherculano@gmail.com
Porto	Privado	1306664	Escola Profissional Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	geral@epps.edu.pt
Porto	Público	1312089	Escola Secundária Infante D. Henrique, Porto	gestao@secinfanteh.net
Porto	Público	1312958	Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas, Porto	esrf.ce@netcabo.pt
Porto	Público	1312436	Escola Secundária Filipa de Vilhena, Porto	filipa.vilhena@mail.telepac.pt
Porto	Público	1312617	Escola Artística Soares dos Reis, Porto	de@essr.net
Porto	Público	1312593	Escola Secundária de Aurélia de Sousa, Porto	op157355@mail.telepac.pt
Porto	Público	1312511	Escola Secundária Fontes Pereira de Melo, Porto	esc_fontespmelo@sapo.pt
Porto	Público	1312497	Escola Profissional Infante D. Henrique	epidh@hotmail.com
Póvoa de Varzim	Público	1313186	Escola Básica Campo Aberto, Beiriz, Póvoa de Varzim	agrupamentocampoaberto.beiriz@gmail.com
Póvoa de Varzim	Público	1313392	Escola Secundária Eça de Queirós, Póvoa de Varzim	eseq@mail.telepac.pt
Póvoa de Varzim	Público	1313003	Escola Secundária Rocha Peixoto, Póvoa de Varzim	conselhoexecutivo@esrp-pv.mail.pt
Santo Tirso	Privado	1314158	Oficina - Escola Profissional do Instituto Nun' Álvres	info@oficina.pt
Santo Tirso	Público	1314986	Escola Secundária D. Dinis, Santo Tirso	d.dinis-st@kqnet.pt
Santo Tirso	Privado	1314647	Instituto Nun' Álvres	info@institutonunalvres.pt
Santo Tirso	Privado	1314463	Escola Profissional Artística do Vale do Ave (Deleg.)	geral@artave.pt
Santo Tirso	Público	1314752	Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso	info@esec-tomaz-pelayo.rcts.pt
Santo Tirso	Público	1314622	Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento, Santo Tirso	epacsb.st.660@mail.telepac.pt
Santo Tirso	Público	1314010	Escola Secundária D. Afonso Henriques, Aves, Santo Tirso	info@esec-vila-aves.rcts.pt
Santo Tirso	Privado	1314237	Escola Profissional de Serviços CIDENAI	geral@cidenai.edu.pt
Valongo	Privado	1315026	Escola Profissional de Valongo - PROFIVAL	geral@epvalongo.com
Valongo	Público	1315042	Escola Secundária de Ermesinde, Valongo	sec.ermesinde@mail.telepac.pt
Valongo	Público	1315134	Escola Secundária de Valongo	esvalongo@mail.telepac.pt
Valongo	Público	1315926	Escola Secundária de Alfena, Valongo	esalfena.admin.mail@telepac.pt
Vila do Conde	Privado	1316272	Escola Profissional de Vila do Conde	epviladoconde@mail.telepac.pt
Vila do Conde	Público	1316003	Escola Secundária D. Afonso Sanches, Vila do Conde	esec2_vconde@iol.pt
Vila do Conde	Público	1316007	Escola Secundária José Régio, Vila do Conde	dir@oges.esc-joseregio.pt
Vila Nova de Gaia	Público	1317837	Escola Secundária Inês de Castro, Canidelo, Vila Nova de Gaia	info@esic.pt
Vila Nova de Gaia	Privado	1317900	Escola Profissional do Infante	geral@epinfante.com
Vila Nova de Gaia	Privado	1317612	Escola Profissional de Gaia	epg@epg.pt
Vila Nova de Gaia	Público	1317341	Escola Secundária Diogo de Macedo, Olival, Vila Nova de Gaia	secretaria_esdm@netc.pt
Vila Nova de Gaia	Público	1317975	Escola Secundária Arquitecto Oliveira Ferreira, Praia da Granja, Vila Nova de Gaia	esarc@mail.telepac.pt
Vila Nova de Gaia	Público	1317671	Escola Secundária António Sérgio, Vila Nova de Gaia	esasgaia@mail.telepac.pt

Vila Nova de Gaia	Público	1317570	Escola Secundária de Carvalhos, Vila Nova de Gaia	direcao@esb3carvalhos.com
Vila Nova de Gaia	Público	1317562	Escola Básica e Secundária de Canelas, Vila Nova de Gaia	info@eb2-canelas.rcts.pt
Vila Nova de Gaia	Público	1317380	Escola Secundária de Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia	esc.olivdouro@mail.telepac.pt
Vila Nova de Gaia	Público	1317381	Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, Valadares, Vila Nova de Gaia	eb35.jgfa.gaia@mail.telepac.pt
Trofa	Público	1314466	Escola Secundária da Trofa	cdest@mail.telepac.pt
Abrantes	Público	1401137	Escola Profissional Desenvolvimento Rural de Abrantes, Mouriscas, Abrantes	geral@epdra.pt
Abrantes	Público	1401606	Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira, Tramagal, Abrantes	secretaria@eps-o-duarte-ferreira.rcts.pt
Abrantes	Público	1401588	Escola Secundária Dr. Solano de Abreu, Abrantes	essaabt@mail.telepac.pt
Abrantes	Público	1401539	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Fernandes, Abrantes	info@esec-manuelfernandes.rcts.pt
Alcanena	Público	1402627	Escola Secundária de Alcanena	esasadmi@mail.telepac.pt
Almeirim	Público	1403268	Escola Secundária Marquesa de Alorna, Almeirim	ce.esma@mail.telepac.pt
Alpiarça	Público	1404524	Escola Básica e Secundária José Relvas, Alpiarça	c.salpiarca@mail.telepac.pt
Benavente	Público	1405456	Escola Secundária de Benavente	infosecbenavente.rcts@mail.telepac.pt
Cartaxo	Público	1406547	Escola Secundária do Cartaxo	seccartaxo@mail.telepac.pt
Chamusca	Público	1407450	Escola Básica e Secundária da Chamusca	eeb23s.chamusca@mail.telepac.pt
Constância	Público	1408875	Escola Básica e Secundária Luís de Camões, Constância	info@eps-luis-camoes.rcts.pt
Coruche	Privado	1409660	Escola Profissional de Coruche	geral@epcoruche.pt
Coruche	Público	1409050	Escola Secundária de Coruche	eseccoruche@mail.telepac.pt
Entroncamento	Privado	1410741	Escola Profissional Gustave Eiffel	secretaria.ent@gustaveeiffel.pt
Entroncamento	Público	1410447	Escola Secundária do Entroncamento	info@esec-entroncamento.rcts.pt
Entroncamento	Privado	1410210	Instituto de Formação Profissional	info@ifp.pt
Ferreira do Zêzere	Público	1411566	Escola Básica e Secundária Pedro Ferreiro, Ferreira do Zêzere	secretaria-ebsfzz@mail.telepac.pt
Golegã	Público	1412567	Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia, Golegã	eebs.golega@mail.telepac.pt
Mação	Público	1413450	Escola Básica e Secundária de Mação	ce_eb23smacao@mail.telepac.pt
Rio Maior	Público	1414071	Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, Rio Maior	serm9024@mail.telepac.pt
Rio Maior	Privado	1414859	EPRM - Escola Profissional de Rio Maior, Ldª	direccao@eprm.pt
Salvaterra de Magos	Público	1415949	Escola Básica e Secundária de Salvaterra de Magos	info@esec-salvaterra-magos.rcts.pt
Salvaterra de Magos	Privado	1415643	Escola Profissional de Salvaterra de Magos	geral@epsm.pt
Santarém	Público	1416130	Escola Secundária Dr. Ginestal Machado, Santarém	escsec.gmachado@mail.telepac.pt
Santarém	Privado	1416780	Escola Profissional Vale do Tejo	geral@epvt.pt
Santarém	Público	1416030	Escola de Hotelaria e Turismo de Santarém	ehtsantarem@turismodeportugal.pt
Santarém	Público	1416367	Escola Secundária Sá da Bandeira, Santarém	sa.bandeira@essb.pt
Santarém	Privado	1416317	Escola Técnica Profissional do Ribatejo	etpr.geral@mail.telepac.pt

Sardoal	Público	1417797	Escola Básica e Secundária Dr.ª Judite Andrade, Sardoal	info@eps-sardoal.rcts.pt
Tomar	Público	1418344	Escola Secundária de Santa Maria do Olival, Tomar	essmo.tomar@mail.telepac.pt
Tomar	Público	1418819	Escola Secundária Jacôme Ratton, Tomar	esjr@mail.telepac.pt
Tomar	Privado	1418644	Escola Profissional de Tomar	secretaria@escolaprofessionaltomar.com
Torres Novas	Público	1419522	Escola Básica e Secundária Artur Gonçalves, Torres Novas	esagtn@mail.telepac.pt
Torres Novas	Público	1419797	Escola Secundária Maria Lamas, Torres Novas	cd.esml@mail.telepac.pt
Torres Novas	Privado	1419638	Associação Torrejana de Ensino Profissional de Torres Novas	direccaopedagogica@atep.pt
Vila Nova da Barquinha	Público	1420382	Escola Básica e Secundária D. Maria II, Vila Nova da Barquinha	esbarquinha@iol.pt
Ourém	Público	1421400	Escola Básica e Secundária de Ourém	secretaria.eso@mail.telepac.pt
Ourém	Privado	1421978	Centro de Estudos de Fátima	cef@cef.pt
Ourém	Privado	1421604	Insignare Associação de Ensino e Formação (Delegação)	epo@epo.pt
Ourém	Privado	1421117	Colégio de São Miguel de Fátima	secretaria@csmiguel.pt
Ourém	Privado	1421213	Insignare Associação de Ensino e Formação (Sede)	epo@epo.pt
Alcácer do Sal	Público	1501557	Escola Secundária de Alcácer do Sal	esb3.alcacersal@escolas.min-edu.pt
Alcochete	Público	1502959	Escola Secundária de Alcochete	esalcochete@gmail.com
Almada	Público	1503734	Escola Secundária Daniel Sampaio, Sobreda, Almada	ce@esec-sobreda.rcts.pt
Almada	Privado	1503545	Escola Profissional de Almada	geral@epalmada.pt
Almada	Privado	1503338	Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento	eped@copefap.pt
Almada	Público	1503927	Escola Secundária Emídio Navarro, Almada	esb3.emidionavarro@escolas.min-edu.pt
Almada	Público	1503888	Escola Básica e Secundária Professor Ruy Luís Gomes, Laranjeiro, Almada	esec-rlg@mail.telepac.pt
Almada	Público	1503833	Escola Secundária Romeu Correia, Feijó, Almada	esromcor@mail.telepac.pt
Almada	Público	1503812	Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, Pragal, Almada	secretaria.fmpinto@mail.telepac.pt
Almada	Público	1503581	Escola Básica e Secundária Francisco Simões, Laranjeiro, Almada	esec_fsimoes@net.sapo.pt
Almada	Público	1503523	Escola Secundária António Gedeão, Cova da Piedade, Almada	antoniogedeao@mail.telepac.pt
Almada	Público	1503427	Escola Secundária de Monte da Caparica, Almada	esmonte@mail.telepac.pt
Almada	Público	1503057	Escola Básica e Secundária Anselmo de Andrade, Almada	esaa@mail.telepac.pt
Almada	Público	1503755	Escola Secundária de Cacilhas-Tejo, Almada	ce_esct@netcabo.pt
Barreiro	Público	1504723	Escola Básica e Secundária de Santo António, Barreiro	info@escolasdestantonio.edu.pt
Barreiro	Privado	1504696	Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (Deleg.)	geral.barreiro@epbjc.pt
Barreiro	Público	1504565	Escola Básica e Secundária Alfredo da Silva, Barreiro	es.alfredosilva@mail.telepac.pt
Barreiro	Público	1504501	Escola Secundária de Santo André, Barreiro	essa9377@mail.telepac.pt
Barreiro	Público	1504448	Escola Secundária Augusto Cabrita, Barreiro	esacabritavp3@mail.telepac.pt
Barreiro	Público	1504144	Escola Secundária de Casquilhos, Barreiro	ce@esec-casquilhos.rcts.pt

Grândola	Público	1505849	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola	info@ep-agricola-grandola.rcts.pt
Grândola	Público	1505447	Escola Secundária António Inácio Cruz, Grândola	es.aicruz@drealentejo.pt
Moita	Público	1506137	Escola Secundária da Baixa da Banheira, Vale da Amoreira, Moita	presidente.esbb@netvisao.pt
Moita	Público	1506585	Escola Secundária da Moita	esec.moita@mail.telepac.pt
Moita	Privado	1506743	Escola Profissional da Moita	dirpedagogica@escolaprofissionalmoita.com
Montijo	Público	1507032	Escola Secundária Jorge Peixinho, Montijo	cons.exec.esjp@mail.telepac.pt
Montijo	Público	1507684	Escola Secundária Poeta Joaquim Serra, Montijo	espjs@mail.telepac.pt
Montijo	Privado	1507833	Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo - EPM	assoc.montijo@netvisao.pt
Palmela	Público	1508789	Escola Secundária de Palmela	espal@net.sapo.pt
Palmela	Público	1508411	Escola Secundária de Pinhal Novo, Palmela	espnovo.sae@mail.telepac.pt
Santiago do Cacém	Público	1509127	Escola Secundária Padre António Macedo, Santiago do Cacém	espam@sapo.pt
Santiago do Cacém	Público	1509172	Escola Secundária Manuel da Fonseca, Santiago do Cacém	esmfonseca@mail.telepac.pt
Seixal	Público	1510226	Escola Secundária Dr. José Afonso, Arrentela, Seixal	esja@sapo.pt
Seixal	Público	1510332	Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira, Cavadas, Seixal	ce@esec-alfredo-reis-silveira.rcts.pt
Seixal	Público	1510410	Escola Secundária João de Barros, Corroios, Seixal	info@esec-joao-barros.rcts.pt
Seixal	Público	1510603	Escola Secundária da Amora, Seixal	secamora@mail.telepac.pt
Seixal	Público	1510882	Escola Secundária Manuel Cargaleiro, Amora, Seixal	esb3.mcargaleiro@escolas.min-edu.pt
Seixal	Privado	1510293	Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (Deleg.)	geral.seixal@epbjc.pt
Sesimbra	Público	1511484	Escola Secundária de Sampaio, Sesimbra	info@esec-sampaio.rcts.pt
Setúbal	Público	1512195	Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal	maria.carmo@turismodeportugal.pt
Setúbal	Privado	1512541	Escola Profissional Cristóvão Colombo - Pólo de Setúbal	cc.setubal@sapo.pt
Setúbal	Privado	1512034	Fundação Escola Profissional de Setúbal	secretaria@eps.pt
Setúbal	Público	1512728	Escola Secundária Sebastião da Gama, Setúbal	essgama@mail.telepac.pt
Setúbal	Público	1512456	Escola Secundária D.João II, Setúbal	djoaiiset@mail.telepac.pt
Setúbal	Público	1512251	Escola Secundária du Bocage, Setúbal	esbocage@gmail.com
Setúbal	Público	1512060	Escola Básica e Secundária Lima de Freitas, Setúbal	tesc0591@mail.telepac.pt
Setúbal	Público	1512333	Escola Secundária Dom Manuel Martins, Setúbal	escoladmm@mail.telepac.pt
Sines	Público	1513749	Escola Secundária Poeta Al Berto, Sines	al-berto@mail.telepac.pt
Sines	Privado	1513649	Escola Tecnológica do Litoral Alentejano	etla@etla.com.pt
Arcos de Valdevez	Público	1601521	Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez	tesc0522@mail.telepac.pt
Arcos de Valdevez	Privado	1601258	EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima (Sede)	dp@epralima.pt
Caminha	Privado	1602084	Escola Tecnológica Artística e Profissional do Vale do Minho (Sede)	caminha@etap.pt
Caminha	Privado	1602485	Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Vale do Minho (Deleg.)	vpancora@etap.pt

Caminha	Privado	1602658	ANCORENSIS - "Cooperativa de Ensino"	ancorensis@ancorensis.pt
Caminha	Público	1602097	Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, Vilarelho, Caminha	secretaria@eb23-caminha.rcts.pt
Melgaço	Público	1603190	Escola Básica e Secundária de Melgaço	info@eb23-melgaco.rcts.pt
Melgaço	Privado	1603891	EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior (Deleg.)	sec_melgaco@eprami.pt
Monção	Público	1604079	Escola Secundária de Monção	geral@agrupescmoncao.pt
Monção	Privado	1604776	EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior (Deleg.)	sec_moncao@eprami.pt
Paredes de Coura	Público	1605387	Escola Básica e Secundária de Paredes de Coura	secretaria@esec-paredes-coura.rcts.pt
Paredes de Coura	Privado	1605639	EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior (Sede)	secretaria@eprami.pt
Ponte da Barca	Público	1606298	Escola Básica e Secundária Diogo Bernardes, Ponte da Barca	esb3.pontebarca@escolas.min-edu.pt
Ponte da Barca	Privado	1606009	EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima (Deleg.)	dp@epralima.pt
Ponte de Lima	Público	1607088	Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima	epapl@mail.telepac.pt
Ponte de Lima	Público	1607424	Escola Secundária de Ponte de Lima	espl@mail.telepac.pt
Ponte de Lima	Público	1607085	Escola Básica e Secundária de Arcozelo, Ponte de Lima	ce@eb23-arcozelo.rcts.pt
Valença	Público	1608480	Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, Valença	info@eb23-valenca.rcts.pt
Valença	Privado	1608358	Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Vale do Minho (Deleg.)	valenca@etap.pt
Viana do Castelo	Público	1609709	Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo	nevc@turismodeportugal.pt
Viana do Castelo	Privado	1609092	Esprominho - Escola Profissional do Minho (Deleg.)	geral.viana@esprominho.pt
Viana do Castelo	Privado	1609228	Escola Profissional de Música de Viana do Castelo	fam@fam.org.pt
Viana do Castelo	Público	1609922	Escola Básica e Secundária de Barroelas, Viana do Castelo	e.barroelas@mail.telepac.pt
Viana do Castelo	Público	1609311	Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo	geral@esmonserrate.org
Viana do Castelo	Público	1609141	Escola Básica e Secundária Arga e Lima, Lanheses, Viana do Castelo	info@eb23-lanheses.rcts.pt
Viana do Castelo	Privado	1609721	Escola Tecnológica, Artística e Profissional do Vale do Minho (Deleg.)	viana@etap.pt
Viana do Castelo	Público	1609118	Escola Básica e Secundária Pintor José de Brito, Santa Marta de Portuzelo, Viana do Castelo	info@eb23-pintor-jose-brito.rcts.pt
Viana do Castelo	Público	1609085	Escola Básica e Secundária de Monte da Ola, Viana do Castelo	secretaria@eb23-monte-ola.rcts.pt
Viana do Castelo	Público	1609486	Escola Secundária de Santa Maria Maior, Viana do Castelo	essmm@mail.telepac.pt
Vila Nova de Cerveira	Público	1610981	Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira	info@eb23-v-n-serveira.rcts.pt
Vila Nova de Cerveira	Privado	1610174	Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Vale do Minho (Deleg.)	vncerveira@etap.pt
Alijó	Público	1701770	Escola Básica e Secundária de D. Sancho II, Alijó	info@eb2-d-sancho-ii.rcts.pt
Boticas	Público	1702965	Escola Básica Gomes Monteiro, Boticas	info@eb23-boticas.rcts.pt
Chaves	Público	1703358	Escola Secundária Dr. Júlio Martins, Chaves	esc.jmartins@mail.telepac.pt
Chaves	Privado	1703147	Escola Profissional de Chaves-Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega (Sede)	epchaves@mail.telepac.pt

Chaves	Público	1703325	Escola Secundária Dr. António Granjo, Chaves	info@esec-dr-antonio-granjo.rcts.pt
Chaves	Público	1703324	Escola Secundária Fernão de Magalhães, Chaves	esc.fernao@mail.telepac.pt
Mesão Frio	Público	1704848	Escola Básica e Secundária Prof. António da Natividade, Mesão Frio	eb23secmesafrio@mail.telepac.pt
Mondim de Basto	Público	1705801	Escola Básica e Secundária de Mondim de Basto	info@eb23-mondim-basto.rcts.pt
Montalegre	Público	1706541	Escola Básica e Secundária do Baixo Barroso, Venda Nova, Montalegre	ebaixo.barroso@mail.telepac.pt
Montalegre	Público	1706742	Escola Básica e Secundária Dr. Bento Cruz, Montalegre	esc.bentocruz@mail.telepac.pt
Montalegre	Privado	1706232	Escola Profissional das Minas da Borralha	epmb@mail.telepac.pt
Murça	Público	1707142	Escola Básica e Secundária de Murça	eb2.3secmurca@mail.telepac.pt
Murça	Privado	1707699	Escola Profissional de Murça	epmurca@mail.pt
Peso da Régua	Público	1708193	Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia, Peso da Régua	esjac@mail.telepac.pt
Peso da Régua	Público	1708326	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo, Peso da Régua	ep.agricolarodo@escolas.min-edu.pt
Ribeira de Pena	Público	1709092	Escola Básica e Secundária de Ribeira de Pena	eb2.3sec.rp@mail.telepac.pt
Sabrosa	Público	1710636	Escola Básica e Secundária Miguel Torga, Sabrosa	eb23s.sabrosa.aves@gmail.com
Valpaços	Público	1712854	Escola Básica José dos Anjos, Carrizado de Montenegro, Valpaços	escolaEB23.joseanjos@gmail.com
Valpaços	Público	1712744	Escola Secundária de Valpaços	esvalpacos@mail.telepac.pt
Vila Pouca de Aguiar	Público	1713703	Escola Básica e Secundária de Vila Pouca de Aguiar - Sul	info@eb23-v-p-aguiar.rcts.pt
Vila Real	Público	1714208	Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Vila Real	liceu.camilo@mail.telepac.pt
Vila Real	Público	1714320	Escola Secundária São Pedro, Vila Real	secsaopedro@mail.telepac.pt
Vila Real	Público	1714970	Escola Secundária Morgado de Mateus, Vila Real	esmmvilareal@mail.telepac.pt
Vila Real	Privado	1714238	Escola Profissional Agostinho Roseta - (Pólo de Vila Real)	epar.vr@sapo.pt
Vila Real	Privado	1714307	Escola Profissional Nervir	ep.nervir@mail.telepac.pt
Carregal do Sal	Público	1802998	Escola Secundária de Carregal do Sal	escsal@mail.telepac.pt
Castro Daire	Público	1803914	Escola Secundária de Castro Daire	escastrodaire@net.sapo.pt
Castro Daire	Privado	1803009	Escola Profissional da Fundação D. Mariana Seixas (Deleg.)	geral@epms.pt
Cinfães	Privado	1804244	Escola Profissional de Cinfães	epcinfaes@mail.telepac.pt
Cinfães	Público	1804942	Escola Secundária Prof. Doutor Flávio F. Pinto Resende, Cinfães	esc.sec.cinfaes@net.novis.pt
Lamego	Privado	1805200	Escola Profissional Agrícola de Lamego	eplamego@gmail.com
Lamego	Público	1805691	Escola de Hotelaria e Turismo de Lamego	paulo.vaz@turismodeportugal.pt
Lamego	Público	1805131	Escola Secundária Latino Coelho, Lamego	esb3.latinocoelho@escolas.min-edu.pt
Lamego	Público	1805257	Escola Básica e Secundária da Sé, Lamego	esb3.selamego@escola.min-edu.pt
Mangualde	Público	1806682	Escola Secundária Dr.ª Felismina Alcântara, Mangualde	presidente@esfa.pt
Moimenta da Beira	Público	1807935	Escola Básica e Secundária de Moimenta da Beira	info@eb2-moimenta-beira.rcts.pt
Moimenta da Beira	Privado	1807277	Escola Profissional Tecnológica e Agrária de Moimenta da Beira	efore-beiras@sapo.pt

Mortágua	Público	1808049	Escola Secundária Dr. João Lopes de Morais, Mortágua	sec.esmortagua@mail.telepac.pt
Mortágua	Privado	1808570	Escola Beira- Aguieira - Escola Profissional (Sede)	eba-mtg@beira-aguieira.pt
Nelas	Público	1809877	Escola Básica e Secundária Eng. Dionísio Augusto Cunha, Canas de Senhorim, Nelas	escolacanas@hotmail.com
Nelas	Público	1809969	Escola Secundária de Nelas	info@esec-nelas.rcts.pt
Oliveira de Frades	Público	1810946	Escola Básica e Secundária de Oliveira de Frades	info@eps-oliveira-frades.rcts.pt
Penalva do Castelo	Público	1811436	Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo	espenalva@gmail.com
Resende	Público	1813701	Escola Secundária D. Egas Moniz, Resende	esegasmoniz@mail.telepac.pt
Santa Comba Dão	Público	1814142	Escola Secundária de Santa Comba Dão	agrupamentoescolasscd@gmail.com
Santa Comba Dão	Privado	1814672	Escola Profissional de Santa Comba Dão	info@ep-sta-comba-dao.rcts.pt
São João da Pesqueira	Privado	1815311	ESPRODOURO - Escola Profissional do Alto Douro	esprodouro@mail.telepac.pt
São Pedro do Sul	Público	1816369	Escola Secundária de São Pedro do Sul	esb3.spedrosul@escolas.min-edu.pt
São Pedro do Sul	Privado	1816289	Escola Profissional de Carvalhais	info@epcarvalhais.org
Sátão	Público	1817696	Escola Secundária Frei Rosa Viterbo, Sátão	escsecsatao@mail.telepac.pt
Sernancelhe	Privado	1818603	Escola Profissional de Sernancelhe (ESPROSER)	geral@esproser.pt
Tabuaço	Público	1819030	Escola Básica e Secundária Abel Botelho, Tabuaço	escolatabuaco@mail.telepac.pt
Tarouca	Público	1820735	Escola Básica e Secundária Dr. José Leite de Vasconcelos, Tarouca	info@eb23starouca.rcts.pt
Tondela	Privado	1821041	Escola Profissional de Tondela	eptondela@mail.telepac.pt
Tondela	Público	1821220	Escola Secundária de Molelos, Tondela	esmolelos@gmail.com
Tondela	Público	1821927	Escola Secundária de Tondela	estondela@mail.telepac.pt
Vila Nova de Paiva	Público	1822366	Escola Secundária de Vila Nova de Paiva	info@esec-v-n-paiva.rcts.pt
Viseu	Público	1823050	Escola Secundária Emídio Navarro, Viseu	esenviseu@esenviseu.net
Viseu	Público	1823491	Escola Secundária Alves Martins, Viseu	secretaria@esec-alves-martins.rcts.pt
Viseu	Público	1823819	Escola Secundária Viriato, Abraveses, Viseu	esviriato@mail.telepac.pt
Viseu	Privado	1823438	Escola Profissional da Fundação D. Mariana Seixas (Sede)	geral@epms.pt
Viseu	Privado	1823732	Escola Profissional Profitecla (Deleg.)	viseu@profitecla.pt
Viseu	Privado	1823825	Escola Profissional da Torredeita	escola@fjs-torredeita.com.pt
Vouzela	Privado	1824756	Escola Profissional de Vouzela	geral@epvouzela.pt
Vouzela	Público	1824324	Escola Secundária de Vouzela	esvouzela@mail.telepac.pt

Anexo 3 – Mensagens de insistência

Bom dia

Peço desculpa por voltar a insistir reenviando este e-mail, mas sem a sua colaboração este estudo não tem o mesmo valor e 10 minutos do seu tempo podem fazer toda a diferença. No caso de já ter procedido ao preenchimento e envio do referido questionário, desde já expresse o meu agradecimento pedindo que ignore esta mensagem.

Este questionário destina-se a obter informações sobre o impacto do alargamento da oferta de cursos profissionais às escolas secundárias. A informação recolhida permitirá elaborar um trabalho a integrar uma Dissertação no âmbito do Mestrado em Administração Pública (MPA), do Instituto de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa.

O questionário é anónimo, apresentado sob a forma de perguntas diretas, dirigido à Direção do estabelecimento de ensino e todas os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para os fins em causa.

É de extrema importância que a resposta a este questionário decorra nos próximos 15 dias, demora aproximadamente 10 minutos e, deve assinalar a opção que considere mais adequada ou proceder ao seu preenchimento com os dados solicitados.

A qualidade deste trabalho dependerá do número de respostas obtidas e do prazo das mesmas, pelo que a sua colaboração é fundamental!

O meu nome é Teresa Castro e em caso de necessitar de qualquer informação adicional, o meu contacto móvel é: 91*****.

Muito Obrigada!

Foi convidado a preencher o formulário **Ensino Profissional**. Para o preencher, vá a: <https://docs.google.com/forms/d/1UAaiYZzIWpmV4ZS16FkBlf6QLnZejLoGsLfyqdY53zA/viewform>

Bom dia

Peço desculpa por este último reenvio, mas aproximando-se o fim do tempo disponível para resposta ao questionário e dado que o valor deste estudo está diretamente relacionado com a quantidade de respostas obtidas, permiti-me a este abuso.

A forma de recolha das respostas, que garante a confidencialidade das mesmas, não permite saber quais as entidades que já responderam, pelo que, no caso de já ter procedido ao preenchimento e envio do referido questionário, peço que ignore esta mensagem. Quero expressar o meu profundo agradecimento a todas as entidades que disponibilizaram parte do seu tempo para responder a este questionário, pois desta forma permitiram uma recolha de elementos que potenciará, com toda a certeza, o prosseguimento do estudo da matéria em questão.

Com os melhores cumprimentos,

Teresa Castro.

Este questionário destina-se a obter informações sobre o impacto do alargamento da oferta de cursos profissionais às escolas secundárias. A informação recolhida permitirá elaborar um trabalho a integrar uma Dissertação no âmbito do Mestrado em Administração Pública (MPA), do Instituto de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa.

O questionário é anónimo, apresentado sob a forma de perguntas diretas, dirigido à Direção do estabelecimento de ensino e todas os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para os fins em causa.

É de extrema importância que a resposta a este questionário decorra nos próximos 15 dias, demora aproximadamente 10 minutos e, deve assinalar a opção que considere mais adequada ou proceder ao seu preenchimento com os dados solicitados.

A qualidade deste trabalho dependerá do número de respostas obtidas e do prazo das mesmas, pelo que a sua colaboração é fundamental!

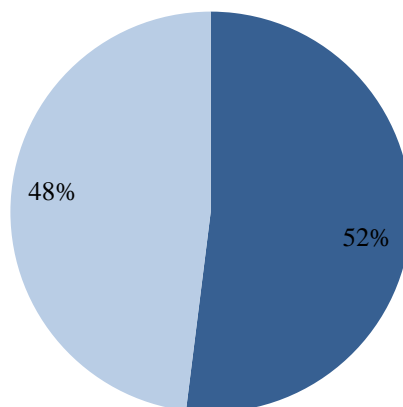
O meu nome é Teresa Castro e em caso de necessitar de qualquer informação adicional, o meu contacto móvel é: 91*****.

Muito Obrigada!

Foi convidado a preencher o formulário **Ensino Profissional**. Para o preencher, vá a: <https://docs.google.com/forms/d/1UAaiYZzIWpmV4ZS16FkBlf6QLnZejLoGsLfyqdY53zA/viewform>

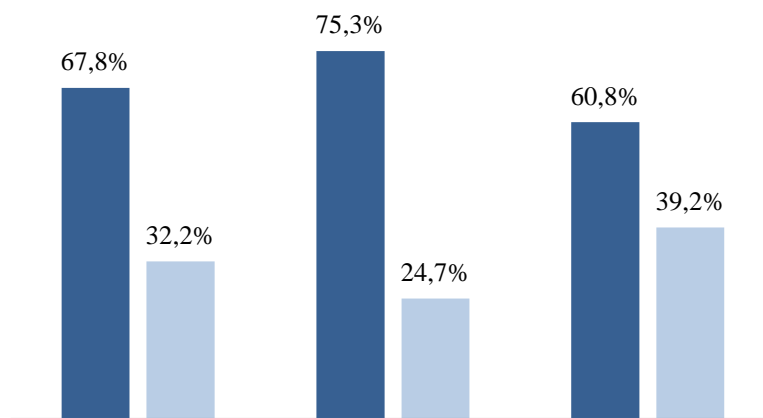
Anexo 4 – Gráficos relativos às respostas do questionário

1.1-Tipologia do estabelecimento de ensino



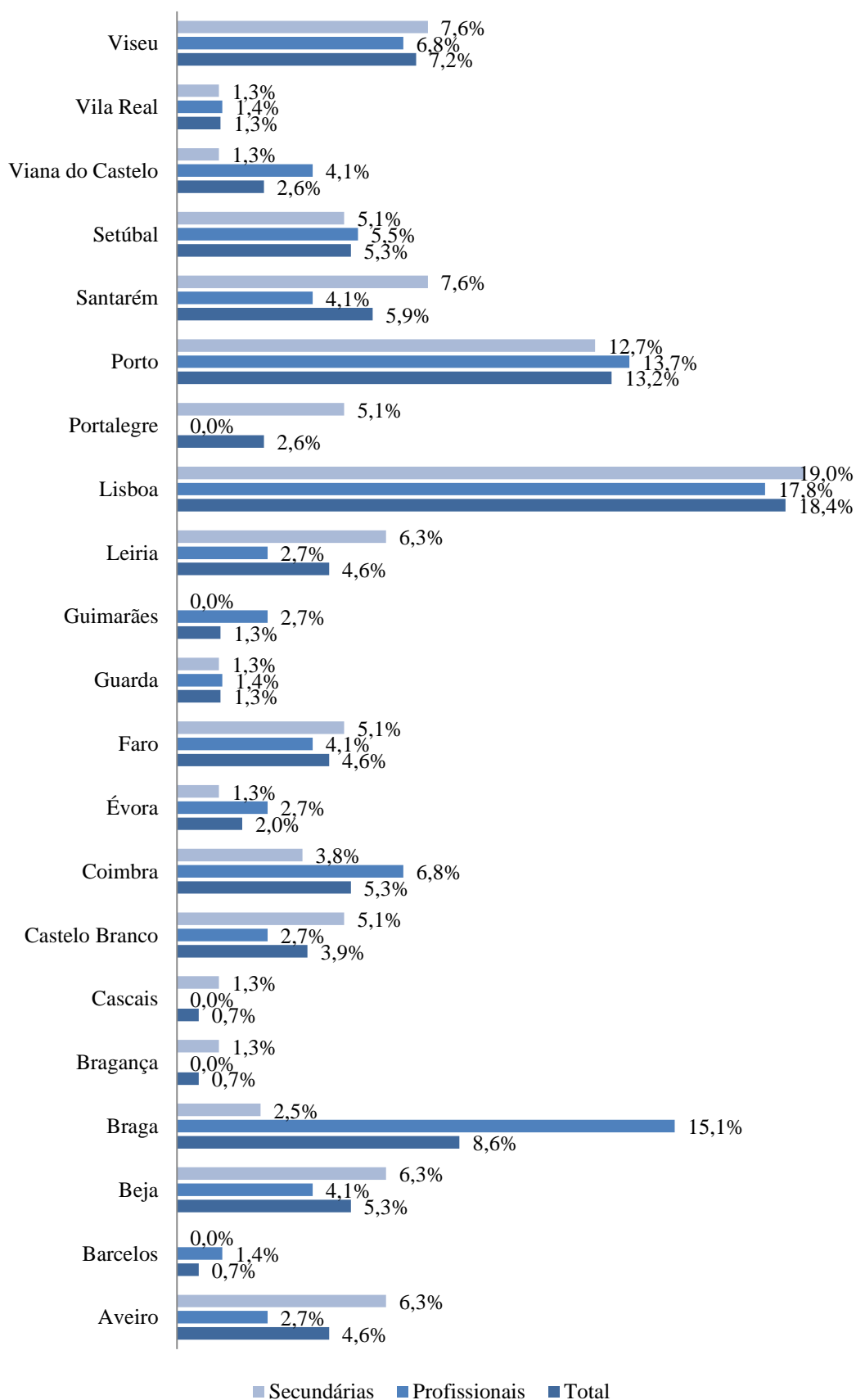
■ Secundárias ■ Profissionais

1.2-Meio em que se insere o estabelecimento

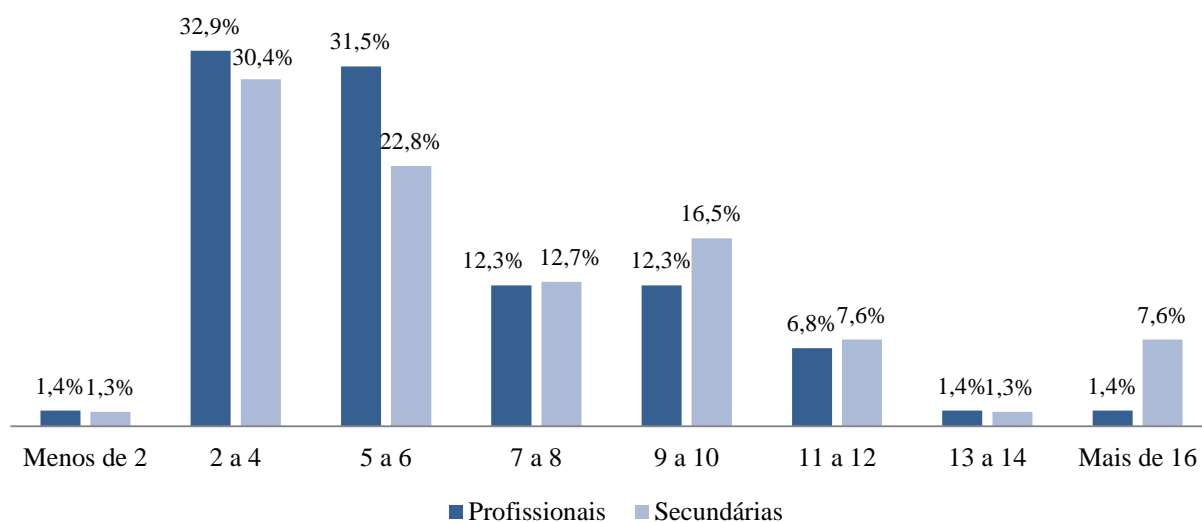


■ Meio Urbano ■ Meio rural

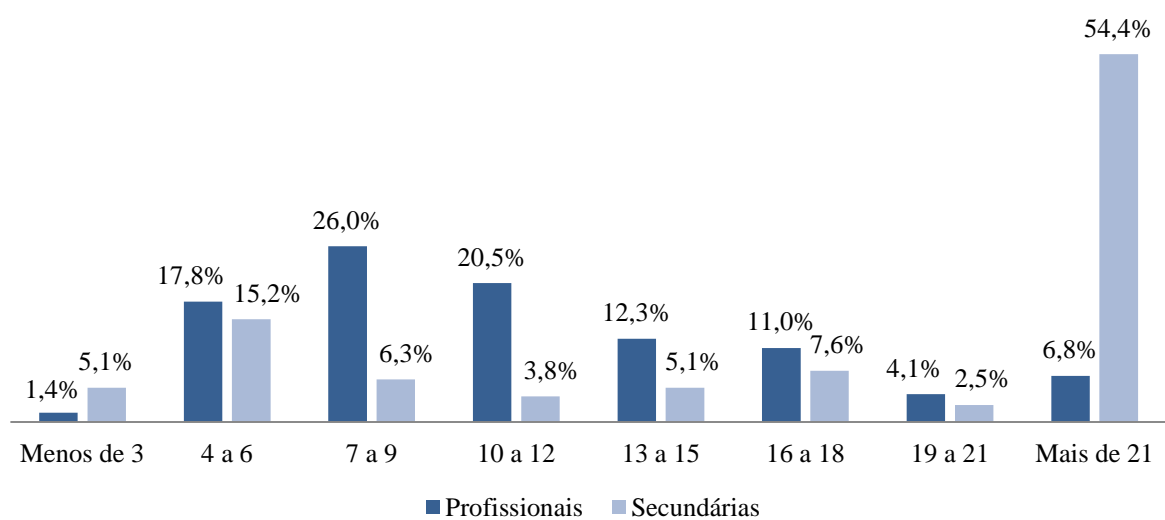
1.3-Distrito em que se insere o estabelecimento de ensino



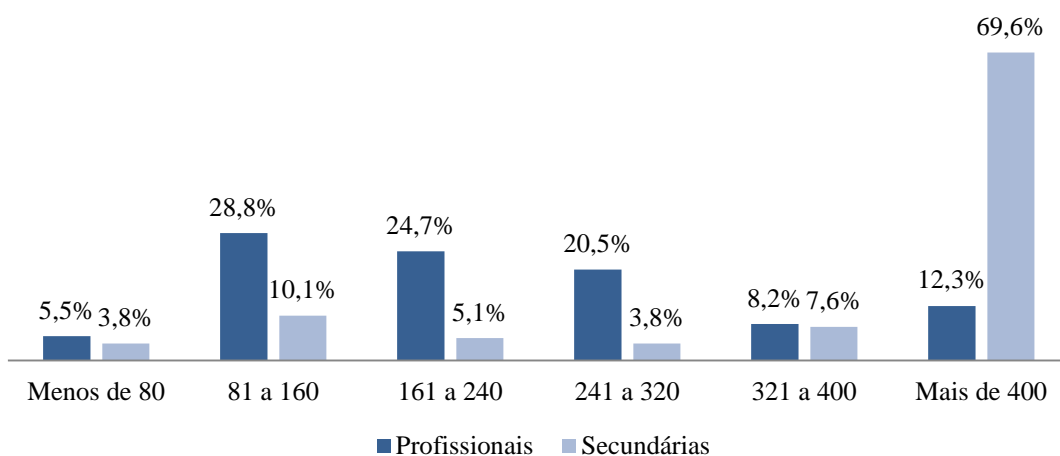
1.4-Nº de cursos em funcionamento no estabelecimento de ensino no ano letivo 2012/13



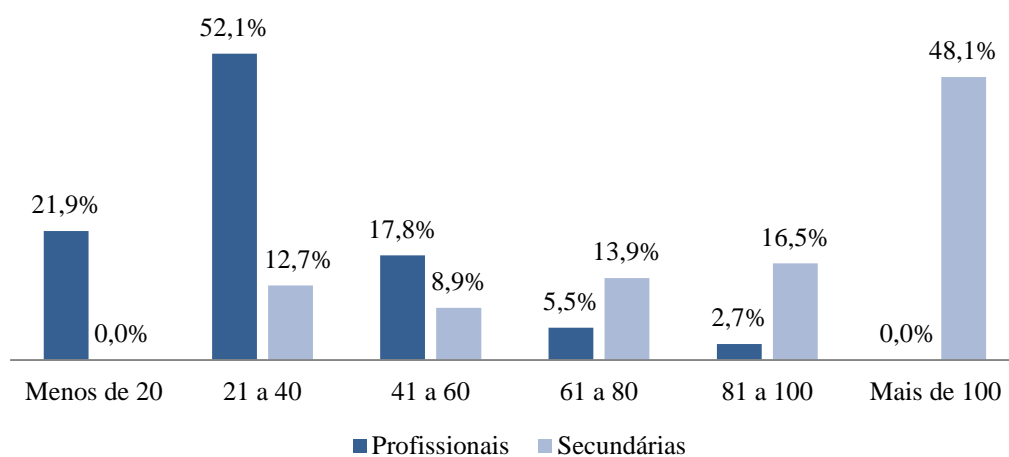
1.5-Nº de turmas em funcionamento no estabelecimento de ensino no ano letivo 2012/13



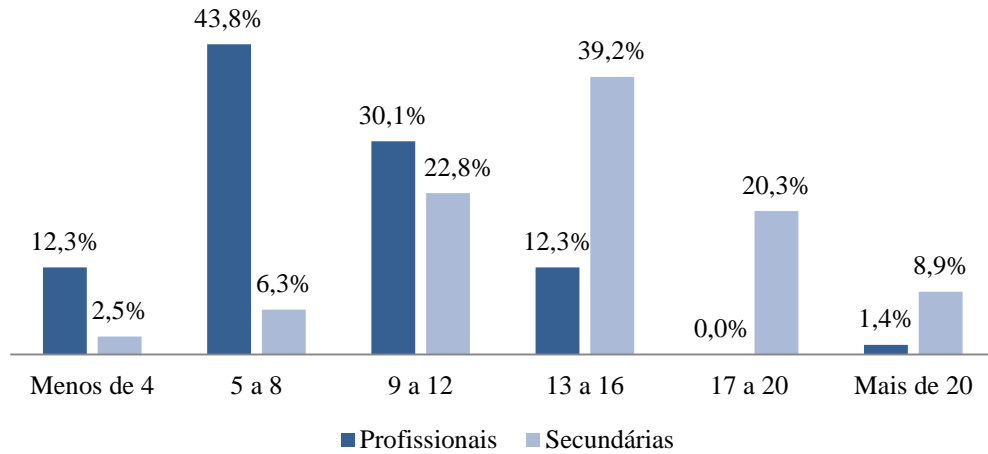
1.6-Nº de alunos que frequentam o estabelecimento de ensino no ano letivo 2012/13



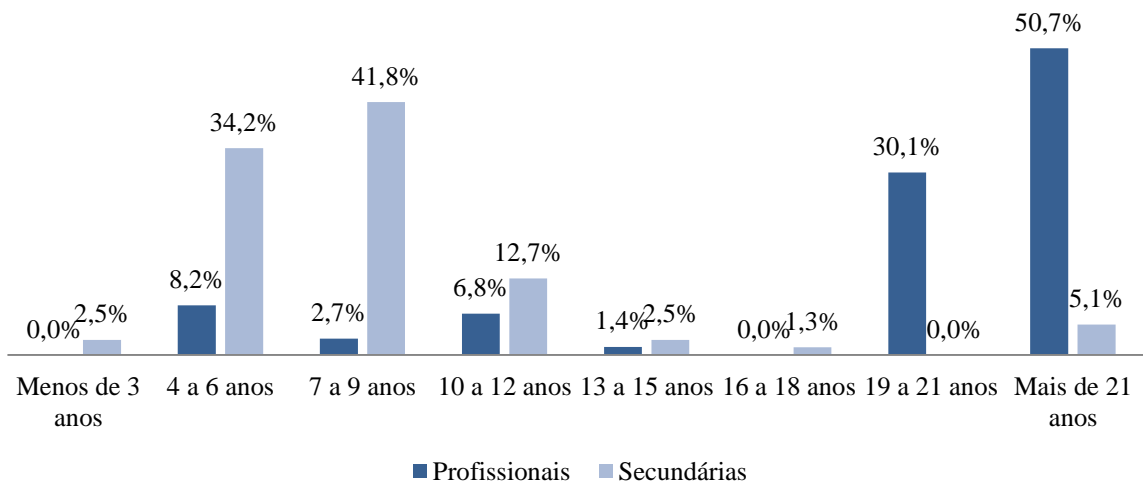
1.7-Nº de docentes que lecionam neste estabelecimento de ensino no ano letivo 2012/13



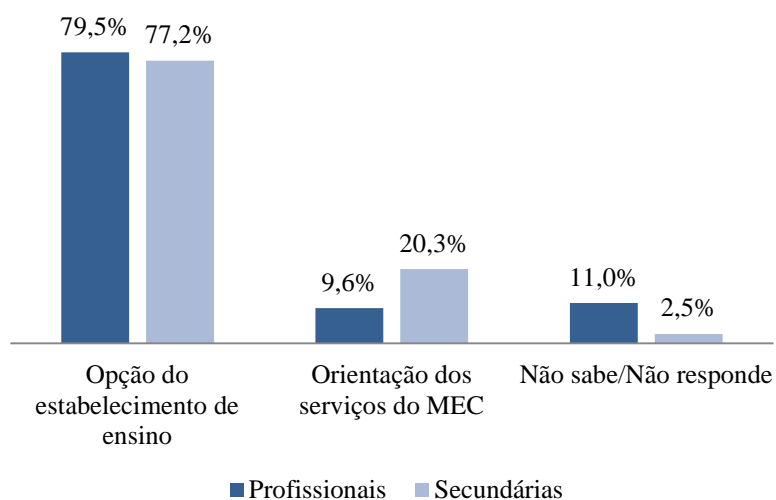
1.8-Quantos anos, em média, os docentes lecionam neste estabelecimento de ensino



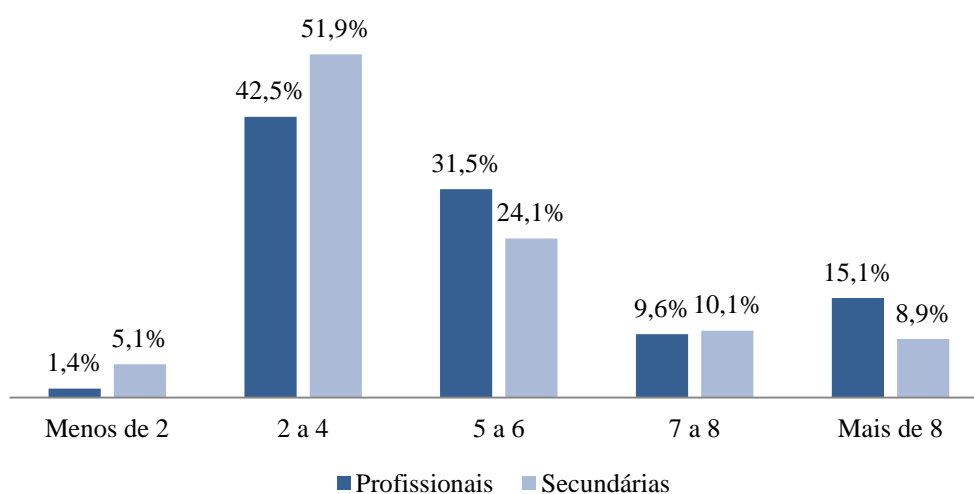
2.1-Quantos anos este estabelecimento de ensino oferece cursos profissionais de nível secundário



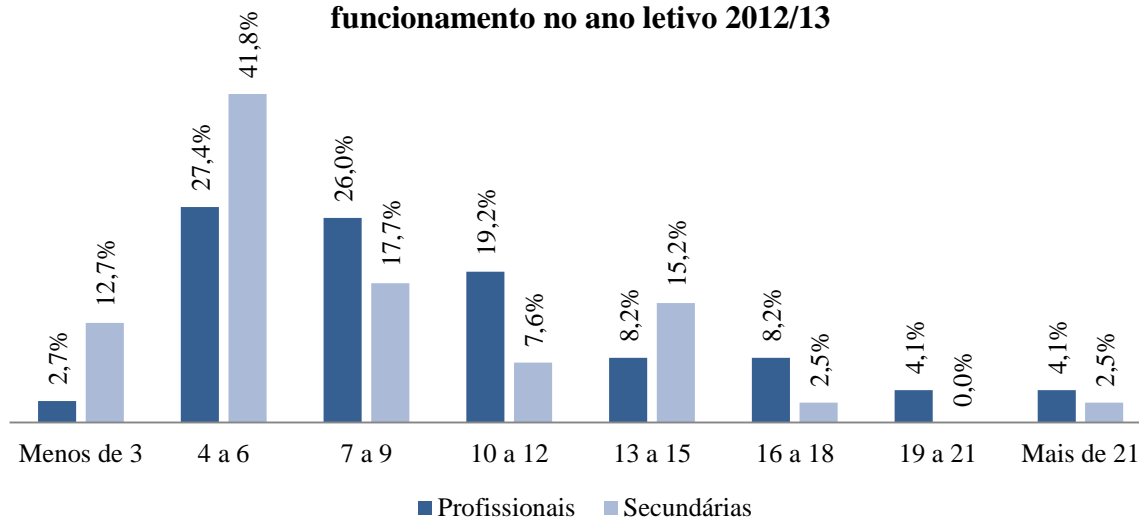
2.2-Origem da oferta de cursos profissionais



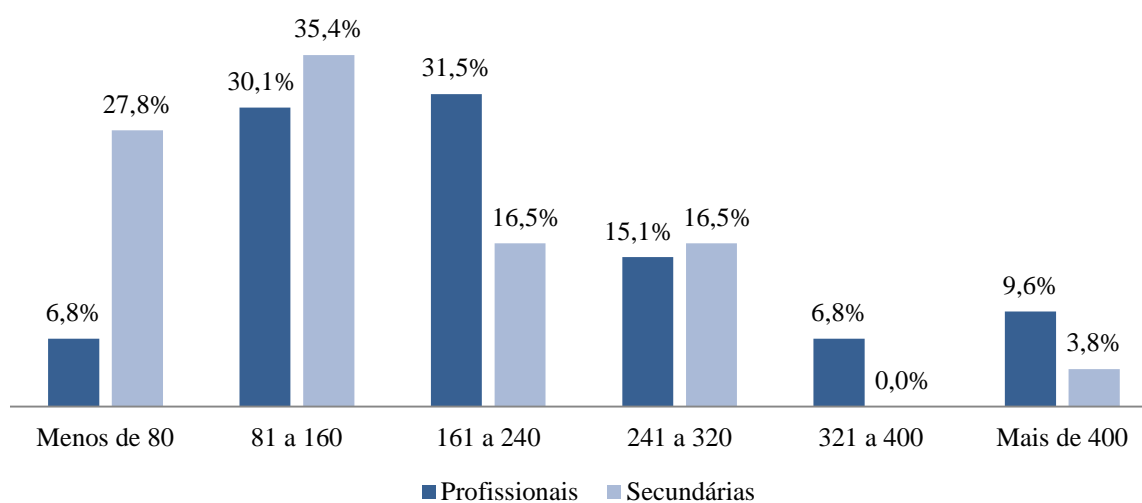
2.3-Nº de cursos profissionais de nível secundário em funcionamento no ano letivo 2012/13



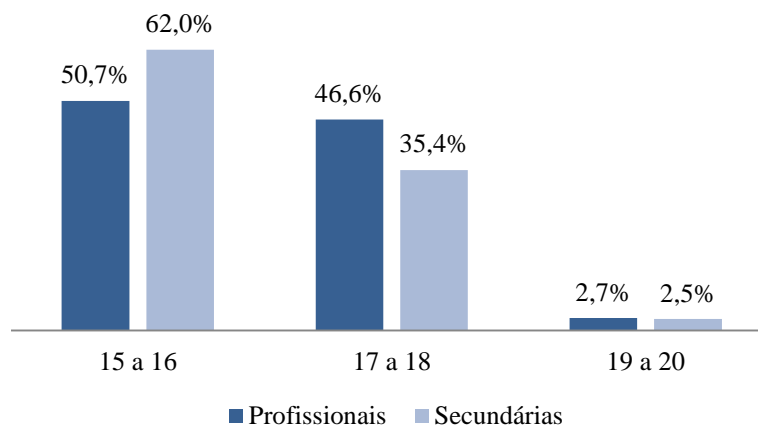
2.4-Nº de turmas de cursos profissionais de nível secundário em funcionamento no ano letivo 2012/13



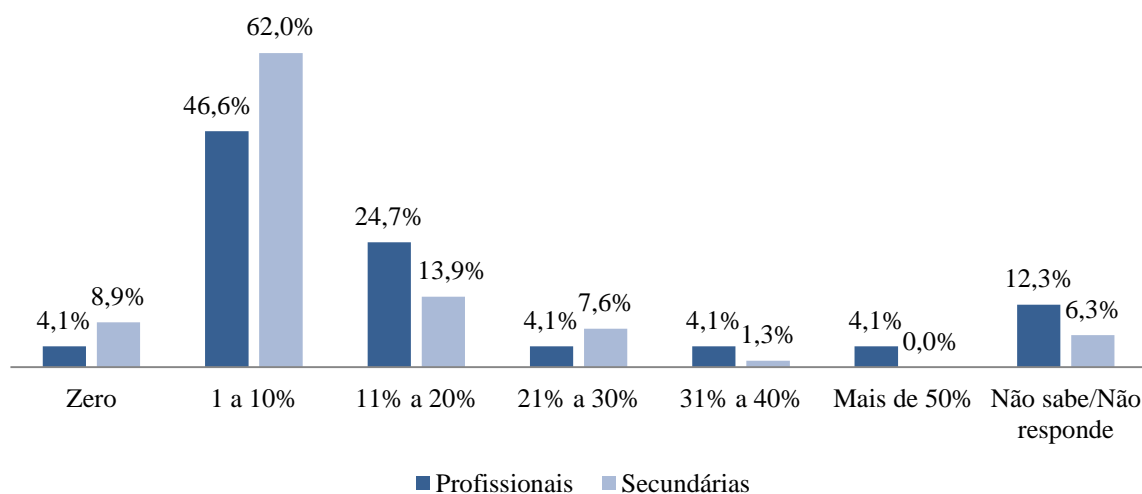
2.5-Nº de alunos que frequentam os cursos profissionais de nível secundário no ano letivo 2012/13



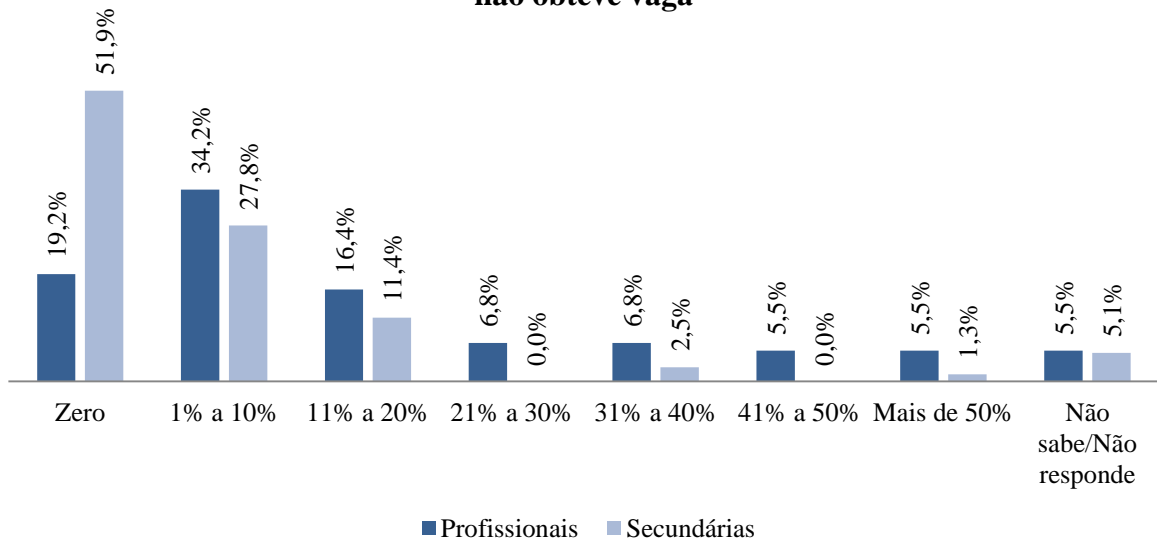
2.6-Média de idade dos alunos à entrada nos cursos profissionais de nível secundário (1º ano/10º ano) no ano letivo 2012/13



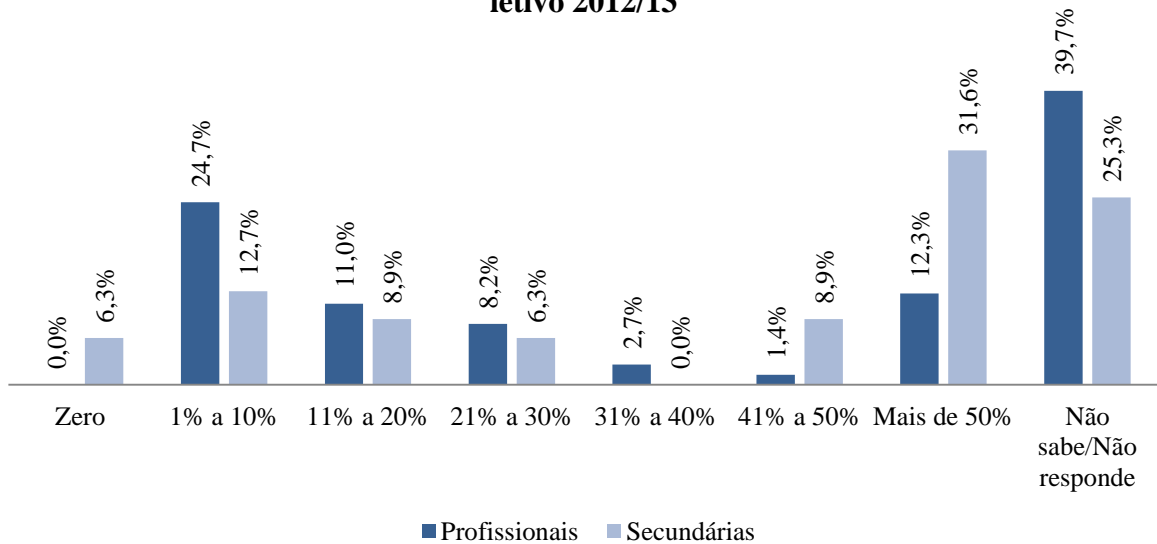
2.7-% de alunos que já havendo frequentado outras ofertas formativas de nível secundário transitaram para os cursos profissionais no ano letivo 2012/13



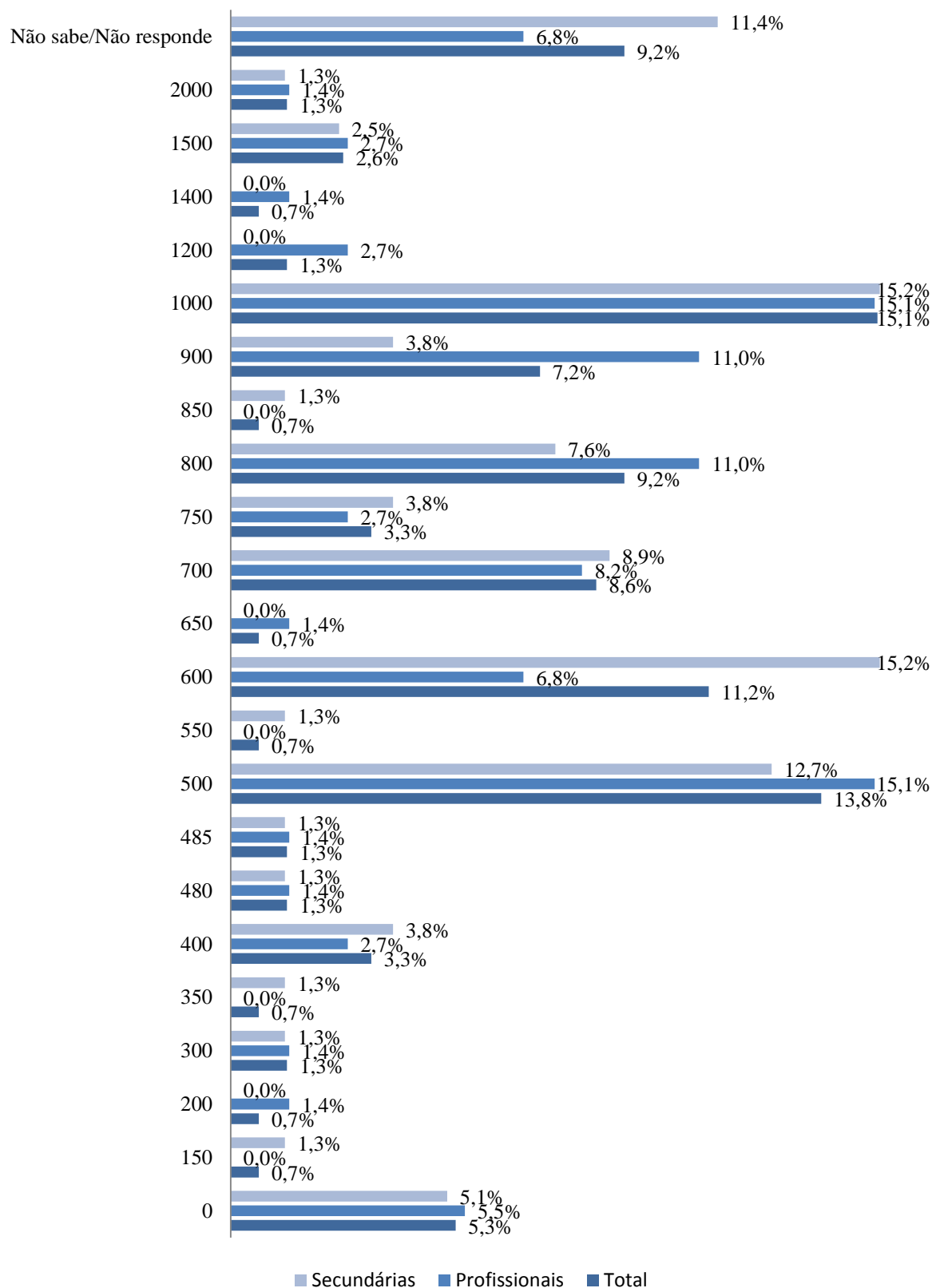
2.8- % de alunos que tendo-se candidatado à frequência de um curso profissional neste estabelecimento de ensino no ano letivo 2012/13, não obteve vaga

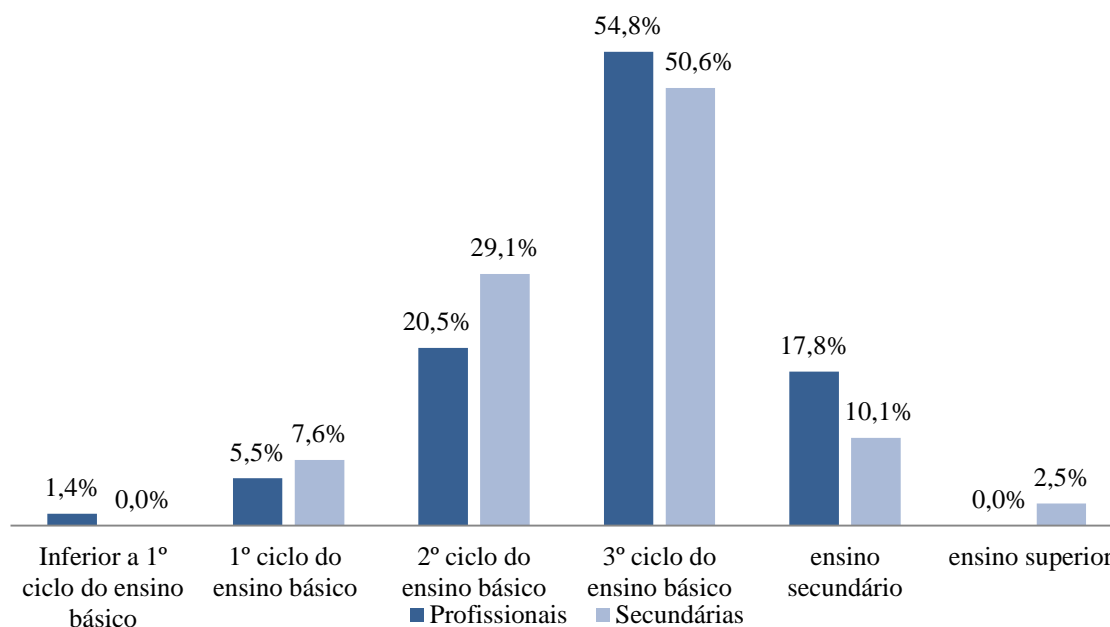


2.9- % de alunos que teve apoio dos serviços de psicologia e orientação antes de optar pelos cursos profissionais de nível secundário no ano letivo 2012/13

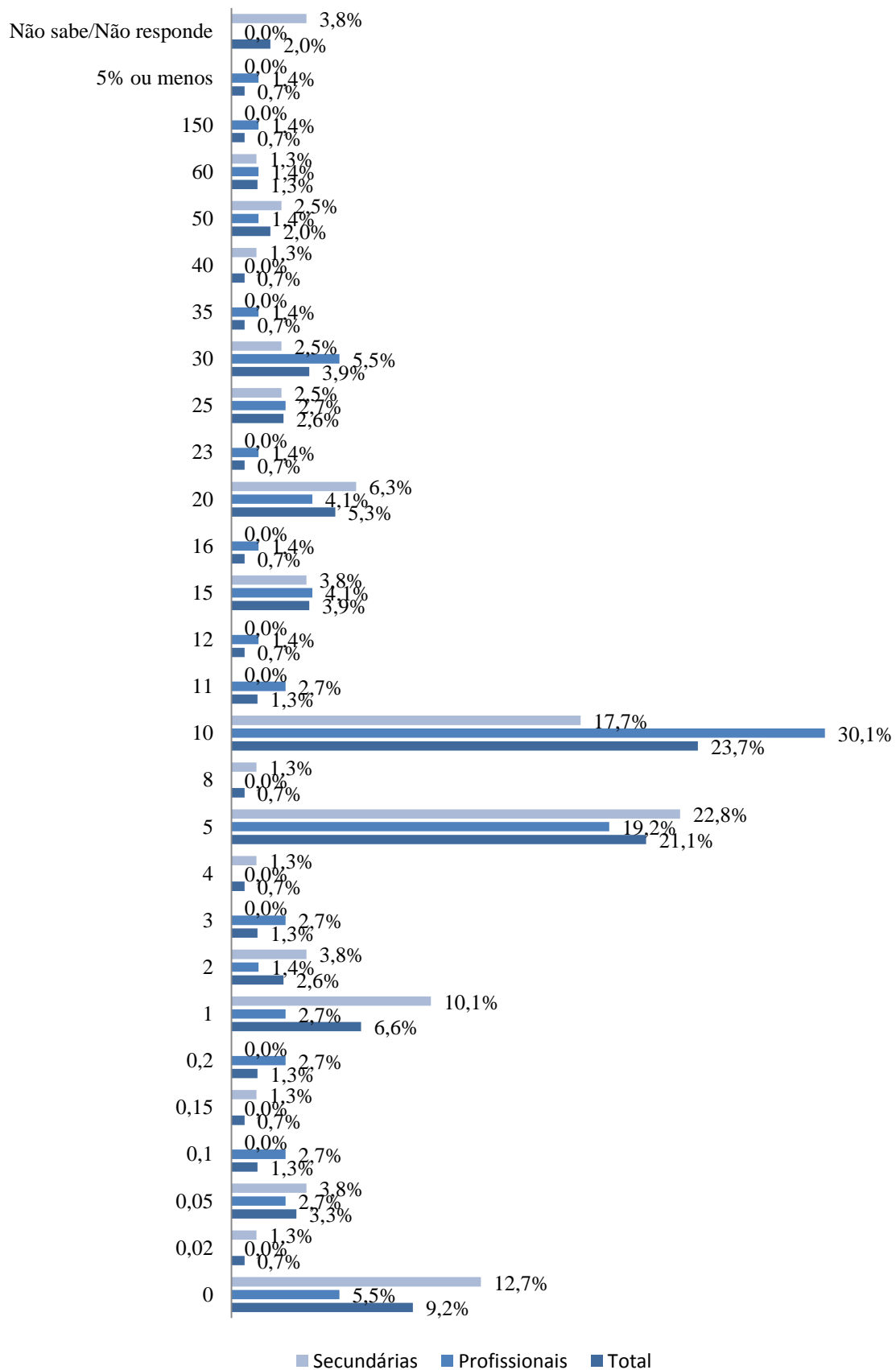


2.10 -Rendimento médio mensal (aproximado e em euros) dos agregados familiares dos alunos que frequentam os cursos profissionais

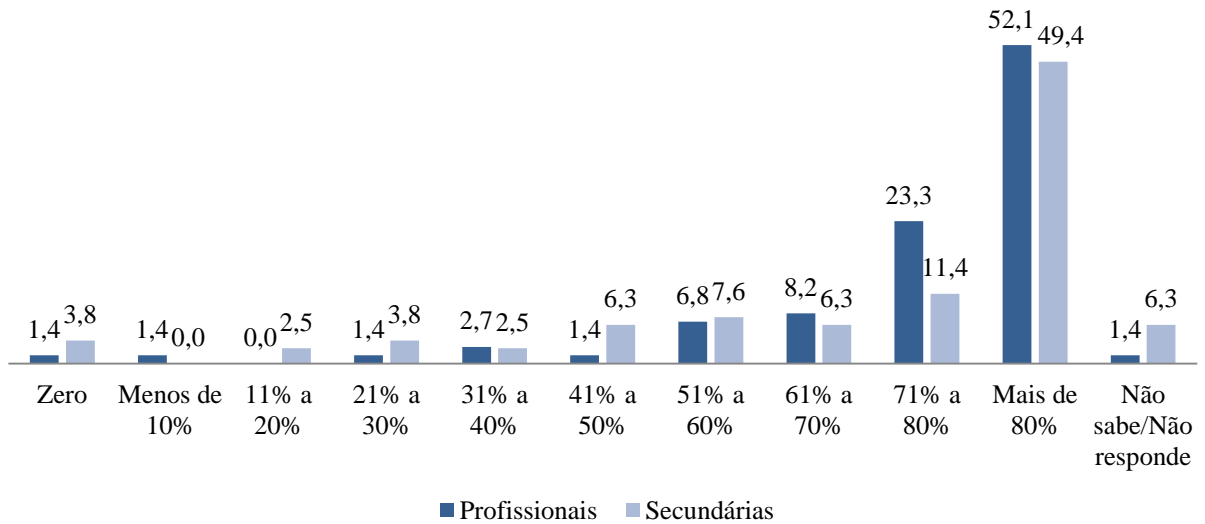


2.11-Nível médio de escolaridade (aproximado) dos pais dos alunos que frequentam os cp de nível secundário no ano letivo

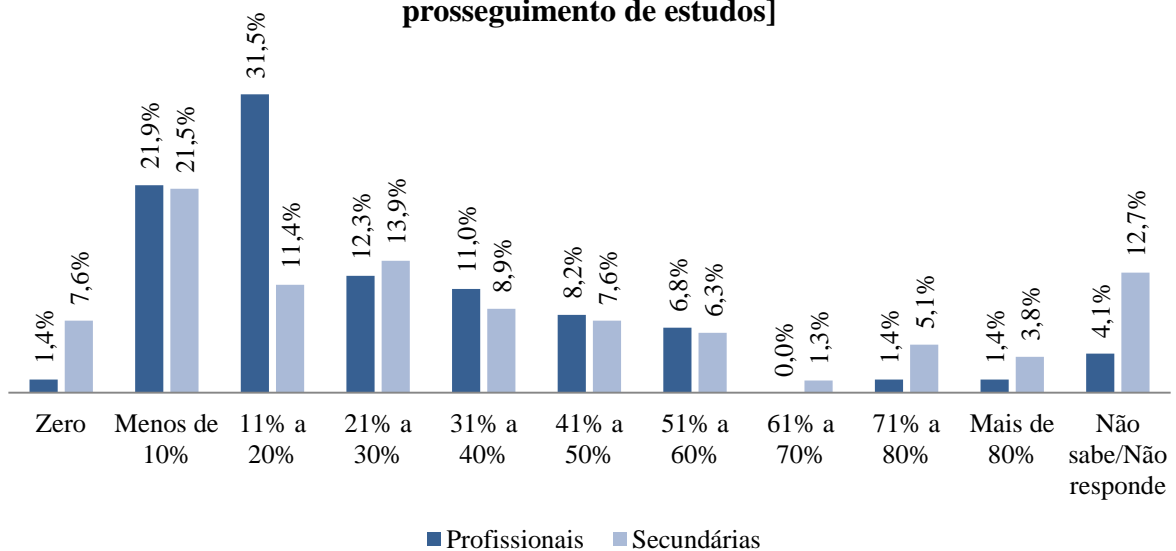
2.12 -% de pais com mais do que o ensino secundário



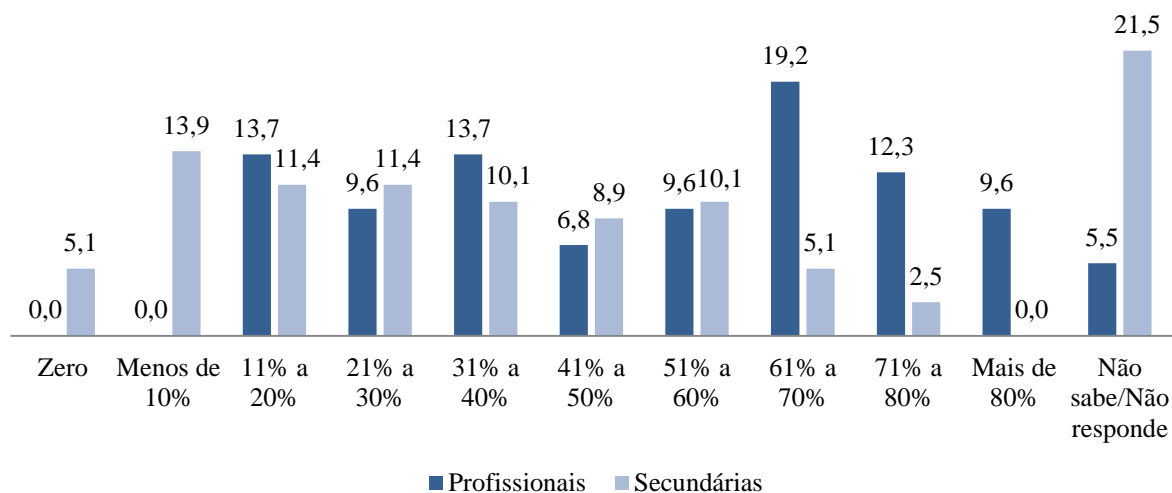
2.13-Alunos que frequentaram cursos profissionais de nível secundário no ano letivo anterior (2011/2012) indique: [% de conclusão]



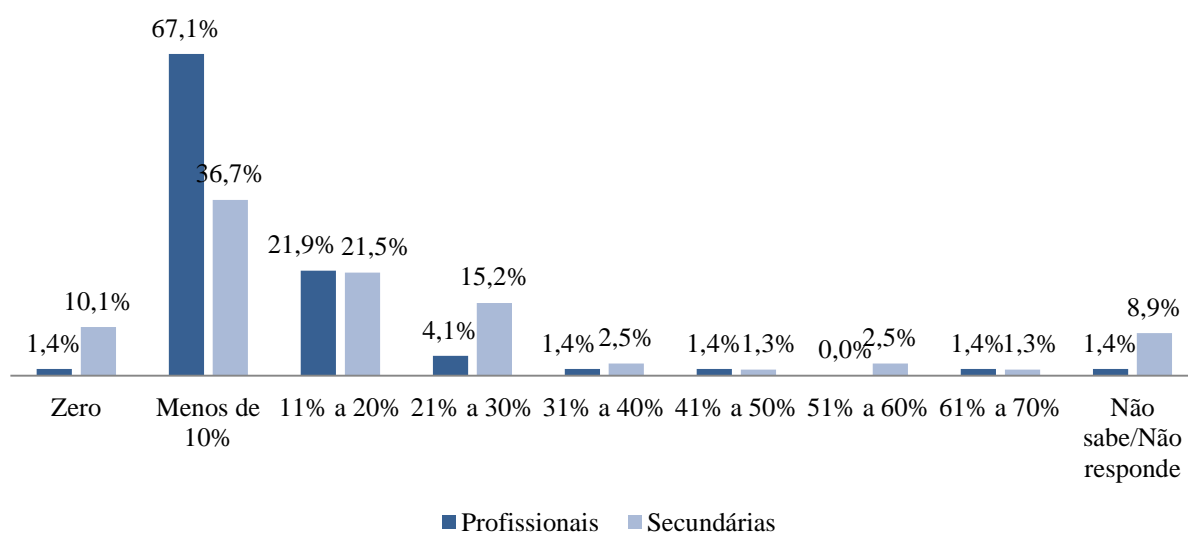
2.13-Alunos que frequentaram cursos profissionais de nível secundário no ano letivo anterior (2011/2012) indique: [% de prosseguimento de estudos]



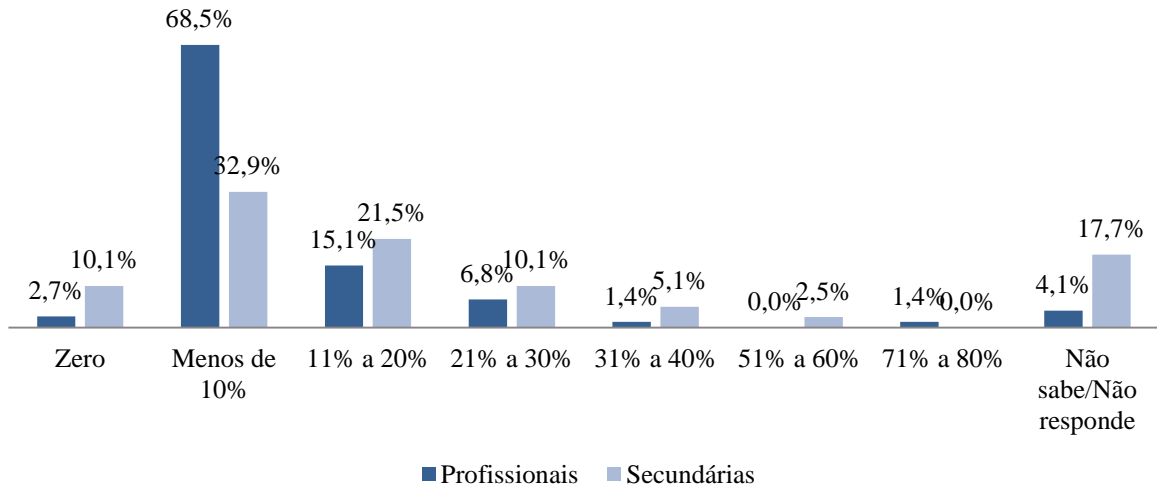
2.13-Alunos que frequentaram cursos profissionais de nível secundário no ano letivo anterior (2011/2012) indique: [% de inserção no mercado de trabalho]



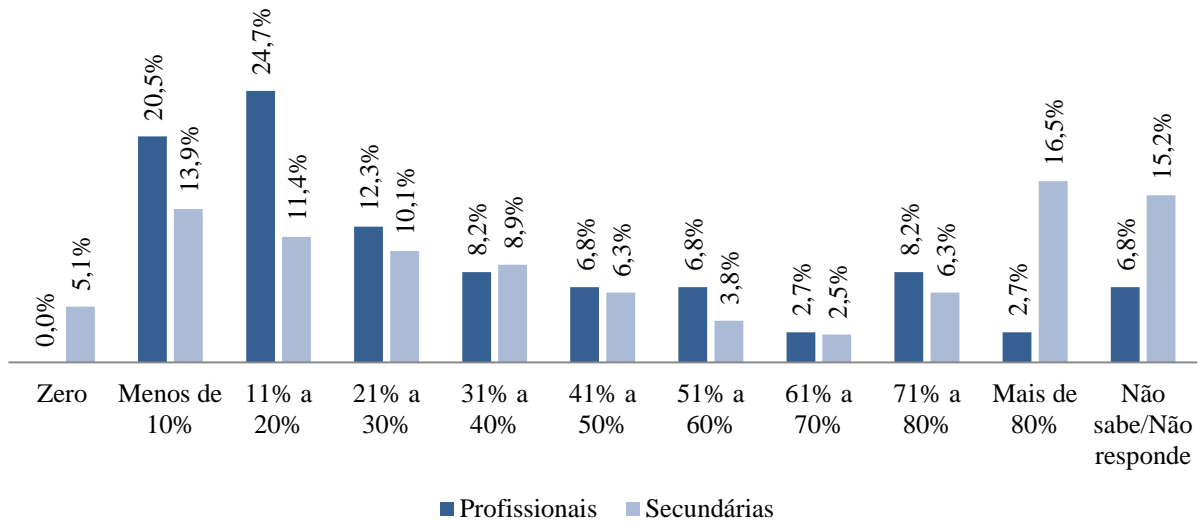
2.13-Alunos que frequentaram cursos profissionais de nível secundário no ano letivo anterior (2011/2012) indique: [% de desistência/retenção]



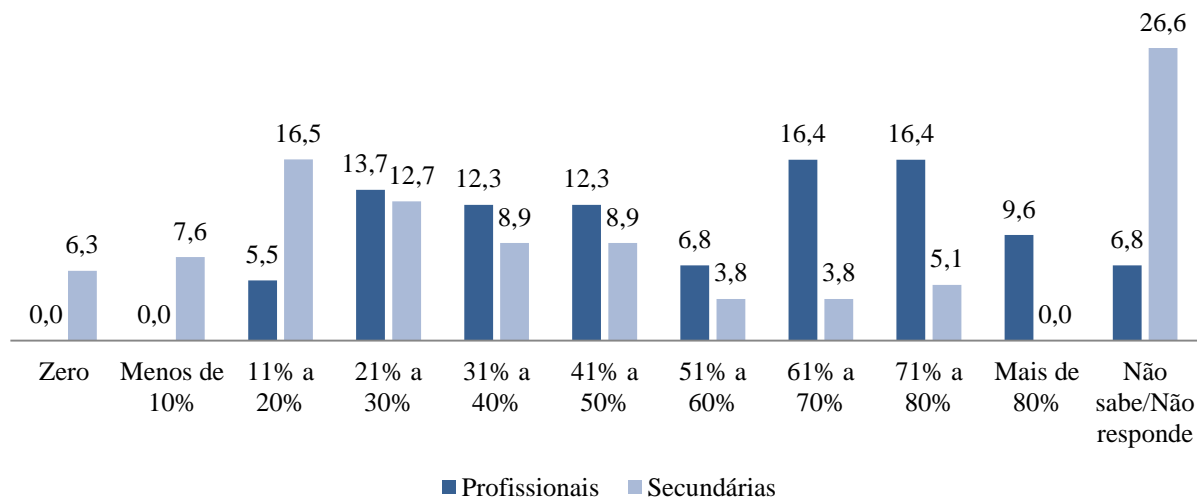
2.14-Alunos que frequentaram cursos profissionais de nível secundário no no ano letivo de 2010/2011 indique: [% de desistência/retenção]



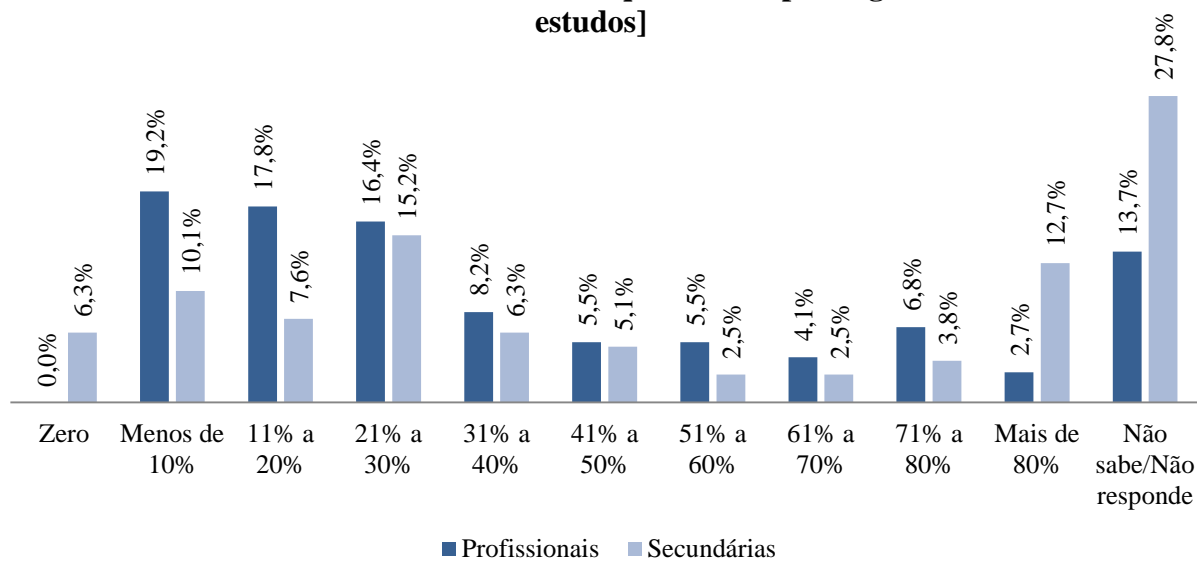
2.14-Alunos que frequentaram cursos profissionais de nível secundário no no ano letivo de 2010/2011 indique: [% de prosseguimento de estudos]



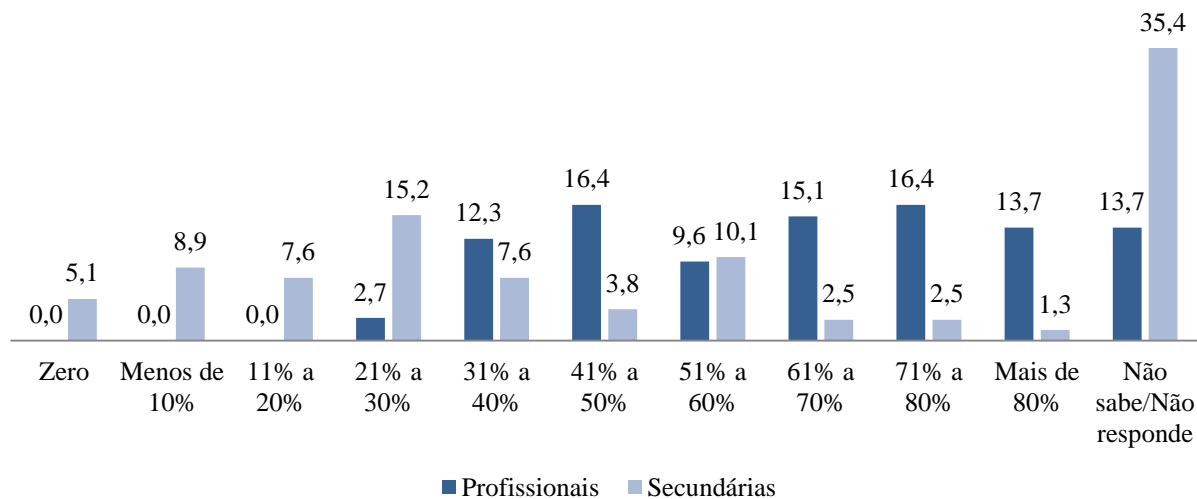
2.14-Alunos que frequentaram cursos profissionais de nível secundário no no ano letivo de 2010/2011 indique: [% de inserção no mercado de trabalho]



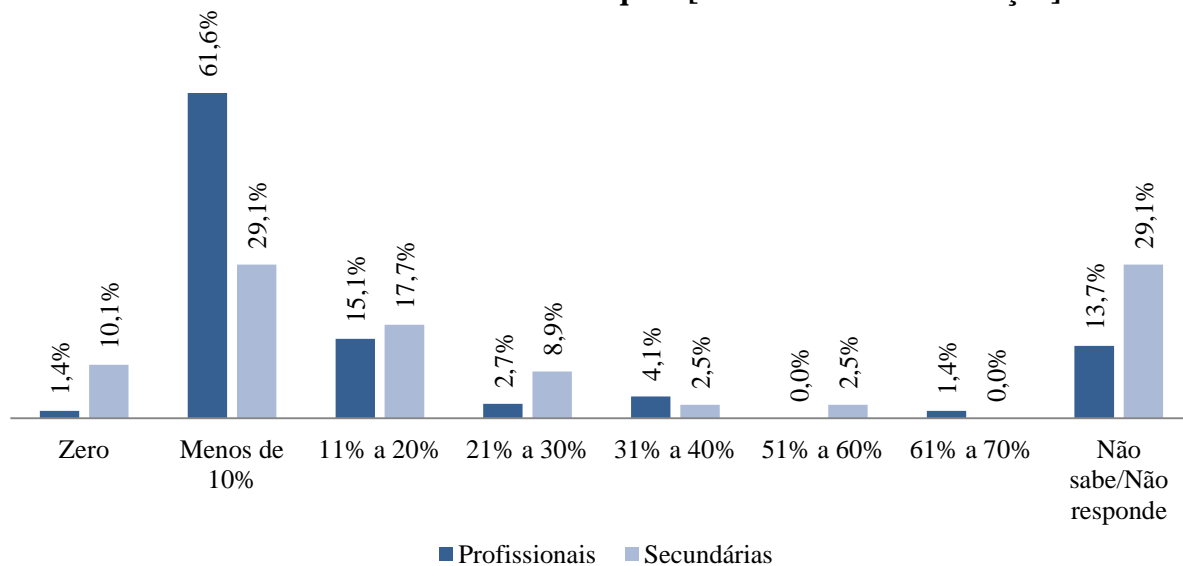
2.15-Alunos que frequentaram cursos profissionais de nível secundário no no ano letivo de 2009/2010 indique: [% de prosseguimento de estudos]



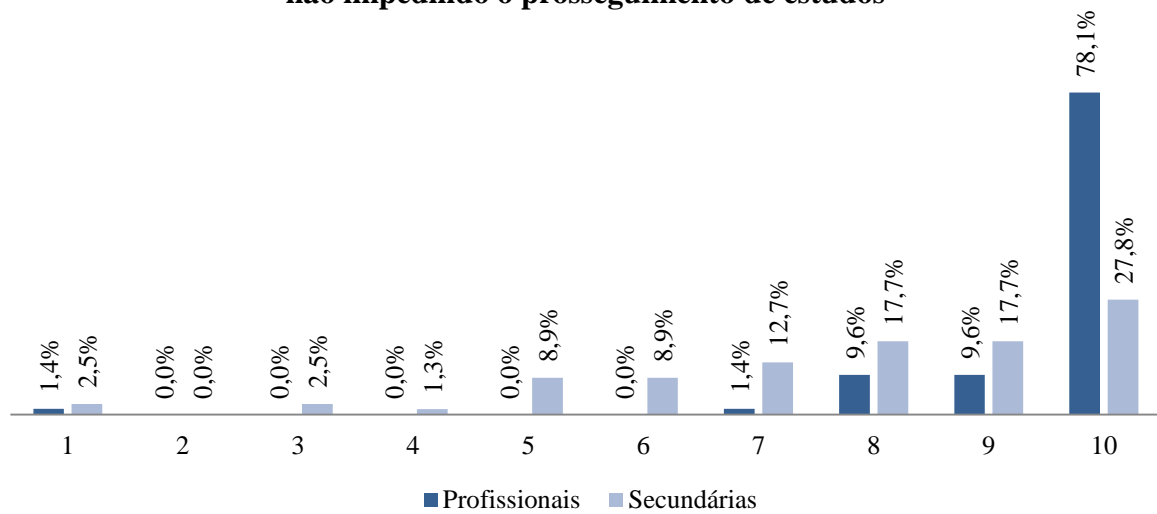
2.15-Alunos que frequentaram cursos profissionais de nível secundário no no ano letivo de 2009/2010 indique: [% de inserção no mercado de trabalho]



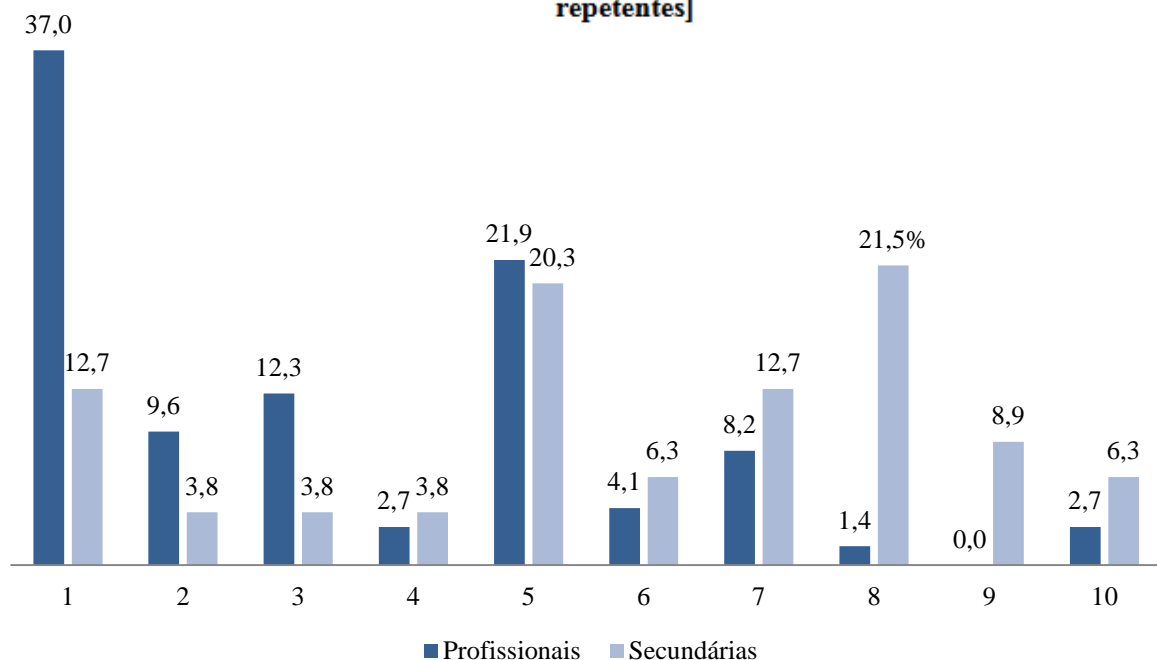
2.15-Alunos que frequentaram cursos profissionais de nível secundário no no ano letivo de 2009/2010 indique: [% de desistência/retenção]



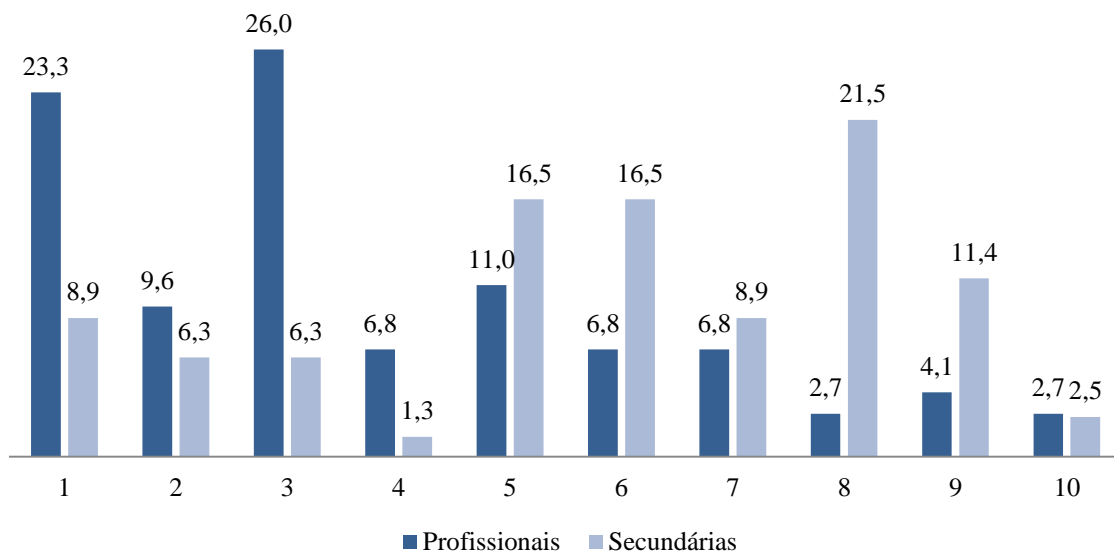
3.1-Os CP são uma opção vantajosa face aos cursos científico-humanísticos porque permitem a inserção no mercado de trabalho não impedindo o prosseguimento de estudos



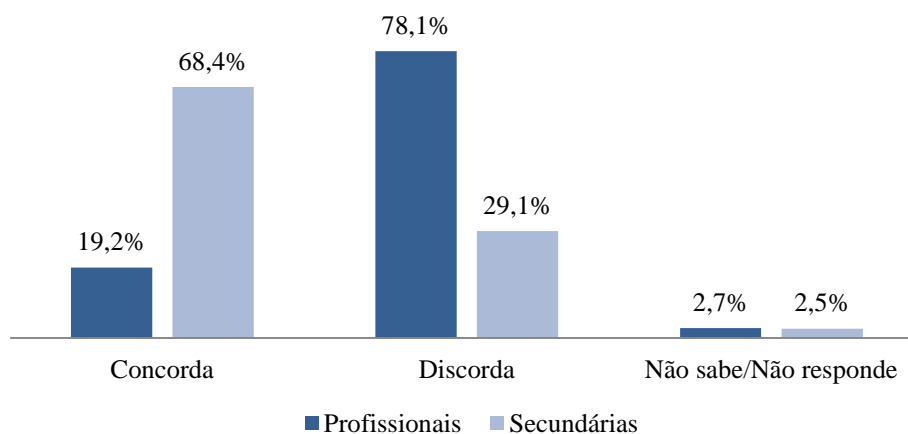
3.1-Numa escala de 1 a 10, onde 1 representa "discordo totalmente" e 10 "Concordo totalmente" indique o grau de concordância com as seguintes afirmações: [Os cursos profissionais constituem uma segunda opção para alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou repetentes]



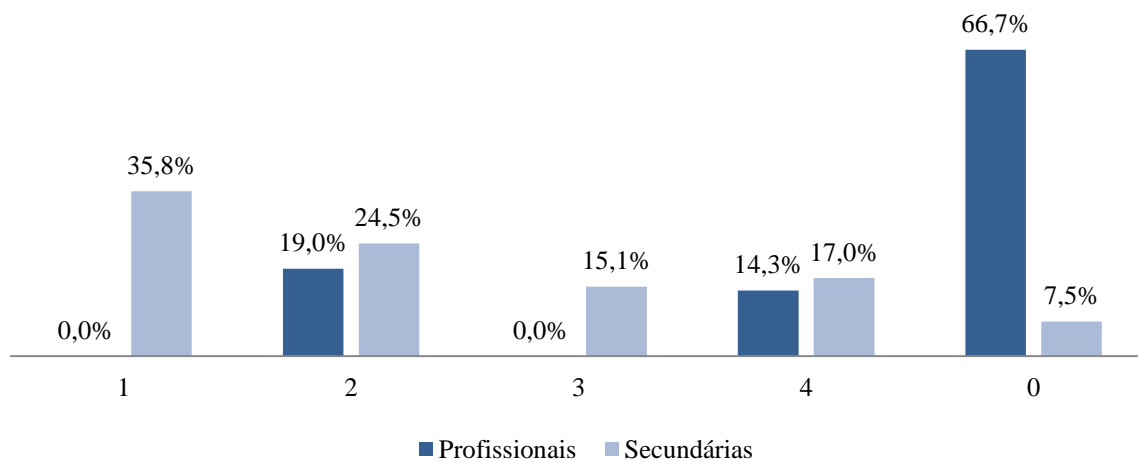
3.1-Numa escala de 1 a 10, onde 1 representa "discordo totalmente" e 10 "Concordo totalmente" indique o grau de concordância com as seguintes afirmações: [Os cursos profissionais são frequentados por alunos de classes sociais mais desfavorecidas]



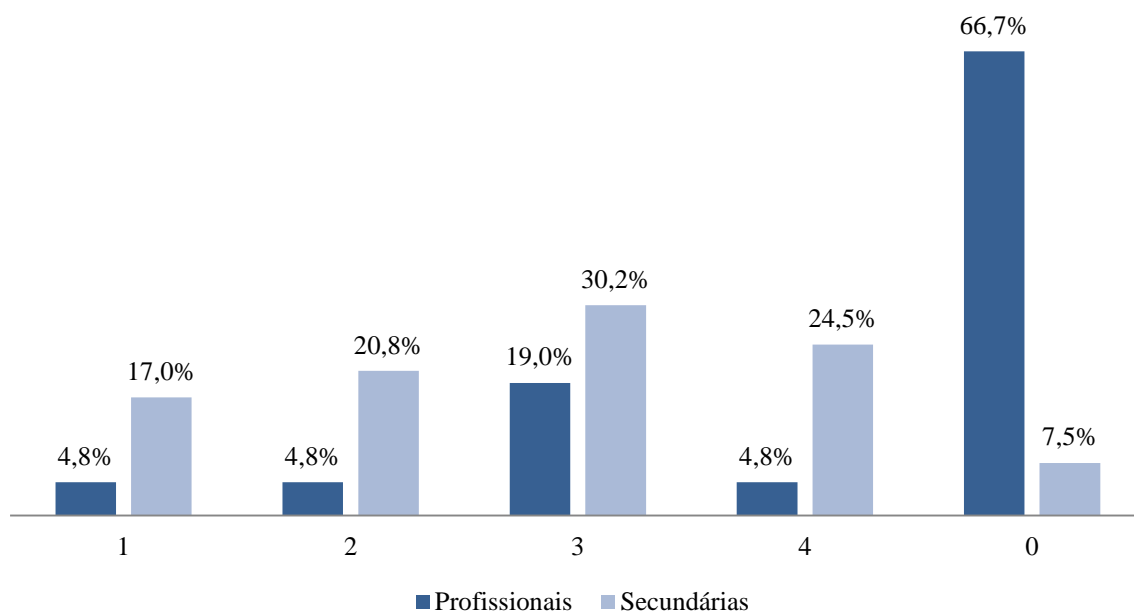
3.2-Um aluno que conclui um curso científico-humanístico (CCH) está melhor preparado para prosseguir estudos que um aluno que conclui um (CP)



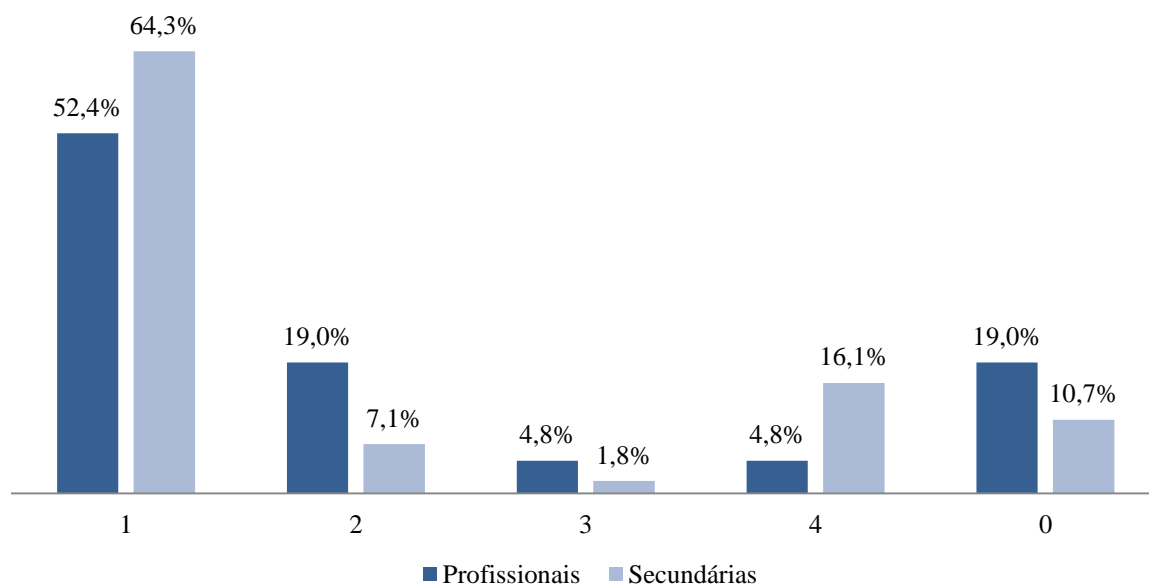
3.2.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados.Ordene por ordem decrescente de importância sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Os CCH são mais exigentes]



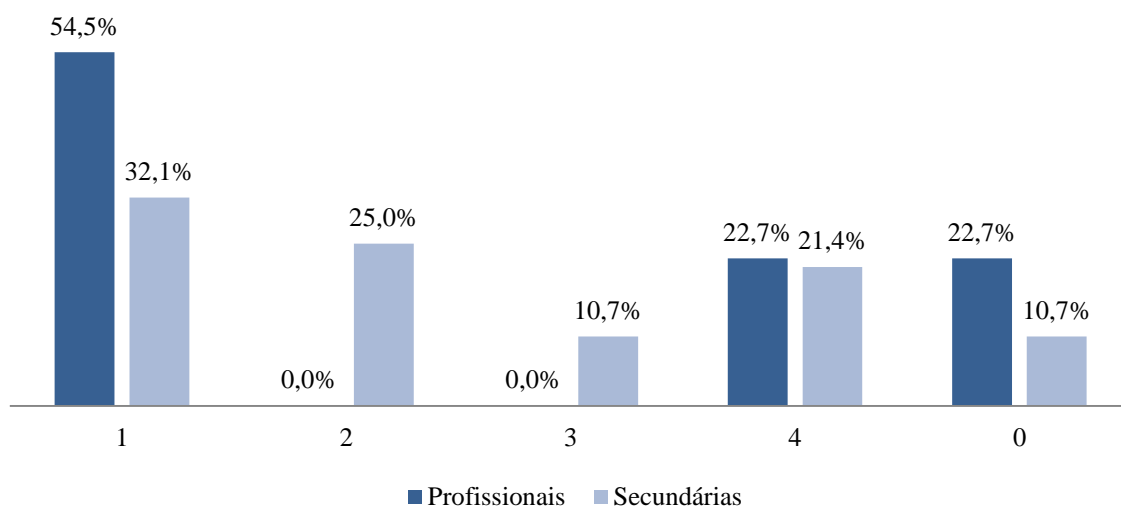
3.2.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados.Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Os CP são menos exigentes]



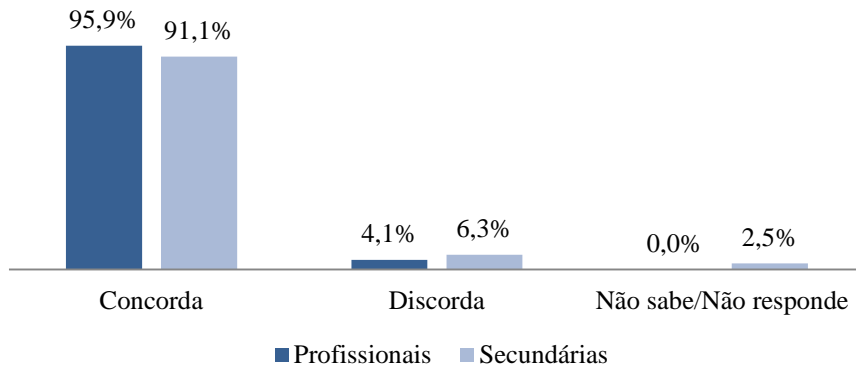
3.2.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Os CCH são vocacionados para prosseguimento de estudos]



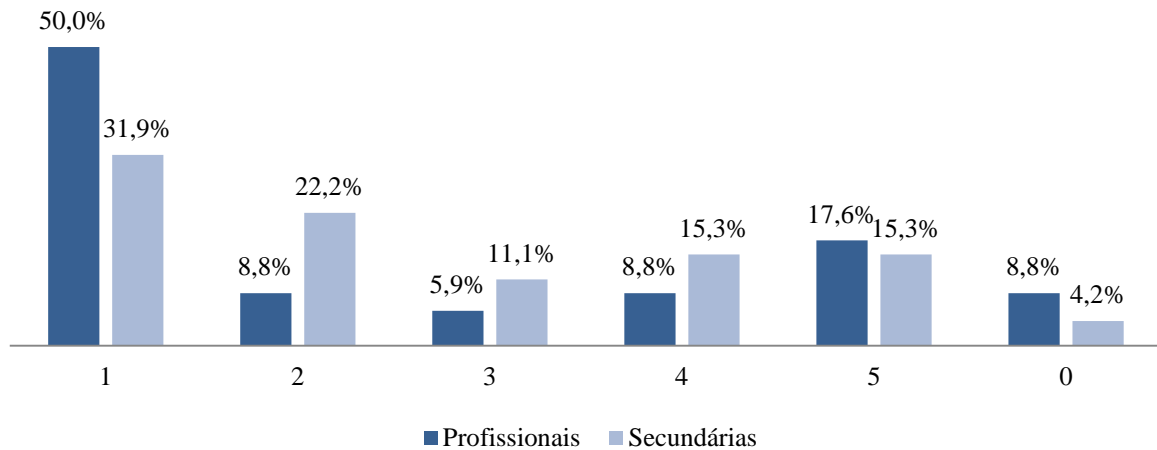
3.2.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Os CP são vocacionados para o mercado de trabalho]



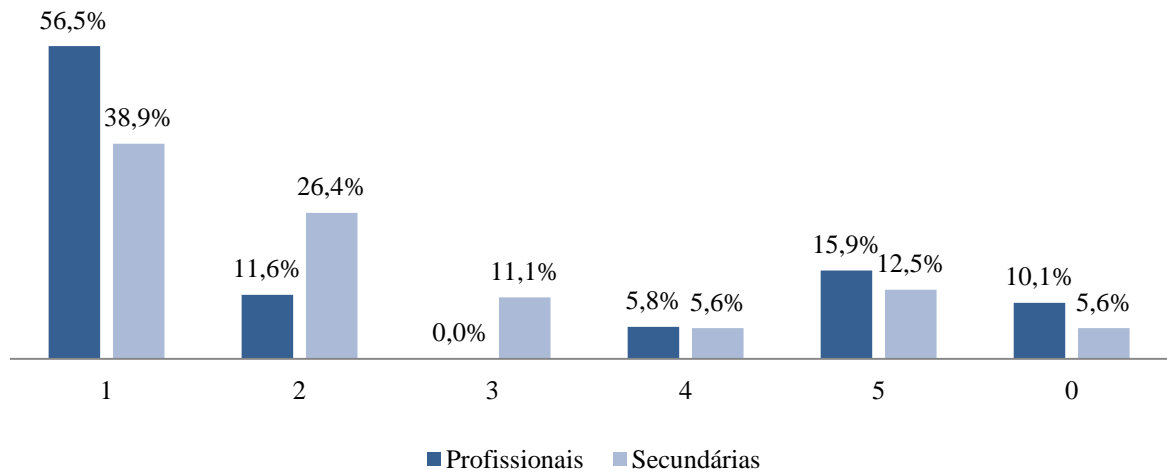
3.3-Um aluno que conclui um curso profissional (CP) está melhor preparado para ingressar no mercado de trabalho que um aluno que conclui um CCH



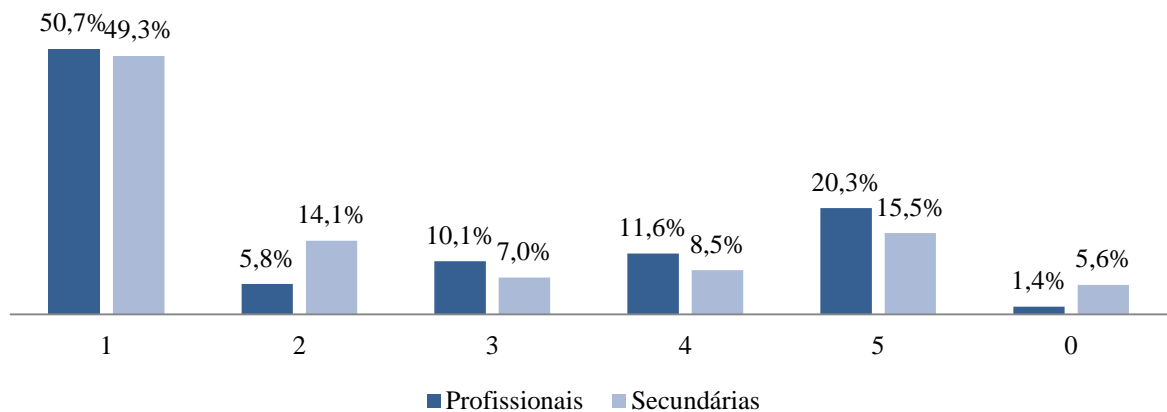
3.3.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinala 0: [Os CCH têm pouca componente técnica]



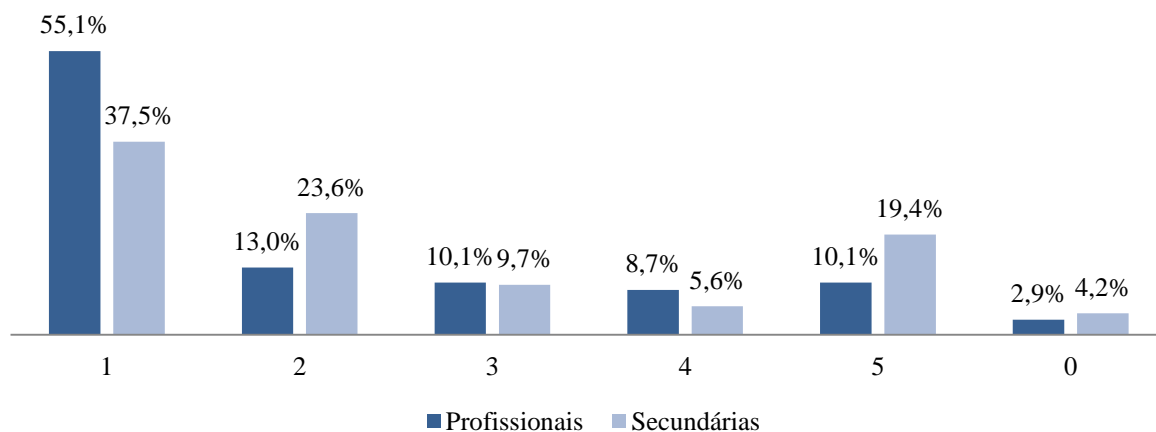
3.3.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados.Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Os CP têm muita componente técnica]



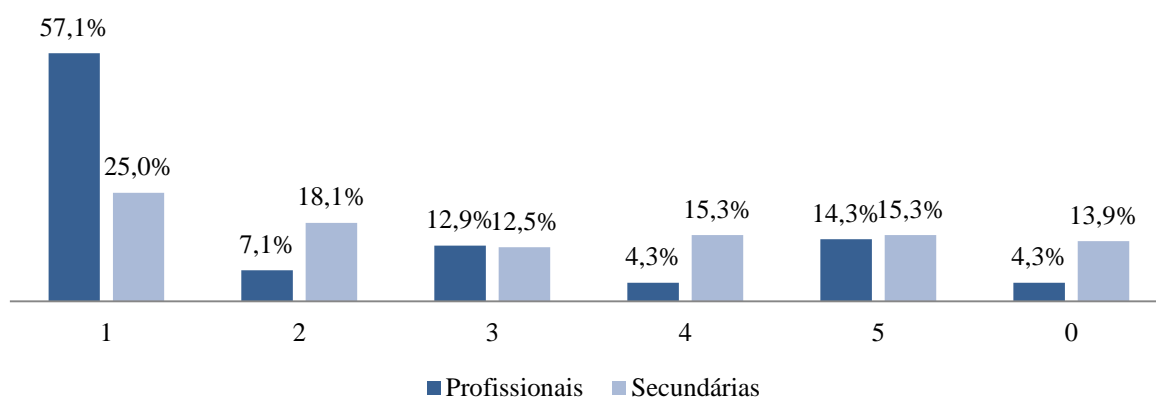
3.3.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados.Ordene por ordem decrescente de importância sendo 1, o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Os CCH são vocacionados para prosseguimento de estudos]



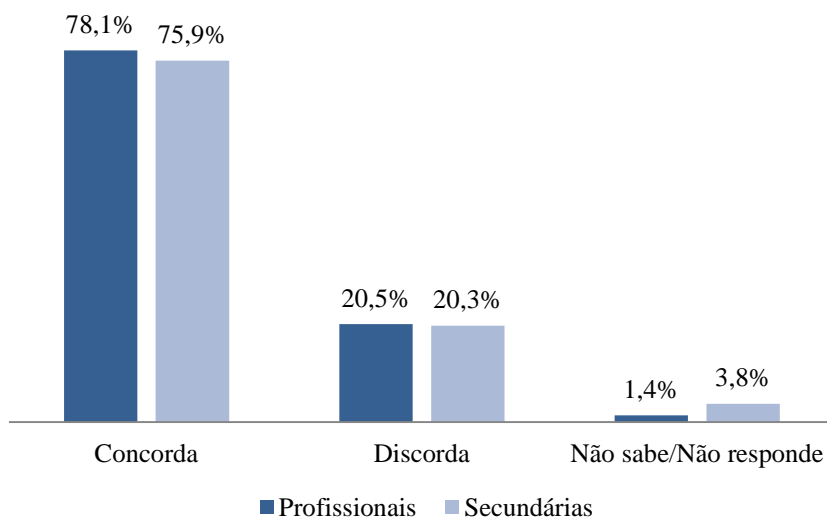
3.3.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Os CP são vocacionados para o mercado de trabalho]



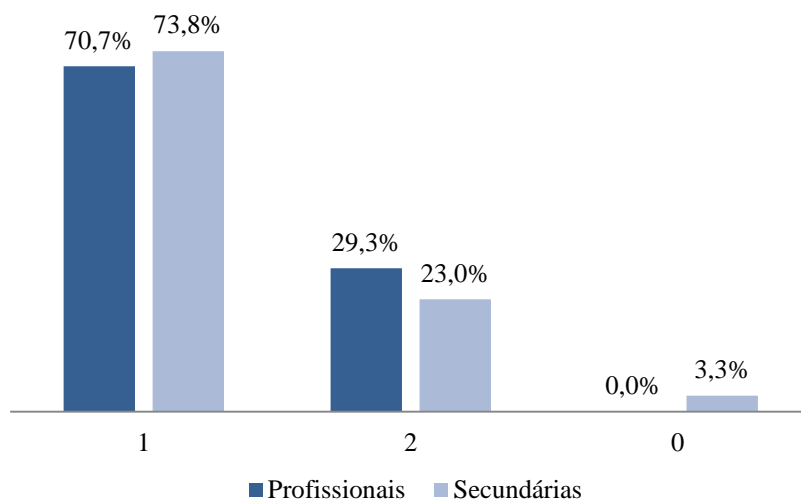
3.3.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Há uma maior perceção, por parte do aluno, da utilidade dos conhecimentos adquiridos]



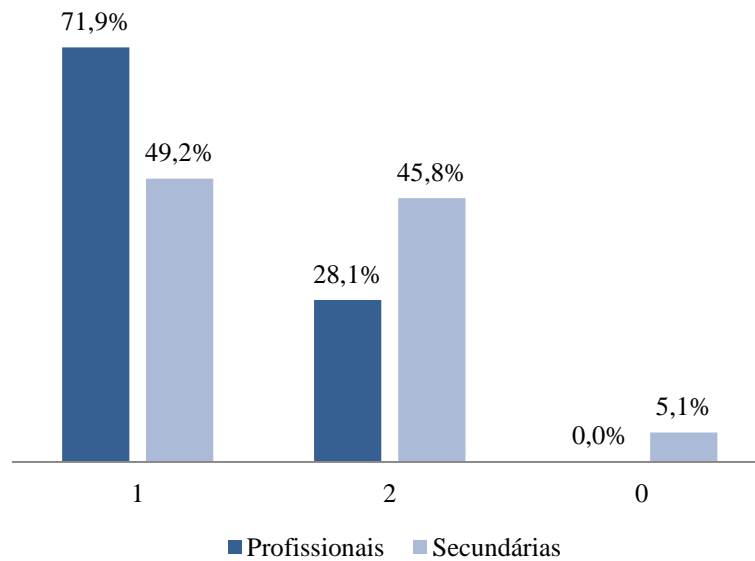
3.4-A estrutura modular dos cursos profissionais diminui o insucesso escolar



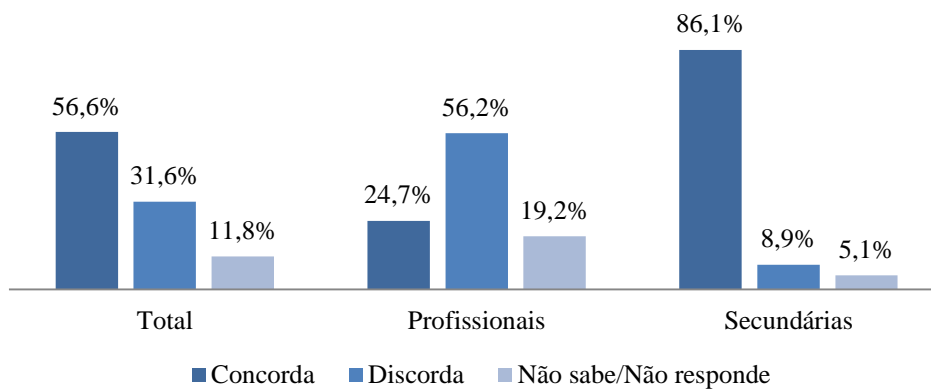
3.4.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [A conclusão dos módulos é adequada ao ritmo de cada aluno]



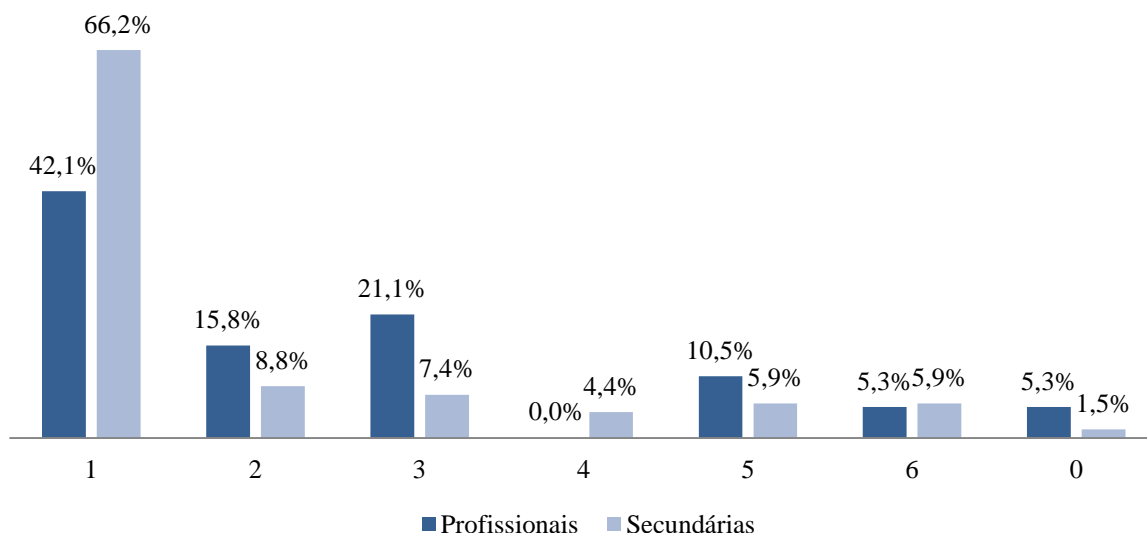
3.4.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinala 0: [Existe um acompanhamento individualizado do aluno]



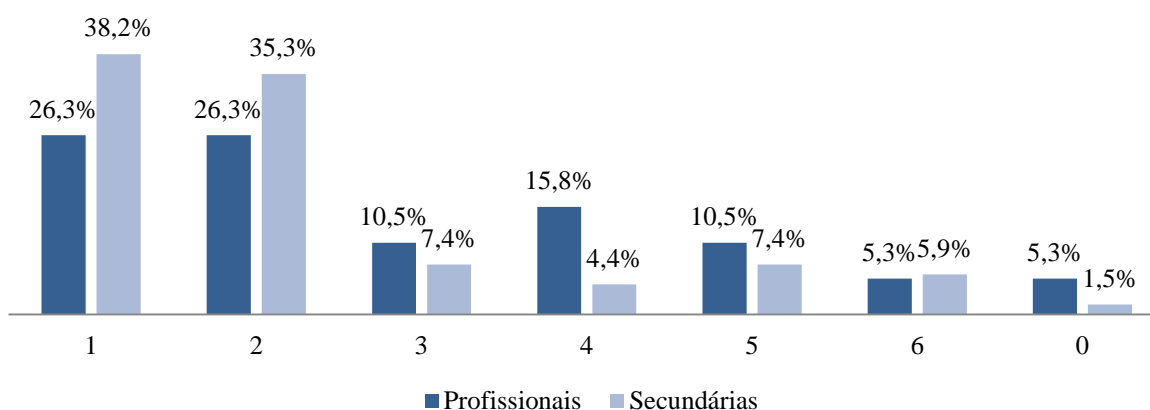
3.5 - A introdução dos cursos profissionais nas escolas secundárias teve um efeito positivo para as escolas secundárias



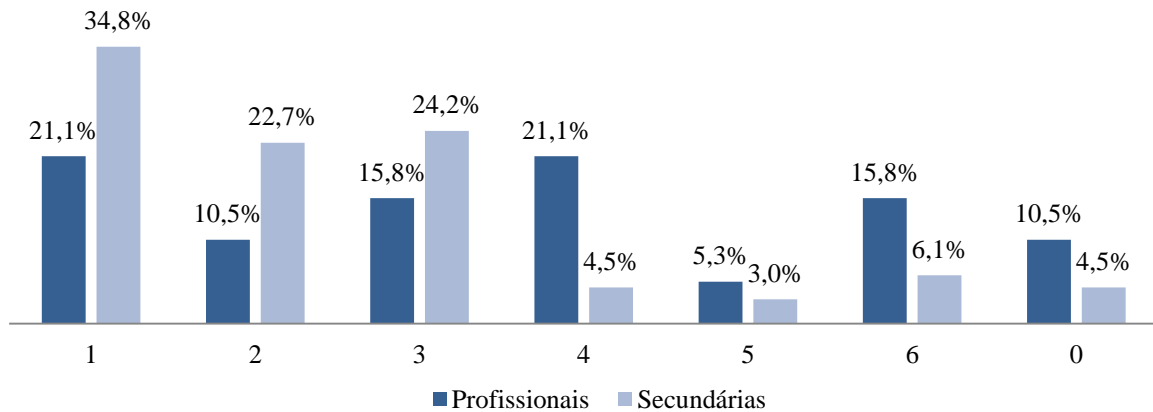
3.5.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados.Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Diversificou a oferta formativa]



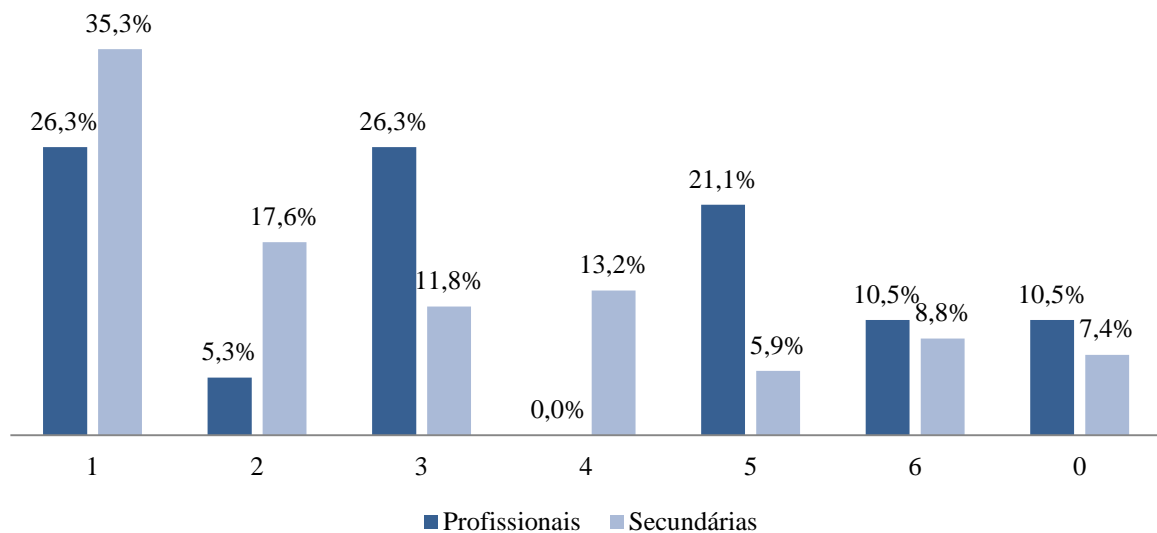
3.5.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados.Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Reencaminhou alunos]



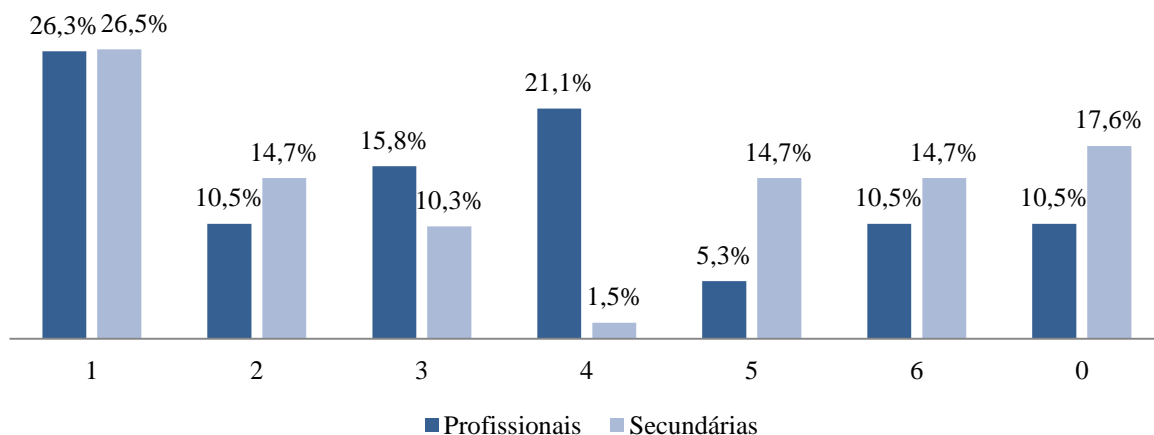
3.5.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Diminuiu o abono escolar]



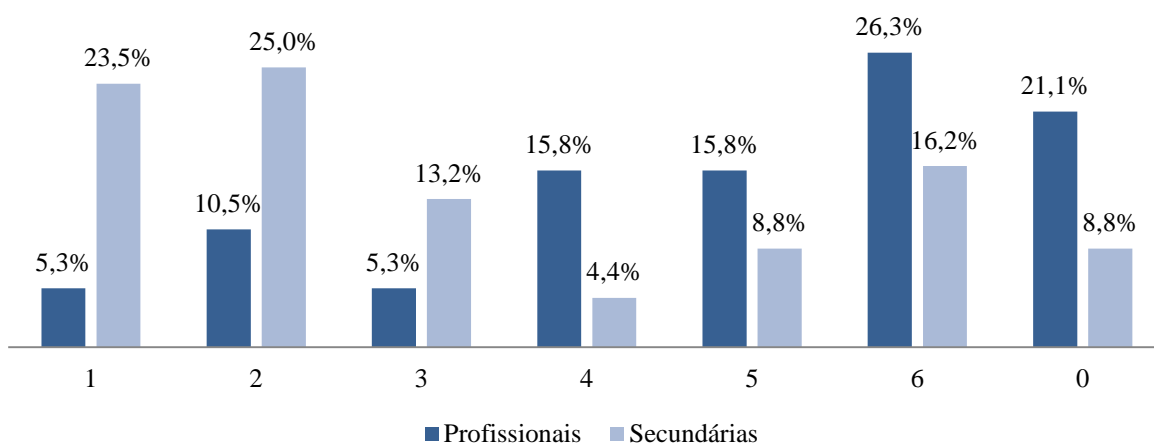
3.5.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Aumentou a taxa de conclusão no ensino secundário]



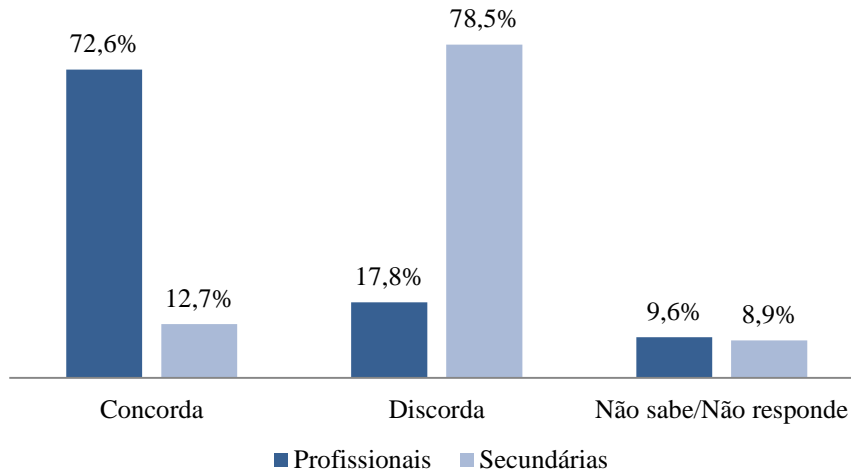
3.5.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados.Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Permitiu o reaproveitamento de docentes]



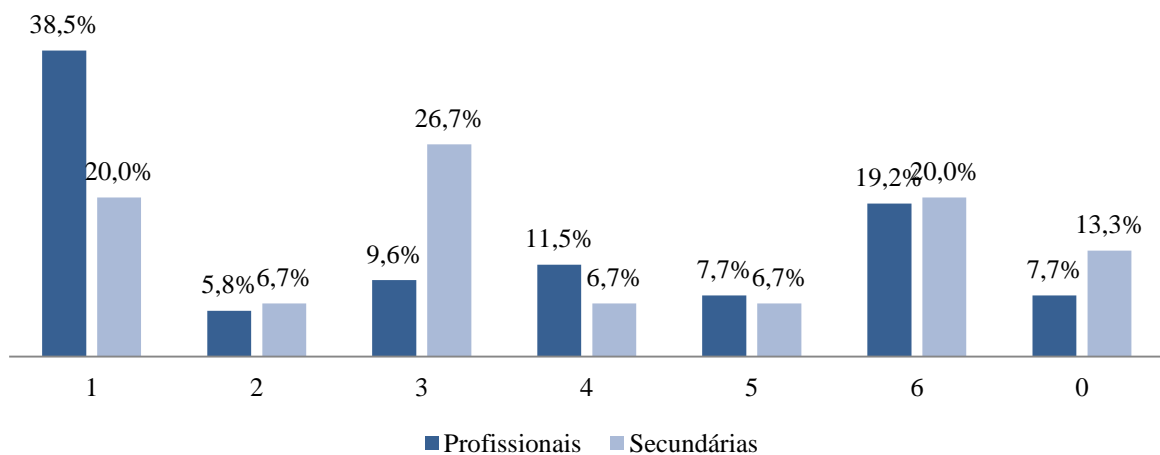
3.5.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados.Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Levou a uma nova forma de encarar a docência]



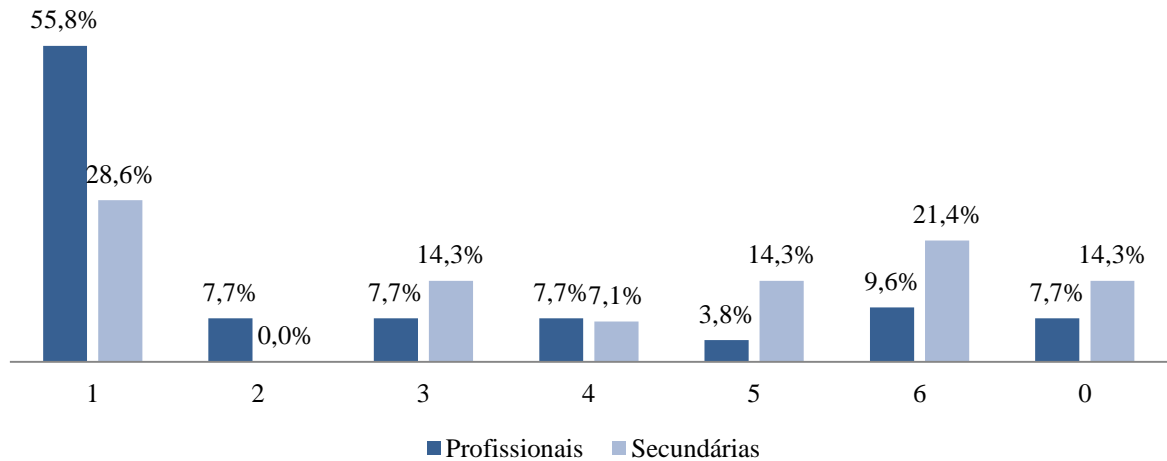
3.6-A introdução dos cursos profissionais nas escolas secundárias teve um efeito negativo para o ensino profissional



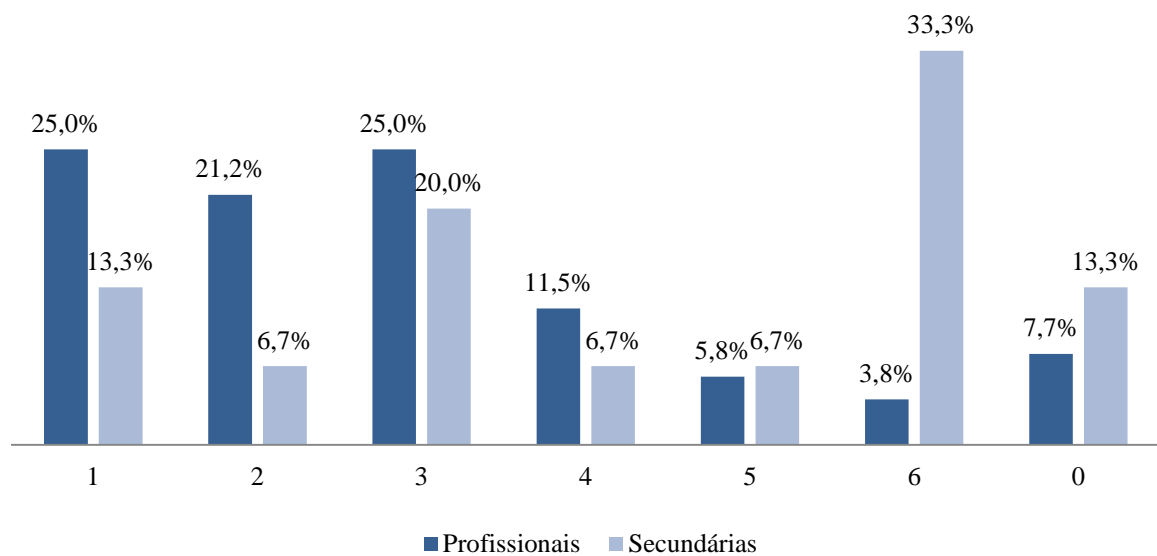
3.6.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Diminuiu a exigência desta modalidade de ensino]



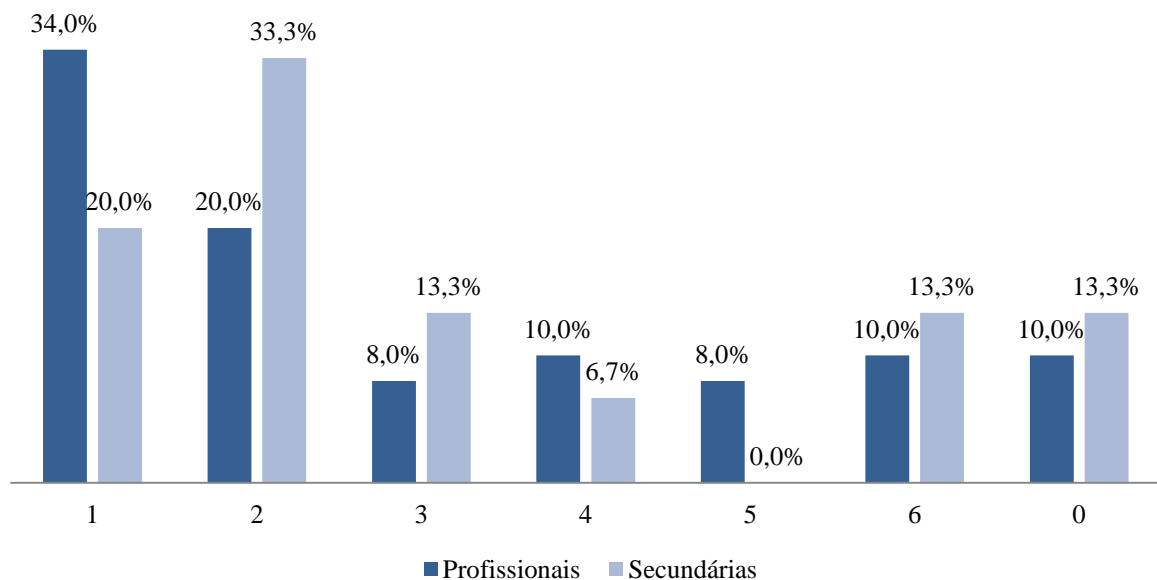
3.6.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [As escolas secundárias não dispõem de meios para assegurar esta modalidade de ensino]



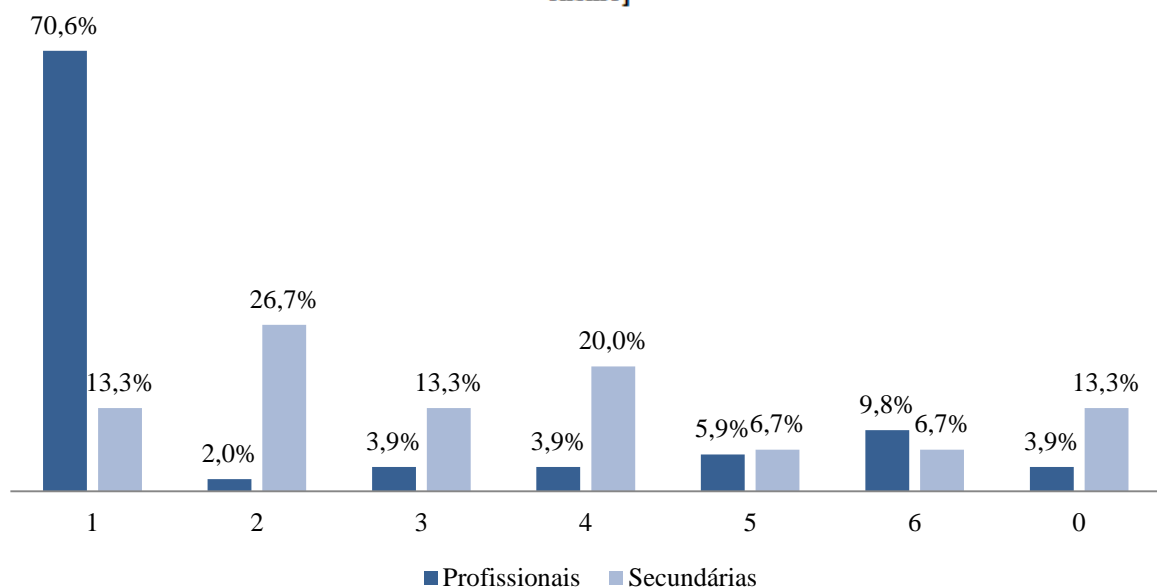
3.6.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [As escolas secundárias têm dificuldade em assegurar a realização dos estágios]



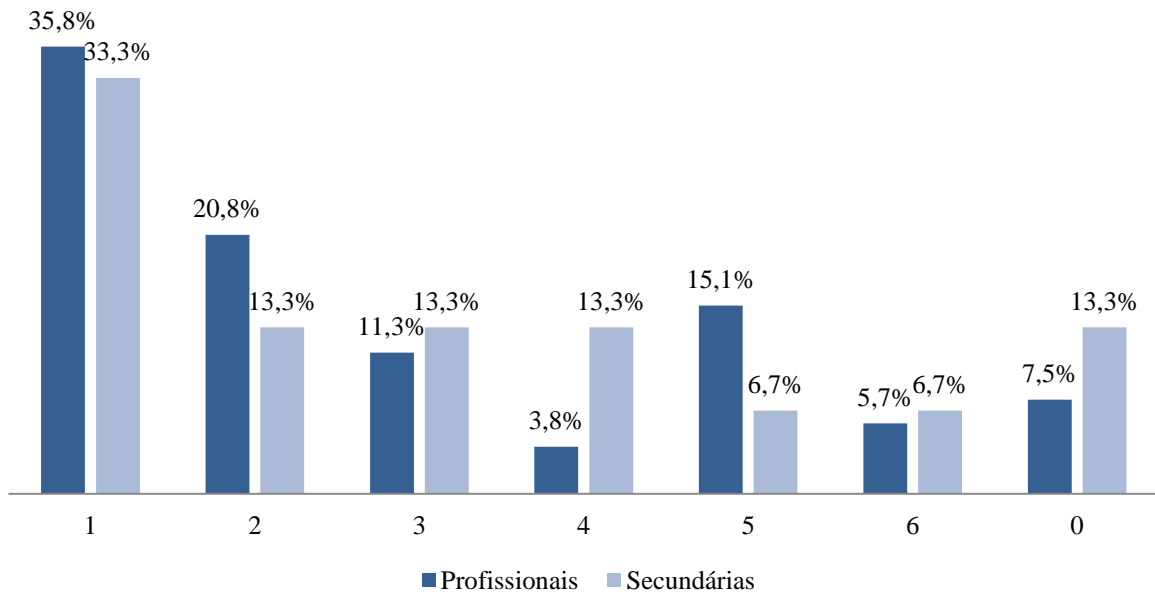
3.6.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados.Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [As escolas secundárias não dispõem de suficiente autonomia]



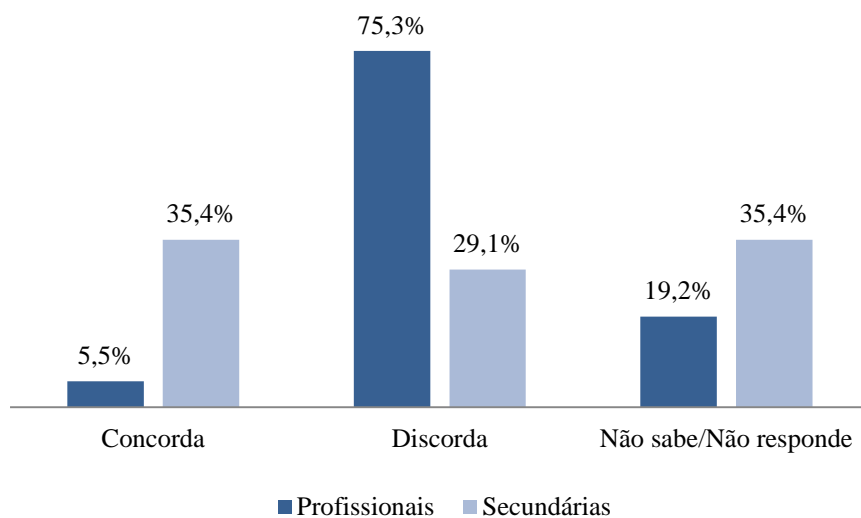
3.6.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados.Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [As escolas secundárias não têm uma organização ajustada a esta modalidade de ensino]



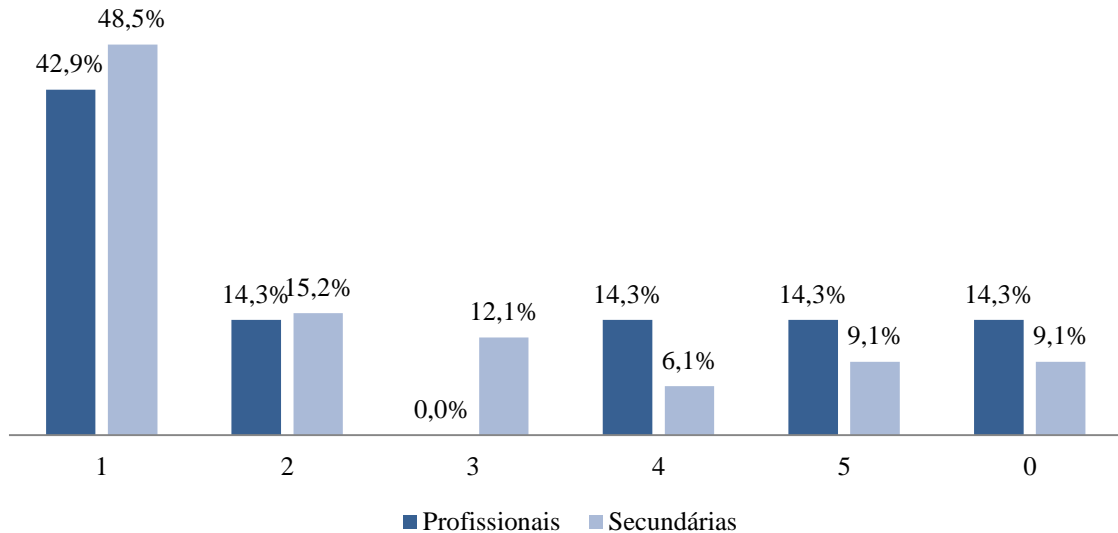
3.6.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinala 0: [Aumentou a oferta de cursos que não conferem empregabilidade]



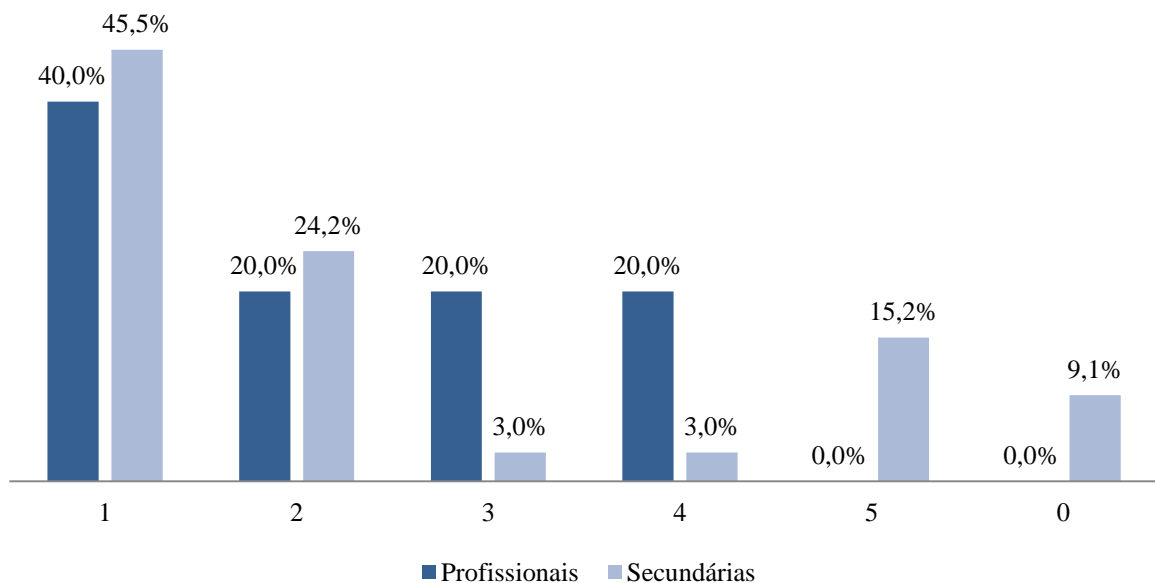
3.7- Os docentes que lecionam cursos profissionais nas escolas secundárias seguem a mesma metodologia que os docentes das escolas profissionais



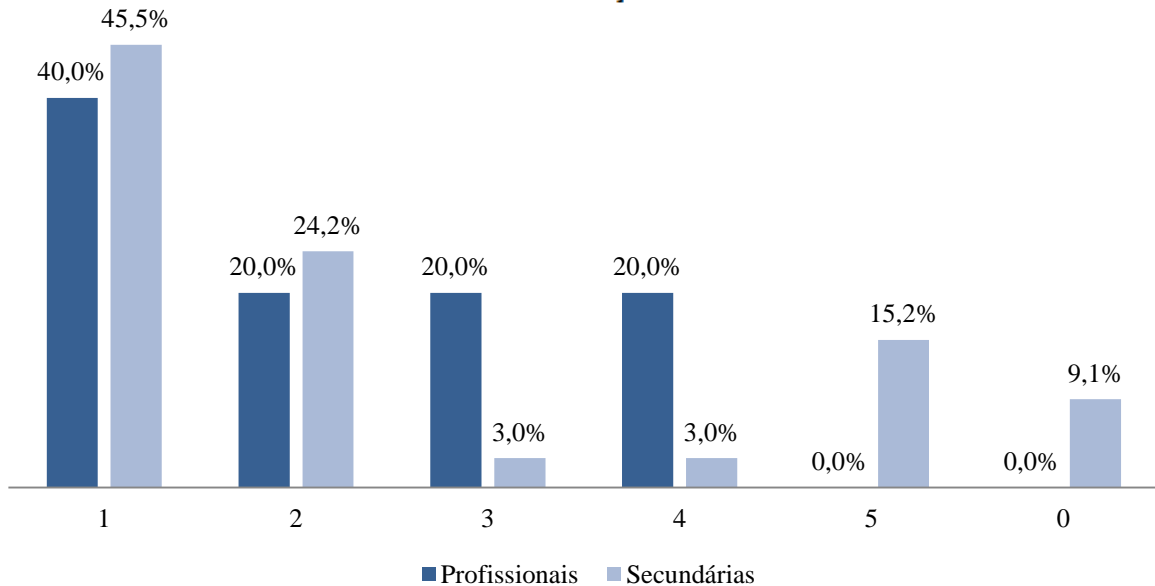
3.7.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados.Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Os docentes das escolas secundárias têm habilitações adequadas à lecionação nos cursos profissionais]



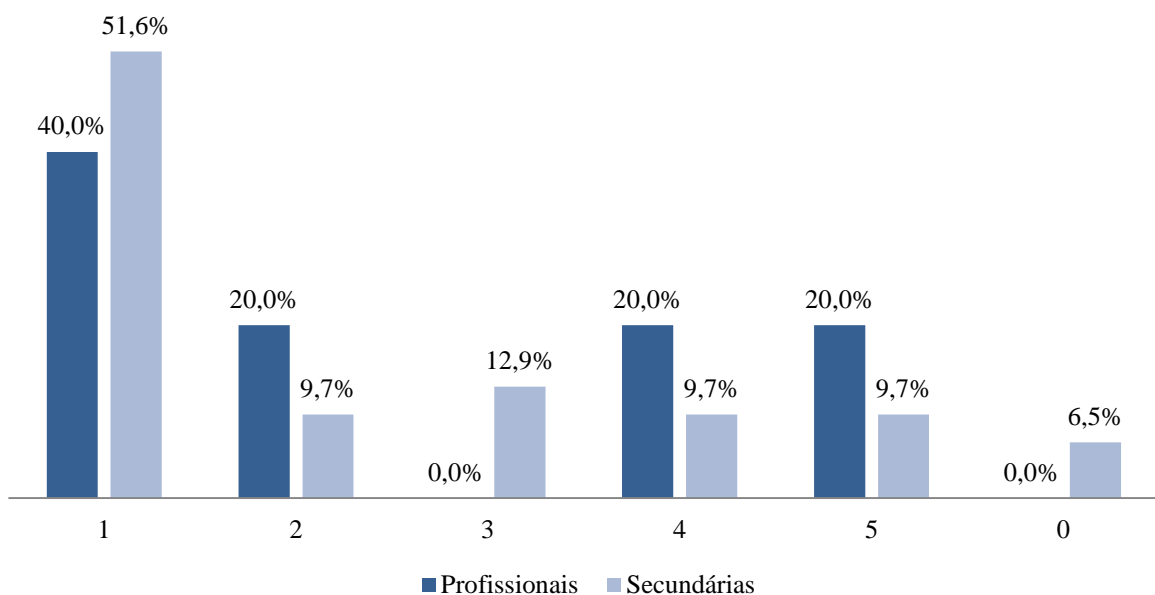
3.7.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados.Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Os docentes das escolas secundárias tiveram formação específica para a lecionação desta modalidade de ensino]



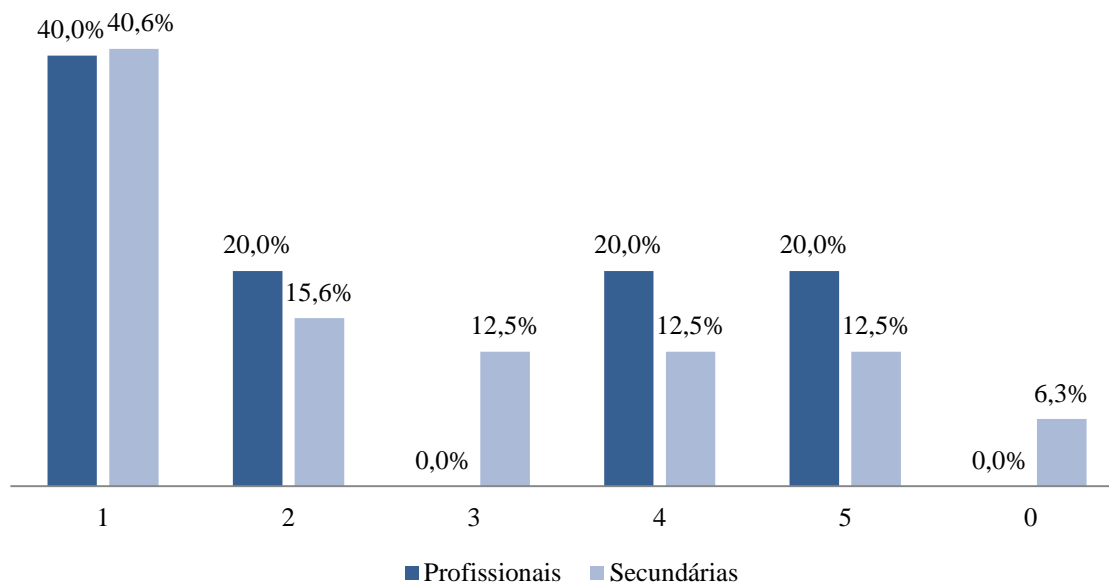
No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [Os docentes das escolas secundárias respeitam a estrutura curricular desta modalidade de ensino]



3.7.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinale 0: [A componente técnica é corretamente assegurada]



3.7.1-No caso de na questão anterior ter escolhido a opção "concorda", considere os motivos abaixo apresentados. Ordene por ordem decrescente de importância, sendo 1 o mais importante. Se, na sua opinião, o motivo não é relevante assinala 0: [A avaliação é centrada no aluno]



Anexo 5 – Guião das Entrevistas e Transcrição das mesmas

Tema: Alargamento dos cursos profissionais às escolas secundárias em Portugal de 2004 a 2012 - Consequências na escolarização dos jovens e no sucesso do ensino profissional.

Tipologia do estabelecimento de ensino:

Cargo do entrevistado:

Data da entrevista:

1. Quais os **efeitos, na sua escola, do alargamento** da oferta do ensino profissional às escolas secundárias (no caso das escolas profissionais, a pergunta pretende averiguar se houve alteração no perfil dos alunos que entram na escola; no caso das escolas secundárias, os efeitos que interessa explorar serão mais a nível do funcionamento da escola)
2. Considera que a **forma como o ensino profissional foi implementado** nas escolas secundárias permitiu que este fosse assegurado de acordo com o que estava previsto? porquê? (tentar identificar causas concretas do sucesso ou insucesso)
3. Considera que **o ensino profissional efetivamente ministrado** nas escolas secundárias é diferente do ministrado nas escolas profissionais?
4. Em sua opinião de que forma é que esta medida **afetou a escolarização** dos jovens portugueses no secundário? e a **empregabilidade**? Como?
5. Da sua experiência, como pensa que **os potenciais empregadores avaliam** os cursos profissionais ministrados nas escolas secundárias?
6. Na sua opinião, qual é, de facto, **o principal objetivo** do alargamento da oferta do ensino profissional às escolas secundárias? (aumentar escolarização Vs empregabilidade)
7. **Concorda** com o alargamento dos cursos profissionais às escolas secundárias? Se sim e se fosse governante, o que alterava nesta medida?
8. Ao longo do tempo tem havido várias tentativas para reforçar o ensino profissional. Na sua opinião, quais **os aspetos em que se devia apostar** para atingir esse objetivo? (melhorar a imagem do EP junto dos potenciais empregadores? dos alunos? maior integração das empresas no EP?)

Entrevista exploratória em 6/6/2013 com Diretor

Escola Profissional de pequena dimensão

1- Alargamento da oferta de ensino profissional-efeitos na escola em concreto

O efeito mais imediato, apesar de eventualmente ser um efeito conjugado com outros, foi a diminuição da procura. A oferta de cursos com a mesma designação e mesma certificação de forma alargada, a perda do subsídio de alojamento, caso exista o mesmo curso a menos de 50km, e o aumento do nº de alunos por turma que terá de situar-se, à semelhança do ensino secundário entre 24 e 30 terão contribuído para este efeito. Acresce ainda que as escolas profissionais se encontram em desvantagem face às escolas públicas pois, como grande parte destas têm ensino até ao 9º ano, canalizam os seus alunos para as suas ofertas enquanto as escolas profissionais têm de ir “roubar” os alunos às outras escolas por não terem continuidade. A nossa escola em concreto de ano para ano tem vindo a sentir dificuldade em constituir as turmas.

2- A forma como o ensino profissional foi implementado nas escolas secundárias terá permitido assegurar este ensino como previsto

No caso concreto da região Norte houve uma distorção muito grande pois a DREN impôs a todas as escolas com secundário que tivessem cursos profissionais, mesmo que essa não fosse a vontade da escola e em algumas delas nem fosse sequer de acordo com a sua vocação. Por exemplo temos escolas claramente vocacionadas para o prosseguimento de estudos, que se encontravam nos rankings das escolas secundárias e que tiveram que oferecer cursos profissionais sem terem efetivamente qualquer interesse ou mesmo condições para tal. Nas outras regiões não sei se tal aconteceu.

3- O ensino profissional ministrado nas escolas secundárias é igual ao das escolas profissionais?

Penso que não por várias razões.

Em primeiro lugar pela cultura organizativa, as escolas profissionais foram criadas para lecionar estes cursos. As escolas profissionais funcionam por módulos e carga horária anual e não por lógicas de horário semanal. Nas escolas secundárias os cursos profissionais têm vindo a ser adequados à lógica dos CCH.

A estrutura modular não é respeitada pelas escolas secundárias e até as escolas profissionais já começam a sentir dificuldade em cumpri-la porque têm orientações para seguir um modelo generalista e adequado ao professor e não ao aluno.

No que respeita á ligação ao tecido empresarial, o que se verifica nas escolas secundárias é que raramente os formadores de áreas técnicas são efetivamente da área, o grupo de docência é que determina o docente que pode ou não lecionar e os estágios não são efetivamente em contexto de trabalho mas são de prática simulada.

Os diretores das escolas secundárias estão um pouco “a leste” do ensino profissional mas são eles que tomam as decisões.

4- Como acha que esta medida afetou a escolarização dos jovens? e a empregabilidade?

Quanto à escolarização penso que esta objetivamente aumenta. O que acontece também é um abaixamento do nível. Se o 12º passa a ser o referencial de escolaridade básica, naturalmente a exigência vai baixar e esse reflexo já se sente à entrada dos alunos pois vêm do 9º ano pior preparados. A outra questão é onde vamos buscar os operários para as nossas fábricas se todos passam a ter o 12º ano, o que diferencia o técnico intermédio? é só o certificado?

Quanto à empregabilidade, este contexto de crise não é fácil de contornar e por isso qualquer medida terá dificuldade em ter sucesso. Na nossa área curiosamente não nos temos ressentido neste aspeto mas a tendência será com certeza para piorar. Neste momento a nossa empregabilidade ainda se situa no 40%, 50% de prosseguimento de estudos e 10% que se perdem.

5- Como acha que os potenciais empregadores avaliam os cursos profissionais ministrados nas escolas secundárias?

Eu penso que os empregadores à partida não têm condições para diferenciar os alunos a não ser que estes tenham passado pela empresa por exemplo em estágio. O que os vai diferenciar é o desempenho que cada um terá, mas que só se verifica à posteriori.

Eu penso que apesar de tudo para o empregador a “marca” escola profissional é uma garantia de maior qualidade. Eu tenho estado em alguns congressos nomeadamente com a presença da AIP e é clara a diferenciação que fazem da supremacia da qualidade da formação ministrada pelas escolas profissionais.

6- Na sua opinião qual foi o principal objetivo deste alargamento?

Essencialmente financeiro. Primeiro pela transferência que o MEC faz de grande parte dos seus encargos para os fundos comunitários e segundo pelo aproveitamento de alguma desocupação de docentes que são reafectados ao ensino profissional. Eu tenho conhecimento de muitos docentes que recebem o seu vencimento através de 2 recibos, um do POPH e outro da escola. Algumas escolas decidem lecionar cursos profissionais no mês de Julho para garantir o pagamento dos professores e não para recuperar módulos em atraso, ...

Creio também que esta medida foi tomada pela confiança cega que os governantes da altura tinham na capacidade das escolas publicas tendo como objetivo melhorar os indicadores comunitários, alcançar as metas de escolarização, abandono, ...Mas se o intuito da qualificação é apenas a atribuição do diploma e não a melhoria do desempenho e a possibilidade de acesso a novas oportunidades, então não tem qualquer interesse.

7- Concorda com este alargamento? Se fosse governante o que alteraria?

Concordo com o princípio de generalizar o ensino profissional. Não concordo com a forma como foi feito. O alargamento deveria ter sido efetuado apenas a algumas escolas, aquelas que tinham meios humanos e materiais para o fazer e, essencialmente, vontade.

O processo poderia ter sido efetuado tendo em conta a rede e a distribuição nacional dos cursos profissionais e de várias maneiras: através da permissão do crescimento nas próprias escolas profissionais (o que não foi feito, pois o crescimento que se verifica é decorrente do aumento de alunos por turma) e através de uma eventual transformação de escolas secundárias em escolas profissionais. Não houve uma transferência de conhecimentos e práticas de escolas profissionais para as escolas secundárias.

8- Têm sido várias as tentativas para reforçar o ensino profissional, na sua opinião o que deveria ser feito?

Penso que o essencial seria assegurar uma intercooperação entre escolas profissionais e escolas secundárias, eu próprio cheguei a propor esta parceria a um governante que o ignorou. Poderia por exemplo ter-se tomado uma decisão que permitisse aproveitar a experiência das escolas profissionais e os recursos disponíveis nas escolas secundárias.

Deveriam também ter sido criados gabinetes de orientação de alunos fora das entidades formadoras que funcionassem não só para ajudar o aluno a encontrar o seu caminho, em termos de escolha do curso, mas também identificando-lhe as escolas que ele pode frequentar e quais as hipóteses de emprego que tem. Mas estes gabinetes não devem encaminhar os alunos para a sua própria entidade daí a necessidade de ser fora da entidade formadora. Estes gabinetes poderiam ser sediados nas CCDR's ou nas autarquias.

Uma outra medida seria implementar uma avaliação das escolas que permitisse uma real articulação da rede baseada numa real classificação dos cursos.

Entrevista exploratória em 11/6/2013 com as 3 Diretoras

Escola Profissional de pequena dimensão

1- Alargamento da oferta de ensino profissional-efeitos na escola em concreto

O efeito nesta escola não foi muito notório porque há pouca oferta de cursos similares aos nossos nas escolas públicas. Do que nos ressentimos mais foi das escolas secundárias tentarem direccionar os alunos das suas escolas para os cursos que a escola oferecia. Por exemplo um aluno que manifestava vontade de ir para um curso de design de moda acabava num curso de Turismo. Este efeito foi sendo diluído com o tempo não só porque a oferta das escolas públicas não se aguentou mais de 2 anos mas também porque os próprios alunos e pais se aperceberam da diferença e preferiram colocar os seus filhos numa EP. Temos aqui alunos vindos do 11º ano de cursos profissionais de escolas secundárias. Outra questão muito importante foi o aumento do nº de alunos por turma, neste momento o limite mínimo para constituir uma turma é maior que o máximo de antigamente, o que piora a qualidade de acompanhamento dos alunos. Tivemos que aumentar a aposta na publicitação da oferta da escola.

2- A forma como o ensino profissional foi implementado nas escolas secundárias terá permitido assegurar este ensino como previsto

Foi imposto a todas as escolas com secundário que tivessem 1 a 2 cursos profissionais, mesmo que essa não fosse a vontade da escola e não tivessem condições materiais para o fazer. Um outro problema foi a pouca articulação que houve com a rede. Algumas escolas foram obrigada a abrir um determinado curso e passados 3 anos foi-lhes retirado por não serem capazes de o assegurar nomeadamente por falta de maquinaria adequada.

Outra situação estranha é que às escolas profissionais não foi permitido qualquer crescimento, o que se verifica é apenas decorrente do aumento do nº de alunos por turma. Mesmo que a escola tenha indicadores de empregabilidade que assegurem o sucesso desta oferta, às escolas profissionais não é permitido aumentar o nº de cursos ou turmas.

3- O ensino profissional ministrado nas escolas secundárias é igual ao das escolas profissionais?

A estrutura modular não é respeitada pelas escolas secundárias, os professores começaram a leccionar esses cursos sem qualquer formação nesta tipologia de ensino.

Os alunos das escolas públicas que são canalizados para os cursos profissionais são os maus alunos o que acaba por funcionar como estigmatização deste tipo de ensino.

As escolas secundárias também não estão suficientemente apetrechadas no que respeita a equipamento específico para os cursos. Raramente os formadores de áreas técnicas são efetivamente da área, o grupo de docência é que determina se o docente pode ou não leccionar determinadas matérias. Por exemplo muitas vezes um professor de EV é que lecciona modelismo ou design de moda e depois as próprias PAP's revelam essa

fragilidade pois apresentam modelos em papel. Não acontece, como nas Ep's, o formador ser simultaneamente docente e profissional numa fábrica, empresa, ...

4- Como acha que esta medida afetou a escolarização dos jovens? e a empregabilidade?

Quanto à escolarização penso que esta não aumenta, ou se acontecer é inicialmente, pois a forma como os alunos são canalizados para os cursos profissionais não os motiva à sua frequência. Também não creio que a retenção e abandono diminuam. É uma mera operação estética para os maus alunos, pois estes continuam a estar inseridos na mesma escola, no mesmo ambiente e até com os mesmos professores, apenas muda o nome do curso e portanto o aluno não sente grande diferença no seu percurso e na forma como é encarado enquanto aluno.

Quanto à empregabilidade, esta não me parece que seja igual pois as escolas profissionais têm a partida ofertas de emprego não só pelo relacionamento que já tem com as empresas mas também pelo próprio estágio que os alunos aí fazem, e isso não acontece nas escolas secundárias.

5- Como acha que os potenciais empregadores avaliam os cursos profissionais ministrados nas escolas secundárias?

Eu penso que para o empregador os alunos saídos das escolas profissionais são uma garantia de maior qualidade. Eu tenho estado em algumas conferências da Universidade Católica em que potenciais empregadores manifestam claramente a preferência por alunos das EP's. Actualmente os cursos profissionais ministrados nas escolas secundárias são o parente pobre dos cursos profissionais.

6- Na sua opinião qual foi o principal objetivo deste alargamento?

Essencialmente financeiro com vista ao aproveitamento de alguma desocupação de docentes que são reafectados ao ensino profissional. Embora o custo aluno seja até inferior nas escolas profissionais, a verdade é que por esta via se consegue ocupar os professores que entretanto vão ficando desocupados ou com horário zero.

Creio também que as escolas profissionais foram cobaias do ME, pois eram entidades capazes de levar esta tipologia de ensino em frente mas que sempre esteve em mente que este fosse depois transitado para as escolas públicas.

7- Concorda com este alargamento? Se fosse governante o que alteraria?

O alargamento deveria ter sido efetuado apenas a algumas escolas, aquelas que tinham meios humanos e materiais para o fazer.

Não teria efectuado alterações ao plano curricular destes cursos pois esta medida teve como único intuito a implementação nas escolas secundárias, só que isto desvirtuou o ensino profissional pois aproximou-os dos CCH e diminui a componente técnica destes.

8- Têm sido várias as tentativas para reforçar o ensino profissional, na sua opinião o que deveria ser feito?

Permitir não só o alargamento às escolas secundárias mas também o crescimento nas escolas profissionais, não aumentar o nº de alunos por turma porque isto não permite assegurar a mesma qualidade de ensino e não teria efetuado qualquer alteração curricular nesta tipologia de ensino.

O alargamento às escolas públicas deveria ter sido efetuado com um crivo de candidatura similar ao das escolas profissionais. A rede deveria ser definida tendo em conta as especificidades das escolas devendo ser ministrados apenas os cursos para os quais as entidades tivessem competência e condições.

A primeira coisa a fazer seria verificar a oferta das escolas profissionais porque à partida têm uma oferta de qualidade superior e deveria abrir-se nas escolas secundárias os cursos profissionais em falta, quer em termos de tipologia quer em termos de localização.

Entrevista exploratória em 20/6/2013 com Diretora

Escola Profissional de grande dimensão, com diversas delegações e implantação em todo o país e com oferta essencialmente em serviços.

1- Alargamento da oferta de ensino profissional-efeitos na EP em concreto

No nosso caso concreto não teve grande impacto pois continuamos com uma procura muito superior à nossa oferta.

Não considero o alargamento incorreto mas penso que a tutela não trata as escolas profissionais e secundárias de igual forma. No caso de não ser possível garantir a oferta de determinado curso optam por encerrar os cursos das escolas profissionais e manter, ou mesmo abrir, nas escolas secundárias, mesmo que nós tenhamos uma procura imensa, taxas de conclusão e empregabilidade inegáveis e as ES não assegurem sequer o nº mínimo para a constituição de turmas. Acresce ainda que as ES têm uma vantagem sobre as EP pois estas canalizam preferencialmente os alunos para os cursos das suas escolas (através dos SPO's) e dificilmente nos deixam sequer publicitar os nossos cursos por nos verem como concorrentes.

Penso que quem perde mais no meio deste processo são os alunos e as famílias que deixam de poder escolher a escola onde querem que o seu aluno estude.

Por outro lado teve a vantagem de nos obrigar a apostar mais nas instalações, equipamentos, publicitação, nos protocolos com empresas, ...

De todas as regiões abrangidas por nós, a única delegação em que estamos a sentir perda de alunos é em Coimbra.

Estranhei também que os CEF's tivessem sido retirados quase na globalidade às escolas profissionais tendo ficado quase exclusivamente na alçada do IEFP, quando a seguir o próprio IEFP nos vem pedir para sermos nós a lecionar estes cursos mas com candidatura deles. Estes alunos muitas vezes eram “reabilitados” por nós e conseguíamos inclusivamente que integrassem nos CP conseguindo um percurso escolar muito mais regular do que seria expectável.

Outra situação inqualificável é que sejamos confrontados, no presente ano, com situações de não nos ser permitido abrir cursos que nos incentivaram a abrir há 2/3 anos atrás, para os quais fizemos avultados investimentos, e que agora na discussão de rede (dias antes de terminar o ano) nos impedem de abrir e nos indicam outros cursos que não nos parecem nada relevantes para a nossa área geográfica e os quais nós não percebemos em que estudos se baseiam. Parece tudo um pouco aleatório.

2- A forma como o ensino profissional foi implementado nas escolas secundárias terá permitido assegurar este ensino como previsto

A minha sensação é que a maior parte das escolas não recebeu o ensino profissional de braços abertos e que a mesma foi imposta, foi uma obrigação. Para as ES os alunos que são canalizados para os cursos profissionais são os problemáticos, os que têm insucesso, e isso leva a que o ensino profissional seja encarado como de segunda.

Não me pareceu que tivesse havido um estudo sério de rede pois verificamos uma total incoerência nos estabelecimentos e regiões em que os cursos abriram.

Estranhei que as escolas profissionais não tivessem sido chamadas a colaborar com o Ministério na efetivação deste alargamento, o que teria tido vantagens para as escolas secundárias, para o ensino profissional na globalidade e teria permitido uma maior integração das duas tipologias de escolas. A minha pergunta é para que serviram os mais de 20 anos de experiência que nós tínhamos se este ensino foi “transplantado” nas ES sem nenhuma colaboração nossa?

3- O ensino profissional ministrado nas escolas secundárias é igual ao das escolas profissionais?

A minha convicção é de que não é igual. As escolas profissionais têm 20 anos de trabalho dedicado exclusivamente a este tipo de ensino, foram criando uma imagem de sucesso junto dos pais e dos alunos e prova disso é que, cada vez mais, nós tínhamos alunos a entrar no ensino profissional com 15 anos e como primeira opção e muitos deles filhos de ex. alunos. As nossas taxas de conclusão, empregabilidade e prosseguimento de estudos são a prova disso. Será que existem estes mesmos dados no que respeita aos alunos que saem das escolas secundárias? Alguém fez este estudo?

Acho que nas escolas profissionais cada aluno é acompanhado individualmente e existe uma preocupação de os professores das áreas técnicas serem pessoas com ligação efetiva à área que estão a lecionar, o que não acontece nas ES que têm de se cingir essencialmente ao seu quadro de pessoal docente. Esta situação com certeza que resulta em formações diferentes numa ES e numa EP.

4- Como acha que esta medida afectou a escolarização dos jovens? e a empregabilidade?

No que respeita à escolarização estou convicta que a mesma aumentou ao nível do ensino secundário mas o efeito decorre essencialmente de uma procura de ensino profissional que se tornava evidente, que não era permitida, e que continua a não ser permitida, às escolas profissionais. É minha convicção que se este crescimento tivesse sido permitido de forma igual às escolas profissionais, o acréscimo de escolarização teria sido muito superior, pois nós teríamos tido uma capacidade de assegurar este ensino que as ES não tiveram e não têm. A prova é que as nossas turmas acabam com pouco menos alunos face ao que iniciaram, enquanto nas ES, temos conhecimento de turmas que acabam com 5 e 6 alunos.

No que respeita à empregabilidade tenho sérias dúvidas que o efeito nas ES seja possível de ser determinado. Nós temos acompanhamento dos alunos desde que entram na nossa escola até, muito após, a saída deles, por forma a sabermos se os nosso ex. alunos estão ou não empregados e em que áreas. Não creio que as ES tenham estes estudos. Portanto os eventuais números que possam aparecer relativamente aos alunos do ES penso que se basearão em estimativas e não em dados reais.

5- Como acha que os potenciais empregadores avaliam os cursos profissionais ministrados nas escolas secundárias?

Creio que para os empregadores, os alunos saídos das escolas profissionais têm a marca associada da escola de origem, à semelhança do que acontece nos colégios, faculdades públicas e privadas, ...Creio que as ES não conseguiram ainda demonstrar se são ou não boas neste tipo de ensino.

6- Na sua opinião qual foi o principal objetivo deste alargamento?

A minha convicção é que a diminuição de alunos obrigou a tutela a repensar a estratégia e esta medida pretende reocupar os professores que ficavam disponíveis.

7- Concorda com este alargamento? Se fosse governante o que alteraria?

Concordo com o princípio de generalizar o ensino profissional, não concordo com a forma como foi feito. As escolas profissionais têm 20 anos de experiência e fazia sentido que tivessem participado de forma ativa neste processo.

8- Têm sido várias as tentativas para reforçar o ensino profissional, na sua opinião o que deveria ser feito?

Em primeiro lugar teria feito uma campanha de imagem a nível nacional que deixasse claro que o ensino profissional é uma opção e não uma segunda escolha para alunos de insucesso ou com problemas disciplinares. As EP's andaram mais de 20 anos a trabalhar neste sentido e quando finalmente o Ensino Profissional é entendido de forma correta, esta generalização vem deitar por terra todo esse trabalho.

Em segundo lugar teria feito este alargamento de forma articulada entre ensino público e privado, teria chamado as escolas profissionais que eram quem ministrava esta formação em nome do ME, para que dessem a sua opinião sobre a forma de fazer este alargamento e para que participassem de forma ativa no mesmo. Neste processo as escolas teriam de ser tratadas de forma igual ou seja não se compreende a supremacia das ES quando não tinham qualquer experiência na área.

Em terceiro lugar não teria feito este alargamento de forma tão rápida, pois nós escolas profissionais também começamos lentamente, primeiro 14, depois fomos aumentando gradualmente em função das provas dadas. A minha pergunta é: será que a prova dada pelas ES na experiência piloto foi assim tão boa que permitisse aumentar exponencialmente o ensino nestes estabelecimentos?

Em quarto lugar teria atendido às especificidades, instalações, corpo docente e equipamentos disponíveis nas ES por forma a apostar em determinada tipologia de cursos mantendo os outros nas EP's.

Por último criaria uma estrutura autónoma das escolas que orientasse os alunos em função do seu perfil para as escolas que tivessem a oferta mais adequada. Esta estrutura não poderia ter nenhum interesse pessoal no encaminhamento do aluno para a escola A ou B.

Tipologia do estabelecimento de ensino: Escola Secundária de Média dimensão

Cargo do entrevistado: Diretor

Data da entrevista: 2013-07-04

1 - Alargamento da oferta de ensino profissional-efeitos na escola em concreto

O funcionamento da escola alterou-se significativamente com a implementação dos Cursos Profissionais: foi necessário definir estratégias específicas nos conselhos de turma relativamente às regras de assiduidade e pontualidade, aos métodos/estratégias de leccionação, uma vez que o sistema modular exige uma abordagem diferente com os alunos em diversas áreas: postura nas aulas, estratégias proactivas de aprendizagem,

instrumentos de avaliação diversificados, criação de épocas especiais de exame para recuperação de módulos...Foi necessário também adaptar os tempos de permanência na escola de docentes e discentes, por vezes com aulas nas interrupções do Natal, Carnaval e Páscoa e estendendo-se o ano lectivo até meados de julho com actividades letivas, preparação para as PAP's e sua realização, etc.

2 - A forma como o ensino profissional foi implementado nas escolas secundárias terá permitido assegurar este ensino como previsto

Não. O modelo foi importado das escolas profissionais e deveria ter havido um maior cuidado em proceder à sua adaptação a escolas que não leccionam apenas cursos profissionais, mas também têm ensino regular, CEF's, EFA's...ou seja, seria necessário prever que sistemas diferentes de ensino no mesmo espaço físico, funcionando com regras diferentes (pedagógicas, administrativas), sem formação prévia no sistema modular para docentes que nunca tinham tido esta experiência, sem formação para os técnicos administrativos que desconheciam totalmente as regras deste sistema de qualificação, só com muito boa vontade poderia correr, vamos dizer, satisfatoriamente!!

3 - O ensino profissional ministrado nas escolas secundárias é igual ao das escolas profissionais?

Sem dúvida. E não por não haver capacidade da escola pública para o ministrar, mas pelas razões acima enumeradas. As escolas profissionais beneficiaram de uma experiência de 20 anos que as especializou nesta área não sendo possível esperar que em 10 anos e nas condições deficientes em que funcionaram, pudesse ser equiparável. Muito bem se faz, apesar de todas as adversidades!

4 - Como acha que esta medida afetou a escolarização dos jovens? e a empregabilidade?

Foi um fator benéfico para a escolarização dos jovens, pois permitiu que muitos jovens que estavam “perdidos” no ensino regular por este não lhes dizer nada (uma vez que não somos todos iguais) tivessem uma alternativa, pudessem encontrar um caminho e terminar o ensino secundário, além de terem descoberto, muitas vezes, uma profissão de que gostaram.

5 - Como acha que os potenciais empregadores avaliam os cursos profissionais ministrados nas escolas secundárias?

No nosso caso, avaliam de forma muito positiva. A experiência que temos é de uma grande aceitação dos nossos alunos no mundo do trabalho, aquando da realização da sua formação em contexto real de trabalho), alguns têm ficado mesmo nesses locais de trabalho, quando há essa oportunidade. Além disso, os alunos têm sobressaído nas suas áreas técnicas ganhando diversos prémios.

6 - Na sua opinião qual foi o principal objetivo deste alargamento?

O principal objetivo, na minha opinião é aumentar a escolarização.

7 - Concorda com este alargamento? Se fosse governante o que alteraria?

Sim, concordo. Foi uma mais-valia para as escolas, enriquecendo-as com novas formas de trabalhar, com a participação muito ativa dos alunos destes cursos na escola, fazendo intervenções nas suas áreas específicas e beneficiando toda a comunidade escolar com a sua permanência. Alterava: proporcionava formação adequada aos docentes que os ministram, equipava as escolas para potenciar o trabalho a desenvolver, estabelecia uma rede efectiva de parcerias com o tecido empresarial dando-lhes benefícios para que eles tivessem interesse em receber e treinar os alunos.

8 - Têm sido várias as tentativas para reforçar o ensino profissional, na sua opinião o que deveria ser feito?

Todos os fatores referenciados são importantes para reforçar o ensino profissional.

Entrevista exploratória em 4/7/2013 com Diretor

Agrupamento de escolas de média dimensão

1 - Alargamento da oferta de ensino profissional-efeitos na escola em concreto

A escola entrou em funcionamento em 2001/2002, com o funcionamento apenas do ensino regular, foi em 2002/2003 que começaram a funcionar pela primeira vez cursos de índole mais profissionalizante com os cursos tecnológicos de Informática e de Desporto.

A introdução na nossa escola dos Cursos Profissionais aconteceu em 2007/2008 com o Curso de Técnico de Apoio à Infância e de Multimédia, com o alargamento destas ofertas nas escolas secundárias públicas, por exigência das DRE e com o objectivo de se atingir 50% destes cursos no ES em 2010/2011.

Os efeitos gerados com esta oferta tiveram implicações a dois níveis, primeiro junto dos professores, foi necessário criar equipas docentes motivadas para este tipo de ensino e para o sistema modular, o que não foi fácil no primeiro ano de funcionamento, num segundo nível apetrechar a escola com os equipamentos adequados para os cursos em funcionamento, recorrendo na altura aos financiamentos do PRÓDEP.

A nível dos alunos verificou-se uma grande procura, designadamente no CT de Apoio à Infância, provenientes de outros concelhos limítrofes a que não foi alheio o facto da existência do Metro aqui na freguesia.

2 - A forma como o ensino profissional foi implementado nas escolas secundárias terá permitido assegurar este ensino como previsto

A implementação desta oferta profissional numa escola secundária recente, sem experiência nesta área, valeu-se em grande parte de um corpo docente vindo de outras escolas com maior experiência e que foi capazes de transmitir um espírito e um trabalho colaborativo entre pares para o sucesso destes cursos.

3 - O ensino profissional ministrado nas escolas secundárias é igual ao das escolas profissionais?

É indiscutível que numa fase inicial se sentiram algumas dificuldades na implementação e aceitação destes cursos na nossa escola, porque a experiência e as condições das Escolas Profissionais era já de muitos anos e as condições que ofereciam aos seus alunos eram superiores, nas instalações específicas para as áreas técnicas, as condições materiais para os alunos, entre outras. Por isso as diferenças eram acentuadas.

4 - Como acha que esta medida afetou a escolarização dos jovens? e a empregabilidade?

A área de formação contemplada na nossa oferta formativa de Cursos Profissionais surge, por um lado na sequência das reais necessidades do mercado de trabalho da Região de Matosinhos e Grande Porto e, por outro lado, do diagnóstico vocacional feito junto dos Directores de Turma, dos alunos e dos Encarregados de Educação.

A taxa de insucesso escolar para o terceiro ciclo é também um factor chave que justifica o aumento de ofertas educativas voltadas para vertentes mais práticas, vocacionadas para o mercado de trabalho.

Os cursos profissionais em oferta na nossa escola proporcionam aos alunos no caso do curso de informática, uma formação específica na área da montagem, manutenção, diagnóstico, reparação de avarias em equipamentos informáticos, instalação e configuração de sistemas operativos, bem como gestão de redes informáticas. Sendo uma área de forte cariz tecnológico as saídas profissionais são múltiplas e associadas principalmente a empresas fornecedoras de soluções informáticas de hardware e sua manutenção, venda de equipamentos informáticos, instituições detentoras de sistemas informáticos entre outras com necessidades de operadores de informática.

Este curso sempre funcionou na Escola Secundária da Senhora da Hora, desde a existência dos cursos profissionais, possibilitando aos alunos uma formação em contexto de trabalho no último ano do curso. Temos sempre colocado facilmente os nossos estagiários em empresas de referência dentro da Região de Matosinhos e Porto, nomeadamente as empresas Precimatec, PCCOOL, CPCDI, Efacec, Hormática, Centro Cultural e de Solidariedade Social de Guifões, Universidade Portucalense, Mbit, Sache, CEFPI, NP4Game, ISEP, Eurojogos, Rui Paulo F. S. Lopes, ADIRA e JP Sá Couto. Os alunos deste curso têm sido uma mais valia para o Agrupamento de Escolas da Senhora

da Hora, colaborando na manutenção dos equipamentos informáticos (incluindo as escolas de 1.º e 2.º ciclos) permitindo, assim reduzir custos na contratação de técnicos informáticos.

No curso de Apoio à Infância a situação é igual, com acentuada percentagem de associações, Jardins de Infância e lares que acolhem com grande sucesso as nossas alunas.

Temos verificado com satisfação que uma percentagem significativa dos alunos que frequentaram os estágios, são contratados pelas respetivas empresas ou pelas associações onde fazem os estágios.

5 - Como acha que os potenciais empregadores avaliam os cursos profissionais ministrados nas escolas secundárias?

Provavelmente com alguma preferência pelos alunos das escolas profissionais, mas penso que o estágio é o que mais determina a empregabilidade dos alunos

6 - Na sua opinião qual foi o principal objetivo deste alargamento?

Penso que o principal objetivo terá sido aumentar a escolarização dos jovens portugueses e estancar o abandono e insucesso escolar. Claro que o aproveitamento do corpo docente assim como das instalações também terá estado na base desta medida.

7 - Concorda com este alargamento? Se fosse governante o que alteraria?

Sim , concordo com esta generalização, uma vez que o ensino profissional tem demonstrado ser uma opção aos CCH com indicadores claros de sucesso quer ao nível de escolarização quer ao nível de empregabilidade.

Penso que esta generalização deveria ter sido efetuada com mais calma e com a colaboração de todos os intervenientes.

8 - Têm sido várias as tentativas para reforçar o ensino profissional, na sua opinião o que deveria ser feito?

Articular melhor a oferta e atender à especificidade de cada escola.

Entrevista exploratória em 5/6/2013 com Director

Escola Profissional de pequena dimensão

1- Alargamento da oferta de ensino profissional-efeitos na escola em concreto

Quando o processo começou, a ideia com que fiquei é que este alargamento estava a ser efectuado de “costas voltadas” para as escolas profissionais. No entanto, apesar de termos sentido uma pequena diminuição da procura, como tínhamos sempre muito mais alunos que vagas, o que verdadeiramente diminuiu foi o nº de alunos que ficou de fora. Sentimos ainda que o tipo de alunos tem vindo a tornar-se diferente, há cada vez mais alunos que entram aqui diretamente do 9º ano e com um perfil já trabalhado e vocacionado para o curso em que estão a ingressar. Outra situação curiosa é recebermos alunos vindos de escolas secundárias, que tendo já frequentado a mesma tipologia de curso optam por fazê-lo aqui e não na secundária onde iniciaram.

2- A forma como o ensino profissional foi implementado nas escolas secundárias terá permitido assegurar este ensino como previsto

O ensino profissional foi implementado nas escolas secundárias um pouco à custa das escolas profissionais. Tivemos que alterar os planos curriculares tornando a sua carga científica e cultural (generalista) maior em detrimento da específica, ou seja, os currículos tornaram-se mais híbridos, abrangentes e uniformes para que a implementação destes nas escolas secundárias se tornasse exequível. Isto levou a uma perda de identidade dos cursos (por exemplo os cursos de teatro, cenografia, dança, artes circenses, ...ficaram todos com o mesmo plano curricular) e vocacionou-os mais para o prosseguimento de estudos. A forma que encontramos para contornar esta situação foi com trabalho acrescido da nossa parte, gerindo da melhor forma possível os módulos que cada escola pode escolher dentro de um leque determinado. Continuamos a assegurar que os nossos cursos tenham a ligação necessária ao mercado de trabalho pois esta nunca pode deixar de ser a nossa prioridade. A tudo isto acresce que a minha sensação é de que grande parte das escolas secundárias foi obrigada a ministrar os cursos profissionais não resultando isto de uma opção sua.

3- O ensino profissional ministrado nas escolas secundárias é igual ao das escolas profissionais?

A minha convicção é de que não é igual. As escolas profissionais têm 20 anos de trabalho dedicado exclusivamente a este tipo de ensino, foram criando as condições materiais e humanas para o assegurar, têm fortes ligações com o tecido empresarial, têm formadores específicos da área, têm uma forma de acompanhar os alunos à medida de cada um...que a escola secundária com certeza não terá. Acredito ainda que as escolas secundárias usam os cursos profissionais para direccionar alunos com percursos de insucesso o que resulta efetivamente em cursos de segunda opção.

4- Como acha que esta medida afectou a escolarização dos jovens? e a empregabilidade?

No que respeita à escolarização estou convicto que a mesma aumentou efetivamente ao nível do ensino secundário. No que respeita à empregabilidade tenho sérias dúvidas que o efeito seja igualmente positivo. Em primeiro lugar não creio que os alunos que saem das escolas secundárias tenham a mesma capacidade de se integrar no mercado de trabalho que os alunos das escolas profissionais. Inclusivamente já se ouve falar na questão de, no futuro, estar prevista uma parceria com o Instituto de Emprego para assegurar a empregabilidade dos alunos, pois este aumento da escolarização é uma moeda de duas faces.

5- Como acha que os potenciais empregadores avaliam os cursos profissionais ministrados nas escolas secundárias?

Não tenho grande capacidade de responder a essa pergunta pois não sei como reage o mercado de trabalho aos alunos saídos das escolas secundárias. Sei que os nossos alunos têm à partida condições favoráveis não só porque muitos dos nossos formadores e colaboradores são potenciais empregadores mas também porque muitos deles foram formados por nós ou já tiveram connosco qualquer tipo de relacionamento que lhes permite conhecer a capacidade dos nossos alunos. Não creio que as escolas secundárias tenham essa dinâmica pois nós, escolas profissionais, começamos por ser obrigados a fazê-lo. Penso que nos primeiros anos de saída de diplomados, após alargamento, os empregadores não distinguem os alunos oriundos de escolas secundárias ou de escolas profissionais mas o tempo ditará o futuro. O meu receio é de que o desempenho profissional dos diplomados de escolas secundárias (se não for muito positivo) possa vir a prejudicar a empregabilidade dos alunos saídos dos cursos profissionais.

6- Na sua opinião qual foi o principal objetivo deste alargamento?

O principal objetivo foi financeiro. Os recursos humanos disponíveis nas escolas secundárias e o melhoramento de instalações e equipamentos conseguido com a intervenção da Parque Escolar permitia implementar esta formação nas escolas públicas, diminuindo assim a formação ministrada nas escolas privadas. Assim, além da imediata reafectação de recursos resolveriam ainda um problema futuro, que se colocará quando acabarem os fundos comunitários, e que consistirá em saber como financiar estas escolas privadas. O outro objetivo era claramente o aumento da escolarização pois generaliza este tipo de ensino a aproxima-o dos potenciais alunos.

7- Concorda com este alargamento? Se fosse governante o que alteraria?

Concordo com o princípio de generalizar o ensino profissional e de o tornar acessível em termos públicos. Não concordo com a forma precipitada como foi feito. As escolas profissionais têm 20 anos de experiência e fazia sentido que tivessem participado de forma

ativa neste processo. Não só em termos curriculares mas também em termos de localização dos cursos, de regime de faltas de professores, ...

8- Têm sido várias as tentativas para reforçar o ensino profissional, na sua opinião o que deveria ser feito?

Em primeiro lugar não concordo com esta ideia do atual ministro de querer generalizar o ensino profissional a outros graus de ensino porque o desvirtua. Penso que o essencial seria assegurar uma parceria entre escolas profissionais e escolas secundárias e um inevitável reforço das escolas com o tecido empresarial. Poderia por exemplo ter-se tomado uma decisão de integrar as escolas profissionais (aproveitando toda a experiência destas) nas escolas secundárias (aproveitando os recursos humanos da área científica, as instalações e equipamento) conseguindo garantir a generalização do acesso ao ensino profissional, a continuidade do ensino profissional com qualidade e o reaproveitamento dos recursos disponíveis.

Entrevista exploratória em 4/7/2013 com Diretor

Agrupamento de escolas de média dimensão

1 - Alargamento da oferta de ensino profissional-efeitos na escola em concreto

A escola entrou em funcionamento em 2001/2002, com o funcionamento apenas do ensino regular, foi em 2002/2003 que começaram a funcionar pela primeira vez cursos de índole mais profissionalizante com os cursos tecnológicos de Informática e de Desporto.

A introdução na nossa escola dos Cursos Profissionais aconteceu em 2007/2008 com o Curso de Técnico de Apoio à Infância e de Multimédia, com o alargamento destas ofertas nas escolas secundárias públicas, por exigência das DRE e com o objectivo de se atingir 50% destes cursos no ES em 2010/2011.

Os efeitos gerados com esta oferta tiveram implicações a dois níveis, primeiro junto dos professores, foi necessário criar equipas docentes motivadas para este tipo de ensino e para o sistema modular, o que não foi fácil no primeiro ano de funcionamento, num segundo nível apetrechar a escola com os equipamentos adequados para os cursos em funcionamento, recorrendo na altura aos financiamentos do PRÓDEP.

A nível dos alunos verificou-se uma grande procura, designadamente no CT de Apoio à Infância, provenientes de outros concelhos limítrofes a que não foi alheio o facto da existência do Metro aqui na freguesia.

2 - A forma como o ensino profissional foi implementado nas escolas secundárias terá permitido assegurar este ensino como previsto

A implementação desta oferta profissional numa escola secundária recente, sem experiência nesta área, valeu-se em grande parte de um corpo docente vindo de outras escolas com maior experiência e que foi capazes de transmitir um espírito e um trabalho colaborativo entre pares para o sucesso destes cursos.

3 - O ensino profissional ministrado nas escolas secundárias é igual ao das escolas profissionais?

É indiscutível que numa fase inicial se sentiram algumas dificuldades na implementação e aceitação destes cursos na nossa escola, porque a experiência e as condições das Escolas Profissionais era já de muitos anos e as condições que ofereciam aos seus alunos eram superiores, nas instalações específicas para as áreas técnicas, as condições materiais para os alunos, entre outras. Por isso as diferenças eram acentuadas,

4 - Como acha que esta medida afetou a escolarização dos jovens? e a empregabilidade?

A área de formação contemplada na nossa oferta formativa de Cursos Profissionais surge, por um lado na sequência das reais necessidades do mercado de trabalho da Região de Matosinhos e Grande Porto e, por outro lado, do diagnóstico vocacional feito junto dos Directores de Turma, dos alunos e dos Encarregados de Educação.

A taxa de insucesso escolar para o terceiro ciclo é também um factor chave que justifica o aumento de ofertas educativas voltadas para vertentes mais práticas, vocacionadas para o mercado de trabalho.

Os cursos profissionais em oferta na nossa escola proporcionam aos alunos no caso do curso de informática, uma formação específica na área da montagem, manutenção, diagnóstico, reparação de avarias em equipamentos informáticos, instalação e configuração de sistemas operativos, bem como gestão de redes informáticas. Sendo uma área de forte cariz tecnológico as saídas profissionais são múltiplas e associadas principalmente a empresas fornecedoras de soluções informáticas de hardware e sua manutenção, venda de equipamentos informáticos, instituições detentoras de sistemas informáticos entre outras com necessidades de operadores de informática.

Este curso sempre funcionou na Escola Secundária da Senhora da Hora, desde a existência dos cursos profissionais, possibilitando aos alunos uma formação em contexto de trabalho no último ano do curso. Temos sempre colocado facilmente os nossos estagiários em empresas de referência dentro da Região de Matosinhos e Porto, nomeadamente as empresas Precimatec, PCCOOL, CPCDI, Efacec, Hormática, Centro Cultural e de Solidariedade Social de Guifões, Universidade Portucalense, Mbit, Sache, CEFPI, NP4Game, ISEP, Eurojogos, Rui Paulo F. S. Lopes, ADIRA e JP Sá Couto. Os alunos deste curso têm sido uma mais valia para o Agrupamento de Escolas da Senhora

da Hora, colaborando na manutenção dos equipamentos informáticos (incluindo as escolas de 1.º e 2.º ciclos) permitindo, assim reduzir custos na contratação de técnicos informáticos.

No curso de Apoio à Infância a situação é igual, com acentuada percentagem de associações, Jardins de Infância e lares que acolhem com grande sucesso as nossas alunas.

Temos verificado com satisfação que uma percentagem significativa dos alunos que frequentaram os estágios, são contratados pelas respetivas empresas ou pelas associações onde fazem os estágios.

5 - Como acha que os potenciais empregadores avaliam os cursos profissionais ministrados nas escolas secundárias?

Provavelmente com alguma preferência pelos alunos das escolas profissionais, mas penso que o estágio é o que mais determina a empregabilidade dos alunos

6 - Na sua opinião qual foi o principal objetivo deste alargamento?

Penso que o principal objetivo terá sido aumentar a escolarização dos jovens portugueses e estancar o abandono e insucesso escolar. Claro que o aproveitamento do corpo docente assim como das instalações também terá estado na base desta medida.

7 - Concorda com este alargamento? Se fosse governante o que alteraria?

Sim, concordo com esta generalização, uma vez que o ensino profissional tem demonstrado ser uma opção aos CCH com indicadores claros de sucesso quer ao nível de escolarização quer ao nível de empregabilidade.

Penso que esta generalização deveria ter sido efetuada com mais calma e com a colaboração de todos os intervenientes.

8 - Têm sido várias as tentativas para reforçar o ensino profissional, na sua opinião o que deveria ser feito?

Articular melhor a oferta e atender à especificidade de cada escola.

Anexo 6 – Teste de Mann-Whitney para a Taxa de escolarização

(serve para verificar se as médias de duas populações independentes são diferentes)

Taxa real de escolarização**Test Statistics^a**

	tx_real_escolarização
Mann-Whitney U	1,000
Wilcoxon W	232,000
Z	-3,351
Asymp. Sig. (2-tailed)	,001
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,000 ^b

a. Grouping Variable: periodo

b. Not corrected for ties.

Hipóteses em confronto

Ho: Não existem diferenças significativas entre a média dos valores antes e depois de 2006 quanto à taxa real de escolarização

H1: Existem diferenças significativas entre a média dos valores antes e depois de 2006 quanto à taxa real de escolarização

Uma vez que o valor de Exact Sig (que na verdade corresponde ao que designa habitualmente por p-value) é inferior a 5%, então **rejeitamos** a hipótese Ho, ou seja **concluimos que existem diferenças significativas entre a média dos valores antes e depois de 2006 quanto à taxa real de escolarização**

Anexo 7 – Teste de Mann-Whitney para a Taxa de abandono precoce

(serve para verificar se as médias de duas populações independentes são diferentes)

Abandono Precoce

	abandono
Mann-Whitney U	1,000
Wilcoxon W	22,000
Z	-3,382
Asymp. Sig. (2-tailed)	,001
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,000 ^b

a. Grouping Variable: periodo

b. Not corrected for ties.

Hipóteses em confronto

Ho: Não existem diferenças significativas entre a média dos valores antes e depois de 2006 quanto à taxa de abandono

H1: Existem diferenças significativas entre a média dos valores antes e depois de 2006 quanto à taxa de abandono

Uma vez p-value é inferior a 5%, então **rejeitamos** a hipótese Ho, ou seja, concluímos que **existem diferenças significativas entre a média dos valores antes e depois de 2006 quanto à taxa de abandono**

Anexo 8 – Teste T-student para Taxa de Conclusão

Hipóteses em confronto

Ho: Não existem diferenças significativas entre as médias dos valores das escolas profissionais e das escolas secundárias quanto à taxa de conclusão em 2011/2012

H1: Existem diferenças significativas entre as médias dos valores das escolas profissionais e das escolas secundárias quanto à taxa de conclusão em 2011/2012

Uma vez p-value é inferior a 5%, então **rejeitamos** a hipótese Ho, ou seja concluimos que **existem diferenças significativas** entre as médias dos valores das escolas profissionais e das escolas secundárias quanto à taxa de conclusão em 2011/2012

Entidades	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
E.Prof.	73	8,753	2,1067	,2466
E.Secund.	79	7,772	3,1417	,3535

Independent Samples Test

	Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
	F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
								Lower	Upper
Equal variances assumed	15,291	,000	2,243	150	,026	,9813	,4375	,1168	1,8458
Equal variances not assumed			2,277	137,189	,024	,9813	,4310	,1291	1,8335

Anexo 9 – Teste T-student para Taxa de Empregabilidade

Hipóteses em confronto: **2011/2012**

Ho: Não existem diferenças significativas entre as médias dos valores das escolas profissionais e das escolas secundárias quanto à taxa de empregabilidade em 2011/2012

H1: Existem diferenças significativas entre as médias dos valores das escolas profissionais e das escolas secundárias quanto à taxa de empregabilidade em 2011/2012

Uma vez p-value é inferior a 5%, então **rejeitamos** a hipótese Ho, ou seja concluimos que **existem diferenças significativas** entre as médias dos valores das escolas profissionais e das escolas secundárias quanto à taxa de empregabilidade em 2011/2012

Hipóteses em confronto: **2010/2011**

Ho: Não existem diferenças significativas entre as médias dos valores das escolas profissionais e das escolas secundárias quanto à taxa de empregabilidade em 2010/2011

H1: Existem diferenças significativas entre as médias dos valores das escolas profissionais e das escolas secundárias quanto à taxa de empregabilidade em 2010/2011

Uma vez p-value é inferior a 5%, então rejeitamos a hipótese Ho, ou seja concluimos que existem

diferenças significativas entre as médias dos valores das escolas profissionais e das escolas secundárias quanto à taxa de empregabilidade em 2010/2011

Hipóteses em confronto: **2009/2010**

Ho: Não existem diferenças significativas entre as médias dos valores das escolas profissionais e das escolas secundárias quanto à taxa de empregabilidade em 2009/2010

H1: Existem diferenças significativas entre as médias dos valores das escolas profissionais e das escolas secundárias quanto à taxa de empregabilidade em 2009/2010

Uma vez p-value é inferior a 5%, então rejeitamos a hipótese Ho, ou seja concluimos que existem diferenças significativas entre as médias dos valores das escolas profissionais e das escolas secundárias quanto à taxa de empregabilidade em 2009/2010

Teste T à taxa de empregabilidade⁵⁵

Ano letivo	Entidades	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
2011/12	E.Prof.	73	6,164	2,7029	,3164
	E.Secund.	79	3,506	2,6884	,3025
2010/11	E.Prof.	73	6,301	2,7166	,3180
	E.Secund.	79	3,215	2,7253	,3066
2009/10	E.Prof.	73	6,438	3,0776	,3602
	E.Secund.	79	2,937	2,8570	,3214

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
									Lower	Upper
2011/12	Equal variances assumed	,000	,995	6,074	150	,000	2,6581	,4376	1,7934	3,5227
	Equal variances not assumed			6,073	148,926	,000	2,6581	,4377	1,7932	3,5229
2010/11	Equal variances assumed	,001	,982	6,986	150	,000	3,0862	,4418	2,2133	3,9591
	Equal variances not assumed			6,987	149,131	,000	3,0862	,4417	2,2133	3,9590
2009/10	Equal variances assumed	,030	,863	7,275	150	,000	3,5016	,4814	2,5505	4,4528
	Equal variances not assumed			7,253	146,547	,000	3,5016	,4828	2,5475	4,4558

⁵⁵ Os dados foram retirados do 3º item da pergunta 2.1.3 e 2º item das perguntas 2.1.4 e 2.1.5 do questionário.

Anexo 10 – Teste Qui-quadrado relativamente à imagem – 1ª opção

“Os cursos profissionais são uma opção vantajosa face aos cursos científico-humanísticos porque permitem a inserção no mercado de trabalho não impedindo o prosseguimento de estudos”

tipo2 * vantajosa Crosstabulation

		Vantajosa			Total
		Desfavorável	Favorável	Indiferente	
1,00	Count	1	71	1	73
	% within tipo2	1,4%	97,3%	1,4%	100,0%
	% within vantajosa	20,0%	58,7%	3,8%	48,0%
2,00	Count	4	50	25	79
	% within tipo2	5,1%	63,3%	31,6%	100,0%
	% within vantajosa	80,0%	41,3%	96,2%	52,0%
Total	Count	5	121	26	152
	% within tipo2	3,3%	79,6%	17,1%	100,0%
	% within vantajosa	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	27,404 ^a	2	,000
Likelihood Ratio	32,920	2	,000
Linear-by-Linear Association	14,407	1	,000
N of Valid Cases	152		

a. 2 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,40.

Ho: A resposta a 3.1. é independente do tipo de escola

H1: A resposta a 3.1. não é independente do tipo de escola

Uma vez p-value é inferior a 5%, então **rejeitamos** a hipótese Ho, ou seja **concluimos que a resposta ao 3º item da pergunta 3.1. não é independente do tipo de escola, sendo evidente que as escolas do tipo 2 (secundárias) têm uma visão mais desfavorável dos cursos profissionais (resposta a 3.1.)**

Anexo 11 – Teste Qui-quadrado relativamente à imagem – 2ª opção

“Os cursos profissionais constituem uma segunda opção para alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou repetentes”

Crosstab

		segunda_opcao			Total
		Desfavorável	Favorável	Indiferente	
tipo2	Count	3	43	27	73
	1,00 % within tipo2	4,1%	58,9%	37,0%	100,0%
	% within segunda_opcao	9,4%	72,9%	44,3%	48,0%
	Count	29	16	34	79
2,00	% within tipo2	36,7%	20,3%	43,0%	100,0%
	% within segunda_opcao	90,6%	27,1%	55,7%	52,0%
Total	Count	32	59	61	152
	% within tipo2	21,1%	38,8%	40,1%	100,0%
	% within segunda_opcao	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	34,101 ^a	2	,000
Likelihood Ratio	37,845	2	,000
Linear-by-Linear Association	4,616	1	,032
N of Valid Cases	152		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 15,37.

Ho: A resposta a 3.1. é independente do tipo de escola

H1: A resposta a 3.1. não é independente do tipo de escola

Uma vez p-value é inferior a 5%, então **rejeitamos** a hipótese Ho, ou seja **concluimos que a resposta ao 3º item da pergunta 3.1. não é independente do tipo de escola, sendo evidente que as escolas do tipo 2 (secundárias) têm uma visão mais desfavorável dos cursos profissionais (resposta a 3.1.)**

Anexo 12 – Teste Qui-quadrado relativamente à imagem – 3ª opção

“Os cursos profissionais são frequentados por alunos de classes sociais mais desfavorecidas”

Crosstab

		classes_sociais			Total
		Desfavorável	Favorável	Indiferente	
tipo2	Count	7	43	23	73
	1,00 % within tipo2	9,6%	58,9%	31,5%	100,0%
	% within classes_sociais	20,0%	71,7%	40,4%	48,0%
	Count	28	17	34	79
2,00	% within tipo2	35,4%	21,5%	43,0%	100,0%
	% within classes_sociais	80,0%	28,3%	59,6%	52,0%
Total	Count	35	60	57	152
	% within tipo2	23,0%	39,5%	37,5%	100,0%
	% within classes_sociais	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	25,793 ^a	2	,000
Likelihood Ratio	27,040	2	,000
Linear-by-Linear Association	1,323	1	,250
N of Valid Cases	152		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 16,81.

Ho: A resposta a 3.1. é independente do tipo de escola

H1: A resposta a 3.1. não é independente do tipo de escola

Uma vez p-value é inferior a 5%, então **rejeitamos** a hipótese Ho, ou seja concluímos que **a resposta ao 3º item da pergunta 3.1. não é independente do tipo de escola, sendo evidente que as escolas do tipo 2 (secundárias) têm uma visão mais desfavorável dos cursos profissionais (resposta a 3.1.)**